

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

IMPERIALISMO E SUBIMPERIALISMO



ΦPhilos

Este livro se situa – em larga medida e por força das dinâmicas excludentes do capitalismo – à margem dos estudos habituais sobre o assunto que o seu autor circunscreve, investiga e coloca na ordem do dia. Artur Bispo dos Santos Neto não se limita a revisitar o alcance naturalizado da chamada “globalização”. Oferece, em contrapartida, uma visão de conjunto das manifestações pelas quais se vão operando e consolidando, historicamente, as “mundializações” do capital: da colonização ligada ao capital mercantil e enraizada na escravidão, passando pelos avanços do capital industrial e pelos instrumentos tecnológicos à serviço da dominação, até o capital financeiro que se articula ao “novo imperialismo” e que chega a contaminar o status do conhecimento científico e tecnológico, nas economias centrais e, sobretudo, nas periféricas. Especialmente, pelo grau de consequências implicadas no andamento de sua investigação, o estudo não envereda pelas costumeiras propostas de domesticar ou de reformar o capitalismo. Antes pelo contrário, por causa dos próprios resultados evidenciados em pesquisa, trata de acentuar razões necessárias e suficientes para perseverar, hoje, na difícil tarefa da emancipação. Se essa perspectiva histórica e material tem interesse nela mesma, maior interesse ainda comporta a exposição que busca apresentar – de modo claro e provocativo – as insuficiências datadas do tempo em que fazia sentido permanecer na defensiva, atenuar o insustentável, falar em “resistência”. História concisa mas muito articulada dos impasses da mundialização em economias periféricas, o livro formula então – de modo radical e nos antípodas da contrarrevolução em curso – o problema concernente a novas e latentes formas de ação. Como diz Artur Bispo dos Santos Neto: “Nesse cenário coloca-se a necessidade de pensar o *ethos* da verdadeira humanização, o *ethos* como casa da humanidade, ou seja, do indivíduo plenamente conectado à universalidade. A construção dessa casa representa o verdadeiro *ethos* da humanidade: o universal concreto realizado pelo trabalho livre, universal e associado”. Certamente caberá ao leitor avaliar a relevância de tal manifestação de conjunto. Para tanto, vale a pena lembrar que esta publicação vem precedida de outras obras, em linhas de continuidade mais ou menos indiretas, como em *Estética e ética na perspectiva materialista* (2013), *A alma burguesa na literatura* (2017). Ou ainda, em estudos diretamente entrelaçados com o atual itinerário de pesquisa do autor: *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil* (2015), *Presença do capital industrial-financeiro no Brasil* (2019), *Capital e pandemia* (2020).

Silvio Rosa Filho (Unifesp)

ISBN 978-65-87324-03-7




www.editoraphillos.com



MUNDIALIZAÇÃO
DO CAPITAL:
IMPERIALISMO E
SUBIMPERIALISMO

DIREÇÃO EDITORIAL: Willames Frank
DIAGRAMAÇÃO: Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Willames Frank | Jeamerson de Oliveira
IMAGEM DE CAPA: <https://www.pexels.com>

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2017 Editora PHILLOS
Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.
Goiânia-GO
www.editoraphillos.com
editoraphillos@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S383p

NETO, Artur Bispo dos Santos

Mundialização do capital: imperialismo e subimperialismo. [recurso digital] / Artur Bispo dos Santos Neto – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020.

ISBN: 978-65-87324-03-7

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Capital 2. Filosofia 3. Imperialismo 4. Capital industrial
5. Colonização. I. Título.

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1.Filosofia 100

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

MUNDIALIZAÇÃO
DO CAPITAL:
IMPERIALISMO E
SUBIMPERIALISMO

Goiânia-GO
2020

Editora
Phillos

Direção Editorial

Willames Frank da Silva Nascimento

Comitê Científico Editorial

Dr. Alberto Vivar Flores

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr^a. María Josefina Israel Semino

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

Dr. Arivaldo Sezyshta

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

Dr. Dante Ramaglia

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Dr. Sirio Lopez Velasco

Universidade Federal do Rio Grande | FURG(Brasil)

Dr. Thierno Diop

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

Dr. Pablo Díaz Estevez

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

O presente livro resulta das pesquisas desenvolvidas no Pós-Doutorado em Filosofia, sob a orientação do **Prof. Dr. Silvio Rosa Filho**, *Linha de Pesquisa Política, Conhecimento e Sociedade*, da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Sílvio Rosa Filho, pela inteira disponibilidade para acolher e orientar um colega de trabalho no universo da pesquisa filosófica e pela liberdade demonstrada no desenvolvimento da pesquisa. Um exemplo de dedicação e serviço à universidade pública, gratuita e socialmente referenciada. Pela amizade, sugestões, orientação, companheirismo e exemplo de profissional.

Ao Prof. Doutor Rodnei Antonio do Nascimento pela amizade e parcerias nas bancas de mestrado e doutorado da Unifesp.

Ao Coletivo Ofensiva Socialista – Coletivo de Apoio às Trabalhadoras e aos Trabalhadores – pelo espaço de permanente debate e que muito tem colaborado na minha formação.

À camarada Lorraine Marie Farias de Araújo pela leitura, sugestões e contribuições na elaboração deste livro.

Aos amigos Marcos Oliveira e Samyra Martins pelo companheirismo nas veredas sinuosas da luta permanente pela emancipação humana.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, especialmente aos meus orientados da graduação e pós-graduação pelas permanentes reflexões realizadas nas pessoas de Everton Melo, Renalvo Cavalcante, Luiz Felipe, Franqueline Terto, Mônica Santos, Thays Karol, Paula Firmino.

A Givaneide Lima do Nascimento e meus queridos filhos Pedro Bispo, Virgínia Santos, Mateus Bispo e Artur Dimitri Bispo.

À Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na pessoa de sua secretária Daniela Gonçalves.

À Universidade Federal de Alagoas, pela mediação do Curso de Filosofia – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes –, pela liberação para a realização do Pós-Doutorado na Universidade Federal de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
-------------------------	----

CAPÍTULO I

A COLONIZAÇÃO COMO PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL	30
1.1 Capital mercantil e escravidão.....	34
1.2 Colonização e escravismo colonial.....	43
1.3 Os equívocos da consideração do “escravismo colonial” como novo modo de produção.....	54

CAPÍTULO II

O CAPITAL INDUSTRIAL COMO SEGUNDA MANIFESTAÇÃO DA MUNDIALIZAÇÃO.....	73
2.1 O capital industrial supera o capital mercantil.....	80
2.2 A tecnologia como instrumento de dominação do capital industrial.....	113

CAPÍTULO III

O CAPITAL FINANCEIRO COMO CONSOLIDAÇÃO DA MUNDIALIZAÇÃO.....	125
3.1 Rudolf Hiferding.....	136
3.2 François Chesnais.....	145

CAPÍTULO IV

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO COMO NOVO IMPERIALISMO.....	161
4.1 O capitalismo monopolista em Paul Baran e Paul Sweezy.....	171
4.1.1 Excedente econômico.....	173

4.1.2 Absorção do excedente econômico.....	181
4.1.3 A absorção do excedente: a campanha de vendas.	183
4.1.4 A absorção do excedente: a administração civil...	184
4.1.5 A absorção do excedente: militarismo e imperialismo	185
4.1.6. Sobre a história do capitalismo monopolista ou a guerra como estímulo externo.....	188
4.1.7 Objeções e controvérsias.....	191
4.2 A era do imperialismo em Harry Magdoff.....	202
4.3 John Bellamy Foster e Fred Magdoff.....	205
4.4 O império do capital de Ellen Meiksins Wood.....	209
4.4.1 Imperialismo britânico.....	210
4.4.2 A era clássica do imperialismo.....	213
4.3 EUA como novo imperialismo.....	217
4.5 O novo imperialismo em David Harvey.....	224
4.5.1 Acumulação por espoliação.....	231
4.5.2 Novo imperialismo.....	233

CAPÍTULO V

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NUMA ECONOMIA PERIFÉRICA.....	237
5.1 O conhecimento científico como mercadoria.....	238
5.2 O fim da reserva de informática e a mundialização do capital no Brasil.....	267
5.3 A pesquisa científica e a universidade pública brasileira.....	280
5.4 Guerra de patentes e guerra cibernética.....	288
5.5 O conhecimento científico para além do capital.....	297

CAPÍTULO VI	
SUBIMPERIALISMO E MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	304
6.1 Subimperialismo segundo Ruy Mauro Marini	310
6.2 Processo de formação das transnacionais brasileiras.....	225
6.3 Cooperação antagônica e integração hierárquica vertical.....	335
CONCLUSÃO.....	358
REFERÊNCIAS.....	369

“O imperialismo não é uma questão de escolha, para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”
(MAGDOFF, 1978, p. 22).

INTRODUÇÃO

Marx (1985a) salientava a distinção existente entre a ordem da aparência e a ordem da essência, chamando atenção para a relevância da ciência para capturar o núcleo interior das coisas. A ciência é fundamental para apreender a essência do sistema do capital que se constitui como “contradição em essência”. Na perspectiva de desvendar a núcleo interno do capital, Karl Marx escreveu sua obra fundamental, *O capital*, enquanto crítica à economia política burguesa e à necessidade de forjar os elementos para a formação de uma economia política centrada na defesa do trabalho livre, universal e associado. A economia política do proletariado deve estabelecer uma análise científica da essência do sistema do capital na perspectiva de estabelecer as bases para uma nova forma de constituição do trabalho, enquanto alavanca de uma sociabilidade forjada na emancipação humana.

Toda a produção teórica de Marx tem como essencialidade desvelar a natureza do capital, enquanto uma processualidade dialética historicamente constituída de múltiplas determinações e relações reflexivas que ganham existência mediante a constituição do mercado mundial. A dimensão internacional do capital foi observada pelos distintos teóricos da economia política (Adam Smith, David Ricardo, William Petty, David Hume etc.), mas nenhum deles chegou ao nível de compreensão da natureza histórico-ontológica do sistema do capital como Marx.

É crucial compreender o sistema do capital como um sistema mundializado impossível de sobreviver num único país. Não é possível o capitalismo como uma experiência isolada e separada do mercado mundial. O capital é sinônimo de integração dos mercados, da ampliação da relação de troca de mercadorias e da dominação do trabalho. O mercado mundial e o capital são as duas faces de uma mesma moeda; eles são irmãos siameses.

O capital sofre inúmeras metamorfoses e transformações no sentido de assegurar a expansão da acumulação mediante a espoliação mercantilista e a exploração direta da força de trabalho (mais-valia). Pela mediação do mercado mundial torna-se possível o aprofundamento das técnicas de deslocamento do excedente de um determinado ponto do globo para outro. O capitalismo representa a formação de um sistema poderoso de deslocamento do tempo de trabalho excedente de uma parte do hemisfério para o mercado internacional.

A natureza da mundialização do capital tem sido objeto de estudo na contemporaneidade por autores marxistas e não marxistas. Nesse cenário, destacam-se os estudos realizados por autores como François Chesnais (1996), Immanuel Wallerstein (1989), Samir Amin (1996), Giovanni Arrighi (1994), Fernand Braudel (1979), Gunder Frank (1978), Paul Bairoch (1994), Tamás Szentes (1985) etc. A temática da mundialização do capital ganhou relevo nos tempos hodiernos na perspectiva de revelar a natureza do capital financeiro.

Diferentemente de F. Chesnais, Jaime Osório e outros, Samin Amin (1996) não circunscreve o termo mundialização à compreensão da dinâmica econômica inaugurada com a hipertrofia do capital financeiro na década de 1970. O termo mundialização é ampliado para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo, superando assim o discurso dominante que tem adotado o referido termo “para designar, de maneira geral, os fenômenos de interdependência em escala mundial das sociedades contemporâneas. O termo nunca está relacionado com as lógicas de expansão do capitalismo, e menos ainda com as dimensões imperialistas de sua implementação” (AMIN, 1996, p. 15).

A mundialização adotada no decurso do primeiro e segundo capítulos precede a etapa da financeirização do capital como postulam F. Chesnais e Jaime Osório. No decorrer desses capítulos tentar-se-á investigar a tendência elementar do sistema do capital desde o período histórico primário ou genético, marcado pela acumulação primitiva de capital e sua superação pelo capital industrial, em que a mundialização imperialista inexistiria sem as condições estabelecidas pelo capital mercantil e pelo capital industrial – que continuam existindo no interior do capital financeiro, como síntese das múltiplas contradições.

Desde os primórdios, o capital estabelece as bases para a constituição de um modo de produção mundializado, que precisa transcender as barreiras fronteiriças das tribos, clãs, feudos, cidades, povos, nações etc. A marcha do capital configura-se pela mundialização primeiramente expressa na forma do capital mercantil e

seu inusitado processo de acumulação primitiva ou originária. O capital mercantil é o período áureo da colonização dos continentes americano, africano e asiático. É a base fundamental que mostra como o econômico carece do extraeconômico para se tornar a força predominante de toda a sociedade. Nesse processo, a violência é a potência econômica que tudo deve submeter.

Amin compreende a fase mercantilista (1500-1800) como aquela que precede a Revolução Industrial. Essa seria a fase de transição do feudalismo ao capitalismo. Suas análises estão em plena consonância com as realizadas por Braudel (1979), Gunder Frank (1978) e Wallerstein (1989). O capital ergue-se como uma força poderosa que procura submeter tudo aos seus propósitos. Ele reconfigura completamente o mapa mundial, altera completamente a geografia e o espaço habitado da África com a colonização imposta por interesses essencialmente mercadológicos. Nesse processo, seres humanos são deslocados de uma região para outra. Por interesses meramente econômicos, milhões de africanos e asiáticos são deslocados para a América e outras partes do globo. As migrações são impostas pelo capital, que altera comportamentos, gostos e projetos filosóficos, estéticos e morais adquiridos milenarmente.

A colonização permitiu uma acumulação gigantesca de capitais e assegurou a transição do capital mercantil para o capital industrial. A acumulação primitiva ou originária foi a pedra angular do processo de emergência do capital como poder absoluto sobre o trabalho e os seres humanos. Desse modo, o capital

plasma-se como uma produção histórica que se levanta contra a humanidade, como uma espécie de feitiço que se ergue contra o feiticeiro.

O mercado mundial culmina unificando, por interesses essencialmente econômicos, povos e nações equidistantes, rompendo fronteiras e estabelecendo relações entre tribos e comunidades profundamente estranhas. Ele vai impor um novo padrão “civilizatório” para a humanidade, forjado na predominância do complexo econômico e numa concepção de mundo manifestada no lucro e na busca da fortuna mediante a exploração da força de trabalho e a pilhagem dos povos conquistados.

A análise sistemática realizada por Karl Marx sobre a natureza do sistema do capital tem como premissa básica o entendimento da necessidade de superação da expansão e a acumulação do sistema do capital. O capital enquanto a forma mais poderosa de extração de mais-valia que existiu na história da humanidade precisa expandir-se reiteradamente. Sem a expansão da taxa de acumulação de mais-valia, o sistema pode simplesmente entrar em colapso.

Apesar de o termo mundialização ser adotado preferencialmente para tratar do período contemporâneo perpassado pela crise estrutural do capital, sob a égide financeira de natureza profundamente especulativa e parasitária, no decorrer dessa obra tomamos a liberdade para tratar da mundialização como algo inerente ao sistema do capital. A mundialização não se circunscreve ao momento histórico atual, mas inclui o desenvolvimento

histórico do capital, forjado no processo de formação do mercado mundial expresso na colonização europeia, na dominação capitalista britânica, no imperialismo clássico e no novo imperialismo (norte-americano).

A mundialização do capital ganha corolários específicos em cada instante de seu desenvolvimento histórico. Cada manifestação do capital representa uma maneira diferenciada de modulação e reconfiguração da mundialização, em que se opera uma superação das formas precedentes. A colonização e o processo de acumulação por “espoliação” (Harvey) não desaparecem no interior do capital industrial e financeiro, mas ganham novos corolários e sutilezas “metafísicas”, visando encobrir o efetivo fundamento da anatomia do sistema do capital.

No decorrer do primeiro capítulo observar-se-á que a expansão do capital não fica circunscrita ao mercado interno de cada região, pois ele carece necessariamente do mercado mundial. O pensamento marxiano está centrado na primazia exercida pelo mercado mundial no processo genético de constituição do capital.

Escreve Mello (2001, p. 180):

O movimento da mundialização faz parte da genética do capital, é-lhe essencial, sendo impossível pensar o capitalismo, a partir de Marx, senão como um movimento permanente e crescente de articulação das relações econômicas, políticas e culturais em patamares cada vez mais globalizados.

O capital plasma-se como um sistema fundado e forjado na existência do mercado mundial. Sem mercado mundial o capital jamais teria alcançado a superprodução posta pela reprodução ampliada. A mundialização forja-se como quintessência do capital desde os tempos em que o capital se configurava como capital mercantil. Este serviu como fundamentação da natureza internacional do capital, estabelecendo os mecanismos genéticos para a constituição do mercado mundial mediante o comércio trilateral estabelecido entre Europa, África e América. A América fornecia mercadorias e matéria-prima, a África fornecia força de trabalho e a Europa abastecia suas colônias com produtos manufaturados.

Este comércio triangular tornou-se fundamental para fortalecer o intercâmbio transatlântico, nele inserindo-se também o continente asiático e a Oceania. A empresa colonizadora procurou paulatinamente apropriar-se de riquezas e mercadorias resultantes das relações de produção pré-capitalistas, ou seja, das relações de produção que o capital ainda não controlava ubiquamente. O capital mercantil começa mediando extremos que não controla e, paulatinamente, adentra na arena da produção manufatureira na metrópole, mediante a exploração do trabalho assalariado, para, a partir daí, estabelecer as premissas essenciais a fim de operar a subordinação real do trabalho.

No terceiro capítulo busca-se esboçar de maneira sumária a particularidade do capital financeiro, enquanto síntese das múltiplas determinações. Ele se plasma como uma totalidade social que subordina as distintas

totalidades parciais aos seus imperativos e comandos. A análise histórico-ontológica do capital financeiro implica apreender não somente uma parte da formação social que forja a totalidade social, mas entender a totalidade social como um complexo de complexos que se irradia por todos os poros da estrutura social instituída. Apreender o núcleo estrutural da capilaridade do sistema do capital exige recorrer ao instrumental das mediações estabelecidas pela teoria marxiana, que encontra na dialética materialista uma efetiva potencialidade para entender o movimento existente entre singularidade, particularidade e universalidade.

A apropriação e a reconstituição teórica de parte dos estudos realizados pelos teóricos do capital financeiro, como Rudolf Hilferding e François Chesnais, operar-se-ão na perspectiva de elucidar a anatomia do capital financeiro e sua articulação com o processo de dependência nas economias capitalistas subdesenvolvidas. A apreensão do movimento dialético do capital financeiro requer a captura de seu movimento ontogenético e histórico-ontológico, superando o terreno das idiosincrasias que caracterizam as interpretações parciais e fragmentadas que desconsideram o movimento dinâmico e processual da totalidade social.

Para operar a apreensão dialética dos nexos causais que orientam a dinâmica do capital financeiro em seu ser-precisamente-assim, devem-se articular dialeticamente suas contradições mediante a análise da cooperação antagônica que perpassa a relação da burguesia nacional com a burguesia internacional e a relação reflexiva

estabelecida entre capital e trabalho. A elucidação do capital financeiro implica a necessidade de superar as camadas epiteliais da realidade imediata para adentrar na zona mais profunda, o que possibilitará elucidar a estrutura do sistema em voga.

A dominação do capital financeiro, através do imperialismo, não é uma etapa do desenvolvimento capitalista alcançado pelas economias centrais em detrimento das economias periféricas, mas uma forma de ordenamento estrutural da sociedade capitalista que envolve distintas economias e requer a intensificação da exploração das relações de trabalho, num intenso processo de deslocamento do excedente produzido pelos trabalhadores nas regiões periféricas do sistema para as regiões mais desenvolvidas.

A hegemonia do capital financeiro não deve ser entendida como uma exclusividade dos países mais avançados, mas como a essência movente do desenvolvimento capitalista que encontra seu coroamento no final do século XX, como se observará no decurso dos capítulos quinto e sexto. Pela mediação do imperialismo, o capital financeiro forja-se como uma forma de dominação abrangente que se propaga e contamina todas as estruturas sociais existentes. Muito mais que um jogo entre forças motrizes internas e externas, o capital financeiro constitui-se mediante uma unidade dialética entre as distintas personificações do capital.

A economia mais desenvolvida somente pode ser mais desenvolvida através da exploração das economias menos desenvolvidas. A relação de dependência requer

travar qualquer possibilidade de desenvolvimento das estruturas econômicas internas das economias dependentes. O sucesso das economias mais desenvolvidas depende do atrofamento das economias periféricas. Aquelas servem como entrave ao livre desenvolvimento dos mecanismos internos destas.

O imperialismo, como aponta Magdoff (1978, p. 41), “é complexo demais para ser explicado através de qualquer fórmula simplista”. O capital financeiro, também, é muito complexo para ser explicado dessa maneira. A complexidade desse sistema emerge da natureza do trabalho (abstrato) que lhe dá sustentação. O tempo de trabalho socialmente necessário, como elemento determinante do valor, fundamenta a natureza fantasmagórica da mercadoria, do dinheiro, do capital. E o capital financeiro, como a forma mais complexa de constituição do capital, plasma-se como pletora de maior dificuldade.

O imperialismo é considerado como forma medular de manifestação do capital financeiro, porque as empresas capitalistas se organizam como gigantescas corporações nas formas de cartéis e trustes e se consubstanciam como espécies de impérios empresariais que subordinam aos seus interesses o capital comercial e o capital industrial, bem como submetem as pequenas e médias empresas aos seus imperativos de lucratividade e expansão.

Magdoff reconhece o valor de Vladimir Lenin no sentido de elucidar a natureza do imperialismo, pois ele consegue apresentar as alavancas principais que movem as relações econômicas internacionais. Segundo Magdoff

(1978, p. 41): “Essas são as mesmas que associamos ao novo estágio do monopólio e aos processos de operação monopolista para evitar, onde e quando possível, seu domínio e controle sobre fontes de fornecimento e mercados”. Ao apontar as alavancas principais do imperialismo, a teoria de Lenin continua sendo válida para entender a natureza do capitalismo na contemporaneidade.

É preciso apreender as determinações ontológicas do imperialismo. No decorrer do capítulo quatro observar-se-á a peculiaridade do processo de mundialização do capital financeiro como nova espécie de imperialismo. O tratamento esboçado acerca da natureza do imperialismo pelos autores Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff, John Bellamy Forster, Fred Magdooff, Ellen Meiksins Wood e David Harvey será sumariamente apresentado. Notar-se-á que para poder plasmar-se como uma totalidade abrangente e poderosa, o imperialismo carece de mediações distintas, pois ele não obedece a um movimento linear e homogêneo, mas assume formas distintas de manifestação.

Enquanto ser social, o imperialismo assume corolários particulares e formas distintas de manifestação. Por isso, grande parte dos autores supracitados fala em imperialismo clássico e novo imperialismo. Isso indica que o imperialismo que emerge da ascendência e do desenvolvimento do capital financeiro tem uma particularidade que precisa ser analisada e pontuada. Os referidos autores concentram sua atenção no desenvolvimento da economia norte-americana para apanhar seu movimento imanente de constituição,

especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, apontando como o imperialismo norte-americano subordina a economia mundial aos seus imperativos.

O complexo industrial-militar, que garantiu a supremacia econômica dos EUA sobre a economia global e assegurou uma nova configuração do imperialismo, serviu também de base ao desenvolvimento do universo da informática e da redução do tempo de trabalho necessário no processo de produção de mercadorias. No quinto capítulo discorrer-se-á sobre a peculiaridade da ciência e da tecnologia no interior duma economia periférica e dependente como a brasileira, em que a parafernália da informática e da robótica exerce papel essencial no processo de mundialização do capital.

A elucidação da particularidade da ciência e da tecnologia configura-se como nodal para mostrar como o capital financeiro potencializa ainda mais a natureza do trabalho abstrato pela mediação do mundo virtual. O capital financeiro de natureza fictícia revela sua plasticidade e elasticidade na etapa histórica do pleno desenvolvimento do mundo abstrato da informática.

A categoria marxiana da totalidade presume que uma análise contundente do capital financeiro ou do imperialismo não poderia ser completa e precisa sem considerar o seu homólogo. A categoria do imperialismo presume a existência da periferia como seu oponente. À semelhança da dialética do senhor e do escravo, inexistem periferia sem imperialismo e imperialismo sem periferia. O capital financeiro inexistente sem o trabalho abstrato; por

sua vez, o trabalho concreto pode existir sem o capital – o capital é que não pode existir sem o trabalho concreto.

A economia imperialista não pode existir sem a economia periférica. Isso significa que está somente pode operar sua emancipação através da eliminação de seu oponente, e não projetando sua ascendência ao panteão das economias imperialistas, pois isso implicaria a reprodução do ciclo da violência. O que se observa no decurso do sexto e último capítulo é que uma parte das economias dependentes é transformada em satélite dos interesses das potências imperialistas e busca copiar seu movimento, configurando-se como uma subpotência.

O termo subimperialismo foi cunhado por Ruy Mauro Marini, que adotou essa categoria para explicar o desenvolvimento econômico das economias dependentes no contexto do imperialismo. O subimperialismo somente pode ser compreendido no interior do imperialismo; é uma forma específica de reprodução da lógica do capital financeiro nas economias periféricas que exercem papéis de correia de transmissão do grande capital transnacional.

O subimperialismo brasileiro, alcançado nas últimas décadas, configura-se claramente como a reprodução do ciclo da violência exercitada mediante a cooperação antagônica. A dependência é um mecanismo fundamental para assegurar o excedente produzido pelos trabalhadores para a burguesia nacional e internacional. A recorrência à teoria da dependência (Ruy Mauro Marini) é crucial para apontar as vicissitudes da correlação de forças existentes e como essas forças estão articuladas ao cenário

internacional na forma do mercado mundial concentrado no capital financeiro (especulativo ou fictício).

Pela mediação da cooperação antagônica procurar-se-á demonstrar neste capítulo como subsiste uma relação de cooperação atravessada por contradições e como algumas dessas contradições antagônicas mostram-se conciliáveis, de um lado, e irreconciliáveis, do outro, o que revela os limites absolutos do sistema do capital.

Por sua vez, a compreensão da história do Brasil segundo os preceitos da dependência econômica do mercado mundial não pode traduzir-se na desconsideração dos fatores internos, para não se incorrer no risco de fazer da história nacional um mero “epifenômeno” dos interesses externos, ignorando o jogo de forças endógenas e como essas forças interagem com as forças capitalistas exógenas, ou seja, como as variáveis internas entram em conexão com as variáveis externas no mercado mediante a mundialização da economia brasileira.

Com isso, recusa-se a consideração do imperialismo como uma espécie metafísica de deus *ex machina* estático, bem como se recusa qualquer tentativa de desresponsabilização da burguesia brasileira acerca da trajetória socioeconômica dependente adotada. Nesse contexto, torna-se imperativa a análise do processo que culmina na formação de uma burguesia transnacional nas últimas décadas e do movimento que deságua na denominado subimperialismo brasileiro.

O presente livro resulta das pesquisas desenvolvidas no pós-doutorado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Silvio Rosa Filho, Linha de

Pesquisa **Política, Conhecimento e Sociedade**, da Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. A pesquisa apresentada é uma continuidade das investigações desenvolvidas e apresentadas nas obras *Presença do capital industrial financeiro no Brasil* (2019)¹ e *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil* (2015)², de nossa autoria. O primeiro se inscreve como uma tentativa de elucidar a anatomia do capital industrial e financeiro no Brasil. O segundo procura esclarecer a peculiaridade do capital mercantil e industrial no desenvolvimento econômico do Brasil.

O livro apresentado representa a continuidade da investigação sobre a ossatura do processo de mundialização do capital; discorre sobre sua manifestação nas diferentes metamorfoses do capital. A partir da elucidação da particularidade da mundialização do sistema do capital na época do capital mercantil, passa-se à elucidação do capital industrial, destacando a peculiaridade do desenvolvimento tecnológico. Essa discussão retorna no capítulo quinto, mediante a análise realizada da natureza do conhecimento científico e sua relação com a teoria do valor.

A investigação das vicissitudes do processo de mundialização do capital encontra na apresentação do imperialismo norte-americano seu ponto culminante. A

1 SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Presença do capital industrial-financeiro no Brasil*. Maceió: Edufal, 2019.

2 SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

investigação da natureza do imperialismo e do subimperialismo somente pode ser feita considerando a peculiaridade do capital financeiro, que na nova forma de mundialização encontra na hipertrofia do capital de base fictícia seu ponto de coroamento e também os fundamentos essenciais para o aprofundamento da crise do sistema do capital.

A predominância do capital financeiro nos tempos hodiernos coloca a necessidade de investigação de sua gênese e desenvolvimento não somente em escala internacional, mas em como ele se plasmou e constituiu no interior do cenário nacional, mediante a ascendência das empresas transnacionais brasileiras.

CAPÍTULO I

A COLONIZAÇÃO COMO PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O termo mundialização ganhou destaque nos tempos hodiernos como uma espécie de contraposição ou complementaridade à noção de globalização. A crise estrutural do sistema do capital e a queda das experiências pós-capitalistas no final da década de 1980 constituíram-se como *leitmotiv* de um novo processo de mundialização do capital em que os 193 países existentes no planeta passaram indubitavelmente à égide do capital financeiro. Na contemporaneidade, o tema da mundialização tem sido objeto de análise de autores como François Chesnais (1996), Immanuel Wallerstein (1989)³, Samir Amin (1996), Giovanni Arrighi (1994), Fernand Braudel (1979), Gunder Frank (1978), Paul Bairoch (1994), Tamás Szentes (1985) etc.

Considera-se lúcida a posição de Samin Amin (1996), que não circunscreve o termo mundialização à

3 Segundo Jaime Osório (2014, p. 166): “Immanuel Wallerstein distingue três ‘momentos’ do processo expansivo e de formação do sistema mundial capitalista. ‘O primeiro foi o período de sua criação original, entre 1450 e 1650’. ‘O segundo [...] foi o da grande expansão, de 1750 e 1850’. ‘A terceira [...] a expansão se deu no período de 1850-1900’. ‘Neste momento a economia-mundo capitalista chegou pela primeira vez a ser realmente global. Foi o primeiro sistema histórico cuja geografia abarcou o mundo inteiro’”.

compreensão da dinâmica econômica mundial inaugurada com a hipertrofia do capital financeiro na década de 1970. O termo mundialização é ampliado para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo, superando assim o discurso dominante que tem adotado o referido termo “para designar, de maneira geral, os fenômenos de interdependência em escala mundial das sociedades contemporâneas. O termo nunca está relacionado com as lógicas de expansão do capitalismo, e menos ainda com as dimensões imperialistas de sua implementação” (AMIN, 1996, p. 15).

É preciso entender que a mundialização não resulta duma fatalidade histórica, mas da latente contraposição existente entre capital e trabalho e da necessidade do capital de aperfeiçoar seus mecanismos de acumulação e expansão. Amin (1996, p. 16) salienta que o termo mundialização não é um fenômeno novo, pois a busca de interação entre as sociedades perpassa a história da humanidade. Isso pode ser observado na constituição da Rota da Seda pelos chineses há mais de dois mil anos. A referida rota servia não somente para o livre trânsito de mercadorias, mas também para a socialização do conhecimento científico e tecnológico e de crenças religiosas oriundas do mundo antigo, do mundo africano, europeu e asiático.

Evidentemente, a mundialização alcança um novo patamar de desenvolvimento com o advento do capital mercantil. Não se deve esquecer que enquanto a Europa estava enredada no isolamento que marcou o período medieval, subsistiu um notável desenvolvimento das

sociedades chinesas, indianas, islâmicas, bizantinas etc. No entanto, nenhuma das tentativas expansionistas que marcaram as civilizações pré-capitalistas conseguiu estabelecer uma organização econômica internacional, pois nenhuma delas estava enredada e organizada em torno da produção destinada ao lucro e à produção de mercadorias.

A primeira forma de manifestação da mundialização se expressa na etapa de transição estabelecida entre feudalismo e capitalismo. Essa fase de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista teve como personagem central o capital mercantil. Ele constituiu-se como a força motora fundamental do estabelecimento das bases essenciais que permitiram operar a sucumbência do velho modo de produção assentado nos feudos e na exploração do trabalho servil, criando as condições para a ascensão do modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado.

O salto de tigre do capital usurário e comercial para o capital mercantil deu-se mediante a colonização. A constituição dos burgos ou feiras comerciais no interior da Europa medieval seria insuficiente para operar o salto qualitativo a um novo *modus operandi* de organização da produção da existência material. As transformações endógenas experimentadas na esfera do capital comercial estabelecida pelos mercados medievais seriam insuficientes para abrir as portas à constituição do capital como uma força poderosa que tudo molda à sua imagem e semelhança.

O mercado mundial torna-se elemento essencial da constituição do sistema do capital, cujo momento fundante revela-se na forma do trabalho abstrato. O tempo de trabalho socialmente necessário é a base fundamental da constituição da relação de troca que caracteriza o mercado mundial. Esse mercado resulta das contradições internas que marcam a economia feudal, em que as relações mercantis se plasmassem como alternativa à crise do referido sistema para solucionar suas contradições. A concorrência intercapitalista assume corolários internacionais porquanto visa à submissão das sociedades pré-capitalistas aos ditames e imperativos do mercado mundial.

Embora os mercantilistas não entendam isso e considerem que o fundamento da riqueza reside na relação de troca das mercadorias – nesta, o segredo da riqueza estaria em comprar mais barato e vender mais caro. O desenvolvimento do modo de produção capitalista iria demonstrar que o fundamento da relação de troca subsiste na teoria do valor, sendo ela o fundamento do intercâmbio internacional. A troca de mercadorias emana do tempo de trabalho necessário para sua produção. Sem trabalho inexistem mercadorias e sem mercadorias inexistente mercado.

No entanto, na época do capital mercantil, prevalecia a noção de que a riqueza procedia do próprio intercâmbio das mercadorias e que o mercador podia fazer fortuna vendendo a mercadoria acima do preço que foi adquirida. Na verdade, essa fortuna procedia da pilhagem e do saque; o trabalho alheio era expropriado de maneira violenta, uma vez que o capital ainda não controlava o

processo de produção e procurava mediar extremos que estavam além de sua capacidade de dominação.

O capital mercantil recorre aos expedientes extraeconômicos porque não reunia em si o cabedal de forças necessárias para subordinar o trabalho aos propósitos do mercado. O mecanismo da força tornou-se necessário a fim de preparar o terreno para a subsunção real do trabalho aos imperativos do capital. A moderna história do capital precede o capitalismo e transcende o capitalismo. O capital existente nas sociedades precedentes não se constituiu como elemento determinante da produção. Os meios de produção pré-capitalistas não estavam organizados para produzir produtos a serem levados ao mercado; levava-se ao mercado somente aquilo que sobrava de uma produção voltada para atender às necessidades de seus produtores.

1.1 Capital mercantil e escravidão

É importante observar a natureza histórica e social do capital. Ao contrário do que afirmam os apologistas deste sistema, que pretendem oferecer ao mesmo uma natureza a-histórica e imutável, é preciso ressaltar o caráter processual e histórico desta entidade social. O capital mercantil configurou-se como a maneira generalizada de existência do capital antes de ele se revelar como forma regente das relações capitalistas.

O capital usurário e o capital comercial são as formas mais antigas de configuração do capital e precedem a existência do próprio modo de produção

capitalista. Escreve Marx (2008, p. 435): “Mas o capital mercantil – e o comércio – é mais antigo que o modo capitalista de produção; é, na realidade, do ponto de vista histórico, o modo independente de existência mais antigo do capital”. O capital mercantil, esclarece Marx (2008, p. 437), “aparece como forma histórica do capital muito antes de o capital submeter à própria produção a seu domínio”.

O capital e as categorias regentes do modo de produção capitalista existiam de maneira episódica nas sociedades precedentes. Os povos dados à prática do comércio eram exceções nas sociedades precedentes. Escreve Marx (2008, p. 441): “Os povos comerciantes da Antiguidade existiam como os deuses de Epicuro que habitavam nos intermúndios do universo, ou melhor, como os judeus que vivem nos poros da sociedade polonesa”. Os primeiros povos comerciais exerciam tais atividades fundamentadas no tráfico, na barbárie e no saque dos povos produtores. Não passavam de figuras intermediárias que dificilmente exerciam funções essenciais nas sociedades precedentes à sociedade capitalista.

Na sociedade antiga, o capital usurário ou comercial não era capaz de interferir no processo de produção e existia de forma episódica no seu interior, colaborando na constituição das relações que aprofundam e intensificam as contradições entre as classes fundamentais. No interior da divisão social do trabalho instituída na Antiguidade, observa-se a presença da classe dos comerciantes, responsáveis pela compra e venda de coisas e não pelo processo de produção. Essa classe

econômica tirava proveito da distância que separava os produtores. O isolamento dos pequenos produtores propiciou a existência de uma classe de homens dedicada às atividades comerciais.

O tempo de trabalho socialmente necessário é um elemento determinante da relação de troca das mercadorias. Marx aponta que a categoria valor está implícita na relação de troca na Antiguidade, apesar de inexistirem um mercado mundial e relações genuinamente capitalistas. Por mais distante que esteja das relações capitalistas, não se pode deixar de salientar que toda forma de configuração do lucro somente pode emergir da exploração do tempo de trabalho excedente dos produtores. O lucro é uma fração da mais-valia apropriada pelos senhores, cedida pelas classes que controlam diretamente o processo de produção. Segundo Marx (2008, p. 441):

Quando o capital mercantil agencia a troca de produtos de comunidades pouco desenvolvidas, o logro e a trapaça aparecem no lucro comercial, que deles deriva em grande parte. [...]. Aqueles modos de produção possibilitam ao capital mercantil apropriar-se de parte preponderante do produto excedente: seja porque esse capital se interpõe entre comunidades com produção essencialmente orientada para o valor-de-uso e com organização econômica para a qual é de importância a venda da parte do produto destinada à circulação em geral, portanto, a venda dos produtos pelo respectivo valor.

A usura e o comércio não criam valor, mas vivem da apropriação da riqueza produzida pelas formas de organização da produção que não controlam. Na Antiguidade, o capital usurário aprisionou os plebeus aos interesses dos patrícios, os pequenos proprietários aos interesses dos nobres. A recorrência aos empréstimos enredou os plebeus em dívidas descomunais, o que colaborou na gênese da escravidão greco-romana.

A luta entre credores e devedores é uma luta de vida e morte entre senhores e escravos. Pela sutil mediação do capital usurário, os plebeus se transformaram em reféns dos interesses econômicos dos comerciantes e em grandes proprietários de terras. O capital usurário está na gênese do escravismo romano, à proporção que cresce o endividamento dos indivíduos, que culminam cedendo suas terras aos patrícios.

O capital usurário é irmão gêmeo do capital mercantil ou capital comercial. Acerca do capital mercantil, escreve Marx (2008, p. 439): “Obtinham o lucro principal não explorando os produtos do respectivo país, mas servindo de intermediários na troca dos produtos de comunidades menos desenvolvidas no plano comercial ou mesmo econômico, e explorando os dois países produtores”. Nos primórdios, salienta Marx (2008, p. 440), “o capital mercantil é movimento mediador entre extremos que não domina e pressupostos que não cria”. Nos *Grundrisse*, Marx indaga acerca do processo que conduziu ao fenecimento da plebe e não propiciou a formação do trabalho assalariado, mas forjou a hegemonia do trabalho escravo no processo de produção. Na sociedade romana, o

capital usurário colaborou no desenvolvimento do escravismo. Este escravismo se distingue do escravismo moderno.

Apesar de seu caráter anacrônico, o escravismo renasceu como aporte fundamental do processo de acumulação primitiva de capital. O capital mercantil plasmou-se na pilhagem, no saque, na pirataria, no rapto de seres humanos e no processo de colonização. Essa prática pode ser observada tanto em Cartago e Roma quanto entre os venezianos, portugueses, espanhóis e holandeses.

Apesar de aparentemente incompatível com o desenvolvimento clássico da sociedade burguesa, a escravidão africana e americana é pressuposto essencial do desenvolvimento do mercado mundial, criando as bases para a acumulação primitiva de capitais. O capital mercantil viabiliza a constituição das relações genuinamente capitalistas, sendo superado pelo capital industrial e financeiro. A colonização recorreu à escravidão na etapa da colonização até que o capital pudesse se erguer sobre si mesmo como se fosse *causa sui*.

O salto mortal do capital usurário para o capital mercantil somente foi assegurado pela constituição de relações internacionais ou mundializadas. O sistema de troca tem seu ponto de partida na relação estabelecida entre comunidades exógenas e não no intercâmbio entre os indivíduos que participam duma mesma comunidade. A comunidade precisa permutar seu excedente com outra comunidade. É do excedente existente numa dada comunidade que emerge o intercâmbio. Inicialmente se

trocava apenas o que sobrava, não constituindo a troca o fundamento da produção. É na fronteira das comunidades que começa a relação de troca. Escreve Marx (2011, p. 59): “A troca não começa entre os indivíduos no interior de uma comunidade, mas ali onde as comunidades terminam – em sua fronteira, no ponto de contato entre diferentes comunidades”.

A organização da produção voltada para a troca pauta o modo de produção capitalista. No entanto, isso não emerge imediatamente, mas vai sendo gestado lentamente no processo de dissolução das relações de produção voltadas exclusivamente para a produção de valor de uso. Os mercadores europeus intercambiaram mercadorias no interior do feudalismo e formaram cidades comerciais e consórcios de mercadores como a Liga Hanseática. Particularmente, as experiências contraídas pelos mercadores italianos e alemães com os povos asiáticos ganharam novos corolários após a queda de Constantinopla, dada a necessidade da busca dum novo caminho para o Oriente.

O processo de exteriorização dos mercadores europeus para outros continentes constituiu-se como vetor fundamental do processo de formação do capital mercantil enquanto elemento de transição ao capital industrial. O mercado mundial forjado na colonização da América, na expropriação das riquezas asiáticas e na exploração comercial do tráfico negreiro serviu de fundamentação ao capital mercantil e assegurou sua metamorfose para o capital industrial.

O mercado mundial e o comércio mundial inauguram no século XVI a moderna história do capital (MARX, 1985b). No entanto, é necessário destacar que o mercado mundial transcende a noção dum espaço topográfico onde indivíduos realizam intercâmbio de coisas; não se trata da ampliação da feira medieval. O mercado mundial revela-se como componente de uma totalidade que perfaz o sistema do capital, enquanto circulação, produção e consumo.

Evidentemente essa compreensão do mercado mundial é *post festum*, ela só se torna possível com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Antes disso, prevalecia a noção mercantilista do mercado mundial experimentada nas feiras de Amsterdam, Antuérpia, Flandres, Lisboa e Londres. No interior do sistema do capital, o mercado mundial transforma a relação dos indivíduos entre si numa relação entre mercadorias. O mercado passa a determinar os comportamentos e as atitudes dos indivíduos. O modo de produção capitalista determina o processo de reprodução social em larga escala. O mercado mundial determina a relação dos homens entre si como relação estranhada, alienada, como se fosse relação entre coisas (MARX, 1985a). Aqueles que são destituídos dos meios de produção devem participar do mercado vendendo sua força de trabalho como mercadoria.

As delimitações fronteiriças impediam que o capital pudesse transcender a sua condição circunscrita da localidade no período do medievo. É somente com as grandes descobertas e as navegações que o capital pode

revelar sua natureza expansiva e acumulativa em grande escala. As distintas formas de composição do capital pressupõem a transcendência dialética da esfera unilateral da nacionalidade. Escreve Marx (2011, p. 219): “O mercado mundial não é só o mercado interno na relação com todos os mercados estrangeiros existentes fora dele, mas é simultaneamente o [mercado] interno de todos os mercados estrangeiros como partes integrantes, por sua vez, do mercado nacional”.

O capital mercantil é a mediação para preparar o terreno para o advento das relações genuinamente capitalistas. O ponto de partida do capital mercantil é a destruição tanto das relações de produção forjadas nas economias primitivas ou comunais como das formas de organização mais desenvolvidas, forjadas na produção de valor de valor uso.

O capital mercantil declara guerra à economia comunal e lança abaixo todas as suas formas de existência, porque a economia natural, explica Luxemburg (1985, p. 254), “cria dificuldades sérias às exigências do capital”. A dificuldade da economia primitiva em relação ao capital manifestou-se concretamente no processo de colonização, quando um capitalista tentou estabelecer o trabalho livre e assalariado e acabou sendo frustrado porque, esclarece Marx (1985, p. 296): “Enquanto o trabalhador pode acumular para si mesmo – e isso ele pode enquanto permanecer proprietário de seus meios de produção –, a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis”.

O modo de produção capitalista não pode conviver com a economia primitiva porque ela assegura ao trabalhador a propriedade ou a posse dos meios de produção e dos meios de subsistência. Na economia comunal, os trabalhadores não estavam cindidos dos meios de produção e dos meios de subsistência. A unidade existente entre trabalhador e os meios de produção era semelhante à unidade existente entre o caracol e sua concha. Na impossibilidade de realizar a cisão imediata entre o trabalhador e seus meios de produção mediante a inserção do trabalho livre e assalariado, o capital mercantil instituiu o trabalho escravo.

O capital mercantil dominou o trabalho mediante a recorrência aos mecanismos extra econômicos; a violência se constituiu como potência econômica. A acumulação originária permitiu a transferência de um volume monumental de riqueza das colônias para as metrópoles situadas na Europa, que teve na Inglaterra o lócus da revolução industrial. Sem a colonização e o mercado mundial seria impossível o salto qualitativo da manufatura para a grande indústria. O mercado mundial e a colonização desempenharam papéis imprescindíveis no processo de constituição do capital industrial; este não nasceu pronto e acabado, mas emergiu das relações estabelecidas pelo capital mercantil.

No tempo histórico da hegemonia do capital mercantil verifica-se um comércio transnacional que assegurou um processo monumental de acumulação primitiva de riqueza; este nunca perdeu sua relevância no interior do sistema do capital. O capital mercantil

estabeleceu um comércio transnacional e mundializado num contexto em que as relações capitalistas claramente coexistiam com as relações não capitalistas.

1.2 Colonização e escravidão colonial

A colonização é um fenômeno decorrente da expansão do capital mercantil e uma resposta às necessidades impostas por este. Trata-se de um mecanismo para solucionar os entraves, as tensões sociais e as disputas concorrenciais que perpassam a sociedade europeia. É uma forma de atender às demandas de expansão do capital comercial, ou seja, uma válvula de escape das demandas postas pelo capital mercantil, que precisava de novos mercados para fazer a transmutação de dinheiro em mais dinheiro.

A colonização é um preceito inexorável do processo de expansão do capital. Forja-se como *conditio sine qua non* do processo de acumulação primitiva de capital. Ela transcende uma perspectiva meramente comercial, em que a troca simples se constitui como seu elemento fundamental. A expansão comercial se converte em expansão do capital; a burguesia mercantilista exerce funções essenciais no processo de exploração da metrópole sobre a colônia e na exploração do trabalho assalariado na própria metrópole.

No contexto de ascendência da colonização e do mercado mundial, o capital escravista-mercantil é seu vetor essencial. Escreve Marx (2008, p. 443): “As descobertas geográficas, por certo, provocaram grandes

revoluções no comércio e maior velocidade no desenvolvimento do capital mercantil, e essas transformações constituíram fator fundamental de aceleração da passagem do modo feudal de produção para o capitalista”. Aliada às riquezas apropriadas nas colônias, o surto capitalista realmente floresceu nas regiões em que a produção caminhou para converter-se em produção industrial capitalista.

A produção de mercadorias com base na exploração do trabalho escravo tem como principal endereço a exportação ou o mercado mundial. Na Antiguidade inexistiam mercado mundial e produção de mercadoria voltada para a exportação, dada a inexistência de mercado externo. O elemento decisivo que distingue a escravidão antiga da escravidão moderna consiste no fato de que o capital mercantil conduz a produção a orientar-se complementemente para o valor de troca ou para o mercado, e não simplesmente para a reprodução simples ou o sustento de seus senhores.

O capital mercantil tem efeito dissolvente sobre as formas precedentes de organização da produção. Ele constitui um efeito devastador que faz com que o capital se comporte como uma espécie de dilúvio sobre as formas produtivas pretéritas.

Na esteira do capital usurário e do capital comercial, o capital mercantil revela-se um ponto de inflexão para o desenvolvimento das forças produtivas que pautam o desenvolvimento capitalista. Porque não pode inscrever imediatamente a subordinação real do trabalho aos seus imperativos e comando, o capital assume a forma

de capital mercantil, recorrendo ao trabalho escravo, ou seja, recorre aos métodos coercitivos para subordinar o trabalho aos seus pressupostos. A subordinação é formal e não real. A recorrência do capital mercantil à escravidão denota o processo de formação do capital. Escreve Marx (2008, p. 438): “O capital pode e tem de formar-se no processo de circulação, antes de aprender a dominar seus extremos, os diferentes ramos de produção, ligados pela circulação”.

Na colonização da América e da África, o capital mercantil desempenhou papel protagonista explorando diretamente a compra e venda de pessoas escravizadas, bem como a compra e venda das mercadorias resultantes da exploração do trabalho escravo. Ao invés de inserir-se diretamente na organização e no controle da produção, fundada na exploração do trabalho escravo, ele exerce papel intermediário, emprestando capital a juros aos senhores de engenho – a nascente burguesia agrária.

O capital mercantil é o principal vetor da colonização e assume a tarefa precípua de financiamento da produção agroexportadora, comércio com mão de obra africana, financiamento dos bens de consumo das classes dirigentes e da produção emanada da Europa. Para exercer o poderio absoluto sobre o reino da circulação e da produção de mercadorias nas colônias, o capital mercantil obteve o exclusivismo comercial mediante o apoio do Estado absolutista. O consórcio estabelecido com o absolutismo permitiu que a classe social portadora de capital mercantil tivesse acesso direto à terra nas regiões

colonizadas e pudesse controlar direta ou indiretamente a produção agroexportadora.

O capital mercantil engendrou o processo de colonização do Brasil mediante a conexão intimamente estabelecida da produção agroexportadora (açúcar, tabaco, ouro, algodão, café, borracha etc.) assentada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo. Segundo Marx (2008, p. 437): “Para desenvolver-se o modo capitalista de produção, é necessário historicamente que o capital mercantil exista e atinja certo grau de desenvolvimento”, pois o modo capitalista de produção pressupõe a existência de um amplo mercado e de uma produção que subordina completamente o valor de troca ao valor de uso.

O capital mercantil estabelece as bases para o controle ubíquo do capital sobre a totalidade social. Uma vez estabelecidas essas bases para o desenvolvimento da produção capitalista, o capital mercantil perde sua condição soberana e desempenha uma função coadjuvante. Onde continua a vigorar o capital mercantil depois da Revolução Industrial, as relações econômicas resultam em relações anacrônicas e arcaicas. Escreve Marx (2008, p. 444): “A história do declínio da Holanda como nação comercial dominante é a história da subordinação do capital mercantil ao capital industrial”.

A superação do capital mercantil pelo capital industrial representa tanto o declínio das nações puramente comerciais (Portugal, Espanha e Holanda) quanto o colapso da colonização inicialmente orquestrada da América, África e Ásia. Com isso, o comércio deixa de

controlar a produção industrial, sendo amoldado pelo capital produtivo ou industrial. No entanto, não se pode esquecer que o capital comercial impulsionou a produção segundo os critérios do valor de troca, desagregando antigas relações sociais. Este trânsito é descrito por Marx (2008, p. 441): “Não se limita mais a lançar mão do excedente, mas passa pouco a pouco a apoderar-se da própria produção, e submete a seu domínio ramos inteiros da produção”. A ação dissolvente do capital mercantil sobre as formas de organização pré-capitalistas depende na natureza de cada forma de organização da produção e obedece a um desenvolvimento desigual.

A inexistência de um exército de trabalhadores disponíveis plasmou a existência do capital mercantil. A abundância de terras nas colônias impedia o processo de constituição do trabalho assalariado, pois tornava o trabalhador desprovido de seu principal laboratório natural. Nas populações nativas do Brasil misturavam-se os meios de produção e a subsistência. Isso impedia a constituição do trabalho assalariado e possibilitava a prática do escambo. A força de trabalho nas colônias intensifica-se devido às dificuldades de adaptação dos aborígenes às exigências da produção para a troca e não da produção voltada para o valor de uso; e também devido ao fato de que a Europa não dispunha da capacidade de deslocar contingentes populacionais significativos para desenvolver processos de produção nas colônias. Basta lembrar o efeito dissolvente da “peste negra” sobre o contingente populacional europeu, que dizimou mais da metade de sua população no século XIV.

O processo de acumulação primitiva na América não seguiu o mesmo itinerário do processo de acumulação europeu. Aqui inexistia o feudalismo e a constituição da terra como propriedade privada. A noção de propriedade privada era estranha tanto às sociedades comunais quanto para as sociedades mais desenvolvidas, como astecas, olmecas, maias e incas. Nenhum desses povos conhecia o dinheiro; eles não constituíam relações sociais fundadas na produção de mercadorias ou de produtos para serem levados ao mercado. A possibilidade de oferecer uma massa de trabalhadores livres, soltos e desprovidos de meios de produção e meios de subsistência inexistia nas sociedades da América.

O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada pelas coisas (MARX, 1985b, p. 296). A simples propriedade do dinheiro, de meios de produção, de meios de subsistência e de máquinas não transforma uma pessoa num capitalista. Para que possa emergir a figura do capitalista é preciso que existam as condições que permitam a ocorrência do trabalhador assalariado. O trabalhador somente vende sua pele para ser esfolada pelo capitalista quando destituído dos meios de produção e dos meios de subsistência. Marx (1985b, p. 296) lembra o caso do Sr. Peel que:

O Sr. Peel, lamenta-se ele, levou meios de subsistência e meios de produção, num total de 50 mil libras esterlinas, da Inglaterra para Swan River, na Nova Holanda. O Sr. Peel foi tão precavido, que levou também 3 mil pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e

crianças. Uma vez alcançado o lugar de destino, “o Sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscalhe água do rio”. Infeliz Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Swan River.

A impossibilidade de transformar a terra em propriedade privada ou em meios de produção para o capitalista tornava impossíveis as relações de produção implementadas na metrópole. A propriedade privada de dinheiro e de máquinas somente pode converter-se em capital se existirem homens dispostos a vender sua força de trabalho como mercadoria. O dinheiro, para se converter em capital, precisa de um espaço social adequado para a realização da alquimia que faz sorrir o capitalista. O espaço para a produção do valor deve ser seguido do espaço para a realização do valor, pois presume a existência de um espaço comercial onde se possa mercadejar e intercambiar mercadorias.

A empresa colonizadora intenta destruir todas as relações sociais que obstem a transformação do trabalho em mercadoria. A recorrência da força e da violência fez-se necessária porque as comunidades assentadas na unidade existente entre meios de produção e trabalhador não aceitavam passivamente a sua dissolução e a passagem para um regime de acumulação com base na apropriação do excedente produzido pelo trabalho alheio. A sociedade comunal não admitia passivamente o colapso de sua existência social plasmada no controle direto dos produtores das riquezas produzidas, mesmo que essa

riqueza possuísse um baixo padrão de acumulação de excedentes.

O capital mercantil opera no sentido de destruir as formas primitivas de organização da produção, porque elas representam entraves ao modo de produção capitalista. O capital tem pressa em operar o movimento de acumulação e expansão. Ele não pode esperar que as economias comunais dissolvam-se espontaneamente a partir do desenvolvimento de suas forças internas. O processo de acumulação capitalista tem urgência em operar o processo de apropriação do excedente produzido por terceiros e recusa aguardar a emergência de um tempo histórico em que as personagens remanescentes do mundo comunal admitam a passagem ao novo modo de produção.

As barreiras constituídas pelas sociedades comunais ao livre desenvolvimento das relações mercantis serviram de fundamentação para o desencadeamento de uma guerra de vida ou morte. A empresa colonizadora operou uma espécie de genocídio e extermínio das sociedades comunais. A guerra desencadeada contra os aborígenes na etapa da acumulação primitiva de capitais teve como esteio a clara contraposição aos preceitos mercantis. A acumulação primitiva de capitais se inscreveu sob o signo da resistência dos povos comunais, em que foram dizimados milhões de seres humanos na América.

Uma vez destruídas as relações comunais dos povos da América, da Ásia e da África, o capital mercantil submete os povos que constituíam as sociedades primitivas aos preceitos do mercado mundial. No entanto, isso não se dará facilmente, porquanto subsistia um espaço

enorme de resistência e contraposição aos ditames do capital. Em todas as partes onde o trabalho escravo foi estabelecido houve revoltas e resistência.

O poder do capital é forjado desde o seu nascedouro mediante a centralização dos distintos capitais ociosos nas mãos do representante do capital. A concentração numa massa expressiva de dinheiro foi condição *sine qua non* da empresa colonizadora organizada sob os auspícios do capital mercantil. A concentração e a centralização são nodais na relação do capital com o trabalho. Isso pode ser observado desde o momento em que o capital intervém no processo produtivo que marca a manufatura. Esta se distingue claramente da produção artesanal pelo controle que o capitalista exerce sobre o processo produtivo.

O capitalista exerce controle do processo produtivo como um general, desde o instante em que convoca, reúne e agrupa os trabalhadores num mesmo espaço de produção para economizar meios de produção e tempo de trabalho. Esse é o papel centralizador que exerce na nova composição da divisão social do trabalho; uma massa é colocada em movimento sob o controle do capitalista e produz um *quantum* superior ao trabalho individualizado e fragmentado.

A divisão social do trabalho permite uma produção de riqueza de massa socialmente, que é apropriada individualmente pela personificação do capital. As relações de trabalho plasmadas na manufatura constituem aspectos essenciais do processo de transição do capital mercantil para o capital industrial, mas nada disso seria

possível sem o escravismo colonial. A riqueza oriunda da exploração do trabalho escravo foi o alicerce do desenvolvimento socioeconômico da Europa.

O sistema que envolve e perpassa a colonização está conectado ao processo de constituição do modo de produção capitalista, que expandiu seus tentáculos graças ao processo de acumulação primitiva de capital. Para assegurar esse processo de acumulação primitiva de capital nas colônias, o capital mercantil buscou organizar a produção mediante a recorrência à grande propriedade, à monocultura e ao trabalho escravo.

Para resolver o problema no Brasil, o trabalho compulsório se torna a saída. Assim, quando o capital industrial estiver em condições de moldar tudo aos seus propósitos, a terra deve se tornar propriedade privada mediante mecanismos que levem os trabalhadores a dedicar uma parte de seus salários à aquisição de terras, como fazem os imigrantes. Na impossibilidade de a terra ser propriedade privada, o trabalho será o escravo. Quando forem dadas as condições para que a terra seja privada, então o trabalho será livre. Terra livre não combina com trabalho livre, porque os trabalhadores se tornam senhores de seus meios de subsistência. O câncer anticapitalista das colônias precisa ser tratado diferenciadamente, por isso a distinção entre a colonização das 13 colônias americanas e a colonização espanhola e portuguesa.

O preço pago pelo fantástico desenvolvimento das forças produtivas requereu o extermínio de quase 100 milhões de pessoas na América. O extermínio e o genocídio praticados pelos colonizadores europeus deram-

se mediante as guerras, bem como pelas epidemias espalhadas pelos colonizadores, a exemplo de sarampo, varíola, rubéola, sífilis, tuberculose, coqueluche, catapora, peste bubônica, difteria, disenteria amebiana e gripe. Sem a recorrência a esses expedientes rastejantes e torpes a colonização teria sido ao menos retardada, pois os indígenas venceram os colonizadores europeus em distintos confrontos; entretanto, ao inimigo invisível das bactérias e vírus, os corpos indígenas não evidenciaram qualquer espécie de imunidade.

A colonização portuguesa se distingue da colonização espanhola e da colonização britânica. A colonização portuguesa do Brasil não encontrou imediatamente sociedades portadoras de excedentes econômicos fantásticos como as sociedades incas, maias e astecas; tampouco encontrou uma sociedade desenvolvida que poderia, mesmo com suas limitações, aceitar o desenvolvimento de determinadas práticas de exploração do trabalho distintas do trabalho escravo. Não foi possível na colônia lusitana aplicar os mecanismos do trabalho compulsório mediante a recorrência da *encomienda*; a escravidão precisou ser estabelecida diretamente sem meios-termos.

A experiência dos portugueses com a exploração do trabalho escravo denota que o processo de acumulação de capitais não poderia ser forjado simplesmente na base da pilhagem (extração de madeira) e de saques, como fizeram os espanhóis em suas colônias. Não havia muito que pilhar pelos representantes do capital mercantil no Brasil, por isso os portugueses adotaram o modelo

plantation ou a produção agroexportadora. As experiências bem-sucedidas nas ilhas da Madeira, Açores e São Tomé foram transpostas para o Brasil; desse modo, teve início o amplo processo de colonização mercantilista do Brasil, em que praticamente toda a sua população nativa será eliminada em menos de dois séculos.

A maldição do trabalho escravo seria realizada pela força de trabalho traficada brutalmente do continente africano. Foram quatro séculos de trabalho escravo, latifúndio e monocultura. Na produção destinada ao mercado externo aproximadamente 10 milhões de pessoas foram sacrificadas no altar do capital mercantil. A Europa foi o grande centro da economia mundial, superando os grandes impérios que existiram no passado (chinês, muçulmano, bizantino etc.).

1.3 Os equívocos da consideração do “escravismo colonial” como novo modo de produção

O modo de produção do período da colonização brasileira é um terreno extremamente aberto e sujeito às múltiplas interpretações. Para isso, conta-se com a participação de teóricos (sociólogos e historiadores) como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Fernando Novais, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Antonio Carlos Mazzeo, Ciro Flamarion Cardoso, Jacob Gorender, André Gunder Franck, Ruy Mauro Marini etc. O debate entre os marxistas oscilou entre a permanência na interpretação

aberta por Karl Marx e as tentativas de formulações inovadoras.

O presente subcapítulo concentrar-se-á na exposição e na análise crítica da obra de Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (1978), por sua densidade e riqueza. Essa obra é uma tentativa meticulosa de interpretar o escravismo praticado no Brasil como um modo novo de organização da produção. A existência de múltiplas abordagens na compreensão do período histórico da colonização denota a necessidade duma investigação séria do rico legado brasileiro acerca de um desenvolvimento econômico plasticamente distinto do modelo clássico de desenvolvimento do capitalismo.

Na referida obra, Jacob Gorender apresenta uma amostragem panorâmica das diferentes tentativas de interpretação do Brasil, iniciando pela apresentação da interpretação centrada na tipologia feudal. Essa posição será partilhada por Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e outros, que procuram fundamentar uma investigação, de base marxista, centrada na existência de um modo de produção feudal ou duma forma híbrida, feudal-escravista, no Brasil. Essa teoria encontra em Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré sua máxima expressividade.

Uma segunda interpretação ou chave para entender o período colonial brasileiro aparece, segundo Gorender (1978), na teoria dos ciclos econômicos. Nessa perspectiva, a história nacional comparece articulada ao comércio exterior, ou seja, à produção de matéria-prima para o mercado internacional. *A Evolução econômica do*

Brasil, de J. F. Normano, tem como fundamentação as *Épocas de Portugal Econômico*, de J. Lúcio de Azevedo, em que a história de Portugal é constituída a partir da teoria dos ciclos econômicos. Com exceção dos ciclos da pimenta e dos produtos africanos, todos os demais ciclos da história de Portugal se acham na história do Brasil. O livro de Normano contém uma exposição mais detalhada dos ciclos econômicos e dos sistemas econômicos implantados no Brasil. A obra de Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, representa o ápice da teoria dos ciclos.

Apesar de a obra de Caio Prado Júnior recorrer aos ciclos, observa-se nela uma distinção significativa, pois “ao invés de tomar os ciclos dos produtos de exportação como épocas ou sistemas econômicos, Caio Prado Júnior descobriu neles manifestações sequenciais de algo mais profundo, de uma realidade permanente e imanente – a estrutura exportadora da economia colonial” (GORENDER, 1978, p. 3). Caio Prado Júnior empreende a investigação do arcabouço socioeconômico que matizou a colonização brasileira, em que a sua natureza e sentido se expressam na grande propriedade, na monocultura e no trabalho escravo.

A estrutura exportadora recebeu tratamento acentuado nas obras de Celso Furtado, Alice Canabrava e Fernando Novais, entre outros. Essas obras afirmam que a estrutura patriarcal perde sua predominância perante a estrutura agroexportadora, assumindo o senhor de engenho a função de empresário (burguesia agrária). Facon e Novais (1973) concentram suas energias na investigação

da natureza do capital mercantil no processo de abolição pombalina da escravidão em Portugal – segunda metade do século XVIII.

A perspectiva de Fernando Novais se distingue da interpretação oferecida por Ciro Flamarion Cardoso (1979, 1982) e Barros Castro (1977, 1980), que destacam a presença de uma “brecha camponesa” e escravos a cultivarem um lote de terras para si e a comercializarem os frutos de sua produção. Isso serve de prova empírica para questionar a afirmação do modo de produção estabelecido no Brasil como essencialmente capitalista.

Para Gorender (1988), quem deu um passo significativo na perspectiva de elucidar “o modo de produção escravista colonial” foi Ciro Flamarion Cardoso em sua obra *Sobre os modos de produções coloniais na América*. No entanto, Gorender entende que Cardoso padece da falta de “uma teoria geral do escravismo colonial que proporcione a reconstrução sistemática do modo de produção como totalidade orgânica”. Tarefa que Gorender pretende realizar em sua obra *Escravidismo colonial*.

Apesar de Gorender flertar com Max Weber, a sua posição se distingue das de Florestan Fernandes (1967 e 1968) e de Paula Beiguelman (1981). Embora busque uma posição mais concentrada no movimento das forças econômicas endógenas do que exógenas, Gorender também se distingue das pesquisas de Emilia Viotti da Costa (1966) sobre o escravismo em São Paulo, de Fernando Henrique Cardoso (1962) sobre o escravismo no Rio Grande do Sul e de Octávio Ianni (1962) sobre o

Paraná. Esses pesquisadores buscaram compreender a escravidão como forma de trabalho, e suas implicações do desenvolvimento da economia mundial; particularmente, em entender o novo modo de produção que daí emerge. Em Maestri e sua pesquisa sobre o escravismo no Rio Grande do Sul subsiste uma profunda relação de reciprocidade.

Para Maestri (2005, p. 11), em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender “superava a tradicional apresentação cronológica de cunho historicista do passado do Brasil para definir em forma categorial-sistemática sua estrutura escravista colonial”, ou seja, ele buscou empreender um estudo “estrutural” daquela realidade, para penetrar “as aparências fenomenais e revelar” sua “estrutura essencial”, seus “elementos e conexões internos e o movimento de suas contradições”.

A afirmação do modo de produção escravista colonial de Gorender (1978) tem seu ponto de partida na afirmação: 1) da noção de “modo de produção asiático” desenvolvida por Marx, que serve para refutar o determinismo stalinista dos cinco modos de produção; 2) das pesquisas de Eugene D. Genovese, enunciadas em *Economia política da escravidão*, em que se postula que no Sul dos EUA houve um sistema mercantil muito distinto das relações capitalistas; 3) dos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso (1973).

A pesquisa de Gorender (1978) acerca da anatomia do modo de produção engendrado no Brasil é completamente *sui generis*, pois se baseia no encontro dos colonizadores com as populações aborígenes, algo

essencialmente novo, que ele entende como modo de produção escravista colonial. No entanto, ao focar sua interpretação na importância de estudar com acuidade a particularidade do desenvolvimento econômico, acaba por desconsiderar o aspecto fundamental da colonização, enquanto produto do mercado mundial e do processo de mundialização da economia pelo capital mercantil.

A afirmação do modo de produção como uma categoria historicamente nova, na visão de Gorender, emerge da articulação estabelecida entre os níveis histórico, lógico e metodológico. Para isso Gorender não se furta somente a refutar o estruturalismo e as tipologias weberianas, mas chega a refutar as próprias referências marxianas expressas em *O capital* acerca do escravismo moderno, que ele considera como simplificadoras, quando salienta a estrutura escravista típica do mercantilista como anacrônica no tempo histórico do capitalismo industrial.

Para Gorender, o conceito de modo de produção não se restringe tão somente à produção de bens materiais, mas constitui-se como uma totalidade orgânica que envolve produção, distribuição e consumo. O modo de produção é “o princípio formador da organização social dos homens” (GORENDER, 1978, p. 10). Em seu entendimento, “o estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material” (1978, p. 11).

Nesse sentido, ele reconhece que os modos de produção não são “puros”, podendo conter em si elementos dos modos de produção precedentes ou que estão em gestação. Perante os modos de produção e as

formações sociais, Gorender esclarece o propósito de sua obra *Escravidismo colonial*: “O objeto desta obra, estritamente limitado, é o modo de produção escravista colonial” (1978, p. 11). Não se trata de apresentar a totalidade da formação social escravista, mas apenas o seu fundamento.

Para Gorender, o modo de produção, enquanto articulação entre relações de produção e forças de produtivas, constitui-se como o fundamento ontológico da sociedade humana. É uma totalidade orgânica e um processo reiterado que envolve produção, distribuição e consumo. Já as formações sociais são compreendidas como algo que transcende o modo de produção, pois envolvem as formas de consciência que emergem da organização da vida material.

A formação social é resultado da articulação entre consciência e modo de produção, estrutura e superestrutura. Gorender tem consciência da distinção existente entre formação social escravista e formação social capitalista, concentrando sua atenção no modo de produção colonial escravista. Escreve Gorender (1978, p. 13): “a categoria de modo de produção só é concebível em cada organização social historicamente determinada”. E recorrendo a Marx, salienta que ele “não indicou, porém, que tivesse uma única linha de desenvolvimento histórico” (GORENDER, 1978, p. 14).

Ao combater o stalinismo, recusa a visão mecanicista da história que excluiu completamente o modo de produção asiático na constituição da história mundial. Gorender (1978) destaca que, *Na origem da*

família, da propriedade privada e do Estado, “Engels introduziu a evolução particular dos povos germânicos, os quais passaram da comunidade primitiva ao feudalismo sem conhecer o estágio escravista” (1988, p. 14). A sequência evolutiva – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo e capitalismo – não levou Engels a desconsiderar a particularidade de cada desenvolvimento histórico e a se deixar levar por um esquematismo universal.

O esquematismo dos quatro tipos de relações de produção e modos de produção acabou se impondo no campo dos estudos marxistas, em que toda a história universal ficava de antemão delimitada por uma espécie de sequência unilinear. O stalinismo desconsiderava a diferenciação, e o conteúdo era mecanicamente estabelecido desde os seus primórdios. O lógico determinava o ontológico.

Gorender reconhece a relevância do texto marxiano – “Formas que precedem a produção capitalista” – como um elemento relevante para explorar “a multilinearidade da evolução histórica, de acordo com a concepção genuína de Marx e Engels” (1978, p. 17). O reconhecimento da existência do modo de produção asiático leva à afirmação da “imanência da dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas em primeiro lugar, os próprios homens – e a revolução das relações de produção” (GORENDER, 1978, p. 17).

O objetivo da obra de Gorender (1978) é “estudar o escravismo colonial no Brasil ao nível do conhecimento categorial-sistemático da história” (1978, p. 17). Para

Gorender (1978, p. 29), “a realidade histórica – como toda a realidade – existe independentemente de que a conheçamos. Nisso consiste sua objetividade. Mas, desde que a queiramos conhecer, sua existência perde a pureza e se torna referencial ao sujeito do conhecimento”. O “dado puro” ou “fato bruto” é uma contradição *in adjecto*. Para Gorender, “o dado só o é para o historiador que sabe interrogá-lo, e interrogar pressupõe atitude ativa, orientação anterior à recepção do dado de que lhe confere significado de dado” (1978, p. 29). Infelizmente, essa afirmação afasta-se completamente de Marx; trata-se de uma concepção do pensamento kantiano.

É preciso sempre lembrar, contra as posições subjetivas, que o materialismo dialético não considera as categorias “como resultados de alguma enigmática produtividade do sujeito, senão como formas constantes e gerais da realidade objetiva mesma” (LUKÁCS, 1966, p. 57). As categorias não são apenas produtos da subjetividade humana; são tanto dadas no cérebro quanto na realidade. É preciso “não esquecer que as categorias exprimem formas de existência determinadas, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 224). O pensamento de Marx busca esclarecer a natureza das diferenças históricas em seu ser-precisamente-assim.

O subjetivismo se expressa ainda nas *Reflexões metodológicas*, quando Gorender (1978, p. 30) afirma: “A teoria resulta de um ato da mente que pensa, a qual se apropria do mundo à sua maneira específica, à maneira

conceitual, diferente, como escreveu Marx, da apropriação do mesmo mundo pela via artística, religiosa ou prática espiritual”. Aqui Gorender se afasta de Marx e se aproxima de Marc Bloch em *Introdução à história*.

Esse subjetivismo permite que Gorender empreenda a defesa do modo de produção como espécie de modelo. Escreve Gorender (1978, p. 31): “A meu ver, não cabe a rejeição *in limine* da noção de modelo, sob a alegação de sua origem ideológica”. Os modelos combinam variáveis, em regra, “quantificáveis no quadro previamente elaborado pela teoria geral [...]. Assim, os modelos se validam teoricamente pela própria teoria geral, sem a qual não teriam consistência. Nesta acepção restritiva, e só nela, a noção de modelo se legitima metodologicamente” (GORENDER, 1978, p. 31-32).

Ainda segundo Gorender (1978, p. 31): “Com a teoria geral do modo de produção capitalista, Marx não elaborou um modelo operacional e conveniente, porém sistematizou categorias e leis que, sob formas particulares, se manifestam em todos os países onde o modo de produção capitalista se desenvolveu”. Para Gorender (1978), Marx empregou de maneira abundante os modelos em *O capital*, nas formas de modelos de “reprodução simples” e “reprodução ampliada”, modelos da “renda da terra capitalista”. Já Lenin recorreu aos modelos, como, por exemplo, o modelo de “progresso técnico”, como expansão acelerada do capital constante em relação ao capital variável (GORENDER, 1978, p. 32).

No entendimento de Gorender (1978, p. 32), “os modelos não só trazem precisão à teoria geral, mas ainda

podem conduzir inferências dedutíveis que representam novas aquisições do conhecimento no quadro da teoria geral”. No entanto, Gorender destaca que modelos não são tipos ideais, como projetam Oskar Lange e Max Weber. Ele considera que inexistente compatibilidade entre marxismo, neokantismo e weberianismo. Existe incompatibilidade porque os tipos ideais são a-históricos e tomam os fenômenos isoladamente e de maneira unilateral, formando um pensamento homogêneo destituído de substancialidade.

Segundo Gorender (1978), o modo de produção é uma categoria rigorosamente histórica e os tipos weberianos são profundamente abstratos. A análise weberiana é lógico-formal, enquanto a marxista é uma síntese dialética que unifica as múltiplas contradições (GORENDER, 1978, p. 33-34). O reconhecimento da diferença não impede Gorender de reconhecer o mérito da investigação empírica de Weber: “não sou dos que desconhecem a notável contribuição de Weber ao pensamento sociológico e historiográfico”.

“Apoiado no saber enciclopédico e na enorme capacidade de investigação empírica, Weber incorporou à moderna ciência social elementos e categorias que nenhum marxista deve negligenciar” (GORENDER, 1978, p. 35). O reconhecimento do mérito de Max Weber influencia a obra que considera “o escravismo colonial como um modo de produção historicamente novo” (1978, p. 35). Veremos mais detalhadamente os limites da tese do escravismo colonial como um modo de produção essencialmente novo no pensamento de Gorender.

Em seu artigo “O escravismo colonial: modo de produção ou formação social?”, Mazzeo (1986, p. 206) entende que a fragmentação da análise de totalidade, na obra de Gorender, “aparece justamente na sua concepção de formação social, onde se evidencia certa ‘autonomia da formação social’ em relação ao modo de produção, em sua conformação, enquanto totalidade”.

Primeiro, Mazzeo (1986) observa que Gorender supervaloriza a categoria econômica e desconsidera outras categorias quando afirma: “A estrutura econômica forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social”. Ele não leva em conta a totalidade como um complexo de complexos, em que subsiste uma interação das partes entre si e cada momento se constitui numa expressão do todo. A totalidade não é um “constructo” recortado e separado dela mesma, ou seja, uma abstração formal contraposta ao objeto da apreensão analítica. A totalidade, segundo Mazzeo (1986, p. 208), “é concreta, resulta na compreensão da realidade empírica e de suas múltiplas determinações e, por isso, a totalidade é ponto de chegada, não ponto de partida. Apreendida sob o ponto de vista ontológico, a totalidade em processo não é mais do que o próprio entendimento do ser social em desenvolvimento”.

Mazzeo (1986) argumenta que “encontramos em Gorender uma ambiguidade, no que concerne à própria formação social, enquanto particularidade”. Essa ambiguidade se expressa na tentativa de encontrar modelos em Marx. Apesar de reconhecer que o particular se constitui como “existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral”, Gorender cai na

armadilha de considerar o particular como um modelo, a partir das conceituações apontadas por Cesare Luporini e Emilio Sereni. Para Luporini, “o marxismo elaborou uma noção científica de modelos teórico-abstratos que dão conta do fato econômico que tem lugar no interior de determinados sistemas concretos” (MAZZEO, 1986, p. 207).

O modelo tem uma função heurística ou interpretativa acerca daquilo a que se refere. Isso implica um afastamento radical da posição marxiana, pois a teoria não apanha o real seu movimento efetivo e em sua dinamicidade, mas numa concretude fracionada. Ao invés de apanhar a particularidade como processo que manifesta a dinamicidade da concretude, Gorender prefere considerá-la como um modelo demonstrativo que apreende apenas uma parcela do real.

A relação dialética entre universal e particular é um elemento imprescindível para entender a relação entre modo de produção e formação social. O universal é “uma abstração realizada pela própria realidade”. A partir daí é possível entender a relação dialética entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e o caráter das formações sociais coloniais; nelas encontramos uma subordinação das forças produtivas e uma subordinação formal do trabalho ao processo de reprodução do capital.

Ao recorrer à noção de modelo, Gorender afasta-se claramente do pensamento marxiano, haja vista que Marx nunca tratou das categorias acima mencionadas (reprodução simples e ampliada, renda da terra) como modelos, senão como formas moventes e movidas da

realidade, como determinações da existência e formas de ser. Ao elucidar a forma como essas categorias se acham no interior do desenvolvimento do capital na economia mais desenvolvida da época, a Inglaterra, Marx revela o momento “onde as leis gerais encontram-se em sua plenitude, no sentido de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção” (MAZZEO, 1986, p. 208). Para Mazzeo (1986, p. 208): “Situar uma formação social no nível de modelo determina o esvaziamento do ontológico na análise marxista, pois a totalidade é reduzida a uma entidade construída a partir do que se pensa sobre ela, tornando-a uma tipificação”.

No entendimento de Gorender (1978), o confronto dos portugueses com as tribos indígenas (modo asiático) ou o confronto da sociedade feudal ibero-lusitana (pioneira do mercantilismo) com a sociedade comunista primitiva resultou na escravidão colonial. Esta não é uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal ou no Brasil.

Segundo Gorender, o próprio Marx afirma que o trabalho escravo na América constitui uma anomalia no contexto do trabalho livre. No entanto, Gorender recusa a noção de anomalia conferida por Marx ao trabalho escravo nas colônias. Anota Gorender (1978, p. 42): “Creio, porém, implausível classificar de anômalo um modo de produção que representou uma tendência dominante, durou séculos, avassalou enormes extensões territoriais, mobilizou dezenas de milhões de seres humanos e serviu de base à organização de formações sociais estáveis e inconfundíveis”.

De acordo com Gorender (1978, p. 42), a consideração do escravismo americano como um “capitalismo anômalo” “reflete um entendimento imaturo que, com relação a este problema, era certamente o de Marx, *quando desenvolvia, sem finalidade de publicação, as reflexões preparatórias de O capital*”. Salienta ainda que sua obra se afasta completamente do entendimento do escravismo como uma anomalia. E contra Marx, afirma de maneira categórica: “na questão do escravismo americano, considero inaceitável a tese do caráter capitalista, anômalo ou não” (GORENDER, 1978, p. 42).

Ao recusar considerar a forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil como atípica ou anômala, Gorender se recusa a apreender a natureza contraditória do capital, deixando implícita a noção de que o capitalismo se constitui como uma homogeneidade destituída de profundas contradições. O ser e o não-ser perpassam de alto a baixo o sistema do capital, que se submete a formas pretéritas e anacrônicas de organização da produção aos seus propósitos.

Conforme Gorender, é fundamental entender a peculiaridade do modo de produção escravista colonial e evitar o raciocínio que opera com analogia e tenta aproximar ou comparar o modo de produção escravista colonial com o modo de produção capitalista. Escreve ele: “É tentador equiparar o escravismo colonial ao capitalismo e isto nos conduz a um beco sem saída” (1978, p. 43).

Ao estabelecer a distinção entre escravismo antigo (patriarcal) e escravismo colonial, escravismo patriarcal e escravismo mercantil, Gorender avança para elucidar a categoria “plantagem” como fundamento da produção escravista, estruturada na exploração do trabalho escravo, na produção agroexportadora e na grande propriedade. Para Gorender, o escravismo colonial estaria assentado sobre leis específicas, como a “lei da renda monetária; lei da inversão inicial da aquisição do trabalhador escravizado; leis da rigidez da mão de obra escravizada; lei da correlação entre economia mercantil e economia natural na plantagem escravista; e lei da população escravizada” (MAESTRI, 2005, p. 14).

Ao concentrar sua atenção nos aspectos internos da economia brasileira, Gorender desconsidera sua profunda articulação com o capital enquanto totalidade social e acaba forçando a realidade para que ela caiba num determinado modelo: o modo de produção escravista colonial. Para isso, não se cansa de atacar aqueles historiadores, como Caio Prado Junior e outros, considerando-os indevidamente como defensores de uma filosofia da história.

Ao eleger o particular como centro de sua investigação, não considera o movimento de mundialização do capital, o mercado mundial e a totalidade como um complexo de complexos. Com isso, não percebe que o novo não é modo de produção escravista colonial, mas é o capital mercantil que submete os modos pretéritos de organização da escravidão aos seus propósitos de maneira universal, abrangente e totalizadora.

A implementação do escravismo nas colônias se coloca como uma necessidade inexorável ao processo de constituição da acumulação primitiva de capital e do mercado mundial.

O escravismo se impõe como uma necessidade, pois naquele momento histórico não havia a mínima possibilidade de implementação do trabalho livre e assalariado. O capital ainda não reunia as condições para subordinar efetivamente o trabalho aos seus propósitos. Quando o capital incorpora outros modos de produção (atípicos e anômalos), isso implica a subordinação de cada um desses modos aos seus imperativos, dando a cada um deles seu conteúdo.

O capital não apenas subordinou a formação social colonial aos seus propósitos, como subordinou as formações sociais existentes na Ásia aos seus interesses. Não se pode desconsiderar a relação do universal com o particular, ou seja, o papel protagonista do capital mercantil no processo de constituição do sistema colonial. Infelizmente, o esmerado estudo sobre a particularidade nacional expresso na densa obra de Jacob Gorender padece do problema de não levar em conta as ricas determinações da totalidade social. Ele relewa a primazia do mercado mundial no processo de estabelecimento da produção agroexportadora brasileira.

Não subsiste a menor autonomia do sistema escravista colonial em relação ao capital mercantil e ao mercado mundial; tampouco há a mínima possibilidade de uma interpretação efetivamente marxiana do processo de colonização do Brasil sem considerar o sistema do capital

e modo de produção capitalista. O papel da ciência é apreender as ricas conexões da realidade e refletir “adequadamente o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento, em sua complexidade, em suas verdadeiras proporções” (MAZZEO, 1986, p. 210).

Para Mazzeo (1986, p. 210), “o escravismo colonial, então, surge como uma formação social particular da universalidade capitalista, pois na mediação entre o particular e o universal é que se estabelecem as concreções do modo de produção geral – o capitalismo, isto é, o universal realiza-se no particular”. A formação escravista colonial não pode ser apreendida de modo desconectado da mundialização do capital. O particular “é o próprio universal concretizado, o modo de produção objetivado”. Em outras palavras, não existe um modo de produção novo que emergja na história da humanidade no tempo histórico da colonização e do colapso das relações feudais que não seja o modo de produção capitalista mediante o mercado mundial.

O modo de produção novo é o capitalista e não o modo de produção escravista colonial. O escravismo colonial ou a colonização se constitui como uma das várias formações sociais resultantes do processo de desenvolvimento do capital em seu período histórico de acumulação primitiva de capital. Nesse período histórico, o capital demonstrou cabalmente como a violência aberta e declarada se constitui como uma potência econômica e uma ferramenta essencial para expropriar as riquezas produzidas por formas distintas de organização da produção. Ademais, submeteu as distintas formas de

organização da produção (atípicas e anômalas) aos seus propósitos de reprodução ampliada.

O capital, totalidade perpassada por múltiplas contradições, encontrou no escravismo colonial uma forma não clássica de apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores. Daí Marx considerá-lo uma anomalia a ser superada pelo capital industrial. As relações de trabalho não mais estariam assentadas na exploração do trabalho escravo, mas numa forma muito mais sofisticada de exploração do trabalho tecida por fios invisíveis.

CAPÍTULO II

O CAPITAL INDUSTRIAL COMO SEGUNDA MANIFESTAÇÃO DA MUNDIALIZAÇÃO

É preciso apanhar a essência do capital; para isso, se faz necessário entender a natureza ontológica das categorias. Marx sempre enfatizou o caráter ontológico da economia, não admitindo nenhuma fetichização de sua constituição efetiva. O programa marxiano resultou na radicalização da crítica hegeliana ao universo da “habitual ternura pelo mundo sensível” que perpassava o mundo prosaico.

A crítica marxiana da economia política tem como fundamentação o arsenal filosófico hegeliano contraposto à afirmação kantiana da impossibilidade do conhecimento das coisas em sua essencialidade. No entanto, enquanto Hegel se manteve na perscrutação do programa abstrato de superação da consciência alienada assentada na perseguição da autoconsciência filosófica e da autossuficiência do conceito, nunca conseguindo operar uma unidade dialética entre teoria e prática, Marx forneceu as bases fundamentais para o entendimento da práxis humana e da superação da processualidade histórica assentada na alienação e na exploração do trabalho.

Marx nunca desprezou o legado hegeliano acerca das “mediações concretas” para elucidar a anatomia da

sociedade burguesa. Ele recorreu às mediações concretas a fim de desmistificar as estruturas de comando do capital sobre o trabalho. O ponto de partida de sua investigação é o complexo econômico, devido à relevância que este complexo desempenha perante os demais complexos que constituem a totalidade social. Isso não implica que os resultados da investigação alcançados na elucidação e crítica da economia política da burguesia possam ser mecanicamente aplicados ao estudo de outros complexos parciais.

Não é possível entender as categorias isolando-as umas das outras, como faz a economia política. É preciso “analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” em sua totalidade concreta. A totalidade precisa ser qualificada, pois não se trata da totalidade imediata e carente de mediações, como a totalidade que serviu de fundamentação ao fascismo ou aos sistemas totalitários. A totalidade concreta é uma totalidade dinâmica e que se move constantemente, superando a rigidez das formas petrificadas de interpretação do mundo.

Apreender a totalidade social como um complexo dinâmico é uma tarefa que exige esforço e ciência. A dificuldade de apreender a totalidade na sua complexidade leva o pensamento burguês a afirmar a impossibilidade do conhecimento da coisa em-si e a inexistência da coisa em-si e, conseqüentemente, a defesa unilateral duma subjetividade destituída de objetividade, da fragmentação do processo de apreensão do mundo e da entronização dogmática da “habitual ternura pelo mundo sensível”.

Contra as postulações recalcitrantes da totalidade, é fundamental qualificar a totalidade como: 1) uma unidade concreta das contradições interagentes; 2) a relatividade sistemática de toda totalidade: a totalidade é constituída de totalidades subordinadas; 3) a relatividade histórica de toda totalidade: a totalidade é mutável e determinada historicamente (MÉSZÁROS, 2013, p. 58).

Apreender a totalidade concreta do objeto não implica desconsiderar a totalidade imediata, mas superar a totalidade imediata, apontando a relação dialética existente entre o mundo fenomênico e o mundo essencial. Assim, é preciso superar os amálgamas recalcitrantes que envolvem o fetichismo do capital. Daí a necessidade de apanhar a verdadeira relação imediatividade-mediação-totalidade.

As categorias são formas moventes e movidas da realidade. A teoria configura-se como um espelhamento da realidade, não se constituindo como a própria realidade, mas emanadas do movimento efetivo do real. Nesse aspecto, é preciso considerar o capital como uma totalidade perpassada por uma série de complexos de complexos que somente pode ser apanhada mediante a articulação do todo com as partes e das partes com o todo, do particular com o universal e do universal com o particular.

No movimento processual do capital como uma totalidade abrangente forjada por múltiplas contradições encontram-se as distintas categorias que asseguram seu processo de reprodução ampliada. A realidade é uma

totalidade concreta e uma síntese das múltiplas determinações⁴. Por determinação deve-se entender a particularidade, e toda particularidade é uma negatividade⁵. É através da elevação do abstrato ao concreto que o pensamento se apropria da realidade, sem que isso implique alguma identidade entre o pensamento e o ser.

O concreto consiste numa totalidade interativa com as partes. O abstrato é formado pelas coisas que são parte dos enunciados que inexistem se cindidos e alienados da totalidade concreta. Uma mesa, por exemplo, configura-se como parte do mobiliário de uma residência. A mesa enquanto tal é um abstrato, ou seja, quando aparece isolada ela é abstraída da realidade. Para entender a mesa é preciso trazer à luz o mundo social em que ela se insere. A mesa de uma casa burguesa é distinta de uma mesa camponesa. A mesa produzida pela indústria moderna é distinta da mesa produzida na sociedade medieval. Para entender a mesa na sua essencialidade, é preciso abstraí-la

4 Segundo Netto (2011, p. 45), “Cabe também precisar o sentido das ‘determinações’: determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade; nas palavras de um analista, para Marx, a determinação é um ‘momento essencial’ constitutivo do objeto” (DUSSEL, 1985, p. 32).

5 Escreve Marx (2003: 52): “*Das Konkrete ist konkret, weil es die Zusammenfassung vieler Bestimmungen ist, also Einheit des Mannigfaltigen*” [O concreto é concreto porque é concentração das múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade]. Por determinação se entende a particularidade, e toda particularidade é uma negatividade, pois, como afirmava Espinosa: “Toda determinação é uma negação” (*ominis determinatio est negatio*).

da totalidade de que é “parte” e considerá-la em sua essência (DUSSEL, 1979, p. 30).

A mesa que aparece no interior de uma residência burguesa é uma totalidade que se distingue da mesa projetada e objetivada pelo marceneiro ou carpinteiro. Não posso apreender a natureza da mesa se não considero seu movimento imanente de constituição. Ela é produto do trabalho humano, da interação entre subjetividade e objetividade, entre teleologia e causalidade. A árvore que adentra no mundo dos homens como madeira tornou-se um ente na mundanidade social dos homens. As relações causais que perpassavam o mundo natural das árvores sofreram interferências da ação humana, transformando-se em tábua, matéria-prima da madeira. Inexiste no ser da árvore qualquer espécie de preceito teleológico ou finalidade de servir como tábua ou mesa. O operário de uma madeireira capitalista que se dirigiu à floresta e cortou uma árvore para transformá-la em mesa se distingue do homem das sociedades pré-capitalistas que fizeram mesas para seu próprio consumo.

A mesa que emerge no interior da residência burguesa como valor de uso, numa relação social com o conjunto da mobília da sala burguesa, foi produzida visando à troca. A transformação da árvore em madeira e mesa teve como elemento regente o valor de troca; o valor de uso não passou de uma mediação fundamental para que pudesse operar-se o processo de constituição do valor. Existe um processo de ascendência da mesa abstrata à mesa universal como uma totalidade concreta.

A mesa da residência burguesa inexistente desvinculada da totalidade de mesas possíveis no decurso da história da humanidade e do conjunto de mesas conhecidas na sociedade burguesa, nas sociedades de classes e nas sociedades comunais. A mesa singular inexistente sem a mesa universal (abstrata) e a mesa abstrata inexistente sem a mesa singular. Toda vez que se diz mesa se pensa uma mesa como “aquela” ou “esta”. É praticamente impossível designar um ente singular sem recorrer ao universal, sem articular o singular com o gênero. A abstração consiste num processo de separação e apartamento de algo de seu gênero, é um movimento de isolamento de algo de seu todo. A banana que é separada do cacho, o peixe que é isolado do rio ou que é abstraído do rio, são processos de abstração. A totalidade é formada por uma série de complexos em que as partes interagem com o todo e vice-versa.

A totalidade não é um movimento regular e uniforme, mas se move em contradições. A contradição é a essência do modo de produção capitalista, já que o capital é contradição viva (MARX, 2011). A análise marxiana tem como eixo fundamental a elucidação do caráter multifacetado e contraditório da realidade, porquanto leva às últimas consequências a afirmação do caráter objetivo das categorias e não se perde no reino das abstrações universalizantes. A tarefa de elucidação da ossatura do sistema do capital é uma atividade complexa e difícil porque inexistente identidade entre aparência e essência.

A inexistência de identidade entre o movimento da aparência e da essência do capital denota a necessidade da

recorrência à economia política do proletariado constituída por Karl Marx, ou seja, a necessidade de forjar uma ciência que transcenda o caráter limitado da ciência burguesa. Marx destacou a relevância da ciência burguesa, mas evidenciou também seus limites. A relação crítica estabelecida com a economia política, com a filosofia clássica alemã e com o socialismo utópico desvela a necessidade de ir além do capital e constituir uma forma de sociabilidade assentada na emancipação do trabalho e da humanidade.

A crítica marxiana à economia política é de natureza ontológica; não se trata da crítica epistemológica da ciência nem se circunscreve ao simples terreno da natureza do conhecimento. A crítica marxiana ao pensamento burguês dirige-se ao seu fundamento ontológico: a natureza abstrata do trabalho. O problema de Hegel e da Economia Política deve-se a seu ponto de partida. Ambas têm como ponto de partida a defesa sistemática do capital. É pelo caminho da crítica ontológica aos fundamentos do sistema do capital que Marx apresenta a possibilidade concreta de superação do sistema, com base na acumulação de mais-valia absoluta e relativa.

A possibilidade de elucidação do sistema do capital advém da superação da naturalização, operada pela economia política. Pela mediação da processualidade histórica do ser social, Marx inaugura uma concepção de mundo que permite entender a essência do mundo humano no decurso da história e sua indubitável relação com o mundo natural. É na história que se observa o decurso das

transformações categoriais, das mudanças fundamentais das formas de ser do homem e, conseqüentemente, a possibilidade de elucidar o ser-precisamente-assim das coisas.

2.1 O capital industrial supera o capital mercantil

O capital é uma totalidade concreta e abrangente que envolve uma rede complexa de relações sociais constituídas num dado momento da história da humanidade. O capital não nasce pronto, mas se forja historicamente. Antes de ser capital financeiro, o capital passou por várias metamorfoses e manifestou-se como capital usurário, capital mercantil, capital comercial e capital industrial. Mas somente com a colonização e a constituição do mercado mundial o capital estabeleceu as bases para superar todas as formas precedentes de organização da produção que tinham como fundamento a produção de valor de uso e buscou universalizar a produção assentada no valor de troca.

Enquanto não possui força suficiente para superar definitivamente os modos de produção precedentes, o capital conviveu com os distintos modos de produção e existiu na periferia de cada um dos sistemas precedentes, até que como o deus desconhecido dos cristãos, ganhou força e pôde definitivamente destruir cada uma das divindades antigas. O deus desconhecido apresentado no areópago dos gregos tornou-se a religião oficial do Estado romano e forjou-se como a instituição fundamental da Idade Média, lançando abaixo todas as tentativas de

resistência aos seus preceitos morais. Como o deus dos cristãos, o capital paulatinamente se converteu na força poderosa que tudo domina e no novo deus da humanidade.

Para transformar-se na força abrangente e universal que tudo submete aos seus imperativos de comando e dominação, o capital existiu durante séculos como capital mercantil. Como vimos acima, o capital mercantil representou a etapa histórica da acumulação primitiva de capitais, em que todas as relações de produção atendiam aos seus propósitos. Então, o capital colhia onde não plantava, auferia lucros onde não investia, apropriava-se de riqueza que não produzira. Pela mediação da violência, o capital expropriou os povos da América, da África e da Ásia. O continente europeu superou o isolamento do mundo feudal e inaugurou a mundialização pautada pelo lucro e pela ganância. Esse foi o elemento impulsionador das grandes navegações e descobertas.

A violência foi a potência econômica que serviu para que o capital mercantil paulatinamente deixasse de ser um mero ente assentado nas expropriações de riquezas para converter-se na figura do investidor. O capital mercantil oriundo das expropriações permitiu a si próprio investir na produção, na figura do mercador que emprestava dinheiro ao senhor de engenho ou às unidades produtivas nas colônias. O capital mercantil inaugurava um processo de produção voltado exclusivamente à troca, recorrendo ao trabalho escravo nas colônias devido à impossibilidade de estabelecer o trabalho assalariado.

Enquanto contradição em essência, o capital mercantil explorava o trabalho escravo nas colônias e o

trabalho assalariado na metrópole. Com base nas expropriações dos camponeses da Europa e dos povos colonizados, os capitalistas forjaram a produção manufatureira e estabeleceram as bases para destruir as formas distintas de organização da produção que não estivessem voltadas ao valor de troca. A produção de mercadorias na etapa do capital mercantil tanto recorreu ao trabalho escravo quanto ao trabalho livre.

A passagem do trabalho servil para o trabalho assalariado, bem como a passagem da produção artesanal para a produção manufatureira, não se deu do mesmo modo em todas as economias da Europa. O capital mercantil forja-se paulatinamente em cada canto da Europa e tem nos mercadores da Liga Hanseática (Alemanha), nas feiras de Hamburgo, Veneza, Dantzig, Amsterdam, Antuérpia, Flandres (Bélgica e Holanda) e Londres (Inglaterra) suas principais bases de propagação e irradiação.

Os mercadores judeus instalados em Portugal depois da revolução de Avis impulsionaram as atividades comerciais, levando à superação do poderio dos senhores de terra. As cidades da Ásia Menor e das ilhas do mar Egeu tiveram suas imensas riquezas naturais e sociais expropriadas. Essa foi a base para o pleno florescimento das atividades comerciais dos mercadores italianos. Além das expropriações das riquezas naturais, os mercadores italianos auferiram lucros significativos com o comércio de escravos (eslavos) estabelecido com os árabes e os bizantinos.

Os mercadores portugueses aperfeiçoaram a colonização estabelecida pelos italianos e demonstraram claramente que a verdadeira riqueza das terras descobertas estava na possibilidade de converter seus habitantes em escravos. O caminho inaugurado pelos italianos, portugueses e espanhóis foi seguido pelos holandeses, franceses e ingleses. A classe dominante europeia envolveu-se na atividade da exploração das colônias; sem ela o capital industrial jamais teria nascido na Europa.

Assim como a empresa colonizadora holandesa superou a empresa espanhola e portuguesa, aquela será superada pelos ingleses, que entraram no processo de colonização controlando completamente a economia portuguesa e drenando todas as riquezas da colonização para seu mercado interno. As condições internas da empresa colonizadora inglesa permitiram superar a empresa colonizadora holandesa.

A Inglaterra será a grande beneficiada pela riqueza proveniente das expropriações e da exploração do trabalho forjada pelo capital mercantil nas colônias. A riqueza acumulada com as expropriações dos povos colonizados serviu de base para o nascimento da indústria inglesa. Sem ela inexistiria a Revolução Industrial na Inglaterra. É sob as bases da exploração do trabalho escravo que se gesta a exploração do trabalho assalariado. O capital mercantil permitiu um processo de acumulação e constituição de riqueza que possibilitou a gestão de uma nova forma de organização da produção; nesta, o controle do trabalho poderia se plasmar de uma maneira muito mais sutil e poderosa.

O capital mercantil recorria à violência expressa no trabalho escravo porque não era capaz de submeter o trabalhador à lógica da exploração do trabalho assalariado. O trabalho livre postulado pelo capital não poderia ser aplicado enquanto sobrevivessem formas de organização da produção nas quais o trabalhador não estava ainda completamente separado de seus meios de produção e subsistência. Era primordial o afastamento completo do trabalhador de seus meios de produção e subsistência para que vendesse sua força de trabalho como mercadoria. A separação do trabalhador dos meios de produção era impossível nas sociedades pretéritas, pois havia uma unidade entre meios de produção e trabalhador, da mesma maneira que existe entre o caracol e sua concha (MARX, 1985).

As relações genuinamente capitalistas somente se plasmam com a Revolução Industrial, quando o capital mercantil se converte em capital industrial. A dominação do capital sobre o trabalho torna-se ubíqua, não somente porque o trabalhador acha-se destituído dos meios de produção e não tem outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho como mercadoria; ela torna-se ubíqua devido ao fato de o trabalhador perder o papel de primeira grandeza que possuía nas formas de organização da produção pré-capitalistas.

A revolução das forças produtivas e das relações de produção coordenadas pela burguesia europeia se constituiu como vetor essencial da segunda etapa da mundialização do capital. A revolução das relações de produção e das forças produtivas posta em curso pela

Revolução Industrial na Inglaterra implicou uma substancial reconstituição do processo de mundialização do capital. Assumindo papel protagonista, o capital industrial estabeleceu um novo sistema de troca mundial assentado na hegemonia da produção sobre a circulação.

A centralização forjou-se como peça fundamental da acumulação de mais-trabalho, encetada pelo capital produtivo ou industrial. A concentração de poder do capitalista na manufatura se intensifica na grande indústria. Ela ganha novo corolário com a introdução da maquinaria no processo produtivo. A centralização assegura uma concentração de capitais e uma aceleração do processo de apropriação de mais-trabalho ou mais-valia. A centralização do controle da produção maximiza os processos produtivos e amplia o processo de reprodução do capital. A intensificação da concorrência entre os capitalistas permite que o capital se concentre nas mãos de poucos e transforme uma parte dos capitalistas em novos proletários ou trabalhadores assalariados.

As relações capitalistas, enquanto expressão do capital industrial, presumem a existência de um mercado mundial integrado em suas três dimensões: mercado dos produtos do trabalho social, mercado de capitais e mercado de trabalho. O capital, enquanto uma totalidade orgânica, pressupõe a articulação do capital-mercadoria, do capital-dinheiro e do capital-comercial. O trabalho se acha no mercado como uma mercadoria específica e distinta de todas as outras, pois é a única capaz de conferir um valor acima daquele que foi por ele pago. Como sistema mundial, o capitalismo se baseia na expansão

mundial do mercado dos produtos do trabalho social, do mercado de capitais e do mercado de trabalho. Este trabalho precisa deixar de ser trabalho escravo, que servia como uma mercadoria aos interesses dos mercadores ou representantes do capital mercantil, para ser trabalho livre.

O mercado mundial inexistiria sem mercadorias para serem comercializadas, e que somente se comercializam quando há um excedente. A relação entre comprador e vendedor esconde o segredo da produção capitalista. O capitalista vai ao mercado e compra meios de produção porque existem trabalhadores destituídos de meios de produção e subsistência que estão dispostos a vender sua força de trabalho no mercado. A essência da produção capitalista consiste na compra de força de trabalho porque é a única mercadoria que pode ser vendida por um valor acima do valor pago na forma de salário.

As mercadorias produzidas pelo trabalho proletário são levadas ao mercado e devem ser vendidas pela média de seu valor, pois o valor das mercadorias é determinado pela média de tempo socialmente necessário à sua produção. Isso implica que capitais de montantes equivalentes podem se apropriar da taxa de lucro médio. No entanto, os capitalistas que não possuem a mesma média de composição orgânica de capital investidos na produção podem apresentar preços distintos da produção. Preço e valor de uma mercadoria não significam a mesma coisa. Os preços das mercadorias podem ser distintos dos valores das mercadorias.

A teoria do valor revela-se como o fundamento do mercado mundial. É o trabalho abstrato que sustenta o

intercâmbio internacional de mercadorias. A liberdade postulada pela sociedade burguesa tem como fundamento a liberdade de comércio e o livre intercâmbio de mercadorias. Os homens devem ser livres porque as mercadorias são livres, porque todas as barreiras que impedem o livre trânsito de mercadorias devem ser quebradas. A igualdade postulada pela burguesia também emana da relação de produção assentada na igualdade entre os distintos trabalhos particulares.

O trabalho individualizado e diferenciado deve ser transcendido para converter o trabalho em trabalho abstrato (MARX, 1985a). A igualdade de todos os trabalhos é o fundamento da teoria do valor, pois o que vale é a quantidade e não a qualidade do trabalho realizado. A especificidade do trabalho artesanal desaparece perante a uniformidade do trabalho característico da grande indústria, em que os trabalhadores funcionam como apêndices das máquinas.

O desenvolvimento do capital mercantil estabelece as bases de desenvolvimento do capital industrial. Este representa um salto qualitativo, já que revela a predominância do complexo econômico sobre os complexos morais, religiosos, políticos e culturais. A Revolução Industrial viabiliza o desenvolvimento das relações efetivamente capitalistas mediante a exploração do trabalho assalariado.

A lógica da mundialização capitalista representa a primazia do complexo econômico sobre o complexo político devido à universalização da lei do valor. Escreve Amin (1996, p. 17): “A lei do valor supõe a integração dos

mercados em escala mundial somente nas duas primeiras de suas dimensões: os mercados de produtos e de capital tendem a ser mundializados, enquanto os mercados de trabalho permanecem segmentados”. A primazia do econômico sobre o político não implica uma disjunção entre ambos os complexos, pois eles estão plenamente conectados.

A mundialização do capital industrial recorre ao Estado para assegurar seu processo de expansão e acumulação. No entanto, aqui a política absolutista fundamental ao processo de acumulação primitiva de capitais, posta em curso pelo mercantilista, é superada pela política da livre concorrência, que assegura a ampliação dos mercados para os produtos manufaturados britânicos. A liberdade de mercado oblitera a sua verdadeira essencialidade, pois não passa de um recurso ideológico para garantir a hegemonia britânica sobre a plêiade das economias colonizadas. A liberdade de mercado da maquinaria industrial britânica destruiu completamente a produção milenar manufatureira indiana e lançou na miséria milhões de seres humanos.

A produção capitalista somente pode constituir-se como reprodução ampliada mediante o estabelecimento de relações econômicas com outras sociedades. Ela precisa expandir tanto a venda e a troca de mercadorias na forma de capital-dinheiro e capital-produtos, quanto na forma de trabalho. A expansão do mercado interno depende da relação com o mercado externo; ela deve ser tanto intensiva, aprimorando os processos de dominação e

sujeitos das regiões controladas, quanto extensiva, mediante a expansão para novas regiões do planeta.

Apesar de viver no ciclo histórico da hegemonia do capital concorrencial, Marx percebeu claramente a natureza monopolista e centralizadora do capital e que a concorrência entre capitalistas é o pressuposto fundamental do monopólio. Há uma tendência do capital à expansão e à acumulação, de modo que a concorrência não se contrapõe ao monopólio, mas está a ele organicamente articulada.

A concorrência dos capitalistas entre si conduz às veredas do monopólio; este, por sua vez, requer o estabelecimento de um novo processo concorrencial, em que aqueles que não tiverem condições de participar da dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas serão destruídos ou incorporados aos vencedores. Os mais frágeis e débeis são devorados pela fúria indômita da concorrência, que marca não somente os capitalistas isolados, mas a concorrência entre as empresas organizadas monopolisticamente.

A concorrência entre os capitalistas envolve tanto o processo de produção do valor quanto o processo de realização do valor. Os capitalistas disputam entre si o lugar de primazia na capacidade de produzir mercadorias abaixo da média do tempo de trabalho socialmente necessário, investindo cada vez mais em tecnologia e melhoramento da capacidade produtiva. Já o tempo socialmente necessário para que a mercadoria chegue ao mercado é reduzido mediante o aprimoramento dos meios de transporte e de comunicação. O percurso entre o espaço

fábrica da produção de mercadorias e o lugar de realização do valor – em que a mercadoria se converte em dinheiro e uma parte da mais-valia é apropriada para ser capitalizada – envolve disputas fratricidas em campos minados, com batalhas infinitas, roubos e pilhagens.

O dinheiro investido na compra de meios de produção e na força de trabalho pode não se converter em mercadoria, e mesmo quando se converte em mercadoria, pode não chegar ao mercado. O terreno é íngreme e escorregadio, cheio de pedregulhos e acidentes, e cada um tenta guardar para si os segredos e as artimanhas da fantasmagórica transformação de valor em mais-valia no menor espaço de tempo. No entanto, o processo de produção inaugurado numa ponta ou setor acaba sempre se constituindo como média geral e passa a determinar o ritmo do processo produtivo. Desse modo, não é o capitalista individual que determina o valor da mercadoria, mas o mercado e as relações sociais constituídas pelo mercado.

A centralização, a concentração, a expansão e a acumulação do capital permitem um aperfeiçoamento da manufatura mediante a constituição da grande indústria e sua inusitada divisão social do trabalho. Escreve Marx e Engels (2007, p. 41):

A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de

verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses.

A concentração de capital possibilita um processo de acumulação de mais-valia nunca antes visto na história da humanidade. O movimento espiral de desenvolvimento do capital torna inelutável o processo de acumulação de mais-trabalho centralizado e concentrado. A estruturação tecnológica ensejada no processo de produção não tem como propósito aliviar o fardo que pesa sobre o trabalho, mas aprofundar a concentração do poder e o controle do capital sobre ele, mediante a ampliação da diferença proporcionalmente estabelecida entre capital constante e capital variável.

A Revolução Industrial resulta num processo de reprodução ampliada do capital graças à subsunção real do trabalho ao imperativo de centralização e concentração do capital. O capital passa a constituir-se como um ente poderoso perante o trabalho quanto mais se intensificam os processos de concentração e centralização. A maquinaria possibilita um verdadeiro delírio báquico do capital sobre o trabalho.

O desenvolvimento da grande indústria foi assegurado pelo processo de acumulação primitiva de capital procedente da exploração do trabalho escravo nas Américas. As relações eminentemente capitalistas emergiram dos escombros das sociedades não capitalistas e das relações não genuinamente capitalistas, como o trabalho escravo. A força que se constituiu como elemento medular do processo de acumulação primitiva de capital

não poderia continuar servindo de base para a nova etapa do capital.

O poder coercitivo do capital mercantil plasmou-se como elemento essencial para a transformação da terra em meios de produção e para o processo de apropriação de mais-valia mediante a adoção do trabalho escravo nas colônias americanas. No entanto, as sucessivas revoltas encetadas pelos escravos e o estado permanente de tensão que marcava o mundo da produção não propiciavam estabilidade ao sistema do capital. A Revolução Industrial resultou na constituição de um novo regime de apropriação de mais-valia, em que a violência deixava de constituir-se como seu vetor elementar para comparecer de maneira subliminar e velada.

O capital industrial não poderia propagar suas mercadorias pelos distintos rincões da Terra somente recorrendo ao mecanismo da violência. É verdade que ela serviu de base para o florescimento da indústria, quando os ingleses dissolveram completamente a unidade entre agricultura e manufatura que permeava a comunidade indiana. Assinala Luxemburg (1985, p. 258): “para o capital inglês, não havia nenhum interesse em manter viva a comunidade indiana e apoiá-la economicamente”.

A violência preparou o terreno para o livre florescimento do capital mercantil, mas chegou o instante em que o mecanismo coercitivo mostrou-se insuficiente para assegurar a expansão e a acumulação do capital. O mecanismo de expansão e acumulação do capital assentado no trabalho compulsório precisava ser superado; além disso, o expediente da força somente não lograva

transformar os indivíduos colonizados em consumidores das mercadorias produzidas pela indústria inglesa. O trabalho escravo representava um obstáculo ao livre comércio de mercadorias ao redor do mundo.

O processo de realização do valor poderia ser obstaculizado e encontrar entrave à sua livre expansão. O capital industrial precisava dar um passo adiante do capital mercantil; para isso instituiu uma rede de créditos e uma política de empréstimos visando ao consumo de suas mercadorias industrializadas no interior das sociedades dominadas pelo capital mercantil. O sistema de crédito precisou ser reconfigurado no tempo histórico da grande indústria como mecanismo de universalização do consumo dos produtos industrializados (produtos têxteis, ferrovias, telégrafos, portos etc.). O crédito foi a mola propulsora da expansão do consumo nas sociedades ainda dominadas pelo capital mercantil.

O comércio mercantil de peles de animais selvagens, de escalpos indígenas, de escravos africanos, de madeira, ouro, prata etc. ganha novos corolários. O capital mercantil não desaparece com a ascendência do capital industrial, mas passa a servir aos imperativos de expansão e acumulação de mais-valia. O fundamento da acumulação concentra-se na exploração direta do trabalho. Com o capital industrial a produção de mais-valia deve ser seguida pelo processo de capitalização da mais-valia apropriada, em que a reprodução deixa de ser simples para ser reprodução ampliada.

Nas colônias inexistia a possibilidade de realização da mais-valia, pois não havia um mercado interno num

contexto social dominado pelo trabalho escravo, assim como inexisteriam as condições para uma efetiva capitalização da mais-valia no campo da industrialização. Primeiro, porque grande parte da mais-valia somente podia ser capitalizada na metrópole; segundo, porque uma parte expressiva da mais-valia não podia ser capitalizada pelos capitalistas das colônias, pois grande parte da fração da mais-valia destinada aos colonizadores era gasta na própria reprodução dessa classe.

A produção encetada pela industrialização estabelece um novo processo de reprodução; neste, o capital precisa expandir-se ainda mais para assegurar suas taxas ampliadas de acumulação. Nesse processo, as sociedades não capitalistas continuam inseridas ao mercado mundial e precisam ampliar seu mercado interno para o capital industrial, pois produtos fabricados em larga escala carecem de novos mercados consumidores.

Este processo vivido internamente pelo capital pode ser empiricamente observado no processo de colonização dos EUA. Para destruir as populações originárias e as sociedades comunais que existiam nesse país, o capital mercantil recorreu aos fazendeiros, mas não somente aos fazendeiros. Os fazendeiros (camponeses) foram uma peça importante no processo de destruição das comunidades originárias, cumprindo as tarefas que interessavam aos mercadores holandeses, flamengos, belgas, ingleses etc. Apesar de parecer uma estrutura autossuficiente, capaz de atender às suas próprias necessidades sem precisar do mundo exterior, o fazendeiro precisava abastecer sua fazenda com produtos

manufaturados que não possuía (serrotes, carroças, pregos, rodas, ferramentas, máquinas etc.) e de força de trabalho escrava para produzir excedente, do contrário restava enredado no universo da cultura de subsistência.

No desenvolvimento da economia norte-americana, as ferrovias quebram completamente o isolamento da fazenda e sua pseudoautossuficiência, pois nos EUA seria impossível reproduzir qualquer espécie de relação similar ao mundo feudal. Com as transformações operadas no mundo da produção, a fazenda precisava adaptar-se ao novo *ethos* da produtividade. Para melhorar seu desempenho produtivo, os fazendeiros são forçados a introduzir o arado e as novas conquistas da industrialização. Para isso tiveram de recorrer aos empréstimos bancários, endividando-se e tendo as suas terras hipotecadas. Os que sobreviveram não passaram de reféns do poderoso sistema capitalista, que subordinava a agricultura à indústria e ao sistema financeiro.

A superação da produção de subsistência resultou no enredamento do fazendeiro à produção voltada para atender às demandas do mercado. Desse modo, os representantes do capital industrial-financeiro se apropriaram das fazendas e de suas terras férteis. Os camponeses sem terra ou antigos fazendeiros tentaram sobreviver seguindo o itinerário das ferrovias e migraram de um canto a outro do país, escancarando como o capital determina os fluxos migratórios e os processos de deslocamento dos contingentes populacionais e da força de trabalho. Segundo Luxemburg (1985, p. 276): “Os índios tiveram de ceder lugar aos fazendeiros; agora era a

vez de o fazendeiro ceder lugar ao capital e ser ele mesmo empurrado para o outro lado do Mississípi”.

O colapso do fazendeiro norte-americano serve como testemunho do colapso da economia camponesa diante das pressões do mercado mundial. A produção de subsistência se converte em produção para o mercado. Não há como o fazendeiro acompanhar a dinâmica da produção para atender às demandas do mercado sem contrair dívidas e falir. A penetração do capital industrial no campo, mediante seu processo de modernização, implica o crescimento das grandes fazendas e a ampliação da produção agrícola voltada para as demandas do mercado mundial. Desse modo, o fazendeiro norte-americano serviu, da mesma maneira que o camponês europeu, aos imperativos do capital: travou uma luta que imaginava ser sua, quando, na verdade, servia aos interesses da burguesia mercantil, industrial e financeira. De maneira sumária, Rosa Luxemburg (1985, p. 281) apresenta isso do seguinte modo:

São estes os traços que configuram a dominação capitalista no cenário mundial: primeiro expulsa os camponeses da Inglaterra, depois de lhe arrancar a terra; a seguir os empurra para o oeste dos Estados Unidos; do oeste os empurra para o leste, a fim de – sobre as ruínas da economia indígena – fazer deles, de novo, pequenos produtores mercantis; do leste desloca para o norte e os arruína outra vez; as ferrovias abrem caminho e o capital fazia o resto.

Em *Conversações com Eckermann*, Goethe assinala sua despreocupação com o atraso alemão diante da industrialização dos outros países da Europa; segundo ele, as ferrovias fariam todo o trabalho necessário para operar a unificação da Prússia (Alemanha) dividida em diversos principados. A exportação de ferrovias inglesas nas distintas colônias, com a presença do capital mercantil, tinha como propósito abrir as portas ao capital industrial.

A enorme quantidade de capital excedente produzido pelo trabalhador assalariado da indústria têxtil precisava encontrar outros portos. E nenhum outro setor emerge com tamanha capacidade de absorções das demandas de capitais como o referido complexo, pois todas as outras indústrias existentes eram relativamente baratas. As ferrovias serviram aos propósitos de unificar aquelas regiões que permaneciam isoladas do mercado mundial. O apetite do capital coadunou-se perfeitamente com o apetite da humanidade por ferrovias; assim elas foram exportadas para distintas nações.

Nesse itinerário, as sociedades por ações serviram de alavancas poderosas para tornar as ferrovias uma experiência cosmopolita (SANTOS NETO, 2015). Escreve Marx (1985b, p. 198): “O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos”.

Segundo Santos Neto (2015), para assegurar a expansão do mercado mundial, o capital industrial

aperfeiçoou, sempre que possível, os velhos mecanismos adotados pelo capital mercantil (guerras, saques, corrupções, subornos etc.) e acrescentou outros mecanismos. Entre eles merece destaque a política de empréstimos adotada pelos ingleses para fazerem de sua produção têxtil uma necessidade mundial. A experiência acumulada com a política de empréstimo assegurou a exportação de ferrovias para os mercados relativamente próximos e para os longínquos.

No Brasil, a política de empréstimo britânico desempenhou função nodal no seu desenvolvimento econômico ao longo de todo o século XIX. Os empréstimos britânicos estiveram presentes em todas as atividades significativas, tanto na expansão cafeeira, em que os ingleses foram o principal financiador e comprador das sacas de café, como na expansão da rede ferroviária.

Segundo Santos Neto (2015), a orquestrada política de empréstimos, resultante do excesso de capital existente na Inglaterra, permitiu o rápido florescimento das ferrovias em todo o mundo. Através da construção de ferrovias, o capital inglês se deslocou para os distintos continentes e impôs novos laços de dependência e novas formas de acumulação. A primeira ferrovia brasileira foi inaugurada em 1854⁶. Elas emergem no cenário nacional

6 Escreve Prado Jr. (2012, p. 154): “Um pequeno trecho de 18 km nas proximidades do Rio de Janeiro. No ano seguinte inicia-se a construção da estrada de ferro que seria a maior e mais importante do país: a D. Pedro II, hoje Central do Brasil, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo e serve boa parte dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais”.

completamente subordinado ao capital inglês, em que se observa a interferência de banqueiros judeus aclimatados em suas praças.

O banco *Rotschild* – dirigido pelos acionistas Lionel Nathan Rotschild, Anthony Rotschild e Meyer Karl Rotschild – foi o agente principal não somente mediante a concessão de empréstimos para cobrir a dívida pública brasileira contraída na negociação que resultou na denominada independência política do país do controle português (1822) e financiador fundamental da monarquia brasileira, mas também pelo financiamento das ações que resultaram tanto na Guerra do Paraguai quanto na construção das ferrovias brasileiras através da São Paulo *Railway*, como aponta Jorge Caldeira em sua obra *Mauá: Empresário do Império* (SANTOS NETO, 2015).

Além da companhia inglesa São Paulo *Railway Co.* Ltda., responsável pela ligação do planalto paulista ao porto santista, outras companhias operavam na região, como a Paulistana, a Mogiana e a Sorocabana. Os empréstimos ingleses e a dinamicidade cafeeira propiciaram o desenvolvimento das ferrovias no estado de São Paulo, transformando-o num segmento lucrativo especialmente para o capital inglês, que controlava completamente o setor. As ferrovias paulistas se revelaram lucrativas, como atesta o quadro acima, mas o mesmo não se deu com as instaladas em outras regiões do país, o que obrigou o Estado a constituir-se como o principal empreendedor. A política de empréstimos preparou as bases para a superação das relações mercantis até as

relações fundamentalmente capitalistas (SANTOS NETO, 2015).

O capital industrial representava a constituição das relações efetivamente capitalistas; no entanto, isso não implicava que ele não mantivesse relação com seu irmão siamês. O capital industrial declara uma pseudoguerra ao capital mercantil, porque este se constitui como sua espécie de alter-ego; ele permanece existindo em seu interior. O capital industrial mantém relações com o capital mercantil na perspectiva de paulatinamente superá-lo.

A subsunção real do trabalho ao capital resulta na concentração, centralização e subordinação completa do trabalho ao capital. A partir desse momento, o capital ganha capilaridade e natureza nunca antes alcançada. A subsunção real do trabalho representa a subsunção efetiva do mundo aos imperativos do capital, na medida em que o capital ganha um caráter de mundialização efetiva. O capital se plasma como um sistema densamente organizado e profundamente autoritário e dominador. Escreve Mello (2001, p. 184):

O conceito de subsunção real não diz respeito tão-somente à (e não se extingue na) modificação da figura real do modo de produção em sua expressão tecnológica-organizacional à natureza real do processo de trabalho (modo especificamente capitalista de produção); ao mesmo tempo, refere-se às relações de produção em geral, à disseminação de um novo padrão e um novo princípio de estruturação do sistema produtivo como

um todo, bem como à escala e horizontes em que este se processa e se instala.

A subsunção real do trabalho representa a subsunção efetiva do mundo aos imperativos do capital, na medida em que o capital ganha um caráter de mundialização efetiva. O capital precisa urgentemente expandir seus tentáculos em cada canto do planeta, em cada poro da sociedade e no interior de cada individualidade. Ele plasmar-se como um sistema densamente organização e profundamente autoritário e dominador. Escreve Marx e Engels (2007, p. 41):

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média.

O *Manifesto Comunista* pode ser considerado como um manifesto da mundialização. Nota-se que qualquer espécie de “unilateralidade” local é contraposta à universalidade posta pelo mercado mundial. A sociabilidade burguesa será impulsionada pela expansão da indústria, que atua como elemento dissolvente da unilateralidade local. A produção capitalista exige a

superação das barreiras locais e o fortalecimento das relações genéricas e gerais.

Apesar da poderosa maquinaria posta em curso pelo capital industrial na perspectiva de dominar de forma abrangente e poderosa o trabalho, a constituição do mercado mundial permite que pela primeira vez na história se possa pensar o indivíduo como partícipe do gênero humano. Em meio à elevação da natureza cosmopolita da burguesia e do caráter internacional do capital, o capitalismo constitui o seu o homólogo: o proletariado. Essa classe pode apresentar para a humanidade um projeto de sociabilidade verdadeiramente universal e mundial, sem os contorcionismos do trabalho abstrato, da teoria do valor e da exploração do trabalho. Uma perspectiva diametralmente oposta à perspectiva do capital como um sistema centrado na alienação mundial do gênero humano.

É importante destacar que a mundialização do capital presume também uma espécie de cosmovisão, uma nova compreensão da realidade social. O modo de produção capitalista representa um projeto civilizatório que transforma a relação dos homens entre si em relação entre coisas. É um sistema social assentado na exploração do trabalho de maneira distinta das formas precedentes, em que os trabalhadores vão livremente ao mercado para vender sua força de trabalho. Os trabalhadores estão condenados a vender sua força de trabalho porque se acham destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência.

O processo de constituição de um exército de homens livres como os pássaros precisa se generalizar em

escala internacional. O movimento do capital industrial deve ocorrer em todas as partes do globo e plasmar sujeitos dotados de anseios e aspirações universalizados. O capital padroniza gostos, desejos e necessidades. Escrevem Marx e Engels (2007, p. 43): “No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolve-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações [...]. Das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal”. E mais: a burguesia “obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX-ENGELS, 2007, p. 44).

A concentração do poderio econômico plasmado no interior da fábrica, em que o capitalista controla a produção como o general controla seu exército, reverbera pelos demais complexos sociais. A centralização e a concentração do poder capitalista no reino da produção se generalizam na esfera ideológica e se expressam na unidade de interesses políticos, jurídicos e administrativos. A divergência de interesses que marcava séquitos feudais e distintas províncias e estados independentes é unificada na centralização do poder reunido “em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária” (MARX-ENGELS, 2007, p. 44).

O mercado mundial permite a constituição não somente de uma culinária e de uma literatura universal, mas também de um direito internacional e de uma história

universal da humanidade, que deve ter seu ponto de coroamento na sociedade burguesa, como a mais desenvolvida. A perspectiva processual da concepção de história nas mãos de W. F. Hegel obedece a esse itinerário.

A mundialização alcançou um *status* mais elevado com o capital industrial, pois ele alargou a dominação do capital sobre a existência da humanidade, penetrando diretamente no processo de produção da vida material e da reprodução da existência na esfera ideológica. O capital industrial controla completamente a produção e domina o processo de circulação de mercadorias, subordinando o trabalho aos seus imperativos, assim como os demais complexos sociais.

A natureza dominadora do capital sobre o trabalho se dá de forma muito mais sutil com a industrialização, mas as correntes continuam sendo correntes, pouco importa se elas são de ouro ou prata. Os trabalhadores perseveram aprisionados ao lucro como Prometeu aprisionado nos rochedos, tendo seu fígado diariamente devorado por uma águia. Pela mediação do mercado mundial, o capital industrial revela-se uma força poderosa que tudo abarca e envolve pela mediação dos tentáculos da economia. A classe burguesa representa a alma do capital industrial e a primazia dos preceitos econômicos sobre os preceitos extra econômicos.

A necessidade de expansão e acumulação do capital assume novos corolários com a grande indústria. Nesse contexto, o mercado mundial ganha contornos mais nítidos e sistemáticos, revelando como o capital é uma força poderosa que a tudo subjuga, tornando impossível a

convivência pacífica com as formas pretéritas de organização da produção e reprodução social. A grande indústria torna anacrônicas as formas pretéritas de organização da produção assentadas na servidão e na escravidão. Ela requer a constituição de relações efetivamente capitalistas.

A forma da acumulação originária deixou de constituir-se como seu elemento central, passando o capital a autorreproduzir-se a partir de mecanismos próprios. A fórmula descrita por Karl Marx (D-M-D') desvela o movimento interno de reprodução ampliada do capital. Essa forma autossuficiente e determinante de transformação do trabalho vivo em trabalho morto, mediante o processo de apropriação do tempo de trabalho excedente na forma da mais-valia, desnuda a força motora do capitalismo. O movimento interno do capital industrial confere ao modo de produção capitalista uma natureza abrangente e universal.

O processo de produção do valor e a realização do valor inexistem separadamente. O mercado aparece tanto em seu ponto de partida quanto no seu ponto de chegada, revelando a natureza duplicada do capital. O mercado mundial torna-se uma necessidade ainda mais imperativa com a industrialização. O capital mercantil promove as bases para a irradiação em escala mais ampliada do mercado; as relações de produção devem exercer um papel predominante ante as relações comerciais. O capital mercantil é suprassumido no interior do capital industrial; ele não desaparece, mas não mais exerce o papel de primeira grandeza que exercia no passado.

O capital industrial revela a proeminência da forma capital como concentração, centralização e acumulação. Para isso, ele precisa superar o universo circunscrito da nacionalidade. Não é à toa que o capital industrial advoga a liberdade de mercado e a livre concorrência. Ele precisa sair de si tanto no movimento interno de produção do valor quanto no movimento externo que marca o processo de realização do valor. O capital industrial precisa do mercado mundial como um sistema conectado, interdependente e articulado.

Subsiste uma conexão visceral entre reprodução do capital e necessidade de expansão do mercado mundial. A produção capitalista é produção voltada ao mercado mundial, tanto do ponto de vista da apropriação de matéria-prima das colônias quanto da exportação de mercadorias manufaturadas para abastecer o mercado interno e o mercado mundial. A mundialização torna-se imperativa para a reprodução ampliada do capital, pois a existência do mercado mundial padroniza costumes, gostos e necessidades. Escreve Marx e Engels (2007, p. 43):

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna vital para todas as nações civilizadas.

Marx e Engels entendem o capitalismo como um poderoso mecanismo de mundialização das relações econômicas. Não basta desenvolver as forças produtivas segundo os requisitos econômicos capitalistas na metrópole inglesa; elas precisam irradiar-se pelo mundo. Não basta conquistar o velho continente europeu, é preciso que as relações econômicas de natureza capitalista se estendam e dominem todas as partes do planeta. No entanto, isso não será possível de realizar-se completamente na etapa do capital industrial, pois ele ainda mantém relação com as sociedades que ainda não essencialmente capitalistas, ou seja, com sociedades com sociedades subordinadas à lógica do capital mercantil, como no Brasil do século XIX. Nas sociedades dominadas pelo capital mercantil ainda pairam as formas arcaicas de organização da produção não essencialmente capitalistas; elas adotam ainda as formas de trabalho compulsório (*encomienda*) ou o trabalho escravo.

O capital mercantil pavimentou o caminho para o advento do capital industrial. A sua tarefa primeira foi destruir as formas de organização da produção assentadas na unidade entre trabalho e meios de produção. O desenvolvimento do capital mercantil forja os elementos à sua superação. O capital industrial busca destruir paulatinamente as relações de produção assentadas no trabalho escravo e no trabalho servil.

No decorrer do século XIX, o capital industrial convive com o capital mercantil, tentando debilitá-lo e superá-lo. Seu propósito é levar à ruína as formas anacrônicas de organização da produção, enquanto

mecanismo essencial de ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados. No entanto, o capital industrial não reúne ainda força suficiente para desferir um golpe mortal no capital mercantil, por isso este continua a sobreviver nas antigas colônias espanholas e portuguesas.

A economia brasileira no decorrer do século XIX demonstra claramente as dificuldades de operar a transição completa do capital mercantil ao capital industrial. O trabalho escravo somente vai desaparecer no final do século XIX, mas persistem formas análogas à escravidão na produção agrícola até os tempos hodiernos.

O capital se plasma de formas distintas no interior do mercado internacional. Não subsiste uma reprodução idêntica do processo de desenvolvimento do capital em todas as esferas do planeta. O desenvolvimento célere na metrópole somente pode efetivar-se mediante a constituição de relações não essencialmente capitalistas na periferia do sistema. O capital mercantil conquista a periferia do sistema, mediante a acumulação primitiva de capital, ao impor relações de trabalho fundadas na escravidão. O anacronismo num ponto do sistema é essencial para o desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas na outra ponta do sistema (metrópole). A acumulação de capital não seria possível sem a existência das relações de produção fundadas no trabalho escravo, ou seja, em relações de produção não efetivamente capitalistas ou anacrônicas. Isso mostra que a história do capital nada tem de idílico.

A história da América Latina e do Brasil, no decorrer do século XIX, é perpassada pela presença das relações de troca entre capitalistas (metrópole) e não essencialmente capitalistas (colônias). A dificuldade de superar a presença do trabalho escravo no Brasil, ao longo do século XIX, resulta do entrave estabelecido pela própria dinâmica do mercado internacional, já que o capital industrial britânico não podia irradiar a produção industrial nas regiões colonizadas sem ameaçar a sua posição protagonista no mercado mundial. A dissolução da economia manufatureira do Paraguai denota o caráter centralizador, monopolista e perverso do capital industrial britânico.

Os capitalistas ingleses não demonstraram interesse elevado em investir sua mais-valia capitalizada no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na América Latina, pois preferiam manter essa região como mera consumidora de seus produtos manufaturados, na forma de capital-dinheiro e capital-produtivo. O capital produtivo dificilmente se consubstanciava em investimento de subsidiárias industriais na América Latina; o máximo que se permitia era o desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação para assegurar o livre trânsito de mercadorias. As economias periféricas alimentavam o sistema com matéria-prima e eram subsidiadas com a importação de produtos com elevada presença de tecnologia.

No entanto, os ingleses abriram uma exceção no processo de capitalização da mais-valia apropriada nas

relações genuinamente capitalistas. A exceção foi a colônia norte-americana, não somente porque contou com a soma de empréstimos para desenvolver sua rede ferroviária – que chegou a 268 mil quilômetros em 1890 –, mas especialmente pelo interesse britânico em estender seus negócios à sua colônia predileta, fundando entre 1835 e 1836 “61 novos bancos com um capital de 52 milhões de dólares” (LUXEMBURG, 1985, p. 291). De um modo particular, os ingleses financiaram o desenvolvimento industrial do Norte dos EUA.

Luxemburg (1985) esclarece lucidamente a base do amplo desenvolvimento genuinamente capitalista dos EUA. Não se trata da simples diferenciação entre colônia de povoamento e colônia de exploração, como ensinam os livros didáticos de história, mas de uma forma distinta de investimento. Muito menos se trata de uma arrumação ideológica expressa na noção do “destino manifesto” da ideia de “nação escolhida por Deus”. Os EUA alcançaram a posição privilegiada de economia capitalista desenvolvida na década de 1830 porque os ingleses fizeram elevados investimentos no processo de industrialização.

As relações genuinamente capitalistas puderam se plasmar porque uma parte da mais-valia do proletariado inglês foi capitalizada nos EUA, o que não aconteceu em nenhuma outra parte da América. Ao contrário do que se deu no Paraguai, os ingleses favoreceram o livre desenvolvimento da indústria norte-americana e colaboraram no desmonte das relações capitalistas que predominavam no Sul do país. Assim, os EUA puderam

gozar de posição privilegiada nas Américas, desfrutando de condições que não se verificaram na periferia do capitalismo.

Os investimentos realizados pelos britânicos nos EUA se justificam porque eles haviam colonizado parte importante da América do Norte e do Caribe no século XVII. A empresa colonizadora inglesa foi tardia em relação à desenvolvida pela burguesia espanhola e portuguesa com respaldo papal (o Tratado de Tordesilhas). Evidente que o desenvolvimento das relações capitalistas nos EUA não dependeu somente da mais-valia capitalizada do proletariado britânico; ele decorreu também da pilhagem e do saque das terras indígenas transformadas em propriedade privada nas mãos de empresas ferroviárias como *Union Pacific*, *Southern Pacific*, *Great Northern* etc. Essa pilhagem operada pelos tubarões das ferrovias foi seguida pelos barões do agronegócio, pelas mineradoras do Grupo *J. P. Morgan*, pelas empresas petrolíferas do Grupo *Rockefeller* e pelas grandes corporações financeiras.

As relações genuinamente capitalistas emergiram primeiramente nas colônias do Norte, enquanto as colônias do Sul mantiveram-se nos limites do sistema *plantation* até a Guerra de Secessão, assentadas na exploração do trabalho escravo. Elas precisavam se adequar aos imperativos capitalistas nortistas. Contraditoriamente, a persistência de sua subordinação aos imperativos do capital agroexportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados ingleses culminou na sua definitiva superação pelo capital industrial. O

desenvolvimento das relações capitalistas deu-se de maneira contraditória e resultou numa economia genuinamente capitalista na América do Norte, diferentemente da história do capitalismo na América Latina.

Os ingleses ajudaram a financiar o desenvolvimento capitalista do Norte, que no decorrer do século XIX ganhou existência autônoma perante a metrópole e passou a disputar o mercado interno e internacional com os capitalistas britânicos. A Guerra de Independência configurou-se como uma atividade importante na constituição das relações genuinamente capitalistas nas colônias britânicas do Norte e na Nova Inglaterra. Estas colônias rechaçaram as tentativas britânicas de restringir a liberdade dos capitalistas norte-americanos para comerciar diretamente seus produtos manufaturados com outros países. A luta pela independência teve papel distinto nos EUA porque a ela se seguiu o maciço investimento de capitais no complexo industrial, o que não aconteceu na luta de independência do Haiti e das colônias britânicas do Caribe.

Cumprido destacar que o Norte não nasceu industrializado, mas tornou-se industrializado por determinações materiais e interesses objetivos. A Guerra de Secessão revolucionou as forças produtivas e as relações de produção no Sul, uma vez que os interesses do capital mercantil teimavam em preservar relações anacrônicas. Com a Guerra de Secessão uma parte substancial da força de trabalho que estava aprisionada ao capital mercantil, na forma de trabalho escravo, foi

liberada para o desenvolvimento das relações capitalistas de forma plena mediante a constituição do trabalho assalariado. O final da escravidão resultou na constituição de um exército industrial de reserva, pois a indústria iria preferir o trabalho imigrante europeu ao trabalho do escravo.

As condições privilegiadas para a ascensão do capital financeiro nos EUA foram estabelecidas pelos capitalistas ingleses e depois escaparam completamente de suas mãos. Esses interesses serão completamente abalados no decorrer da Primeira Guerra Mundial, quando grande parte dos negócios ingleses nos EUA passa às mãos da burguesia norte-americana.

2.2 A tecnologia como instrumento de dominação do capital industrial

Marx concentrou sua atenção na tentativa de desvelar a misteriosa engrenagem do capital industrial britânico como referência para a apreensão singular da universalidade das relações genuinamente capitalistas porque viveu no tempo histórico do capital industrial.

O capital supera a subordinação formal do trabalho pela subordinação real do trabalho aos seus imperativos mediante a Revolução Industrial. Esta não se limita à descoberta de uma máquina por homens como Hargreaves, Kay, Arkwright, Cartwright, Lees e consortes. Escreve Marx (1985b, p. 10): “A própria máquina a vapor, como foi inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e continuou a existir até o começo dos anos

80 do século XVIII, não acarretou nenhuma revolução industrial”.

Não se trata da iniciativa resultante da atividade genial operada por uma mente brilhante ou de qualquer espécie de invento isolado. A máquina de fiar, por exemplo, resulta da combinação de aproximadamente 800 invenções. Trata-se de descobertas realizadas por vários indivíduos de diferentes partes da Inglaterra num dado momento da história; do trabalho de muitas cabeças, de muitos exercícios de acertos e erros, de tentativas bem-sucedidas ou equivocadas; de um trabalho de pesquisa que foi sendo aperfeiçoado paulatinamente.

A necessidade comparece como mãe de todas as virtudes. Foi a necessidade de aprimorar o processo de produção que marcou o advento da Revolução Industrial. A necessidade de atender determinadas demandas impôs os processos de melhoramento das máquinas.

A Revolução Industrial requereu um processo de transformação radical das estruturas produtivas. Várias máquinas foram aperfeiçoadas na perspectiva de substituir os trabalhadores em seus postos de trabalho. Não foi à toa que os trabalhadores tentam inicialmente quebrar máquinas e estabelecer um sistema jurídico que impedisse sua ascendência social.

A divisão social do trabalho desenvolvida pela manufatura ganha novos corolários com a Revolução Industrial, quando a riqueza produzida pela massa dos trabalhadores é apropriada privadamente pelo capitalista. A cooperação aparece na forma de um sistema de máquinas combinadas em que o trabalhador não

desempenha mais o papel fundamental que desempenhava antes; por isso ele perde totalmente a autonomia durante o processo de trabalho, tornando-se descartável e podendo ser despedido de sua função. A exploração capitalista generaliza também a exploração da força de trabalho feminina e infantil na nascente indústria têxtil, em que os seres humanos tornam-se somente apêndices da máquina.

A Revolução Industrial representa uma guinada econômica em relação à economia de tempo de trabalho no mundo da produção. Um sistema interligado de máquinas (máquina-motriz, mecanismo transmissor e máquina-ferramenta) passa a produzir num grau de agilidade e eficácia maior do que o desenvolvido pela manufatura. No entanto, não se pode desconsiderar que as técnicas de produção postas em curso pela manufatura serviram de pedra angular para a Revolução Industrial, pois o trabalho cooperado dos trabalhadores foi acrescido pela atividade cooperada do sistema de máquinas, o que permite uma economia de tempo maior na produção. A Revolução Industrial implicou uma maior divisão do trabalho e uma cooperação do sistema de máquinas sob a direção centralizadora da figura do capitalista.

Não somente a mão humana foi substituída por máquinas capazes de fazer operações mais eficazes que o trabalhador individual, mas a cabeça do trabalhador deixou de desempenhar a função de planejamento das atividades que realizava anteriormente. Segundo Marx (1985b, p. 105): “Como no sistema natural cabeça e mãos estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho

intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos”.

O capitalista comparece como uma espécie de general no interior do processo de produção, e os trabalhadores têm suas atividades totalmente controladas. A inserção do sistema de máquinas no processo de produção representa uma virada no processo de trabalho; a economia de tempo propiciada assegura a mais-valia relativa. A máquina se transforma num instrumento essencial da dominação do capital sobre o trabalho.

A natureza fantasmal que marca o trabalho abstrato se irradia pelo sistema do capital. A natureza abstrata da tecnologia assume a configuração concreta enquanto momento do capital. Desse modo, “o maquinário se apresenta como a forma mais apropriada do capital constante, e o capital constante como a forma mais apropriada do capital em geral” (DUSSEL, 1979, p. 24). Isso diz respeito ao capital como capital industrial ou capital produtivo, diferentemente do capital mercantil e do capital comercial. Cada composição do capital tem uma essencialidade particular que precisa ser elucidada.

A tecnologia desempenha um papel essencial na configuração da estrutura do ser do capital quando este supera o capital mercantil e assume a forma de capital industrial. E assim como o capital se metamorfoseia e assume distintas configurações (capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital-comercial, capital-portador de juros, capital renda da terra), a tecnologia possui também um movimento processual ou dialético.

É preciso superar as idiossincrasias que tentam autonomizar a tecnologia de seu substrato material, que subsume completamente sua relação com o trabalho vivo e fetichiza a tecnologia na tentativa de esconder o seu efetivo papel no processo de produção e reprodução do capital (DUSSEL, 1979). No seu desenvolvimento histórico-ontológico, a tecnologia, segundo Dussel (1979), assume os seguintes aspectos:

1) A tecnologia aparece num primeiro momento como uma entidade abstrata, enquanto algo que precede o capitalismo se forja como resultado da habilidade subjetiva do trabalhador. A tecnologia ou a máquina como uma ferramenta produzida diretamente pelo trabalhador serve de mediação no processo de transformação da natureza. Nesse caso, a ferramenta é um meio de produção resultante da atividade teleológica posta em curso pelo indivíduo para resolver necessidades bem precisas pela mediação do trabalho. A tecnologia enquanto determinação do processo de trabalho, na perspectiva de produzir valor de uso e não valor de troca, precede a sociedade de classes e o modo de produção capitalista. Pela mediação da tecnologia, o homem tenta diminuir o desgaste de suas mãos e de seu corpo no contato com o mundo natural. Na sociedade de coletores e caçadores, a tecnologia não possuía a complexidade da tecnologia que apresenta na sociedade capitalista. No entanto, existia uma técnica rudimentar nas sociedades comunais ou primitivas, como existiam distintas técnicas produtivas nas sociedades pré-capitalistas, pois cada modo de produção implica uma determinada técnica de trabalho e de transformação da

natureza para atender às necessidades fundamentais dos homens.

2) A tecnologia no tempo histórico da hegemonia do capital sofre uma alteração radical de sua natureza, finalidade e composição. Ela não mais representa um aumento do valor de uso para a humanidade e tempo livre para o homem poder dedicar-se a outras atividades, aproveitando o seu tempo disponível, mas constitui um momento da essência do capital produtivo, denotando uma natureza histórica e ontológica específica ou particular.

Ao apontar a natureza da tecnologia no interior do sistema do capital, Marx recusa qualquer tentativa de oferecer uma natureza imanente da técnica como operou Martin Heidegger na primeira metade do século XX. A tecnologia exerce uma função social específica no modo de produção capitalista e no interior do sistema do capital. No interior do sistema do capital, a máquina não foi adotada para aliviar o fardo do trabalho, pelo contrário.

O capital assume diferentes formas e composições. Na época do capital industrial, a tecnologia exerce uma função fundamental. No processo de rotação do capital, o capital como máquina se distingue do capital como dinheiro. O dinheiro como capital se diferencia do dinheiro como dinheiro em si. Este passa à condição de capital quando se transforma em meios de produção e força de trabalho, e mediação para o processo de valorização $D-M-D'$. A máquina em si não é capital, mas sob determinadas circunstâncias se transforma em capital constante e em mediação fundamental para o processo de produção do valor (DUSSEL, 1979).

A máquina se converte em capital quando é subsumida numa totalidade concreta. A maquinaria ou a tecnologia muda de pele e se converte em capital quando o dinheiro nas mãos do capitalista é utilizado para comprar meios de produção que produzem novas mercadorias mediante a recorrência ao trabalho vivo. Trata-se duma subsunção ontológica, pois o capital, enquanto totalidade, possui diversas formas de manifestação. Assim, o capital aparece como capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria, capital circulante, capital constante, capital variável, capital portador de juros, capital-renda e capital financeiro (DUSSEL, 1979).

A tecnologia, como capital produtivo, aparece na forma de capital constante, ou seja, como parte do capital que se converte em meio de produção e meios de trabalho (DUSSEL, 1979, p. 25). Na condição de capital constante, a tecnologia possui funções diversas: a) pode ser mero instrumento de trabalho para atingir mais-valia absoluta e pode ser mecanismo fundamental para a obtenção de mais-valia relativa; b) é, em um nível mais concreto, momento essencial do capital produtivo e mecanismo fundamental para produzir novas mercadorias pela mediação do trabalho vivo. Máquinas somente operam se existir um operário para fazê-las funcionar. Por isso, o capitalismo cria a classe proletária como sua antípoda fundamental (DUSSEL, 1979, p. 31); c) no silogismo D-M-D', a tecnologia entra como premissa principal ou ponto de partida. O dinheiro precisa se converter em meios de produção (matéria-prima e máquinas) e depois se converter novamente em dinheiro e este em capital, do

contrário retorna à condição de capital usurário. Ele precisa circular para se transformar em capital, precisa sair de si mesmo e passar a ser no outro, existir como trabalho vivo (força de trabalho) e trabalho morto (maquinaria). Pela mediação do trabalho vivo, a tecnologia se transforma em capital, em momento essencial do capital em geral (DUSSEL, 1979, p. 31-32).

O capital constante, como tecnologia, é um momento do capital produtivo que inexistente sem o trabalho vivo. A tecnologia como momento do trabalho morto torna-se etapa do processo de valorização do capital. Ela é tão só uma mediação do processo de produção do valor e da mais-valia que será apropriada pelo capitalista; ela mesma não produz nenhuma espécie de mais-valia. A tecnologia nas mãos do capitalista assume uma formatação que inexistia nas sociedades precedentes. Isso indica que inexistente uma natureza ontológica da tecnologia ou da técnica para servir aos interesses do capital, assim como inexistente uma essência na grama para servir de alimento para o gado.

A tecnologia como capital constante move-se como elemento oposto ao trabalho vivo, que por sua vez se consubstancia no processo de rotação do capital como capital variável (DUSSEL, 1979, p. 34). O capitalista compra força de trabalho e investe em salários porque não possui outro mecanismo para se apropriar do mais-trabalho. Há uma espécie de contradição entre capital constante e capital variável, que resulta da relação reflexiva existente entre capital e trabalho abstrato. Por

isso, o capitalista paga somente o necessário ou menos que o necessário ao processo de reprodução do trabalho.

A luta de classes entre burguesia e proletariado definirá quanto será aplicado aos meios de produção e à força de trabalho. No entanto, há uma tendência para ampliar a distância entre o que é investido pelo capitalista em capital constante e em capital variável. A diminuição crescente do capital variável ante o capital constante alimenta a tendência da diminuição da taxa de lucro. Para contrapor-se a essa tendência o capitalista investe cada vez mais em tecnologia e no aumento do volume global de capitais investidos.

Além de ser um elemento nevrálgico do processo de produção de mais-valia relativa – em que o capital pode exercer controle absoluto sobre o trabalho, pois a melhora qualitativa dos instrumentos trabalho permite uma elevação quantitativa na produtividade, isto é, permite a geração de mais-valia relativa –, a tecnologia também é um momento essencial de composição orgânica do capital na concorrência interativa dos capitalistas entre si, pois assegura maior *quantum* de mais-valia e aprofunda a concorrência entre capitalistas.

A técnica é um momento essencial na vida do capital. Maior proporção tecnológica na totalidade do capital é maior competitividade, o que resulta em maior lucro para os capitalistas envolvidos. A essência do lucro na competição não está no capital improdutivo (financeiro), mas no capital produtivo (industrial); neste, a tecnologia desempenha função essencial mediante a intensificação da atividade produtiva inerente ao trabalho

vivo e em detrimento das distintas formas de composição do trabalho morto (tecnologia, capital industrial, capital financeiro, capital comercial) (DUSSEL, 1979).

A apropriação do conhecimento e seu investimento em tecnologia asseguram um maior *quantum* de valor para determinado ramo da produção capitalista. A tecnologia serve tanto para intensificar a competição entre trabalhadores, com a ampliação do exército industrial de reserva, quanto para intensificar a competição entre capitalistas, ampliando o lucro dos setores mais competitivos e levando à falência os estratos produtivos que não acompanham o desenvolvimento tecnológico. No entanto, a competição principal não é a estabelecida entre os trabalhadores, alimentada pelos capitalistas nem a estabelecida entre os próprios capitalistas, mas a contradição existente entre capital e trabalho.

Pela mediação do sistema de máquinas combinadas, o capital lança o trabalho morto contra o trabalho vivo; ergue a cabeça contra as mãos e revela-se como uma máquina mortífera, férrea e implacável que suga o sangue dos trabalhadores como um vampiro. Assim, o capital torna-se a forma mais poderosa de extração de mais-valia que existiu na história, pois sem ela não teria o poder que possui contra o trabalho. Nesse processo, colabora a produção do conhecimento tecnológico e científico produzido pelos centros de pesquisas capitalistas e pelas universidades públicas ou privadas na contemporaneidade.

A máquina, como trabalho morto, dinamiza o processo de rotação do capital. Isso permite que os mortos

se levantem contra os vivos para dominá-los e subordiná-los completamente, transformando a relação entre os homens em relação entre máquinas e coisas. Ao se tornarem apêndices das máquinas, os trabalhadores se tornam criaturas subordinadas ao *deus ex machina*. O capital é uma espécie de divindade destituída de qualquer preceito humanitário. A desumanidade e a destruição de todos os valores altruístas pautam a forma de ser do capital. Não é à toa que a guerra se configura como uma forma ímpar de sua reprodução desde a etapa da acumulação primitiva até os tempos hodiernos.

Pela mediação da tecnologia, o capital parece um monstro que tem vida própria, parece causa de si mesmo (*causa sui*); no entanto, ele inexistente sem o seu fundamento indubitável: o trabalho vivo. A base sobre a qual se ergue todo o edifício do sistema do capital é o trabalho vivo. Sem a mais-valia relativa e/ou absoluta, o sistema do capital desmoronaria por completo.

O capital é valor que se valoriza pela mediação do trabalho vivo. É o trabalho vivo que drena todas as artérias e canais do sistema do trabalho morto (capital e tecnologia), não produzindo o trabalho morto nenhum valor. O capital é somente o monstro ou o ente absoluto que tudo controla pela mediação de suas distintas formas de personificação (capitalistas, burocracias, executivos etc.). Ele parece emergir de si mesmo, parece brotar do nada, parece ser capaz de gerar riqueza somente de seus devaneios mágicos, mas isso não passa de pura aparência. A sua essência se chama trabalho não pago, mais-trabalho,

sobretalho, trabalho além do necessário, trabalho excedente, mais-valia.

A exploração do trabalho é a essência do sistema do capital, como um sistema de máquinas forjado para triturar carne humana ou vida proletária. No primeiro momento, como capital mercantil, triturava a carne humana no mercado como se fosse charque, assim como o capital industrial tritura o corpo humano nas jornadas de trabalho intensificadas como se fosse máquina. O corpo e a vida do trabalhador valem menos que o mecanismo da máquina e servem para lubrificar cada um dos componentes de sua perversa engrenagem.

Marx elucidou a anatomia do sistema do capital e revelou suas bases ontológicas fundamentais quando afirmou que a essência do capital é a tecnologia como meio de produção ou meio de valorização do capital. Ao mostrar que o trabalho vivo é a essência do trabalho morto, Marx revelou não somente a essência da tecnologia num dado momento histórico, mas a essência do capital na sua totalidade orgânica. O caráter abstrato do capital é elucidado quando se adentram as camadas profundas do trabalho que lhe dão sustentação: o trabalho abstrato. Pela mediação do tempo de trabalho socialmente necessário e da teoria da mais-valia, Marx apontou a essência da tecnologia no interior do sistema do capital e a possibilidade de superação desse sistema social.

CAPÍTULO III

O CAPITAL FINANCEIRO COMO CONSOLIDAÇÃO DA MUNDIALIZAÇÃO

Apesar de Marx não haver tratado diretamente do capital financeiro e do imperialismo, ele estabeleceu as bases fundamentais para a sua elucidação mediante o tratamento das categorias mercadoria, valor, dinheiro, trabalho abstrato, mais-valia, monopólio, acumulação e expansão do capital, capital mercantil/comercial, capital industrial, capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital-produto, capital portador de juros, capital da renda da terra etc. Marx estabeleceu as bases para a elucidação do movimento dialético do capital financeiro e do imperialismo ao estudar a anatomia do capital mais desenvolvido de seu tempo histórico, o capital industrial do Reino Unido.

É preciso apreender a essência do capital financeiro a partir da mediação da dialética materialista, na perspectiva de superar o terreno do fetichismo que perpassa o capital fictício, como se o capital fosse uma autoprodução de si mesmo e não precisasse das determinações objetivas do mundo da produção da vida material para subsistir. É fundamental superar o terreno das amálgamas reificantes da realidade objetiva que apresentam o capital financeiro como uma espécie de divindade que se autodetermina e autorreproduz. O capital

financeiro, como os homens, é um ser social historicamente determinado; não nasce pronto e acabado, mas se plasma nas relações sociais, que tendem a se complexificar cada vez mais. O capital financeiro, como as demais categorias, não constitui uma entidade acabada e fechada em si mesma, mas brota do desenvolvimento das relações sociais.

Os estudos realizados para elucidar a natureza do capital financeiro e do imperialismo se inscrevem nos marcos do legado marxiano de apreensão do movimento imanente do capital, como uma totalidade abrangente pautada pela relação dialética entre mercadoria-dinheiro e mercadoria-produção, entre processo de produção e processo de circulação, entre capital e trabalho. A partir do capital financeiro é possível entender as outras formas de composição do capital como capital industrial e capital comercial, capital portador de juros, capital agrário etc. O capital financeiro permite entender o imperialismo e seus distintos mecanismos.

O movimento reflexivo de “ida”, apontando a relação entre capital financeiro e teoria do valor, imperialismo e dependência (universalidade abstrata e universalidade concreta), deve ser seguido pelo caminho de “volta” (do concreto ao abstrato), em que o capital financeiro é uma totalidade concreta baseada na intensificação da exploração do trabalho.

Rosa Luxemburg (1985) distingue as etapas da mundialização do capital mediante a apresentação sumária das três fases constitutivas do capital, do seguinte modo: a luta do capital contra a economia natural, a luta contra a

economia mercantil e a concorrência do capital no cenário mundial, a luta pelas condições restantes da acumulação. Marx (1985b) já havia salientado que o capital vem ao mundo escorrendo sangue e lama por todos os seus poros. Não há nada de idílico no processo de constituição do capital. A guerra de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*) é a essência desse sistema metabólico.

O capital não é uma unidade indiferenciada, mas uma totalidade abrangente perpassada por contradições. A destruição da economia primitiva é pedra de toque angular do desenvolvimento do capital mercantil. Esta, por sua vez, precisa ser superada pelo capital industrial, enquanto expressão efetiva da constituição das relações genuinamente capitalistas. Mediante o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, o capital pode largar fora as muletas recorrentes na época do capital mercantil e começar a andar com suas próprias pernas.

Enquanto relação social, o capital transforma o trabalho vivo em trabalho morto e produz a alquimia em que aparenta ser uma entidade divina: que emana de si mesmo e não carece de nenhum outro ser para subsistir. A grande indústria viabiliza a subordinação real do trabalho e eleva o capital como uma espécie de senhor absoluto. Uma vez realizada a transformação de valor em mais-valor, o capital pode lançar-se na conquista do mundo. No entanto, o capital industrial sozinho não poderia realizar essa nova etapa da colonização sem o aporte do capital portador de juros.

A unidade entre capital produtivo ou industrial e capital-dinheiro depositado nos bancos possibilita a

realização das tarefas que o capital industrial sozinho não poderia fazer. A expansão do capital para todos os países e ramos produtivos torna-se possível mediante a união entre capital industrial e capital dos bancos. A produção capitalista finalmente se irradia por todas as partes do mundo e ganha um nível mais elevado de mundialização com o capital financeiro ou com o imperialismo.

O processo de acumulação de capital, resultante do desenvolvimento das forças produtivas com a Revolução Industrial, impulsiona o mercado mundial e estabelece um novo processo de mundialização, em que a mais-valia oriunda das relações capitalistas incide sobre as economias dominadas pelo capital mercantil. Diferentemente dos modos de produção precedentes, a razão de ser do capital consiste na capitalização da mais-valia. Essa mais-valia capitalizada não se limita apenas à ampliação da capacidade produtiva das empresas estabelecidas na metrópole, mas expande-se na forma de subsidiárias e filiais instaladas em diversas partes do mundo. O império do monopólio é regido por leis selvagens, em que as pequenas empresas são devoradas pelas gigantes. Os pequenos capitais estão sempre na iminência de serem tragados pelos grandes capitais.

O capital financeiro representa a síntese das etapas precedentes do capital; ele é a superação do capital mercantil pelo capital industrial. A larga experiência desenvolvida pelas formas precedentes de ser do capital destina ao capital financeiro um papel central. Ele assume a tarefa de realizar as etapas não cumpridas pelas formas precedentes do capital.

As atividades internacionais desenvolvidas pelo capital industrial visando demolir as relações mercantis e não capitalistas que continuaram vigorando no interior do mercado mundial passam, na segunda metade do século XIX, a ser responsabilidade do capital financeiro. O capital industrial encetou inúmeras medidas frutíferas no sentido de abrir as portas das sociedades não capitalistas e das relações de produção ainda regidas pelo capital mercantil, como no caso da brasileira. No entanto, o sucesso de sua empreitada dependia cada vez mais de uma ação sistemática de intervenção do capital financeiro.

Ao final do século XIX, o capital mercantil travava o processo de ampliação e expansão do mercado mundial, já que impedia a ampliação do mercado interno nas economias colonizadas. A drenagem de riquezas para a metrópole do capital mercantil permitia somente o desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas no centro da acumulação e obstava o desenvolvimento das relações assentadas no trabalho livre e no livre comércio nas economias dependentes.

A superação do capital mercantil pelo capital industrial implicou a necessidade de aplicar um golpe de morte na colonização orquestrada e estabelecer um processo de dominação que assegurasse a expansão da indústria. Entretanto, a continuidade do processo de drenagem da riqueza das colônias para a metrópole impedia a expansão do mercado interno na perspectiva de adquirir as mercadorias produzidas no coração do capital industrial. A aquisição de mercadorias resultantes da Revolução Industrial impunha tanto a destruição da base

artesanal da produção existente em regiões como a Índia quanto a necessidade de abrir linhas de créditos para a compra das mercadorias inglesas.

A indústria têxtil teve sua expansão primeira assegurada pela acumulação de capitais resultante da exploração das colônias. O complexo industrial expandiu-se para outros complexos (transporte e comunicação) mediante o processo de acumulação resultante da exploração do trabalho assalariado. O montante expressivo de capital acumulado pela mediação da mais-valia apropriada no trabalho fabril permitiu que a fábrica do mundo pudesse abrir linhas de créditos para a aquisição de seus produtos em diversas partes do mundo.

A expansão da indústria inglesa e de suas ferrovias não poderia esperar que as economias dependentes e colonizadas operassem um processo de acumulação similar ao efetivado na metrópole. Tonava-se imperativo acelerar a constituição de um mercado interno nas economias dependentes e superar o anacronismo do capital mercantil e das relações de produção baseadas no trabalho compulsório e escravo.

O capital financeiro ganhou fórum privilegiado nesse processo, pois ele já vinha desempenhando essas tarefas nas etapas precedentes na forma do mercador mercantil: não era somente comerciante de mercadorias, mas comerciante de dinheiro e a figura enigmática do banqueiro. Uma personalidade como Lorde *Rothschild* é um testemunho do papel destacado que o capitalista financeiro exercia no submundo do capital industrial.

Apesar de todos os esforços realizados pelo representante magno do capital-dinheiro no sentido de expandir os tentáculos do capital industrial a todos os rincões, o referido capital não conseguiu constituir as relações efetivamente capitalistas nas colônias porque não podia reproduzir suas fábricas em grande escala em qualquer parte do planeta. Por não conseguir desenvolver as relações genuinamente capitalistas nas regiões colonizadas, o capital industrial entravava seu próprio processo de expansão.

Apesar do controle exercido sobre os governos e da maquinaria estatal das regiões colonizadas, o capital industrial não tinha total segurança para investir e constituir filiais e sucursais em distintos lugares que não fossem a metrópole. Desse modo, as colônias alimentavam o sistema do capital industrial sem dele participar completamente, pois a universalização das relações capitalistas não poderia ser realizada definitivamente nos marcos do capital industrial.

A existência do mercado mundial ainda não havia se integralizado na primeira metade do século XIX, pois o capital industrial continuava subsidiando e alimentando as relações não genuinamente capitalistas nas economias dependentes e de capitalismo hipertardio. A transição do capital mercantil ao capital industrial não conseguiu se efetivar de maneira isonômica nas sociedades colonizadas. As relações genuinamente capitalistas existiam somente nos nichos mais desenvolvidos da Europa e nos EUA, enquanto o resto do mundo ainda precisava efetivamente ser conquistado para o capital industrial.

O capital industrial estendeu-se de maneira célere em todas as partes do mundo porque colhia onde nem sempre plantava. A ausência de garantias e de um processo ainda maior de acumulação de riqueza sob o signo da apropriação direta da mais-valia apresentava-se como um entrave à possibilidade de espalhar indústrias em todas as partes do mundo no decorrer do século XIX. O despertar para essa possibilidade não poderia ser realizado pelo próprio capital industrial, porque ele estava enredado em mecanismos de que não conseguia se libertar.

Enquanto manifestação do capital industrial, a dominação inglesa, no decorrer da primeira metade do século XIX, revela as vicissitudes dessa forma de ser do capital. A libertação do capital industrial dos mecanismos internos que impediam seu livre florescimento em escala mundial somente pode ser operacionalizada pelo capital financeiro. Este realiza as tarefas iniciadas pelo capital industrial e assume posição protagonista no sentido de conquistar todas as sociedades pré-capitalistas para o sistema capitalista. Ele conecta e entrelaça todos os rincões do mundo aos imperativos do capital e implementa as relações genuinamente capitalistas em todas as partes do planeta.

A história do século XX é praticamente a história da conquista do mercado mundial para o capital financeiro. O propósito do capital financeiro é somar com o capital industrial no sentido de assegurar a mais plena e ubíqua conquista do mundo inteiro para o capitalismo. Segundo Mello (2001, p. 141): “O imperialismo revela-se o corolário de um longo processo de reprodução ampliada

do capital, que implicou a subsunção progressiva dos diversos ramos e formas não capitalistas de produção, em todo o globo, à lógica da mais-valia”.

Para operar essa guinada na direção da completa mundialização da economia segundo os imperativos capitalistas, o capital financeiro se configura como capital transnacional ou capitalismo dos monopólios. A concentração e a centralização de capitais nas mãos de poucos capitalistas, com a colaboração sistemática do Estado, torna a tarefa muito mais exitosa e célere. O capital financeiro unifica regiões, continentes, hemisférios etc. Nada pode conter a fome incomensurável do capital financeiro por mais-valia. Ele representa a verdadeira natureza diluviana do capital.

O capital financeiro implica um aperfeiçoamento dos mecanismos adotados pelo capital mercantil e pelo capital industrial no sentido de estender seus tentáculos sobre o mercado mundial. Para alcançar o papel de primazia na economia mundial, o capital aperfeiçoou o sistema de empréstimos adotados pelos representantes do capital industrial. Segundo Rosa Luxemburg (1985, p. 288), “no período imperialista, os empréstimos externos desempenharam papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas”.

Os empréstimos são mecanismos de controle das economias dependentes e instrumentos impulsionadores para superar as relações anacrônicas (não capitalistas) que impediam a ampliação de seu mercado interno para os produtos manufaturados. Os empréstimos representam a existência de excedentes que precisam ser absorvidos e a

forma de expandir os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho pela mediação das sutilezas metafísicas do capital financeiro na forma do capital fictício.

A expansão do capital se expressa por um movimento dialético entre internacional e nacional. Escreve Marx (2011, p. 219): “O mercado mundial não é só o mercado interno na relação com todos os mercados estrangeiros existentes fora dele, mas é simultaneamente o [mercado] interno de todos os mercados estrangeiros como partes integrantes, por sua vez, do mercado nacional”. O interior do nacional está prenhe do internacional, porque o nacional reflete o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e o nível de desenvolvimento da teoria do valor, ou seja, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as condições de desenvolvimento do tempo de trabalho socialmente necessário.

No mercado mundial, os distintos capitais interagem para assegurar a transferência de valor às esferas mais desenvolvidas do capital financeiro. O mercado interno das economias dependentes reproduz e reflete os interesses dos mercados internos de todos os mercados estrangeiros. O mercado internacional se revela como espaço medular do processo de transferência de valor. Só então as economias imperialistas podem se apropriar de um *quantum* de valor superior ao efetivamente produzido.

O intercâmbio estabelecido entre nações desiguais implica apropriação do excedente também desigual. A relação de troca entre capitalistas de mercados distintos pode ser a entrega de mais-valia de maneira

completamente desigual. As burguesias das economias imperialistas podem se apropriar da quase totalidade da mais-valia produzida pela mediação de suas subsidiárias e sob o controle dos governos instituídos.

A criação do mercado mundial representa uma tendência do próprio conceito de capital. A expansão do capital inexistente sem a ampliação do espaço geográfico ou territorial. O desenvolvimento do processo de acumulação numa determinada parte do globo resulta sempre na possibilidade de expansão e irradiação para todas as partes do globo.

A mundialização revela-se como a quintessência do capital financeiro. As bases da mundialização do capital financeiro foram estabelecidas pelo capital mercantil, encontrando no capital industrial o desenvolvimento de novas potencialidades e revelando que o capital pode aparentar ser uma entidade autodeterminante e autossuficiente e levar à bancarrota as formas precedentes de organização da produção. A concentração e a centralização alcançam fórum privilegiado no capital financeiro, que submete definitivamente as sociedades que não haviam sido conquistadas para o capitalismo. Por isso que Lenin chama o capital financeiro de etapa superior do capitalismo.

Enquanto síntese das múltiplas contradições, o capital financeiro representa uma forma elevada de síntese do capital comercial e industrial. Ele representa a superação (*Aufhebung*) das formas precedentes de ser do capital usurário, comercial, mercantil e industrial. Todas essas formas precedentes encontram-se acomodadas e

compactadas em seu interior, assumindo novas roupagens e novas formas moventes de ser no mundo socioeconômico.

Enquanto uma totalidade perpassada por múltiplas contradições, o capital financeiro plasma-se mediante uma articulação dialética entre universalidade, particularidade e singularidade. É preciso apanhar o que existe de particular e de universal no capital financeiro. A particularidade do capital financeiro foi analisada por Rudolf Hilferding, Vladimir Ilitch Lenin, Nikolai Bukharin, Rosa Luxemburg e François Chesnais. Nossa atenção vai sumariamente concentrar-se na apresentação das posições de Rudolf Hilferding e François Chesnais.

3.1 Rudolf Hilferding (extrato da parte desenvolvida em nosso livro "Presença do capital industrial-financeiro no Brasil) (SANTOS NETO, 2019)

A principal obra de R. Hilferding, *O capital financeiro*, se inscreve no marco do avanço da elucidação das categorias fundamentais do capital desenvolvidas por Karl Marx nos livros segundo e terceiro de *O Capital*. A obra de Hilferding é uma sólida tentativa de elucidação da natureza do capital financeiro, seguindo as trilhas abertas pela investigação marxiana, pois o próprio Marx não pôde concluir as investigações acerca das categorias nodais desenvolvidas nos livros II e III, além do fato de o capital financeiro não ter ainda se plasmado na sua totalidade como na época de Hilferding; no entanto, Marx estabelece as bases categoriais para a completa elucidação do novo

tempo histórico do capital, perpassado pelo monopólio e pelo imperialismo. Hilferding esclarece a peculiaridade do capital financeiro nos seguintes termos:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma vez cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 219).

O capital financeiro assume a forma mais elevada e abstrata de configuração do capital, na qual o capital bancário e o capital industrial são interligados e paulatinamente o capital financeiro assume posição protagonista na composição geral ou global do capital. O capital financeiro aparece como síntese das múltiplas determinações ou manifestações sociais do capital (capital comercial, capital industrial, capital agrário, capital monetário, capital mercadoria, capital fictício). A auréola de misticismo que envolve o trabalho abstrato, enquanto fundamento da teoria do valor, alcança uma complexidade

ainda maior à proporção que o capital financeiro é produtivo e improdutivo, podendo ele ser industrial e fictício. A predominância do capital financeiro e sua aparente autonomia perante o capital industrial e o capital comercial fornecem um caráter fantasmagórico ao mundo do capital.

A emergência e a consolidação do capital financeiro resultam na constituição de uma nova etapa do capital social, sendo o capital industrial, o capital comercial e o capital monetário suprassumidos no seu interior. Nessa nova etapa, todo o capital comparece abstratamente como capital financeiro, pois uma parte do capital bancário é transformada em capital industrial e, com isso, os bancos passam a controlá-lo.

O capital financeiro passa da condição de aliado fundamental do capital produtivo, em que juntos subordinam o capital comercial, para submeter completamente o capital produtivo aos seus imperativos. Assim, a expansão da empresa deixa de depender direta e exclusivamente do excedente da produção, ou seja, de fração da mais-valia produzida que precisa ser capitalizada para que a produção capitalista seja reproduzida de forma ampliada.

É preciso ainda lembrar que o capital financeiro não é composto somente por capital produtivo, mas também de capital fictício, ou seja, uma forma de composição do capital que não produz mais-valia e que não tem a possibilidade de autovalorizar-se. O controle do capital produtivo pelo capital financeiro permite que este possa administrar de maneira singular o mundo da bolsa

de valores, porquanto o grande banco pode “escolher o momento apropriado de venda; onde preparar o mercado de ações por meio de seu grande capital e estar em condições de dominar; depois, a evolução das cotas de ações e proteger dessa forma o crédito da empresa” (HILFERDING, 1985, p. 219).

A técnica de captação de recursos de terceiros e de investimento no complexo produtivo denota que o capital financeiro possui a tendência de promover a concentração bancária e a concentração industrial. O capital financeiro é o responsável pela passagem do capitalismo da fase concorrencial ao capitalismo dos monopólios. Para Hilferding, Lenin, Bukharin e Luxemburg, a característica marcante do capital financeiro é o imperialismo; isso significa que o imperialismo é, acima de tudo, uma categoria econômica. Assim como o imperialismo, Hilferding (1985, p. 27) entende que: “Nenhuma compreensão das tendências econômicas atuais, nenhuma espécie de ciência econômica ou política é possível sem o conhecimento das leis e da função do capital financeiro”.

A predominância da economia sobre o complexo da política e sobre os demais complexos da realidade social permite que o imperialismo se plasme como uma política adotada pelos Estados nacionais. Na verdade, a política imperialista adotada por esses não passa de uma expressão da predominância do capital financeiro sobre todos os complexos da realidade, em que o Estado e o trabalho abstrato (trabalho assalariado) são elementos essenciais de reprodução, configurando um como seu braço esquerdo e o outro como seu braço direito. Sem

Estado e trabalho assalariado o capital não poderia se reproduzir.

Pela mediação das sociedades anônimas, as velhas formas de organização empresarial centradas na figura singular do capitalista, que controlava todo o processo de produção, são superadas por uma intensa divisão social do trabalho e da administração das empresas, fazendo desaparecer completamente o poder particular dos grupos familiares privados, para em seu lugar emergir uma estrutura burocrática e administrativa muito mais coesa e dinâmica.

A natureza das empresas capitalistas organizadas e gerenciadas na forma de sociedades anônimas se distingue das empresas capitalistas individuais. A sociedade anônima industrial representa “uma alteração da função exercida pelo capitalista industrial” (HILFERDING, 1985, p. 111). Ela libera o capitalista do exercício das funções diretas de controle do trabalho e da função administrativa da produção. Na produção manufatureira, o capitalista se distinguiu da forma de organização da produção do mestre-escola das corporações de ofício porque era ele a figura que convocava, reunia e agregava os trabalhadores sob o seu comando, intensificando a divisão do trabalho que marcava as formas de organização precedentes. A produção manufatureira será superada pela produção industrial, na qual os trabalhadores perdem suas funções essenciais no processo de produção. A habilidade individual de cada trabalhador artesanal será superada pela maquinaria, e o proletariado se transforma numa espécie de apêndice da máquina.

As sociedades anônimas aprofundam o afastamento do capital não somente do processo de produção, mas representam um afastamento do capitalista do controle das empresas, passando as fábricas para o controle de uma massa de acionistas que submetem o controle da produção aos especialistas. Hilferding (1985, p. 112) destaca a distinção existente entre o capitalista industrial e o acionista. Enquanto o capitalista industrial investe seu capital na empresa, “prende seu capital à empresa, atua nela produtivamente e liga-se a ela de forma permanente” (HILFERDING, 1985, p. 112), o mesmo não pode retirar o capital investido na empresa senão pela venda da empresa, na qual um capitalista é substituído por outro. Enquanto proprietário da empresa, cabe-lhe grande parte do lucro que emana da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Já o capitalista acionário investe apenas uma parte de seu capital no movimento produtivo de determinada empresa.

A superação das empresas capitalistas privadas para as empresas capitalistas organizadas na forma de sociedades anônimas representa a passagem das empresas particulares para empresa sociais, ou seja, a passagem do capital privado para o capital social. Na verdade, o capital sempre foi um ente social que jamais se reproduziria sem a apropriação de uma massa crescente de força de trabalho e meios de produção. O capital pressupõe a organização e exploração de uma massa de trabalhadores, cuja produção supera e transcende a produção privada. No entanto, a apropriação da riqueza de maneira coletiva não implica a

sua socialização coletiva com o conjunto dos produtores, mas a apropriação privada da riqueza de massa.

O capital financeiro configura-se como uma nova etapa do desenvolvimento do capital, representando sua forma mais amadurecida e que supera as formas pretéritas de manifestação do capital. A nova forma de organização das empresas capitalistas não nega sua natureza social; no entanto, nesta etapa do capital, a gestão privada do processo de produção é superada pela gestão coletiva. O capitalista industrial, que não acompanhou a dinâmica de organização empresarial segundo os imperativos do capital financeiro, transforma-se numa espécie de administrador de uma empresa que na verdade não lhe pertence. Ou seja, ele exerce a função de capitalista que gerencia o capital alheio. Isso quando ele não foi completamente eliminado pela concorrência capitalista gerada pelos monopólios.

O capitalista, para sê-lo e permanecer nessa condição, deve dispor de uma quantidade superior de capitais, em decorrência da tendência à queda da taxa de lucro, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo é pautado pelo investimento mais elevado no capital constante em detrimento do capital variável. Na condição de acionista majoritário, pela mediação dos bancos ou do sistema financeiro, o capitalista exerce o comando sobre as empresas mediante a compra de suas ações. O volume de ações compradas assegura assento nos conselhos administrativos e fiscais das sociedades anônimas.

No processo de desenvolvimento das empresas capitalistas na forma de sociedades anônimas impõem-se também os elementos que constituem o capital fictício,

pois as ações compradas de determinadas empresas não asseguram a participação do lucro médio das empresas, mas dão direito ao rendimento que aparece como sinônimo dos juros pelo capital investido. O *quantum* desse rendimento depende do valor das ações adquiridas. O volume de capital investido pode assegurar assento importante ou não na administração da empresa.

Os grandes bancos, como representantes do poder reunido do capital alheio, constituem um círculo estreito de capitalistas que controlam a administração as empresas e seus conselhos fiscais. Hilferding (1985) destaca que no começo, as sociedades anônimas eram formadas por capitalistas privados; com o desenvolvimento da grande indústria e a articulação dos bancos ao universo da produção industrial, as sociedades anônimas passaram a ser constituídas e dominadas pelos bancos. O capital investido na fundação de uma sociedade anônima pode ser parcelado e vendido no mercado de ações. Escreve Hilferding (1985, p. 124): “É a transferência e a negociabilidade desses títulos de capital que caracterizam a natureza da sociedade anônima, que, por sua vez, fornece ao banco a possibilidade de ‘fundar’ e dominar dessa maneira, enfim, a sociedade anônima”.

Hilferding (1985, p. 120) afirma que a fundação das grandes empresas se dá mediante o lançamento de dois tipos de ações: preferenciais e ordinárias. O capitalista monetário geralmente participa das sociedades anônimas como acionista ordinário, e os seus rendimentos podem superar os juros concedidos geralmente pelos bancos nas operações ordinárias; no entanto, sua participação como

rendimento geralmente fica abaixo do lucro do fundador e sofre limitação devido ao elevado custo administrativo das empresas capitalistas. Os que fundam a empresa auferem rendimentos mais elevados em relação àqueles que não participaram da fundação da empresa. Geralmente as empresas são formadas pelos bancos e as ações são comercializadas com o intuito deliberado de beneficiar o capital fictício (HILFERDING, 1985, p. 120).

O capitalista acionário ou capitalista monetário pode aplicar seu capital numa empresa que somente auferir parte dos rendimentos obtidos. Esse tem direito a uma alíquota do rendimento na forma de juros pelo capital investido na empresa industrial. Ele pode sempre recuperar o capital investido mediante a venda das ações da empresa comprada na bolsa de valores. Por sua vez, o capitalista acionário “pode vender suas ações, ou seja, seu direito ao lucro das empresas na forma de rendimento na bolsa de valores, no espaço que os “peixes pequenos devem ser devorados pelos tubarões” (HILFERDING, 1985, p. 113). Os bancos estão profundamente articulados não apenas ao movimento de fundação das sociedades anônimas, mas ao processo de administração de todo o movimento produtivo das empresas que funcionam segundo os preceitos das sociedades anônimas. A capacidade de crescimento das sociedades anônimas é maior que a das empresas capitalistas privadas. As sociedades anônimas contam com o arsenal do progresso técnico desenvolvido de forma muito mais fácil do que as empresas privadas, e ainda possuem a totalidade dos capitais monetários disponíveis no mercado. O

desenvolvimento das sociedades anônimas será marcado pelo crescimento da “diferença entre capital efetivamente ativo e capital acionário (fictício)” (HILFERDING, 1985, p. 119). Voltaremos ao debate sobre as ações negociadas na bolsa de valores no capítulo quatro, quando trataremos da ascendência do capital financeiro no Brasil e das negociações realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo em 1971.

3.2 François Chesnais

Para elucidar a complexidade do capital financeiro e da mundialização do capital, Chesnais escreveu *A Mundialização do Capital* (1996), *A Mundialização Financeira* (1998) e *A Finança Mundializada* (2006).

Paulo Nakatani e Rosa Maria Marques (2009) analisam a evolução do pensamento de Chesnais no texto “A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo”. Segundo os ensaístas, o livro *A mundialização do capital*, publicado no Brasil pela primeira vez em 1996, pela editora Xamã, resulta da pesquisa desenvolvida por Chesnais quando estava na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e procura explorar a mundialização do capital enquanto etapa do processo de internacionalização do capital produtivo, destacando os aspectos organizacionais e operacionais das multinacionais (NAKATANI-MARQUES, 2009).

Segundo Nakatami e Marques (2009), é somente na obra *A mundialização financeira* que Chesnais aponta o papel concentrado e centralizado do capital financeiro e os riscos sistêmicos do regime de acumulação predominantemente financeira. A fundamentação da mundialização financeira se encontra na crise do modo de regulação produtiva baseada no fordismo. A predominância financeira emerge da profunda dificuldade do capital para continuar se valorizando na esfera da produção.

A liberdade do capital no decorrer da década de 1970 resulta numa maior concentração e centralização da produção e da comercialização. Liberdade permitida pela flexibilização da luta de classes e pelo fim das restrições e entraves impostos pela força de trabalho na época do denominado Estado de Bem-Estar Social. Os entraves para a expansão foram impostos pelos trabalhadores, pois eles “estavam na iniciativa da luta de classes e por isso puderam impor condições de remuneração, de emprego e de proteção social, mas também, dos controles que passaram a existir sobre o capital monetário” (NAKATANI E MARQUES, 2009, p. 3).

A desregulamentação das atividades monetárias e financeiras realizadas pelos Estados-nacionais tem como fundamentação o processo de desregulamentação do mercado de trabalho. O cenário de acomodação da luta de classes serviu para que o capital financeiro pudesse estabelecer um novo padrão de acumulação, superando o dominado pelo capital produtivo. O capital constituiu-se mediante uma articulação contraditória entre capital-

produtivo, capital-dinheiro e capital-mercadoria. O capital-dinheiro ou capital financeiro vive da dedução do lucro bruto do capital-produtivo. O capital-dinheiro inexistente sem a mais-valia, pois somente o trabalho vivo cria valor. O capital-dinheiro, o capital-produtivo e o capital-mercadoria partilham entre si a mais-valia produzida na forma de lucro.

Pela mediação das grandes corporações financeiras e industriais, o capital-dinheiro e o capital-mercadoria ganham novos corolários. Na nova fase da internacionalização do capital marcada pela financeirização, o capital-dinheiro e o capital-produtivo são tentáculos importantes dos Estados-nacionais para assegurar a funcionalidade das firmas em redes. A unidade diferenciada e hierarquizada do capital reside na contradição forjada pela existência da propriedade privada dos meios de produção.

O crescente peso da atividade financeira promove a estagnação econômica, pois o capital-dinheiro tende a exigir uma participação cada vez maior no valor produzido pelo capital produtivo. O capital financeiro é uma unidade dialética entre o mundo da produção e o mundo das finanças. Como a mais-valia emerge do capital produtivo, subsiste um limite à expansão exacerbada pelo capital financeiro. A queda da taxa de lucro experimentada pelos EUA e pela Europa nas décadas de 1960 e 1970 promove a financeirização da economia mundial na década de 1970.

No artigo publicado em *Les Temps Modernes*, “Mundialização: o capital financeiro no comando” (1996), Chesnais inicia operando uma crítica ao termo “mercado”,

enquanto expressão cínica do crescimento da propriedade privada dos meios de produção, da ampliação dos ativos patrimoniais, pela orientação prioritária para a rentabilidade e a competitividade e pela relevância das demandas monetárias em detrimento dos interesses coletivos. O eufemismo do mercado serve para esconder a intensificação da concentração do mundo industrial-financeiro, por meio das fusões e aquisições.

A mundialização da economia tem como corolário o controle do mercado pelas grandes corporações e o controle de um 1/3 do mercado mundial pelas exportações e importações realizadas pelas sociedades transnacionais integradas num mesmo grupo empresarial; outro 1/3 é controlado pelas corporações “intragrupos”, ou seja, entre filiais coordenadas por um mesmo centro de comando industrial e financeiro (CHESNAIS, 1996).

A predominância do capital financeiro, segundo Chesnais (1996, p. 8), dá-se pela mediação dos bancos, dos fundos de pensão, das companhias de seguro, das sociedades financeiras, dos fundos mútuos, das companhias de seguro etc. O fetichismo da mercadoria experimentou um salto substancial como o fetichismo financeiro, pois o capital financeiro parece brotar do nada como uma nova espécie de *causa sui*.

A aparente autossuficiência do capital financeiro amplia-se cada vez mais com o auxílio do desenvolvimento tecnológico, da informática e da microeletrônica. A fluidez e a celeridade propiciadas pela inserção da tecnologia da informática e da robótica no mundo da produção estendem-se ao universo da circulação

mediante a proliferação de empresas do tipo *Amazon* e *Pontocom*. No entanto, essa liberdade de autorreprodução jamais seria alcançada sem a colaboração poderosa dos Estados-nacionais e das instituições financeiras. A ampliação de sua capacidade de irradiação seria inalcançável sem o auxílio do aparato estatal e seu sistema jurídico internacional, expresso no Tratado de *Maastricht*, no “consenso de *Washington*”, no acordo do livre-comércio norte-americano (ALCA) e no Tratado de *Marrakesh* de 1994, que instituiu a Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses instrumentos políticos e jurídicos foram fundamentais para a denominada globalização ou internacionalização da economia, segundo o receituário neoliberal, e do novo processo de internacionalização da economia, sob a égide do capital financeiro.

Na busca de um padrão de rentabilidade que pudesse superar o baixo padrão de acumulação das etapas precedentes, a mundialização da economia, sob a predominância do capital financeiro, representa a integração das economias dependentes à lógica das economias dominantes. Estabelece-se uma política econômica centrada na abertura econômica dos países periféricos e na completa desregulamentação das relações do trabalho. A lei geral da acumulação de capitais se intensifica na época da hegemonia do capital financeiro.

Para Chesnais (1996, p. 16), “a mundialização contemporânea não é ‘americana’. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida”. No entanto, a economia norte-americana foi a mais beneficiada desde o

fim do sistema de *Bretton Woods* em 1971. O fim da conversibilidade do dólar em ouro, enquanto ato unilateral dos EUA, “representou uma primeira vitória da finança concentrada e abriu a via para medidas mais radicais de liberalização e desregulamentação financeiras empreendidas a partir de 1979” (CHESNAIS, 1996, p. 16). A *performance* do desenvolvimento econômico norte-americano emergiu dos escombros e do controle das economias dependentes, do caráter hierarquizado da economia mundial e do domínio monetário e financeiro (CHESNAIS, 1996, p. 16).

A coletânea de textos denominada *A finança mundializada*, organizada por Chesnais, representa uma espécie de ruptura com grande parte das ideias contidas no livro *A mundialização do capital*, em que o autor reconhece tratar da mundialização do capital de maneira unitária com o processo de internacionalização, enquanto uma teoria de formação e expansão da grande indústria transnacional e que somente nos dois últimos capítulos ele conseguiu superar essa abordagem:

Primeiro observando que o capital-dinheiro, concentrado nas mãos dos grandes bancos e dos fundos de pensão, estava provavelmente em via de estabelecer sua ascendência sobre o capital industrial, e em seguida, sugerindo que o desafio intelectual seria em dúvida compreender o movimento da acumulação como um todo (CHESNAIS, 2005, p. 18).

Entre os “encadeamentos cumulativos viciosos da mundialização” destacam-se a punção da finança sobre o investimento público, a redução do papel social do Estado e a mobilidade internacional do capital. Isso representava um obstáculo ao crescimento econômico. Antes de transformar-se numa “bolha especulativa bursátil”, o crescimento dos Estados Unidos (1996-2000) foi impulsionado pelos investimentos realizados em tecnologia da informação e comunicação e na exploração das vantagens comerciais resultantes de sua posição hegemônica internacional.

Chesnais (2005) entende que o capitalismo entrou numa nova fase de mundialização com o capital financeiro centrado na primazia dos grandes bancos, nos fundos de investimentos e nas grandes multinacionais. O papel desempenhado pelos Estados Unidos na expansão do processo de liberalização e privatização (mediante OMC, FMI e Banco Mundial) foi fundamental na configuração da mundialização capitalista. O regime institucional da mundialização financeira seria impossível sem os processos de acumulação por espoliação postos em curso pela liberalização e pela desregulamentação financeira.

A consolidação da mundialização como regime da concentração financeira, escreve Chesnais (2005, p. 21), “acentuou a evolução dos sistemas políticos rumo à dominação das oligarquias obcecadas pelo enriquecimento e voltadas completamente para a reprodução da sua dominação”. A forma dessa mundialização intensificou a concentração de riqueza no centro do sistema e na periferia. Assim, “as oligarquias agrárias e financeiras

nunca foram desenraizadas, como na América do Sul, o regime institucional da mundialização reforçou o direito de propriedade e os mecanismos de apropriação fundada sobre a exploração do trabalho ou dos ganhos rentistas” (CHESNAIS, 2005, p. 22). O poder dessas oligarquias avançou com a mundialização financeira, demonstrando a articulação do capital financeiro com o complexo agroindustrial.

O acelerado crescimento econômico da China reforçou o poder do agronegócio. A exploração dos trabalhadores “bem formados, disciplinados e mal pagos fazem da China o Eldorado dos grandes grupos industriais dos países da Tríade e de seus acionistas” (CHESNAIS, 2005, p. 24). Os efeitos perversos do crescimento chinês se revelam na elevação do valor das *commodities* e na euforia com os excedentes das balanças comerciais.

No capítulo “O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”, Chesnais salienta que o capital portador de juros, desenvolvido no livro III de *O capital* de Marx, ocupa papel decisivo no capitalismo contemporâneo. Marx define o juro como manifestação da mais-valia obtida pela simples posse da propriedade do capital, em que seu possuidor permanece fora do processo produtivo. Os juros e a renda da terra são formas de apropriação da mais-valia produzida pelo capital-produtivo. Chesnais (2005) entende que Hilferding desenvolveu uma teoria da interpenetração entre indústria e finança mediante a noção de capital financeiro. Ele representa a inserção dos grandes bancos na indústria.

Nesse ciclo histórico de nova mundialização da economia, a forma tradicional de organização do capital (grupos industriais transnacionais relacionados à produção de bens e serviços) aparece subordinada às instituições financeiras bancárias e não bancárias. Esta forma específica de capital procura fazer dinheiro “sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida” (CHESNAIS, 2005, p. 35).

Chesnais considera o capital portador de juros como correlato do capital financeiro. O capital financeiro representa a etapa mais avançada do capitalismo porque nela a capacidade de mobilização do capital se transforma numa força de supressão da concorrência e das barreiras tecnológicas. O grande volume de capitais nas mãos de determinadas corporações acirra a concentração dos mercados e impulsiona uma nova internacionalização da economia mundial. O capital financeiro permite que o modo de produção capitalista possa se desvencilhar dos exclusivismos dos incômodos da produção material (BELLUZZO, 2005). Essa forma de composição do capital encontra na especulação seu pleno coroamento, fazendo parecer que o capital brota do nada.

O regime da acumulação financeira é compreendido como uma forma de centralização dos recursos provenientes dos lucros industriais não reinvestidos na produção de bens. A posição hegemônica desempenhada pelo capital financeiro seria impossível de ser alcançada sem a atuação dos Estados poderosos no

sentido de desregulamentar e desbloquear os mercados. Foi essencial a constituição de políticas que facilitassem a centralização dos fundos líquidos.

A entrada em cena das instituições financeiras pela mediação dos fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguro e sociedades de investimentos aprofundou o processo de centralização dos lucros. Os mercados de títulos de empresas e mercados de obrigações ampliaram o poder do capital financeiro, permitindo ao capital portador de juros auferir renda privilegiada.

A ascendência do capital financeiro ou portador de juros resulta na superação da fase heroica do capitalismo monopolista, representado pelos grandes barões ou tubarões da indústria – Henry Ford figura como um ilustre representante do capital produtivo norte-americano. O capital financeiro ressurgiu na década de 1970 depois da catástrofe que o mundo das finanças experimentou em 1929. A implementação de uma espécie de repressão financeira experimentada na fase denominada de “anos gloriosos” do *Welfare State* foi quebrada pela desregulamentação e pela liberalização dos mercados financeiros inaugurados pela ruptura do sistema de *Bretton Woods*, com o estabelecimento de um regime de câmbio flutuante e o fim do regime de paridade do dólar com o ouro. A captura dos países do Terceiro Mundo para o processo de internacionalização do capital financeiro se deu mediante o choque dos petrodólares e o estabelecimento do regime de taxas flutuantes.

As bases para o desenvolvimento dessa fase privilegiada do capital financeiro foram estabelecidas na década de 1960 pela mediação do “mercado de eurodólares”. A constituição de instituições necessárias para o capital portador de juros em Londres forjou um mercado interbancário de capitais líquidos registrados em dólares. Segundo Chesnais (2005, p. 38), “essa será a primeira fase de operação internacional do capital portador de juros”. Bem antes do choque do petróleo na década de 1970, grandes empresas norte-americanas ajudaram a forjar um mercado internacional especulativo em que o capital oriundo da produção não retornava mais para a produção industrial.

A crise de 1974-75 resultou da constituição do ambiente internacional especulativo marcado pela substituição das taxas fixas de câmbio pelo regime de taxas flutuantes (1973). Esse ambiente será reconstruído a partir de 1976 com os petrodólares. Os recursos provenientes da elevação do preço do barril do petróleo pelos países da OPEP foram direcionados pelos bancos de *Wall Street* aos países do Terceiro Mundo. A reciclagem dos recursos do petróleo levou ao completo endividamento das economias periféricas e abriu caminho para uma nova etapa de mundialização da economia, na qual as economias de capitalismo tardio que passavam por uma fase de desenvolvimento serão completamente desindustrializadas.

O final da década de 1970 constituiu-se como uma etapa mundial marcada pela “ditadura dos credores” ou “tirania dos mercados”. A elevação da taxa de juros

precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cuja primeira manifestação foi a crise mexicana em 1982. A dívida pública elevou o crescimento quantitativo do capital financeiro ou do capital portador de juros. A tábua de salvação dos mercados centrais emergiu do endividamento também dos estados centrais.

Não apenas a dívida pública cresceu na periferia do sistema, mas cresceu de forma exponencial no coração do sistema capitalista. O endividamento público norte-americano funcionou como uma tábua de salvação para a crise do endividamento das economias do Terceiro Mundo. As taxas de juros elevadas pagas pelos governos dos Estados Unidos e da Europa salvaram os representantes do capital financeiro (fictício) da bancarrota. O crescimento do endividamento público tornou os governos uma espécie de marionetes dos interesses das grandes corporações financeiras.

Escreve Chesnais (2005, p. 42): “Nos anos 80, a dívida pública permitiu a expansão dos mercados financeiros ou a sua ressurreição em outros países, como no caso da França. Ela é pilar do poder das instituições que centralizam o capital portador de juros”. A sua implementação abriu caminho para as medidas neoliberais e para o processo de privatização das economias em desenvolvimento. A dívida pública foi a alavanca poderosa que permitiu subordinar completamente a economia mundial numa fase histórica de superação da colonização política do Terceiro Mundo, entre 1945 e 1973.

No processo de mundialização do capital dominado pelas finanças, o capital portador de juros, de procedência

norte-americana, exerce função privilegiada. Essa nova forma de mundialização se inscreveu sob a égide da desregulamentação monetária e financeira (câmbio flutuante), da descompartimentalização dos mercados financeiros e da desintermediação. Os gestores de portfólios (bancos de fundos mútuo e fundos de pensão) passam cada vez mais a fazer operações e investimentos nos derivativos (*hedge-funds*) e as agências de classificação de risco assumem posição de juízes no tribunal da ciranda especulativa mundial. Nesse contexto, emergiu um universo de inovações financeiras como um mecanismo de aperfeiçoamento das técnicas de proteção contra os riscos do mercado perante o delírio báquico promovido pelo uso descomedido dos derivativos.

Essa política provocou graves problemas mesmo para os países mais desenvolvidos. O estabelecimento dessa política, com a colaboração dos organismos internacionais e dos representantes locais formados na cartilha neoliberal, subordinou o sistema financeiro mundial aos imperativos do sistema financeiro norte-americano. As políticas neoliberais não conseguiram inverter o sentido da taxa de crescimento desigual da economia mundial. A taxa de crescimento da economia mundial, entre 1960 e 1973, aproximou-se de 4%, caindo para 2,4% entre 1973 e 1980, e estacionando em 1,2% entre 1980 e 1993. A taxa de crescimento não conseguiu superar 2% na década de 1990 (CHESNAIS, 2005, p. 57). Nem mesmo a recuperação econômica alcançada entre 1996 e 2001 conseguiu reverter o movimento descendente da economia mundial.

O crescimento da economia norte-americana no final do século XX deu-se sob a forma da acumulação por espoliação, como salienta David Harvey. O capital portador de juros tende a exigir das economias subordinadas mais do que elas podem oferecer. A desregulamentação do trabalho e as privatizações se constituíram como forças motrizes do processo de espoliação da acumulação financeira. A brutalidade das formas de expropriação dos países emergentes remete ao tempo histórico da acumulação primitiva de capitais salientada por Marx.

Os mercados financeiros, em conluio com o capital financeiro norte-americano, têm como pilar a privatização dos serviços públicos, o endividamento público, a destruição do sistema previdenciário dos trabalhadores e o rebaixamento constante do valor da força de trabalho. Essa foi a coluna vertebral que sustentou o sistema financeiro.

O crescimento da economia norte-americana no ciclo histórico analisado ocorreu, primeiro, devido à força do dólar e à sua política fiscal expansionista; segundo, pela política monetária e de crédito permissiva; terceiro, dada a rápida expansão do crédito, a forte capitalização das Bolsas e a ampliação da capacidade produtiva nos setores com reconhecida capacidade de aceitação das inovações tecnológicas. O dólar forte e o déficit em conta-corrente aqueceram o capital financeiro e destruíram as economias subordinadas. Esse quadro de apropriação do excedente foi marcado pelas crises. O frenesi do capital financeiro na busca de expansão no reino da especulação resultou na crise observada em empresas como *Enron*,

Parmalat, Adesco, Cirio, WorldCom, Adelphia, Tyco, Xerox etc. Essa lista não será mais elevada com a crise de 2008.

No entendimento de Chesnais (2005, p. 62), “a raiz das crises financeiras encontra-se no volume extremamente elevado dos créditos sobre a produção futura que os possuidores de ativos financeiros consideram poder pretender”. Parece inevitável que as crises estourem sob a forma de crises financeiras e incidam sobre a produção industrial. Chesnais (2005, p. 64) considera que essas crises, como a do México em 1995, estão relacionadas ao impacto da liberalização e desregulamentação. As crises financeiras revelam situações de degradação do sistema. O detonador das crises é a exigência imposta pelo capital portador de juros.

Chesnais entende que é preciso uma crise maior do sistema financeiro do que a experimentada em 1929, que impôs o *New Deal*, para fazer recuar a predominância do capital portador de juros na atualidade. Ele reconhece a impossibilidade de uma mudança de rumo da parte do mercado norte-americano. No entanto, assinala (2005, p. 66): “A hegemonia dos Estados Unidos, por mais forte que seja, não lhes permitirá escapar para sempre dos efeitos do retorno do fraco crescimento mundial”.

A história do capitalismo norte-americano está profundamente ligada ao capital portador de juros e não consegue dele se deslocar; desse modo, parece que a superação do capital financeiro passa pela superação da dominação de *Wall Street* e da supremacia da moeda norte-americana. Chesnais (2005) salienta que os Estados

Unidos engendraram a mundialização das finanças para subordinar a economia mundial aos interesses de suas corporações financeiras. A sua hegemonia supõe uma macroeconomia que submete as economias dependentes aos seus interesses. Nesse contexto, não se pode deixar de reconhecer como verdadeira a afirmação de que os Estados Unidos são uma potência em declínio. A insaciabilidade das finanças mostra-se suscetível a um abalo sísmico econômico que deve afirmar toda a economia mundial nas próximas décadas.

CAPÍTULO IV

MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO COMO NOVO IMPERIALISMO

O imperialismo é expressão da forma de ser do capital financeiro. Esta forma de configuração do capital é a mais sofisticada e mais complexa, porquanto supera as formas precedentes de objetivação do capital. A obra de Hilferding sobre o capital financeiro se constitui como fundamento essencial para entender o imperialismo que emerge no final do século XIX, pois está profundamente relacionada ao processo de fusão e integração operado entre as instituições financeiras e as grandes indústrias ou empresas capitalistas.

O imperialismo configura-se como manifestação política do capital financeiro. Torna-se importante apreender as distintas interpretações do imperialismo desenvolvidas pelos teóricos situados na vertente marxista. As heterogêneas interpretações (Lenin, Luxemburg, Bukharin etc.) revelam o movimento complexo do capital financeiro expresso na sua configuração política.

O imperialismo, segundo Magdoff (1978, p. 41), “é complexo demais para ser explicado através de qualquer fórmula simplista”. O autor supracitado reconhece o valor de Lenin no sentido de elucidar a natureza do imperialismo, pois ele consegue apresentar as principais alavancas que movem as relações econômicas

internacionais. “Essas são as mesmas que associamos ao novo estágio do monopólio e aos processos de operação monopolista para evitar, onde e quando possível, seu domínio e controle sobre fontes de fornecimento e mercados” (MAGDOFF ,1978, p. 41).

Ao apontar as alavancas principais do imperialismo, a teoria de Lenin continua sendo válida para entender a natureza do capitalismo na contemporaneidade, pois alarga o sentido deste termo quando assevera que o capitalismo sempre adotou uma prática pedestre e rastejante. O imperialismo se constitui a partir da existência do mercado mundial. A análise do autor de *Imperialismo, fase superior do capitalismo* indica alguns elementos que persistem como aspectos constituintes da essencialidade do referido complexo.

As exportações de capitais ou a transferência de valor configura-se como elemento inerente ao imperialismo. A concentração de capital coloca a exigência do processo de intensificação da transferência de valor da periferia para as economias centrais. Na etapa do capital mercantil, a produção de valor ocorria na periferia e somente se realizava na colônia. Com a expansão do mercado interno e a completa subordinação das formas de produção pré-capitalistas à produção do capital industrial-financeiro, a transferência e a realização de valor sofrem uma reconfiguração.

Em lugar de acabar com a relevância do valor no processo de reprodução do capital, o imperialismo implica uma reconfiguração da transferência internacional do valor. Essa seria uma determinação essencial do

imperialismo que continua sendo profundamente obliterada, isso porque esse processo de transferência de valor conta com um mecanismo sofisticado de ocultamento de sua essencialidade. Os investimentos realizados no exterior pelas corporações ou empresas multinacionais têm como propósito a apropriação do valor na forma de lucros, juros, rendimentos etc.

A essência do mercado internacional e do comércio transnacional é a transferência de valor incorporada na forma capital-mercadoria ou/e capital-dinheiro. Os vetores do processo de apropriação e transferência de valor podem ser realizados mediante o movimento direto de produção do valor ou pelos processos de expropriações realizados pela mediação do complexo extraeconômico.

O mercado mundial não é uma unidade harmoniosa, mas forja-se como um todo marcado pela desigualdade e pela heterogeneidade, em que um polo menos desenvolvido ou atrasado serve como mercado de consumo ao polo mais desenvolvido e avançado. O polo pobre serve para dinamizar e movimentar o rico. A existência duma profunda desigualdade do processo de industrialização e produção de mercadorias em escala internacional permite a dinamicidade da transferência de capitais-dinheiro e capitais-mercadoria de um mercado para o outro.

A intensificação da desigualdade existente no mercado internacional assegura a transferência de valor das economias atrasadas para as economias adiantadas. Segundo Leite (2018, p. 148), “um desnível estrutural de produtividade se instaura com o advento da grande

indústria – que promove uma radical transformação na base técnica – e a constituição do mercado mundial enquanto tal; a partir de então, o mercado mundial assume a forma histórica e social de imperialismo”.

Esse processo de produção e transferência de valor não se dá num terreno pacífico e harmonioso, mas num terreno de disputa, marcado pela intensificação das contradições. Os capitais das distintas praças centrais concorrem entre si na tentativa de assegurar o controle dos mercados periféricos e menos desenvolvidos. A produção e a transferência de valor se inscrevem num espaço de concorrência, pois a constituição dos monopólios não significa a eliminação da concorrência, mas a elevação da concorrência a uma etapa ainda mais avançada. As corporações procuram assegurar os mercados de produção e transferência de valor mediante novas fusões e incorporações, fazendo com que determinadas corporações se transformem em redes integradas de grandes corporações transnacionais.

A importação e a exportação de capitais no mercado internacional têm como fundamento a produção e a realização do valor. A exploração do trabalho é o elemento basilar do desenvolvimento do mercado internacional. A apropriação da mais-valia se constitui como essência do imperialismo, enquanto as expropriações são aspectos que marcam tanto o desenvolvimento do capital financeiro quanto o desenvolvimento das formas pretéritas de manifestação do capital mercantil e industrial.

As expropriações se configuram como elementos trans-históricos e formas recorrentes no desenvolvimento do capital. São um elemento importante no processo de reprodução do capital, especialmente na fase histórica de intensificação da crise do sistema do capital, mas não se configuram como a sua ossatura.

Ao afirmar que a essência do imperialismo é a apropriação e a transferência de valor produzido e realizado, pode-se claramente concluir que o imperialismo se plasma mediante a contraposição radical entre capital e trabalho. Pela mediação de seus tentáculos sofisticados e de seus fios invisíveis, o imperialismo forja-se como “uma relação social que conecta capital e trabalho em escala mundial através de uma rede de dominação hierárquica, dentro da qual existem aparelhos estatais com mais ou menos poder e capacidade de direção, os quais permitem e afixam a conexão entre os vários nós daquela rede” (LEITE, 2018, p. 149).

A maquinaria estatal está subordinada ontologicamente aos imperativos do capital financeiro, que está assentado na produção e na realização do valor. O capital é acumulação de mais-valia. Transcendendo o reino da aparência e tentando cooptar a essencialidade do imperialismo, pode-se afirmar que ele compreende a unidade dialética entre complexo econômico e complexo político, entre empresas transnacionais e Estados-nacionais.

O imperialismo é uma teia complexa forjada para assegurar a transferência de valor de uma ponta à outra de um sistema estreitamente combinado marcado por

contradições, conflitos, disputas e rivalidades. Ele envolve uma rede de vasos e coágulos heterogeneamente constituídos que tem como premissa a legalidade do processo de controle do trabalho pelo capital e a petrificação dos novos processos constituídos de transferência do valor.

A internacionalização da economia sob a égide do imperialismo ou do capital financeiro pode ser compreendida em duas etapas. A primeira, marcada pela transnacionalização, em que se inscreve um amplo fluxo de capitais para o estrangeiro na forma de investimentos diretos e indiretos no complexo produtivo. A segunda fase corresponde ao processo de mundialização pautado pela crise profunda do sistema do capital. Essa etapa corresponde ao processo de hipertrofia do capital financeiro, em que o universo dos investimentos no complexo produtivo é superado pelo direcionamento do fluxo de capitais para o universo especulativo ou fictício.

O capital financeiro ou o imperialismo não é um movimento regular ou linear, mas é perpassado por contradições. Enquanto síntese das formas precedentes de ser do capital, ele se revela como muito mais complexo e contraditório, carecendo de uma atenção mais concentrada para elucidar sua particularidade. A etapa forjada pela inter-relação e pela interconexão de várias nações, em que várias potências tentam dividir a partilha do mundo entre si, constitui a etapa clássica do imperialismo. Entre essas nações merece destaque a emergência de duas grandes potências fora do eixo europeu no final do século XIX: Japão e EUA. A segunda forma de manifestação do

imperialismo financeiro aparece sob a hegemonia dos EUA. A maioria dos estudiosos do imperialismo na contemporaneidade confirma essa formatação como a nova forma de configuração do imperialismo.

A economia japonesa constituiu-se como uma exceção entre seus vizinhos asiáticos, conseguindo acompanhar o desenvolvimento do grupo seletivo formado pelas potências imperialistas da Europa e Estados Unidos. O capitalismo ocidental arruinou completamente as economias da América Latina, África e Ásia na etapa do capital mercantil e do capital industrial, em que países como a Índia e a China foram objeto de disputa das potências capitalistas ao longo do século XIX.

O capital mercantil japonês foi forjado pela classe dos comerciantes urbanos e rurais, juntamente com a aristocracia rural, que vivia da expropriação do excedente produzido pelo trabalho dos camponeses. A pressão dos representantes do capital mercantil, juntamente com as revoltas camponesas e a crescente oposição dos pequenos samurais, colaborou na constituição da Restauração Meiji (BARAN, 1984). O poder político serviu não somente para assegurar a concentração de riqueza nas mãos dos representantes do capital mercantil, mas também para a constituição dos elementos necessários à transição do capital mercantil ao capital industrial. Assim, as classes oprimidas colaboraram para derrubar o regime aristocrático de base essencialmente agrária, preparar o terreno para a constituição das relações capitalistas e beneficiar a burguesia japonesa em detrimento de seus interesses particulares.

O Estado cumpriu função fundamental no processo de expropriação dos camponeses de suas terras e na constituição de uma burguesia agrária (*jinushi*). Os camponeses, destituídos de seus meios de produção e de subsistência, converteram-se em trabalhadores assalariados – condição fundamental para a constituição de uma economia genuinamente capitalista.

A Revolução Meiji revela-se como expressão política da burguesia agrária e industrial. Através da intervenção estatal foi possível aprofundar o processo de subordinação do trabalho aos imperativos do capital e estabelecer as bases para o desenvolvimento das forças produtivas. O Estado Meiji operou grandes investimentos com recursos expropriados dos trabalhadores rurais e dos camponeses. A constelação de tributos e impostos pagos pelos camponeses e trabalhadores assalariados permitiu uma acumulação estatal que ensejou a construção de estaleiros, ferrovias, indústrias de base e a modernização do sistema de comunicação.

Os investimentos na indústria de base, nos meios de comunicação e em transporte possibilitaram a aceleração do desenvolvimento da indústria japonesa. Os incentivos fiscais governamentais serviram de âncora para o beneficiamento do complexo industrial; para isso a maquinaria estatal estabeleceu consórcios com os representantes do capital industrial (*Mitsui, Mitsubishi, Okura* etc.). Os incentivos estatais atraíram para a indústria os capitais mercantis que preferiam viver da especulação e das atividades usurárias. A Revolução Meiji, segundo Baran (1984, p. 146), “conseguiu criar a estrutura

política e econômica indispensável ao desenvolvimento capitalista”.

Evidentemente que o Japão conseguiu escapar da condição de colônia e dominação capitalista ocidental por uma afortunada conjuntura. Ele soube aproveitar uma oportunidade rara que não se repetiu em nenhuma outra economia asiática e africana ao longo do século XIX. A experiência japonesa se soma à experiência norte-americana. Esses dois países foram os únicos que conseguiram escapar do destino fatídico traçado para as economias colonizadas pelas potências capitalistas europeias. Na verdade, foi a ascendência norte-americana no panteão dos países imperialistas e a constituição de sua rivalidade com as potências europeias que abriram uma fenda para o desenvolvimento das relações capitalistas no interior da economia japonesa de maneira não subordinada. Esclarece Baran (1984, p. 149-150):

O que, porém, influenciou, de maneira decisiva, a posição do Japão foi outra característica do imperialismo moderno: a crescente rivalidade entre os tubarões imperialistas existentes e a entrada, no palco mundial, de uma nova potência imperialista – Os Estados Unidos.

Por incrível que pareça, foram os Estados Unidos a primeira potência econômica que tentou submeter o Japão aos seus imperativos imperialistas, mediante o estabelecimento de acordos comerciais que inundavam o mercado japonês de produtos manufaturados norte-americanos (BARAN, 1984). A intervenção estatal

japonesa procurou assegurar o investimento do excedente produzido pelos trabalhadores no desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas. A constituição de uma burguesia japonesa, com ampla receptividade ao conhecimento tecnológico ocidental e a importação de tecnologia, possibilitou o desenvolvimento de suas forças produtivas e relações de produção de maneira autônoma.

As rivalidades e oscilações existentes entre as potências imperialistas aplainaram o caminho da fundamentação do Japão nas trilhas do imperialismo. Desse modo, o Japão conseguiu superar a condição de objeto de disputa das potências imperialistas para se converter numa espécie de sócio menor destas que dominavam o mundo até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Essas potências resolveram partilhar entre si a colonização da África; este continente foi dividido entre as potências europeias e os Estados Unidos. Este último transformou a América Latina ao longo do século XX no quintal de seus interesses econômicos.

As disputas fratricidas entre as gigantescas corporações foram incorporadas pelos Estados-nacionais que tentaram deslocar suas contradições internas e conflitos para o mercado internacional. O desenvolvimento desigual das relações capitalistas na Europa e no resto do mundo levou as economias de desenvolvimento capitalista tardio a romper os mercados reservados às velhas potências europeias. As burguesias da Alemanha, Itália e Japão não podiam penetrar nos mercados fechados pelas grandes potências econômicas sem desafiar seu poderio militar; dessa maneira, os

Estados-nacionais transformaram a massa de trabalhadores subempregados e desempregados em bucha de canhão da grande ação aventureira da burguesia imperialista em duas guerras mundiais. Ao final dessas guerras, que ceifaram aproximadamente 100 milhões de pessoas, os EUA converteram-se na maior potência mundial.

Os estudos acerca do novo imperialismo incluem as pesquisas de Paul Baran e Paul Sweezy, Harry Magdoff, John Bellamy Forster, Fred Magdoff, Ellen Meiksins Wood e David Harvey. As teorias que tratam do imperialismo postuladas por cada um desses autores têm como fundamentação as obras de Lenin, Bukharin, Hilferding e Luxemburg. Estes, por sua vez, elaboraram suas teorias do imperialismo a partir da leitura e da interpretação do pensamento de Karl Marx.

A teoria do capital financeiro e do imperialismo é um desdobramento claro e preciso do pensamento marxiano. Cada um desses autores procurou, de maneira própria, explicar o processo de internacionalização do capital, em que a lei do valor e a produção de excedente exercem funções essenciais.

A seguir, busca-se tratar do imperialismo hegemônico pelos EUA.

4.1 O capitalismo monopolista em Paul Baran e Paul Sweezy

Paul Baran e Paul Sweezy operam uma análise da natureza do capital monopolista recorrendo à tradição marxista, sem deixar de considerar a contribuição de economicistas burgueses como T. Veblen, J. A.

Schumpeter, J. M. Keynes, M. Kalecki, J. Steindl e H. Minsky.

Na esteira dos teóricos marxistas, Baran e Sweezy (1978, p. 60) consideram o capitalismo monopolista como “um sistema constituído de empresas gigantes” ou grandes empresas. Acrescentam: “O elemento dominante, o principal móvel, é o mundo dos grandes negócios organizado em empresas gigantes, que se empenham em maximizar o lucro e acumular capital” (BARAN–SWEETZY, 1978, p. 60).

Para os referidos autores, a análise do capitalismo monopolista deve começar com “o funcionamento do mecanismo dos preços” (1978, p. 61). Diferentemente da empresa do capitalismo concorrencial, a grande empresa do capital monopolista determina o preço e não aceita o preço determinado. Esclarecem os autores (1978, p. 64): “Quando dizemos que as empresas gigantes fazem os preços, queremos dizer que elas podem escolher, e escolhem, os preços a serem cobrados pelos seus produtos. Há decerto limites à sua liberdade de escolha”. Para Baran e Sweezy (1978, p. 70), “no monopólio, os preços tendem a ser mais constantes no aspecto decrescente do que no aspecto ascendente”.

Os produtores que têm custos elevados e não conseguem acompanhar o ritmo da queda dos preços serão levados à falência ou à fusão. As empresas que não conseguirem reduzir seus custos terão problemas para sobreviver no interior do sistema capitalista, pois o mercado produtivo tende a preservar somente as empresas com “menores custos e lucros mais altos”. Estas adquirem

reputação especial e atraem os melhores clientes (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 76).

Não há dúvida de que, no capitalismo, há uma tendência decrescente dos custos da produção (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 78). A redução dos custos implica a ampliação do lucro dos capitalistas das grandes corporações. A guerra de preços no capitalismo monopolista tende à constituição de um sistema fundado no ajuste tácito de adequação às exigências estabelecidas pelo mercado dominado pelas grandes empresas. O controle dos preços e a redução dos custos têm como propósito assegurar o lucro dos capitalistas.

Para Baran e Sweezy (1978, p. 85), a política de preços e o controle dos custos da produção têm como propósito assegurar a elevação do excedente econômico. O preço das mercadorias não pode ser controlado pelos governos porque as grandes empresas controlam os governos e estão acima destes, sendo correia de transmissão de seus interesses. A fixação de preços é controlada “pelos interesses mais poderosos existentes na sociedade capitalista monopolista” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 115).

4.1.1 Excedente econômico

É possível afirmar que a apropriação do excedente econômico produzido pelos trabalhadores (escravo, servo, camponês e operário) é a essência das sociedades de classe. Nas sociedades comunais, o excedente era partilhado de forma equitativa por todos os partícipes. A

apropriação do excedente econômico marca a história da humanidade como a história da luta de classes e é a quintessência do processo de acumulação. Esse processo permite que as classes dominantes constituam uma divisão social do trabalho assentada na diferenciação entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre atividade teórica de comando do trabalho e atividade prática de subordinação do trabalho.

Em *Capitalismo monopolista*, Baran e Sweezy dedicam cinco capítulos à análise do excedente econômico. O capítulo 3 aborda “A tendência ao crescimento do excedente”; o capítulo 4, “A absorção do excedente: consumo e investimento capitalistas”. Os capítulos 5, 6 e 7 tratam sobre “A absorção do excedente” como “campanha de vendas”, “administração civil” e “militarismo e imperialismo”.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista forja-se inexoravelmente a partir da elevação do excedente econômico tanto absoluta quanto relativamente. Isso impõe uma mudança na lei da tendência decrescente da taxa de lucro.

Baran e Sweezy propõem a “lei do excedente crescente”. No entendimento deles, o excedente econômico transcende os juros e a renda. Este envolve ainda outras formas de constituição do lucro. Uma aproximação do sentido da “lei do excedente econômico” pode ser encontrada na diferença entre a receita das vendas e os custos da produção (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 79, nota 22). Alguns autores recusam essa lei, Baran e Sweezy destacam três, os quais apontaremos a seguir.

A primeira objeção vem de Schumpeter; ele defende que “a longo prazo, a competição de preços é relativamente sem importância e que mesmo na sua ausência os lucros monopolistas são um fenômeno transitório” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 80). Para Schumpeter, a alavanca da produção capitalista que reduz os preços e eleva a produção se plasma na teoria da destruição criadora imposta pela tecnologia. Os autores rebatem essa argumentação apontando que as inovações tecnológicas geralmente emanam das pequenas empresas e não das grandes corporações, pois as inovações e mudanças de comportamento acontecem primeiro nas empresas de pequeno porte e só depois são incorporadas às grandes empresas. As corporações gigantescas não estão dispostas a correr riscos, elas preferem sempre transitar num terreno seguro (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 81). Cabe às pequenas empresas correr riscos e abrir caminho para as grandes corporações, sendo fundidas ou compradas posteriormente.

A segunda objeção vem do economista Kaldor: “Kaldor equivocou-se, primeiro, ao identificar os lucros registrados com a ‘parcela de lucro’ teórica. Esta última é o que realmente chamamos de excedente, a diferença entre o produto total e os custos socialmente necessários à criação do produto” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 82). O lucro surge da diferença entre produto e custo da produção. Paul Baran (1984, p. 17, *itálico do autor*) contesta Kaldor, que “*insiste em identificar o excedente econômico com os lucros observáveis estatisticamente*”. Ele observa que caso existisse identidade não seria

necessário usar a expressão “excedente econômico” ou “excedentes em crescimento”. Isso quer dizer que o excedente transcende o lucro, pois envolve a renda da terra, os juros do capital. No entanto, Marx assinala que cada uma dessas formas de manifestação do capital se constitui como expressão da mais-valia partilhada com distintos capitalistas. O lucro, a renda da terra e os juros do capitalista derivam da mais-valia apropriada que é partilhada com os distintos representantes do capital.

A terceira objeção procede de John Strachey, em seu *Capitalismo contemporâneo*, ao argumentar que os sindicatos e trabalhadores das indústrias estão bem organizados e podem conseguir parcelas crescentes do excedente produzido através da elevação de seus salários. Baran e Sweezy (1978) rebatem Strachey apontando que os capitalistas têm vários mecanismos para proteger seus lucros contra a elevação dos salários dos trabalhadores.

Na sua obra *A economia política do desenvolvimento* (1984), Paul Baran procura esclarecer a peculiaridade do excedente econômico, dividindo seu desenvolvimento em três formas de ser: excedente econômico efetivo, excedente econômico potencial e excedente econômico planejado.

O excedente econômico efetivo é aquela forma de ser do excedente que resulta em riqueza material. Essa forma de excedente é o resultado da diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo. Ele pode ser identificado como “a poupança ou acumulação e se materializa em ativos de várias espécies, que se adicionam à riqueza da sociedade: equipamentos e

unidades produtivas, estoques, divisas e ouro entesourado” (BARAN, 1984, p. 51).

O excedente potencial é aquilo que Marx denominava de trabalho morto. Trata-se daquele excedente que serve ao processo de reprodução material do capital. Esclarece Baran: “Assim, um automóvel adquirido para uso pessoal é um objeto de consumo, enquanto um carro idêntico; se adicionado à frota de táxis da comunidade, constitui um bem de investimento”. No entanto, Baran entende que a categoria excedente econômico transcende ao modo de produção capitalista, pois “todas as formações socioeconômicas de que se tem notícia geraram excedente econômico efetivo” (BARAN, 1984, p. 52).

Baran não destaca a distinção do modo de produção capitalista das formas pré-capitalistas, nem como o modo de produção capitalista se transformou na força mais poderosa de extração de mais-valia ou tempo de trabalho excedente que existiu na história da humanidade. O excedente econômico efetivo estaria relacionado mais estritamente àquela parte da mais-valia acumulada que é capitalizada, ou seja, não inclui o consumo da classe capitalista, os dispêndios governamentais com a máquina administrativa, as forças armadas etc.

O excedente econômico potencial é “a diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se poderia considerar como consumo indispensável” (BARAN, 1984, p. 52, grifo nosso).

Baran (1984) menciona quatro formas de manifestação do excedente potencial: a) o excedente potencial na forma de consumo supérfluo das classes dominantes (enquanto classes parasitárias); b) a produção não realizada devido à existência de trabalhadores improdutivos; c) o capitalismo como modo de produção irracional que alimenta o desperdício; d) a anarquia da produção capitalista e a produção não realizada devido ao desemprego. O excedente econômico potencial revela os gargalos da produção capitalista como uma produção eminentemente destrutiva.

Baran procura desmascarar a natureza do Estado de Bem-Estar Social quando aponta que os seus fundamentos estão assentados no excedente econômico potencial. O modo de produção capitalista “é supérfluo, improdutivo e esbanjador” (BARAN, 1984, p. 53). É um sistema lastreado no excedente econômico potencial que se traduz como um sistema fundado no consumo supérfluo, no desperdício e no trabalho improdutivo. Cada um desses elementos “diz respeito às próprias fundações da Economia burguesa e, em particular, ao ramo desta que se tornou conhecida pelo nome de Economia do Bem-Estar” (1984, p. 54).

Desde que a burguesia lançou abaixo o *Ancien Régime* e elevou a economia capitalista à condição vitoriosa, assegurando a hegemonia do mercado sobre as formas precedentes de organização da produção, a economia burguesa se nega a admitir a distinção entre consumo indispensável e supérfluo, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre excedente efetivo

e excedente potencial. No tempo histórico em que a burguesia era a classe revolucionária, ela denunciava a natureza parasitária da aristocracia, do clero e dos funcionários estatais como trabalhadores e classes improdutivas. No entanto, a burguesia mudou radicalmente suas posições quando assumiu a condição de classe dominante; passou a glorificar cinicamente o trabalho improdutivo e a produção destrutiva. Desde então, ela apresenta o trabalho improdutivo, o desemprego e o desperdício como mecanismo fundamental para a reprodução de seu modo de existência.

Os economistas burgueses minimizam os efeitos destrutivos do desperdício de recursos materiais e humanos que se dão tanto na grande quanto na pequena empresa. O desperdício explicita-se nos elevados salários dos executivos das multinacionais e nas despesas crescentes e exorbitantes dos membros diretores e executivos das empresas gerenciadas na forma de sociedades anônimas.

O trabalho improdutivo parece funcional ao sistema do capital, sendo produtivo para a reprodução do capital. No entanto, o trabalho improdutivo “não se relaciona diretamente ao processo de produção indispensável e é mantido por uma parte do excedente econômico da sociedade” (BARAN, 1984, p. 59). O trabalho improdutivo não envolve apenas as profissões especializadas em coordenar o processo de dominação do trabalho – “agentes de publicidade, comerciantes, especuladores etc.”, mas também cientistas, professores, médicos, artistas etc. Apesar de não serem produtivas,

essas profissões são necessárias numa sociedade organizada de maneira planejada como a socialista.

O excedente econômico potencial é uma categoria importante para revelar a natureza irracional da ordem capitalista. A irracionalidade de uma sociedade que aprofunda o desemprego e a produção destrutiva mediante o complexo industrial-militar é uma tese que será explorada mais apuradamente por Mészáros em *Para além do capital* (2006).

O excedente econômico planejado aplica-se “tão somente ao planejamento econômico global de uma sociedade socialista” (BARAN, 1984, p. 65). Essa forma de constituição de excedente baseia-se na diferença entre “o produto social ‘ótimo’ que a sociedade pode realizar em ambiente natural e tecnológico historicamente dado, segundo uma planejada utilização ‘ótima’ dos recursos produtivos disponíveis, e um volume ‘ótimo’, previamente escolhido, de consumo”. Não se trata de uma produção de excedente visando ao mercado ou visando ao lucro (BARAN, 1984, p. 65).

No entendimento de Baran (1984), a sociedade socialista deve eliminar o trabalho improdutivo e deve expandir o *quantum* de trabalhadores produtivos. Deve constituir uma produção científica que assegure a conservação dos recursos materiais e humanos e elimine as atividades perigosas, ampliando o tempo dedicado à educação e à formação humana.

4.1.2 Absorção do excedente econômico

Baran e Sweezy (1978, p. 119) entendem que a superação do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista exige a substituição da “lei da taxa decrescente de lucro” pela “lei do excedente crescente”. O excedente econômico pode no capitalismo monopolista ser absorvido positiva ou negativamente. Pode ser absorvido através do consumo e do investimento ou pode ser desperdiçado. Quando os capitalistas consomem o excedente, o *quantum* dedicado ao investimento é reduzido. Lembrando Marx, o que denota a produção capitalista é a sua capacidade de reprodução ampliada, ou seja, uma parte da mais-valia precisa ser capitalizada para que a reprodução seja ampliada, do contrário passa a ser reprodução simples.

A parte não consumida pelos capitalistas, que Marx denomina de mais-valia capitalizada, Baran e Sweezy (1978, p. 85-86) chamam de excedente não consumido pelo capitalista. A absorção do excedente pode acontecer tanto na esfera do consumo do capitalista quanto na esfera da produção, quando se torna investimento nas mãos deste. O que caracteriza a produção no capitalismo é a capacidade que o capitalista possui de tornar dinheiro em mais dinheiro mediante a mais-valia apropriada no reino da produção. Isso se dá pela compra da força de trabalho.

As grandes empresas absorvem o máximo de lucro mediante a absorção do excedente alcançada no mercado exterior. Com essa finalidade, inúmeras subsidiárias são instaladas no exterior. O capitalismo monopolista se

assenta na tendência ao contínuo crescimento do excedente econômico.

O capitalismo monopolista é um sistema centrado na necessidade de expansão do excedente econômico. Esse sistema entra em crise quando o excedente econômico não pode ser absorvido no processo de produção de mercadorias. O capitalismo possui uma elevada capacidade de produção de excedente ou riqueza; no entanto, o crescimento da capacidade produtiva não é acompanhado pela expansão do mercado e pela possibilidade de o valor produzido ser realizado. Ocorre, então, um excesso na oferta e uma insuficiência na procura.

A subutilização do excedente na forma de capital disponível resulta numa estagnação da produção capitalista. Baran e Sweezy (1978, p. 113) afirmam que existem forças capazes de neutralizar as tendências de derrocada completa do sistema ou de uma “depressão crônica”. Uma forma de minimizar a crise seria simplesmente colocar o sistema para funcionar “num ponto bastante baixo de seu esquema de lucratividade, para não criar mais excedente do que pode absorver” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 113). No entanto, essa não é forma medular de reprodução do capital, especialmente do capital na etapa da hegemonia do capital financeiro.

4.1.3 A absorção do excedente: a campanha de vendas

Na medida em que os modos normais de utilização do excedente são incapazes de absorver o excedente em crescimento, torna-se imperativa a recorrência aos novos mecanismos de absorção do excedente. A campanha de vendas é uma nova forma de absorção do excedente da sociedade.

A campanha de vendas ou publicidade permite a constituição de uma nova camada de “comedores do excedente” produzido pelos trabalhadores. Os publicitários ampliam a camada parasitária da burguesia, formada por burocratas, banqueiros, advogados, executivos, corretores de seguros, especuladores imobiliários etc. A tarefa dos publicitários é travar uma batalha contra a poupança e a favor do consumo. Para isso se operam mudanças na moda, no *status* da propriedade e nas necessidades. Ele é o arquiteto do modo de vida americano marcado pelo consumismo (BARAN-SWEEZY, 1978). A publicidade emerge como uma contratendência à estagnação do capitalismo monopolista; ela procura contrabalançar a tendência ao subconsumo das massas.

O excedente absorvido pelas campanhas publicitárias emana, primeiramente, dos trabalhadores produtivos e dos consumidores. As despesas com propaganda são pagas pelos próprios consumidores e repassadas para terceiros. O excedente decorre dos salários dos trabalhadores. Assim, uma parte que deveria servir para assegurar a reprodução social dos trabalhadores vai parar nas mãos da nova fração da burguesia que é

proprietária dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, filmes etc.). As despesas com publicidade também podem derivar dos trabalhadores improdutivos e do consumo realizado pelos próprios capitalistas.

Escrevem Baran e Sweezy (1978, p. 130): “Pois ao tempo que parte deste excedente está sendo extraída dos trabalhadores produtivos, uma quantia adicional está sendo arrancada dos trabalhadores improdutivos”. Na verdade, a parte apropriada dos trabalhadores improdutivos não passa de uma redistribuição entre as classes parasitárias do excedente produzido pelos trabalhadores produtivos (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 129-130).

Essa nova fração parasitária da burguesia apropria-se do excedente dos trabalhadores produtivos. Na contabilidade capitalista isso consta como “custos necessários de produção” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 144). Essa é uma das formas de absorção do excedente que caracteriza o capitalismo monopolista.

4.1.4 A absorção do excedente: a administração civil

O aparelho estatal tende a ampliar a absorção do excedente tanto na forma absoluta quanto em relação à produção total. O governo não absorve excedente privado, mas amplia a capacidade de absorção de excedentes através de investimentos na produção ou na cobrança de tributos, impostos, empréstimos. As transferências financeiras e os investimentos no complexo militar

recebem um *quantum* maior do excedente apropriado pelo Estado quando comparado ao aplicado na rede social. Segundo Baran e Sweezy (1978, p. 164), “as despesas de guerra realizaram o que as despesas com o bem-estar social não haviam conseguido”.

A maioria dos programas sociais estabelecidos, como o programa de aproveitamento dos vales fluviais (*Tennessee Valley Authority*) para fornecer energia barata para as massas, foi duramente atacada pelos representantes do grande capital, no sentido de “forçá-la a se conformar às normas da empresa capitalista” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 169). O mesmo aconteceu com o programa de habitações populares, que pelo preço de custo foi duramente confrontado com os interesses das empresas imobiliárias.

A política aceita pelos empresários foi a que destruiu os cortiços nos centros urbanos e forjou uma massa enorme de pessoas sem teto nos EUA. O mesmo aconteceu na esfera da educação, apesar de o sistema educacional não ser um todo homogêneo e servir preferencialmente para atender ao processo de reprodução do capitalismo monopolista.

Apesar de o *New Deal* representar uma elevação de mais de 70% dos recursos destinados à área social, este programa ficou muito aquém de solucionar o problema do desemprego e constituir a sociedade do pleno emprego (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 177). O *New Deal*, enquanto política de resgate ou salvação da economia norte-americana, foi um fracasso evidente (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 164).

A verdadeira saída para a crise que acometeu o capitalismo monopolista brotou da grande guerra. O *New Deal* não resolveu o problema dos capitalistas nem o problema dos trabalhadores. A possibilidade de uma política de conciliação de classes não era possível num contexto de depressão e aprofundamento da crise econômica. A grande virada aconteceu pelas bases constituídas pela grande guerra mundial e o crescimento do complexo industrial-militar.

Anotam Baran e Sweezy (1978, p. 178): “Veio então a guerra, e com ela a salvação. As despesas governamentais elevaram-se e o desemprego baixou”. A guerra foi a tábua de salvação da economia capitalista no mundo inteiro; ela representa uma virada substancial nos negócios do imperialismo norte-americano.

4.1.5 A absorção do excedente: militarismo e imperialismo

O capitalismo precisa das forças armadas ou do aparato militar não somente para assegurar a expansão do mercado e a conquista de novos mercados; ele precisa do aparato militar também na esfera nacional para “esbulhar, reprimir e controlar a força de trabalho interna” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 181). O processo de dominação capitalista, expresso na colonização e no imperialismo, se realiza mediante a cooperação antagônica.

Os países da cúpula são as metrópoles e os países da base são as colônias. O imperialismo implica uma reconfiguração da colonização. Os mecanismos econômicos ou financeiros têm primazia perante a

intervenção direta do complexo político. No entanto, isso não significa um arrefecimento do poderio militar. O complexo industrial-militar impediu que o sistema capitalista afundasse na estagnação e na crise. A Guerra Fria serviu como tábua de salvação do capitalismo norte-americano depois da Segunda Guerra Mundial. Ele foi o grande incentivador do desenvolvimento econômico e da expansão do capitalismo monopolista dos EUA.

O termo complexo industrial-militar aparece no discurso de transmissão do cargo do Presidente Eisenhower (BARAN-SWEEZY, 1978). A força desse complexo e a natureza destrutiva do capital pode ser observada na facilidade com que os senadores norte-americanos aprovam as verbas para ele. O poderoso senador Proxmire ficou assustado com a facilidade com que seus colegas aprovaram em trinta anos as verbas a fim de comprar armas para “destruir, matar, eliminar cidades e dismantelar grandes sistemas de transporte, alguma coisa que leva os homens a não darem ao custo em dólares a mesma importância que lhe atribuem quando se trata de habitações adequadas e do devido cuidado de saúde para os seres humanos” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 212).

Recorrendo ao economista Sumner Slichter, os autores em tela apontam que a Guerra Fria fez aumentar “a procura de mercadorias, ajudou a manter um elevado nível de emprego, acelerou o progresso técnico e ajudou, assim, o país a elevar seus padrões de vida” (1978, p. 212). O economicista de *Harvard* agradece aos russos por ajudarem a fazer com que o capitalismo funcione melhor do que nunca nos EUA. A guerra serve para desenvolver a

pesquisa científica, pois os bens e serviços bélicos precisam ser renovados constantemente.

No entanto, Baran e Sweezy (1978, p. 215) consideram que “seria totalmente impossível alcançar um nível de pleno emprego pelos simples aumentos no orçamento militar”. A corrida armamentista é autodestruidora. A prosperidade perpétua não pode ser alcançada pela mediação da expansão ilimitada do complexo industrial-militar.

O fundamental é que o complexo militar sirva aos interesses econômicos e ideológicos do capital. Ele estimula todas as forças reacionárias e irracionais da sociedade. O militarismo cria “um respeito cego pela autoridade; as atitudes de docilidade e conformismo são pregadas e impostas; a discordância é tratada como falta de patriotismo ou mesmo traição” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 209). Desse modo, o capitalismo monopolista não poderá abrir mão do complexo industrial-militar.

4.1.6. Sobre a história do capitalismo monopolista ou a guerra como estímulo externo

Baran e Sweezy (1978, p. 218) afirmam que o “crescimento do monopólio gera forte tendência ao crescimento do excedente sem que, ao mesmo tempo, se proporcione um mecanismo adequado de absorção”. O capitalismo monopolista emerge nos Estados Unidos no final do século XIX. A Guerra de Secessão serviu como ponto de inflexão no desenvolvimento do capitalismo nos EUA, e não somente para superar o capital mercantil e

adentrar o capital industrial, mas como ponto nodal da inserção da economia dos Estados Unidos na fase do capital monopolista.

O crescimento dos monopólios a partir de 1870 implica a constituição de um excedente significativo e a necessidade da formação de mecanismo para a absorção desse excedente. Subsiste uma tendência no capitalismo monopolista “em gerar mais excedente do que consegue absorver” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 224). O capitalismo monopolista precisa de estímulos externos para solucionar a enorme produção de excedente. A exportação de ferrovias para todas as partes do mundo foi um mecanismo para a absorção de excedentes constituída pela Revolução Industrial. O ciclo de absorção do excedente pela mediação das estradas se encerrou em 1900. As estradas de ferro foram um estímulo externo para a absorção do excedente.

A estagnação econômica ergueu-se como elemento fundamental para acirrar as disputas entre as potências imperialistas que culminam na Primeira Guerra Mundial. A guerra é um novo estímulo externo para absorver o excedente produzido pelo capitalismo monopolista. As guerras exerceram papéis notáveis no desenvolvimento do capitalismo monopolista no decorrer do século XX; sem elas, a “história econômica do século XX não teria sido o que de fato foi” (BARAN-SWEEZY, 1978, p. 223).

A economia norte-americana experimentava uma fase de estagnação entre 1907-1914. A Primeira Grande Guerra foi uma tábua de salvação para a depressão e a estagnação econômica. Escrevem Baran e Sweezy (1978,

p. 233): “A guerra veio, entretanto, no momento exato e o quadro mudou para a prosperidade”. A taxa de absorção de excedente se elevou até a grande depressão de 1929. Segundo Baran e Sweezy (1978, p. 236), “a absorção do excedente prosseguia firmemente naquele tempo, mas à custa do colapso desastroso dos anos seguintes”.

A depressão de 1930 não deve ser considerada como uma exceção, mas como resultado do movimento normal do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Este cenário começou em 1907 e retornou com toda força na década de 1930. A depressão não é desvio do sistema, mas um elemento inerente ao movimento do capitalismo. A taxa de desemprego entre 1908 e 1915 foi de 6,6%; na década de 1930 alcançou a taxa de 18,2% (BARAN-SWEEZY, 1978). Isso representa um quinto da força de trabalho; um quarto da capacidade produtiva estava ocioso. A ausência de estímulos externos impedia investimentos no mercado produtivo e na ampliação do mercado de trabalho. A inexistência de novos mercados para o excedente em expansão precipitou e aprofundou a crise econômica dos EUA.

Os estímulos externos fracassaram na tentativa de absorção do excedente na década de 1930. A guerra é o principal estímulo externo. Ela empregou mais de 11 milhões de trabalhadores, dinamizou a produção em grande escala e modificou as fábricas existentes. Além da guerra, Baran e Sweezy (1978) apontam o desenvolvimento da indústria automobilística como um importante estímulo externo no pós-guerra.

O complexo industrial-militar revela a natureza destrutiva do capitalismo monopolista e a necessidade de sua superação pelo socialismo mediante um processo revolucionário que deve se plasmar especialmente nas economias colonizadas da América Latina e da África.

4.1.7 Objeções e controvérsias

A primeira objeção refere-se à lei do excedente crescente como substituição da lei da queda decrescente da taxa de lucro, que se consubstancia no elemento central do livro. Para Baran e Sweezy, o que impediu os clássicos e Marx de se preocuparem mais com o problema da adequação dos modos de absorção do excedente foi sua profunda convicção de que o dilema central do capitalismo estava resumido no que Marx chamou de “*tendência decrescente da taxa de lucro. Vistas desse ângulo, as barreiras à expansão capitalista pareciam estar mais na escassez de excedente para manter o impulso de acumulação do que em qualquer insuficiência nos moldes característicos da utilização do excedente*” (BARAN – SWEEZY, 1978).

Na medida em que os modos normais de utilização do excedente são incapazes de absorver o excedente em crescimento, torna-se imperativa a recorrência a novos mecanismos de absorção do excedente. A campanha de vendas e o complexo industrial-militar configuram-se como novas modalidades de absorção do excedente da sociedade.

A afirmação da lei do excedente crescente como substituição da lei da queda da taxa de lucro deve ser minimizada, pois essa lei continua a existir apesar das contratendências. Marx continua correto, pois a lei é real e opera efetivamente em determinados períodos da história. As grandes empresas e corporações transnacionais possuem mecanismos muito mais poderosos para contrapor-se à expansão da lei da tendência decrescente do lucro, coisa que não ocorre com as pequenas e médias empresas capitalistas.

Existem muitos mecanismos para se contrapor à tendência da queda da taxa de lucro. A primeira, apontada pelo próprio Marx, é a possibilidade de o capitalista aumentar o *quantum* total de capital investido na produção; a segunda, mediante o investimento em pesquisa científica para desenvolver as forças produtivas e tirar vantagens das descobertas realizadas, intensificando a exploração do trabalho. Nenhuma dessas medidas pode impedir a crise do sistema do capital; a terceira, a concentração e a centralização de capitais nas mãos das grandes empresas; a quarta, o crescimento do crédito nas empresas que operam segundo os preceitos das sociedades anônimas.

A lei continua sendo válida na época do capitalismo monopolista, apesar de as grandes empresas possuírem maior capacidade de colocar em movimento elementos para impedir seu pleno desenvolvimento. No entanto, é preciso salientar que o capitalismo não vai entrar numa fase de aguçamento da crise que culminará no seu colapso total. O sistema capitalista somente poderá ser

superado mediante o acirramento da luta de classes e o papel protagonista e revolucionário do proletariado, aspecto que Baran e Sweezy desconsideram. Para eles, o proletariado não é sujeito do processo revolucionário, mas as classes oprimidas e exploradas do Terceiro Mundo (BARAN – SWEEZY, 1978, p. 18).

A necessidade da expansão do excedente é sinônimo da mais-valia enquanto lei absoluta do sistema do capital e não como substituição à lei da tendência decrescente da taxa de lucro. A lei do excedente crescente é a lei absoluta do sistema do capital, enquanto a lei da queda da taxa de lucro é somente uma tendência, e não o núcleo essencial do sistema. Trata-se de coisas distintas. Uma é a teoria da mais-valia, que está assentada sobre a apropriação do tempo de trabalho excedente, e outra é a lei da tendência da queda da taxa de lucro. É impossível entender a lei da tendência da queda da taxa de lucro sem a compreensão da teoria do valor e a teoria da mais-valia.

A lei do excedente crescente, enquanto fundamento da produção capitalista monopolista, precisa ser considerada com mais precisão. Trata-se do tempo de trabalho excedente de que o capitalista se apropria gratuitamente, ou seja, está relacionada à teoria da mais-valia enquanto lei absoluta do sistema do capital. A formulação do excedente econômico efetivo e excedente econômico potencial sem uma análise precisa da teoria da mais-valia relativa e absoluta suscita a indagação: até que ponto os referidos autores permanecem fiéis ao legado marxiano? É possível apontar que subsiste certo equívoco na apreensão da teoria da mais-valia e do excedente.

Esses equívocos reverberam no interior da obra e obliteram as categorias econômicas decisivas para a compreensão do sistema do capital. A obra de Baran e Sweezy (1978) oblitera a teoria do valor trabalho, da mais-valia e do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens. Essas categorias não assumem posição central no desenvolvimento de uma obra considerada clássica sobre o capitalismo monopolista. Isso não significa que ela não trate de questões importantes e decisivas do capitalismo contemporâneo.

A segunda objeção está relacionada à teoria do valor trabalho. Não é possível entender minimamente a lei do excedente crescente sem estabelecer a devida articulação com a teoria do valor trabalho. É o tempo de trabalho socialmente necessário que determina o valor das mercadorias e regula o intercâmbio das mercadorias entre si. O trabalho enquanto elemento determinante do valor é trabalho abstrato; é a quantidade de trabalho socialmente necessário que determina a relação de troca entre as mercadorias.

Baran e Sweezy conferem papel destacado aos preços das mercadorias, que são determinados pelas grandes corporações na produção capitalista monopolista. Não há nenhuma referência à teoria do valor-trabalho de Marx e ao trabalho abstrato como elemento determinante da relação de troca que perpassa o mercado mundial. É o tempo de trabalho socialmente necessário que permite que uma mercadoria estabeleça com outra uma relação social. O capitalismo monopolista presume uma relação social

determinada pelo capital industrial e pelo capital mercantil.

O tempo do capital financeiro é a síntese do desenvolvimento das relações de produção assentadas no tempo de trabalho como medida do valor social. As grandes corporações não podem determinar o preço de suas mercadorias sem considerar as relações sociais e as relações de produção.

Indiretamente, a tentativa de constituir uma “lei do excedente econômico” em contraposição à “tendência da queda da taxa de lucro” opera uma verdadeira concessão às teorias burguesas que se contrapõem à teoria do valor desenvolvida por Marx, porque a “abordagem do excedente” postula a necessidade de uma teoria do preço não assentada na teoria do valor-trabalho. Escreve Carcanholo (2013, p. 73): “É só na teoria marxista, em que valor e preço diferem radicalmente; nas demais, a teoria do valor é imediatamente uma teoria dos preços. Só em Marx é uma teoria da riqueza capitalista, e só indireta e mediamente uma teoria dos preços”.

O núcleo central da teoria marxiana consiste não no estudo da teoria dos preços, mas em elucidar a anatomia do sistema do capital. A teoria do valor revela a natureza da acumulação capitalista centrada na mais-valia, no lucro e na exploração do trabalho assalariado. A desconsideração da teoria do valor na elucidação dos preços de produção é uma concessão aos teóricos burgueses, pois é impossível uma elucidação dos preços das mercadorias sem partir da produção do valor e do processo de realização do valor.

Escreve Carcanholo (2013, p. 68): “É verdade que o valor [...] e sua magnitude têm como expressão fenomênica, como manifestação, a forma preço, isto é, o valor relativo quando o equivalente é o dinheiro”. Por isso, a elucidação dos preços em Marx passa pela teoria do valor, em que o tempo de trabalho socialmente necessário é a medida imanente do valor. A teoria do valor trabalho determina abstratamente a teoria do preço da produção e a teoria dos preços de mercado. A relação fundante do valor sobre os preços não implica que eles sejam iguais, pois os preços assumem formas diferenciadas no interior do movimento dinâmico do capital.

Isso nos leva a concluir que a definição de “excedente” empregada por Baran e Sweezy é distinta da categoria de excedente adotada por Karl Marx. O excedente em Marx se refere claramente à mais-valia, que pode ser apropriada por distintos capitalistas. Para Baran e Sweezy (1978), o excedente é um “*fundo de acumulação*” medido em preços, descrito como “a parcela da totalidade da diferença entre o produto líquido e o salário real dos trabalhadores que é efetivamente reinvestida na produção”.

O preço é a forma fenomênica que encobre o trabalho como elemento determinante do valor. Ao conferir um lugar de destaque à forma fenomênica do valor sem elucidar a particularidade do trabalho que lhe dá sustentação, Baran e Sweezy acabam por não apreender o elemento central que elucida o capital em sua totalidade. O preço se configura fenomenicamente como distinto do valor porque ele se afasta do lugar da produção do valor e

se revela somente na zona de desenvolvimento do processo de realização do valor, ou seja, no mundo da circulação.

Terceira objeção: a obra *Capitalismo monopolista* (1978), de Paul Baran e Paul Sweezy, representou um ponto de inflexão importante na constituição do marxismo nos Estados Unidos como centro da economia mundial. A *Revista Monthly Review*, fundada pelos referidos pensadores em 1949, estabeleceu nos EUA a “Escola do Capital Monopolista” no período histórico da polarização estabelecida pela Guerra Fria entre capitalismo *versus* socialismo. Nota-se uma defesa importante do socialismo em tempos de ascendência do *macarthismo*.

A defesa do excedente planejado, no entanto, não deixa de ser limitada, devido a uma compreensão indevida do trabalho que fundamenta o novo modo de produção. É verdade que o excedente numa economia socialista deve ser planejado e servir aos interesses dos produtores, mas a obra carece de aprofundamento na medida em que não trata da natureza do trabalho que deve fundamentar uma economia socialista e não realiza nenhuma crítica ao processo de absorção do excedente na ex-URSS.

A análise do excedente econômico sem partir da teoria do valor e de sua relação orgânica com a mais-valia resulta numa lacuna enorme para a efetiva apreensão do movimento do capital monopolista. Essa insuficiência ganha maior envergadura no silenciamento acerca do processo de formação e da apropriação do tempo de trabalho excedente ou da mais-valia nas sociedades denominadas “socialistas”, no momento em que trata do

“excedente planejado”. Baran e Sweezy nada dizem sobre o processo de apropriação do excedente camponês e operário que inscreveu o processo de acumulação primitiva de capital na ex-URSS, em como a burocracia estatal exerceu função crucial na apropriação do excedente mediante a intensificação da exploração do trabalho.

Quarta objeção: o tratamento crítico do Estado, enquanto comitê dos interesses da burguesia e correia de transmissão dos interesses das grandes corporações, não se estende à ex-URSS. Há até mesmo uma recusa em aprofundar a natureza monopolista do Estado.

O termo “capitalismo de Estado” ou “capitalismo monopolista de Estado” é fundamental para se compreender o desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas nas sociedades subdesenvolvidas ou periféricas e nas economias pós-capitalistas. O Estado teve de assumir as funções do capital monopolista nas sociedades atrasadas para alavancar seu desenvolvimento interno e constituir um mercado interno para o capital transnacional. As economias da América Latina (Brasil, México, Argentina e Chile) foram introduzidas ao modo de produção capitalista mediante a industrialização, através do processo de substituição de importações. Se o Estado não houvesse incorporado as funções que as transnacionais assumiram nas economias avançadas, seria impossível qualquer industrialização das economias dependentes.

Ademais, não se pode esquecer o papel fundamental que o Estado assumiu no desenvolvimento da economia soviética. Ele foi a força extraeconômica

necessária para operar o processo de acumulação primitiva de “capital”. O excedente produzido pelos camponeses e operários foi apropriado pelo Estado soviético e alimentou a corrida armamentista com os EUA.

Baran e Sweezy (1978) se contentam em analisar os efeitos deletérios e destrutivos do complexo industrial-militar somente do lado dos Estados Unidos, não estendendo sua análise à natureza destrutiva de seu desenvolvimento também no que eles denominam de experiência ou modelo de “excedente planejado”. A análise do complexo industrial-militar norte-americano não é acompanhada pela análise crítica da experiência soviética, como se operou um processo expressivo de apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores e como uma grande parte desse excedente foi absorvida pelo complexo industrial-militar. A natureza destrutiva do capital se efetivou nos dois polos da Guerra Fria.

A inexistência de grandes empresas e grandes corporações transnacionais obrigou o Estado soviético a intervir na economia, cumprindo as tarefas que as grandes empresas transnacionais exerceram nas economias centrais. O Estado foi a correia de transmissão dos interesses do capital monopolista ou financeiro na ausência das transnacionais e multinacionais. Apesar de não desempenhar função idêntica ao imperialismo norte-americano, no sentido de assegurar a expansão das transnacionais e multinacionais, o Estado soviético recorreu ao complexo industrial-militar como medida defensiva contra a ameaça capitalista e como mecanismo

de expansão de interesses claramente econômicos nas repúblicas soviéticas e nos países do Leste europeu.

Existe um imperialismo distinto do norte-americano no desenvolvimento econômico soviético. Um imperialismo distinto devido à predominância do complexo extraeconômico e ao fato de inexistirem empresas transnacionais. Ao contrário do imperialismo norte-americano, o imperialismo soviético não foi de base essencialmente econômica. A ausência de transnacionais e multinacionais, obrigou o Estado e complexo militar a realizarem as atividades impossíveis de serem realizadas no campo exclusivamente econômico. Assim, o Estado exerceu a função do capital transnacional nas relações internacionais e no mercado mundial. Esse Estado não era coordenado e controlado pela burguesia financeira, mas pela burocracia estatal que operava na esfera interna, expropriando os trabalhadores e realizando a absorção do excedente no mercado internacional através de um movimento similar ao processo de “substituição de importações” nas economias periféricas depois da grande crise de 1929.

A participação das economias denominadas “socialistas” no mercado mundial denota que o socialismo não se apresentou como uma alternativa efetiva ao sistema do capital, mas que elas continuaram subordinadas ao mercado mundial e, conseqüentemente, à lógica da produção do valor, da mais-valia (absorção de excedente) e ao trabalho abstrato.

As objeções não implicam uma desconsideração da relevância da obra *Capitalismo monopolista*, de Baran e

Sweezy, que tem caráter inovador no tratamento de inúmeras questões, entre elas: 1) a demonstração dos verdadeiros limites do denominado Estado de Bem-Estar Social e da política do *New Deal*, quando aponta que o elemento que realmente impulsionou o desenvolvimento da economia capitalista no pós-guerra foi o complexo industrial-militar; 2) a natureza destrutiva e irracional do capitalismo monopolista (consumismo, obsolescência, desemprego, crise econômica) e a necessidade histórica do socialismo como uma alternativa efetiva; 3) a crítica à democracia burguesa e a exploração da dimensão autoritária do imperialismo norte-americano; 4) a natureza centralizadora das corporações transnacionais.

Baran e Sweezy apresentam elementos fundamentais da estrutura do sistema capitalista imperialista ou monopolista que permitem um entendimento da crise estrutural do sistema do capital na contemporaneidade, como o destaque conferido ao desemprego estrutural, ao desperdício, ao avanço do trabalho improdutivo e ao complexo industrial-militar.

Esses autores são precursores no estudo dos elementos nodais para se entender a anatomia do capital financeiro ou monopolista nas últimas décadas. Essas categorias serão tratadas com maior profundidade em vários pensadores marxistas contemporâneos, entre eles o filósofo húngaro István Mészáros, que opera uma análise contundente da crise estrutural do sistema do capital mediante a afirmação da natureza destrutiva do capital, da obsolescência programada e do desemprego crônico.

4.2 A era do imperialismo em Harry Magdoff

Magdoff reconhece o valor de Lenin no sentido de elucidar a natureza do imperialismo, pois ele consegue apresentar as principais alavancas que movem as relações econômicas internacionais. Segundo Magdoff (1978, p. 41): “Essas são as mesmas que associamos ao novo estágio do monopólio e aos processos de operação monopolista para evitar, onde e quando possível, seu domínio e controle sobre fontes de fornecimento e mercados”.

Apesar de reconhecer sua relevância e importância, Magdoff não deixa de estabelecer uma aproximação crítica com Lenin quando prefere denominar aquilo que este chamava de imperialismo de “novo imperialismo”. Ele considera como controversa a classificação de Lenin do imperialismo como uma etapa específica do capitalismo que emerge nos fins do século XIX, pois muitas características do imperialismo podem ser encontradas “desde os primórdios e ao longo de toda a história do capitalismo: a urgência de desenvolver o mercado mundial, a luta pelo controle das fontes de matéria-prima, a caça competitiva às colônias e a tendência à concentração do capital” (MADGOFF, 1978, p. 23). O novo imperialismo marca a época histórica em que a Inglaterra perdeu posição de primeira grandeza na regência da economia mundial, quando fortes economias rivais emergiram para dissipar sua posição hegemônica.

Na análise que Magdoff (1978, p. 28-29) tece do “novo imperialismo”, ele destaca a importância das novas

tecnologias no sentido de assegurar a ascensão e o poderio das grandes corporações e dos grandes negócios capitalistas. O imperialismo norte-americano emergiu da Guerra de Secessão e da expansão ferroviária, constituindo-se como alavanca para instituições financeiras poderosas e capazes de acumular capitais e organizar incorporações que se transformaram em imensas empresas centralizadas, verticalmente integradas. As grandes corporações financeiras se tornaram vigas e sustentáculos “daquilo que Veblen chamou ‘instituição mestra da vida civilizada’” (MAGDOFF, 1978, p. 29).

As novas indústrias e as novas tecnologias não poderiam dispensar a importância das matérias-primas. O novo imperialismo acirrou a luta pelo controle dos recursos naturais (ferro, carvão, níquel, zinco, cobre, bauxita, nitrogênio, cassiterita, aço etc.). As invenções no campo da eletricidade, da indústria petrolífera, da indústria naval (navios construídos de metal, com casco e caldeiras de aço), dos motores de expansão tripla e dos motores compostos resultaram no acesso barato às matérias-primas em distintas partes do mundo.

A produção em massa implicava a necessidade de intensificar o comércio mundial, enquanto marca fundamental do modo de produção capitalista. O terreno para a revolução comercial “foi preparado pela demanda de transportes eficientes e baratos para a carga a granel de produtos pesados, do mundo todo, pelo novo navio de metal, a vapor, que tornou possível, e pela comunicação rápida (o cabo transatlântico começou a funcionar em 1866)” (MAGDOFF, 1978, p. 31). Essa revolução

comercial inexistiria sem o financiamento dos bancos internacionais e sem o aprimoramento da constituição do sistema multilateral de pagamentos internacionais. Assim emergia um mercado mundial regulado por preços mundiais.

Magdoff considera a complexa teia de relações econômicas e sociais que emergiu no final do século XIX, “diretamente de tendências bem arraigadas, inerentes a uma economia capitalista. O principal traço novo é a concentração do poder econômico em corporações e instituições financeiras gigantescas, com a conseqüente internacionalização do capital” (MAGDOFF, 1978, p. 33, grifo nosso).

Magdoff (1978, p. 33) considera como elementos fundamentais ao novo imperialismo: 1) o antagonismo existente entre as grandes corporações impõe a necessidade do controle e domínio das fontes de matéria-prima. “Controlar as novas fontes de matéria-prima é medida de proteção contra a pressão dos competidores e também arma ofensiva, para conservar na linha os competidores não integrados”. Isso marca a história das grandes corporações e indústrias do aço, do petróleo, do alumínio, do cobre etc.; 2) o sucesso dos negócios manufatureiros “inclui a conquista dos mercados estrangeiros” (MAGDOFF, 1978, p. 34). A produção automobilística de massa da *Ford Motor Company*, por exemplo, não poderia existir sem a conquista de um mercado externo. O aumento das relações de troca no mercado interno e no mercado externo é um traço característico do capitalismo; 3) os investimentos externos

são um mecanismo eficaz para assegurar o controle e a proteção dos mercados externos. A exportação de capitais para a construção das ferrovias serviu para estimular a aquisição de trilhos, locomotivas, carros etc. As grandes corporações operam com uma massa de capital enorme, que é próprio ou que procede de sua filiação aos bancos e instituições financeiras; 4) para controlar seus mercados, as corporações gigantescas podem influenciar governos no sentido de constituir tarifas alfandegárias protecionistas e impor uma série de barreiras comerciais a seus concorrentes.

Os traços do novo imperialismo se manifestam da seguinte maneira: “1) o destaque passou da rivalidade no retalhar o globo para a luta contra a contração do sistema imperialista; 2) o novo papel dos Estados Unidos como organizadores e líderes do sistema imperialista mundial; 3) um avanço tecnológico de caráter internacional” (MAGDOFF, 1978, p. 42).

4.3 John Bellamy Foster e Fred Magdoff

John Bellamy Foster e Fred Magdoff ressaltam, em *The Great Financial Crisis* (2009), que o capital monopolista emergente da Segunda Guerra Mundial, organizado em sociedades por ações, tende à estagnação. Essa tendência brota da relação dialética estabelecida entre o crescimento de excedente e a incapacidade de ampliação do mercado para absorver o excedente. No pós-guerra, a arma utilizada para resolver o problema do capital foi o crescimento das despesas estatais com o complexo

industrial-militar e a administração pública, bem como o desenvolvimento das despesas com novas tecnologias (PALLUDETO E ANDRADE, 2014).

O capitalismo contemporâneo desenvolveu uma poderosa arma para realizar a absorção de excedente e evitar a estagnação da economia mundial. Segundo Foster e Magdoff (2009), a financeirização era um mecanismo poderoso de absorção do excedente. A nova fase de desenvolvimento da economia mundial seria marcada pela financeirização como alternativa ao processo de estagnação econômica.

O capital monopolista adentrou a década de 1970 num processo de financeirização. A tendência à estagnação contrapôs-se à adoção do mecanismo da expansão do crédito e dos ativos financeiros. A perda do poder de compra da classe trabalhadora e a contração no consumo das massas serão compensadas pela abertura de novas linhas de crédito. O baixo poder agregado da classe trabalhadora, resultante das políticas econômicas estabelecidas para atender às demandas da reprodução do capital, entra em contradição com a necessidade de expansão do capital. Para superar essa contradição, o capital financeiro lança uma série de ativos financeiros que não logra impedir a crise do sistema.

Em *O redescobrimento do imperialismo*, Foster enfatiza a relevância do termo imperialismo, que Magdoff apontava, na década de 1970, como excluído do léxico discursivo do universo político capitalista. A recusa em adotar o termo imperialismo, tido como pouco acadêmico e anticientífico, tem servido para que o *establishment*

dominante adote o termo destituído de sua profunda vinculação com o capitalismo e a exploração (FOSTER, 2007, p. 473). Isso pode ser observado em textos como: 1) o artigo na revista *Foreign Affairs* (2002), de Sebastian Mallaby, colunista do *Washington Post* que fala em “imperialismo reticente”; 2) o texto *The Case for American Empire* (Argumentos para o Império Americano), publicado no *Weekly Standard*, do colunista de *Wall Street*, Max Boot; 3) o livro *Warrior Politics* (Política do guerreiro), de Robert Kaplan; 4) Stephen Peter Rosen, da Universidade de *Harvard*, escreveu na *Harvard Review* (2002): “Nosso objetivo [o das forças armadas norte-americanas] não é combater um rival, mas sim manter nossa posição imperial, e manter a ordem imperial”.

A ideologia dominante buscou esvaziar o sentido do termo “imperialismo econômico” e concentrar seu esforço na exploração dos termos imperialismo cultural e imperialismo político (FOSTER, 2007, p. 479). Em 1999 Prabhat Patnaik assinalou na *Monthly Review* que o termo imperialismo tinha desaparecido das análises da esquerda norte-americana, a despeito das inúmeras intervenções militares dos EUA nos países da América Latina (Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Granada, Panamá etc.) e das práticas predatórias das multinacionais norte-americanas em todo o mundo (FOSTER, 2007, p. 480).

Numa clara ofensiva contra a esquerda marxista, os ideólogos do capital buscam outorgar um novo significado para o imperialismo como uma hegemonia benéfica e civilizatória, isentando-o da relação com a exploração

global e com a natureza do capitalismo. O artigo de Tom Barry, *Um retorno ao intervencionismo* (2002), é um elogio à política de intervenção norte-americana no Afeganistão e no Oriente Médio, como forma de combater o terror e assegurar a paz mundial.

A crítica mais acirrada ao termo imperialismo foi forjada por Michael Hardt e Antonio Negri, no livro *Empire* (2000), que postula o encerramento do imperialismo com a guerra do Vietnã e que a Guerra do Golfo (1991) não se constitui como parte de uma política imperialista, senão como expressão da necessidade dos EUA de assegurar os interesses globais. Hardt e Negri reforçam o discurso de George Bush (pai) de que a Guerra do Golfo representou “o nascimento de uma nova ordem mundial” (FOSTER, 2007, p. 482). A insistência na defesa dos EUA é categórica na afirmativa: “Os Estados Unidos não constituem e, na verdade, nenhum outro Estado-nação pode constituir hoje o centro de um projeto imperialista” (FOSTER, 2007, p. 482).

A esquerda norte-americana está impossibilitada de fazer a crítica ao imperialismo dos EUA porque os grandes órgãos de publicidade têm divulgado uma interpretação do imperialismo como sinônimo de “império” e do “papel civilizador imperial”. Predomina uma reinterpretação do imperialismo que justifica o domínio político e a intervenção militar em várias partes do mundo, especialmente como motivo da política de combate ao terror.

Ao tentar resgatar a perspectiva marxista, Foster destaca que a busca de lucros é o mantra do *imperium*

norte-americano e que seu poder político-militar está direcionado para ampliar seu alcance em escala mundial, colocando sempre em primeiro lugar os interesses das corporações e do Estado norte-americano (FOSTER, 2007, p. 488). Ele mantém sua crítica ao imperialismo econômico norte-americano na esteira de Baran e Sweezy quando fundamenta o movimento ontogenético do imperialismo na absorção do excedente econômico.

4.4 O império do capital de Ellen Meiksins Wood

O objetivo do livro de Ellen Meiksins Wood, *O império do capital*, é “definir a essência do imperialismo capitalista para melhor entender como ele opera hoje”. A sua intenção não é apresentar uma narrativa histórica completa do imperialismo capitalista em si. O primeiro capítulo de seu livro se concentra na separação entre poder econômico do capital e a força extraeconômica, particularmente como o poder econômico comparece separado do poder político. Nos capítulos 2 e 3, a autora aborda a peculiaridade das distintas formas de império que precedem o poderoso império norte-americano. Ela considera como impérios não capitalistas o império da propriedade (romano e espanhol), o império configurado num poder estatal central ou despótico (chinês) e o império do comércio (árabe muçulmano, veneziano e holandês). Nos capítulos 4 e 5, concentra-se na particularidade do império capitalista britânico. E nos capítulos 6 e 7, dedica-se à análise do imperialismo norte-

americano como um imperialismo de base essencialmente econômica.

4.4.1 Imperialismo britânico

A irradiação do capitalismo britânico para outros territórios ocorreu sob o primado dos mecanismos coercitivos. Escreve Wood (2014, p. 76): “A transplantação dos imperativos econômicos da Inglaterra para seus territórios imperiais deu-se inicialmente por meio de expropriação colonial e da fundação de colônias pela força”. A tentativa de transposição da dominação irlandesa para a colonização da América culminou no genocídio e no extermínio dos povos nativos, pois não existiam as condições para a efetivação de uma dominação semelhante.

A impossibilidade de reprodução da dominação do trabalho na América deveu-se à incapacidade de constituição do monopólio da terra como na Irlanda, pois a existência de terras desocupadas facilitava aos colonos o seu acesso. Desse modo, nas Treze Colônias e na Nova Inglaterra, os camponeses (fazendeiros) puderam expandir a posse da terra sem necessariamente atender à lógica da produção de mercadorias para o mercado mundial. Como o acesso à terra não era mediado pelo mercado, tornou-se imperativa a constituição do trabalho escravo.

Os ingleses foram os verdadeiros beneficiados com o tráfico transatlântico de escravos africanos, estabelecido pelos impérios português e espanhol. A demanda de trabalho escravo imposta pela expansão do mercado de

commodities, assegurada pelo modelo *plantation*, potencializou o processo de acumulação de capitais que serviu de base à industrialização inglesa. Segundo Wood (2014, p. 85), “à medida que crescia a sua economia interna e que o capitalismo agrário abria caminho para a industrialização, a Grã-Bretanha se tornava de longe a força predominante no comércio de escravos do Atlântico, mesmo depois da Revolução norte-americana”.

A colonização da Índia também se distinguiu da colonização irlandesa e norte-americana, já que a economia altamente desenvolvida da Índia resultou em entraves à dominação inglesa. Anota Wood (2014, p. 76): “o desenvolvimento comercial e produtivo da Índia atraiu as ambições coloniais britânicas por razões muito diferentes das que existiram na Irlanda ou na América nos primórdios da colonização”.

A riqueza encontrada pelos colonizadores ingleses na Índia foi um elemento de entrave ao desenvolvimento do imperialismo capitalista de base essencialmente econômica. Assim, os ingleses tiveram dificuldade de se desvencilhar das formas extraeconômicas. Segundo Wood (2014, p. 92): “A enorme riqueza da Índia e as grandes oportunidades que oferecia para o saque imperialista retardaram o dia do acerto de contas; mas o Império Britânico na Índia acabou ficando, o que era inevitável, entre a cruz e a caldeira”. O imperialismo capitalista somente se plasma de forma efetiva quando o poder extraeconômico deixa de cumprir papel fundamental e quando “os imperativos econômicos se tornam

suficientemente fortes para se estenderem além do alcance de qualquer poder extraeconômico” (WOOD, 2014, p. 92).

A Inglaterra jamais conseguiu assegurar sua dominação imperialista sem recorrer aos expedientes coercitivos. Ela impôs formas de apropriação do excedente de base essencialmente econômica superando as velhas formas de imperialismo assentadas nos mecanismos extraeconômicos (militares e políticos). Escreve Wood (2014, p. 91): “Mas o imperialismo capitalista exigia formas de propriedade diferentes das usadas pelo imperialismo não capitalista e condições que permitissem que os imperativos de mercado regulassem a economia”.

Na tentativa de superar as formas pretéritas de imperialismo, o império britânico se move na contradição entre as formas de dominação extraeconômica e a dominação econômica, contradição que perpassa a tentativa de formação de um imperialismo centrado na conquista de territórios. Wood entende que a dominação imperialista inglesa é de base essencialmente territorial, e desconhece como os ingleses exerceram sua dominação de base puramente econômica nas ex-colônias espanholas e portuguesas na América no decorrer do século XIX.

Wood observa que para o capitalismo se tornar um poder global universal torna-se imperativa a superação do modelo centrado na força extraeconômica. Conforme Wood (2014, p. 93): “O Império Britânico levou os imperativos capitalistas até os cantos mais distantes da terra, mas o fez com sucesso limitado e resultados contraditórios”.

4.4.2 A era clássica do imperialismo

O capitalismo britânico serve de fundamentação para o itinerário que vai moldar as economias rivais, como Alemanha e França, que foram movidas por mecanismos diferentes. A experiência capitalista inglesa tornou-se uma espécie de modelo clássico de desenvolvimento das relações capitalistas no decorrer do século XIX. Segundo Wood (2014, p. 97): “A ascensão do capitalismo britânico teve certamente o efeito de incentivar a industrialização de outras grandes potências europeias, mesmo sem os imperativos internos que impeliram o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha”. O capitalismo inglês comparece como o capitalismo maduro e como uma referência para as demais economias capitalistas no século XIX.

O desenvolvimento do capitalismo na França e na Alemanha, no entanto, não representou uma mudança substancial na natureza do imperialismo, pois nenhuma dessas experiências capitalistas era capaz de constituir “um sistema econômico verdadeiramente global” (WOOD, 2014, p. 97). A dominação imperialista imposta por uma constelação de países acabou reproduzindo a dominação imperialista inglesa; os imperativos econômicos não conseguiram subordinar completamente os imperativos extraeconômicos.

O capitalismo monopolista se configura como a forma mais avançada de desenvolvimento das relações capitalistas; nele, as formas precedentes de ser do capital ganham novos corolários. A hegemonia britânica no

controle da economia mundial é abalada no final do século XIX, à proporção que países como Estados Unidos e Alemanha conseguem elevar seu nível de produtividade e precisam ampliar sua presença na economia mundial como forma de absorção do excedente produzido. A grande empresa, organizada na forma de trustes e cartéis, ganha presença expressiva na economia mundial e supera o tempo histórico do capitalismo concorrencial.

O arrefecimento do poderio econômico britânico se dá entre 1870 e 1945, inaugurando uma etapa histórica de dominação imperialista em que nenhuma potência particular conseguiu imprimir sua hegemonia sobre a economia mundial. Essa fase histórica é considerada por alguns autores (Wood, entre outros) como um período clássico do imperialismo.

O exercício da dominação comercial e financeira exercida pela mediação das distintas potências representa uma etapa histórica de conflitos e aguçamento das contradições que leva a humanidade à tragédia de duas grandes guerras mundiais. A economia mundial então conheceu várias fases de estagnação e depressão econômica, sendo a mais expressiva a crise experimentada na década de 1930. O fim da hegemonia britânica e a depressão econômica de 1929 representaram um ciclo histórico profundamente crítico do sistema capitalista, em que a guerra serviu como um mecanismo para deslocar as contradições do sistema do capital.

O imperialismo clássico, no entendimento da autora, não era ainda “um sistema verdadeiramente global” (WOOD, 2014, p. 97). Apesar de haver inserido

um enorme *quantum* de regiões do planeta no sistema de reprodução ampliada do capital, o imperialismo clássico precisava conviver com formas não capitalistas (LUXEMBURG). A recorrência aos mecanismos extraeconômicos para assegurar sua dominação implicava que o capitalismo ainda não lograra subordinar completamente o trabalho aos imperativos do capital em escala global. No entanto, ainda no período do imperialismo clássico, grande parte do continente africano e do continente asiático será subordinada à lógica do capital mediante uma nova colonização realizada pelas diferentes potências econômicas (EUA, Japão e países da Europa).

Wood (2014, p. 97) afirma que os principais teóricos marxistas, a exemplo de Marx, “partiram da premissa de que o capitalismo era ainda um fenômeno relativamente local”. Os seguidores de Marx entendiam a possibilidade de dissolução do capitalismo antes mesmo de sua plena maturidade ou universalidade. As teorias revolucionárias de Vladimir Lenin e Mao Tsé-Tung emergiram em contextos de baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e em sociedades “em que o capitalismo mal existia” (WOOD, 2014, p. 97).

A ideia leninista do imperialismo como fase superior do capitalismo parte do entendimento de que quanto mais ele se expandia, mais se intensificavam o conflito e a rivalidade entre as grandes potências. Isso não será verdadeiro na época do imperialismo norte-americano, quando as economias capitalistas chegam a

uma espécie de consenso para enfrentar os maiores obstáculos ao seu desenvolvimento.

Wood (2014, p. 98) entende que Luxemburg fortalece esse argumento, em *Acumulação do capital*, quando aponta que o sistema capitalista “necessita de uma saída para formações não capitalistas”. O militarismo imperialista representaria a ultrapassagem da fase de disputa territorial para a fase capitalista de conquista dos mercados não capitalistas. O capitalismo imperialista seria a primeira formatação econômica com pretensões de alcançar todo o mundo, sendo também o primeiro sistema que não poderia existir por si só, pois necessitaria de outros sistemas como intermédio a seu pleno desenvolvimento. Escreve Wood (2014, p. 99): “nessas teorias do imperialismo, o capitalismo apropria, por definição, um ambiente não capitalista”.

Wood compreende que o imperialismo clássico depende não somente da existência das sociedades não capitalistas, mas de instrumentos pré-capitalistas e forças extraeconômicas. O imperialismo clássico não podia universalizar os preceitos das sociedades capitalistas avançadas porque as forças extraeconômicas ainda se faziam presentes. Isso impedia a sistematização de uma teoria do imperialismo.

O imperialismo clássico não se assentava em preceitos universais de natureza estritamente econômica. Diz Wood (2014, p. 99): “Isso, ao menos em parte, é porque um mundo de capitalismo mais ou menos universal, em que os imperativos desse sistema sejam um

instrumento universal de dominação imperial, é um desenvolvimento muito recente”.

O imperialismo clássico entrou em decadência em 1918. Ao invés de fortalecer o imperialismo clássico, as duas grandes guerras levaram à sua decomposição e forneceram as bases para o novo imperialismo, expresso no poderio econômico dos EUA.

4.3 EUA como novo imperialismo

Wood (2014) considera o imperialismo norte-americano como um tipo novo. A hegemonia global dos Estados Unidos foi alcançada com o suporte de sua poderosa supremacia bélica (as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki). Ela começa mediante a supremacia econômica obtida com o estabelecimento do sistema de *Bretton Woods*. O amplo espectro de dominação alcançou um nível de superioridade econômica e militar que nenhuma outra nação seria capaz de desafiar. O poder esmagador do complexo militar norte-americano intercepta qualquer possibilidade de uma nova rivalidade interimperialista.

Em vez de reproduzir a forma de dominação colonial direta ou a forma de dominação britânica, a forma de dominação do império norte-americano é de natureza essencialmente econômica. Os Estados Unidos impõem uma forma de dominação do mundo “não pela dominação direta, mas em grande parte pela manipulação dos mecanismos econômicos do capitalismo” (WOOD, 2014, p. 10).

A dominação norte-americana se distingue da dominação britânica, como a estabelecida na Índia, que constitui uma espécie de despotismo militar como forma de extração de tributos e reproduz as formas de dominação tradicionais. Para Wood (2014, p. 10), a dominação diretamente econômica é muito mais rentável, lucrativa e menos arriscada. Apesar de tentar evitar a reprodução da dominação colonial, Wood reconhece que “o capital global ainda [...] exige uma ordem política, social e legal rigidamente regulada e previsível” (WOOD, 2014, p. 11).

O imperialismo norte-americano é um tipo novo de imperialismo porque não depende somente “da captura deste ou daquele território, ou da dominação de determinado povo” (WOOD, 2014, p. 11). Essa nova espécie de imperialismo tem como tarefa “supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por todo esse sistema”.

O novo imperialismo é de base essencialmente econômica, o que não significa que não recorra aos imperativos militares. Ele não se plasma mediante a ocupação direta dos países dominados, como na dominação inglesa. Wood não considera as ocupações do Iraque e do Afeganistão como uma forma essencial de realização do imperialismo norte-americano. Na relação entre o econômico e o militar, ele considera o complexo econômico como complexo predominante ou decisivo.

O novo imperialismo emana da universalização das relações de dominação do capital sobre o trabalho. A forma da apropriação do tempo de excedente posta em

curso no capitalismo moderno é muito mais sutil e sofisticada que as formas predominantes nas sociedades pretéritas e nos impérios passados. No capitalismo, os trabalhadores têm uma fração de seu tempo de trabalho apropriada pelo capitalista de maneira complexa, diversamente das formas de apropriação do excedente produzido mediante corveia, pagamento de renda (renda da terra), impostos, tributos e dízimos.

A necessidade de uma teoria para explicar o processo de constituição da mais-valia denota a complexidade do sistema capitalista. A apropriação do excedente através do salário é operada de uma forma coercitiva, de base puramente econômica. A apropriação do excedente ou da mais-valia é obscura, por isso é preciso uma teoria para esclarecer o processo de constituição da riqueza na sociedade capitalista. A obliteração do processo de apropriação do excedente que constitui o lucro do capitalista medeia também o processo de transferência de riqueza das economias dependentes para as economias centrais.

A dominação da burguesia sobre o proletariado é de natureza essencialmente econômica. O mesmo acontece com a forma de constituição do novo imperialismo. Anota Wood (2014, p. 17): “O que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente capitalista é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção ‘extraeconômica’ – a política, militar ou judicial – direta”. A natureza opaca da dominação econômica do capital sobre o trabalho faz com que a dominação extraeconômica também seja obnubilada. Evidentemente,

o novo imperialismo não pode descartar o poder extraeconômico, mas quando ele opera dessa maneira seus propósitos nunca são transparentes.

A complexidade do novo imperialismo presume a necessidade de um estudo mais detalhado da relação entre a esfera econômica e a esfera extraeconômica. Wood (2014) entende que o capitalismo é movido por imperativos econômicos; no entanto, esses imperativos não podem ser efetivados sem os mecanismos extraeconômicos.

A Segunda Guerra Mundial serviu como alavanca fundamental para elevar os Estados Unidos à condição de potência mundial. O imperialismo forjado no pós-guerra assume uma nova configuração, pois não mais está assentado no equilíbrio de forças entre as nações imperialistas, mas na hegemonia de uma nação sobre as demais. A dominação imperialista norte-americana da economia mundial assume uma roupagem distinta da dominação britânica porque o imperativo econômico torna-se mais presente. Isso só será possível devido à forte articulação entre poder econômico e poder militar.

A subordinação das economias nacionais aos interesses da grande empresa e do capital se aprofundou no pós-guerra com o imperialismo norte-americano, através de mecanismos políticos como o acordo de *Bretton Woods* (conferência realizada em julho de 1944 em New Hampshire, EUA) e da constituição do Banco Mundial, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), posteriormente, pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio

(GATT). Além do surgimento de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA), para operar as guerras internacionais de natureza “humanitária”. O sistema de *Bretton Woods* foi substituído na década de 1970 pelo câmbio flutuante e pela completa desregulamentação dos mercados, abrindo as portas para a ascendência dos mercados financeiros em escala inigualável.

A crise do sistema afeta a ideologia da polarização que pautou a Guerra Fria. O conflito que marcou o imperialismo clássico foi reciclado parcialmente na polarização entre EUA e União Soviética. O fim da Guerra Fria representa a consolidação do imperialismo norte-americano como universal e de base essencialmente econômica. O colapso da ex-URSS e sua passagem para a órbita de influência do capitalismo monopolista opera o coroamento do processo de mundialização da economia capitalista, iniciado com as navegações e a colonização da América pelos europeus. Esse período, marcado pelo novo imperialismo, será pautado pela contração econômica e pela crise mundial.

O novo imperialismo, sob o domínio absoluto dos EUA, representa um cenário de aprofundamento da crise do capitalismo. Depois de uma longa fase marcada pelo crescimento econômico, “a economia norte-americana entrou num grande período de estagnação e lucratividade decrescente” (WOOD, 2014, p. 102). O problema agora é como deslocar essa crise de natureza internacional

marcada pela ação predatória da especulação financeira e pela hipertrofia do capital financeiro.

A mundialização permitiu (através do FMI, Banco Mundial e “Consenso de *Washington*”) que o imperialismo norte-americano subordinasse a economia mundial a seus interesses. O controle que exerce das redes comerciais e das instituições financeiras permite repassar o ônus da crise para as economias dependentes e concentrar o lucro dos capitais na especulação financeira (fundos de pensão, títulos da dívida pública etc.). A plena mundialização alcançada representa o estrangulamento e a subordinação das economias dependentes e periféricas ao imperialismo norte-americano e seus associados.

O novo imperialismo se constitui mediante o aprofundamento do poder das grandes corporações internacionais ou das multinacionais. A grande empresa consegue subordinar os governos e as nações aos interesses econômicos. A inserção da grande empresa nas economias periféricas se fez notória através da abertura comercial forçada pelos organismos internacionais e pela entrada dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs). Os investimentos realizados pelas multinacionais são mecanismos para aprofundar a dependência econômica das economias periféricas mediante a remessa de lucro para o exterior e a transferência de riqueza.

Apesar de afirmar a primazia do complexo econômico sobre os elementos extraeconômicos, Wood (2014, p. 109) assinala os paradoxos do novo imperialismo: “É o primeiro imperialismo em que o poder militar foi criado não para conquistar território nem para

derrotar rivais”. Esse imperialismo exige poderosa maquinaria militar para assegurar o poder ilimitado do capital na economia mundializada. A ideologia da “guerra sem fim” corresponde às necessidades particulares do novo imperialismo.

A dominação econômica administrada por um sistema de Estados múltiplos carece da ideologia da “guerra sem fim”. A universalidade dos imperativos econômicos “não removeu a necessidade de força militar” (WOOD, 2014, p. 115). Acrescenta Wood (2014, p. 116): “A imposição de imperativos econômicos pode ser um negócio muito sangrento”. Os imperativos do mercado ou os imperativos econômicos precisam ser impostos por mecanismos extraeconômicos.

O poder econômico subordina o poder político aos imperativos do mercado. Os Estados são “necessários para a dominação do capital global” (WOOD, 2014, p. 116). Os governos agem sob o comando do capital global e são muito mais eficientes que os antigos colonizadores. Para Wood (2014, p. 118): “A dominação imperial numa economia capitalista global exige um equilíbrio delicado e contraditório entre a supressão da concorrência e a manutenção, em economias concorrentes, das condições geradoras de mercados e lucros”.

Acrescenta Wood (2014, p. 118): “A hegemonia imperial no mundo do capitalismo global significa controlar economias e Estados rivais sem precisar guerrear com eles”. A formação da zona do Euro representa uma tentativa de sobrevivência no interior de um mercado global dominado pelos EUA. Através da Organização do

Tratado do Atlântico Norte (OTAN), os EUA tentam estabelecer limites ao processo de formação duma espécie de superpotência econômica na Europa.

A dominação militar global dos EUA não pôde ser contestada nas últimas décadas. No entanto, isso não resolve o problema da estagnação econômica norte-americana. O crescimento da economia chinesa nas primeiras décadas do século XXI teve o papel de minimizar a onda descendente da economia global. A mundialização do capital, sob o manto do imperialismo norte-americano, não pode descartar a necessidade de uma nova doutrina de coerção extraeconômica. A “guerra sem fronteiras” contra o terror se inscreve nesse contexto.

Os EUA não podem dispensar o complexo industrial-militar (WOOD, 2014, p. 124). Ele sempre foi essencial no desenvolvimento do imperialismo norte-americano e um componente importantíssimo para assegurar também a dominação interna. O medo do terrorismo, a ameaça à estabilidade dos EUA e a economia mundial são ingredientes poderosos para assegurar a continuidade do imperialismo dos Estados Unidos.

4.5 O novo imperialismo em David Harvey

O texto *O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação*, de David Harvey (2004), aponta que a expansão geográfica e a reorganização espacial constituem formas possíveis de absorção dos excedentes de capital e força de trabalho. O capitalismo experimentou na década de 1970 uma crise econômica resultante da

sobreacumulação. A volatilidade do capitalismo internacional nas últimas décadas evidenciou o fracasso dos diversos ajustes espaço-temporais adotados.

A orquestração da volatilidade constituiu-se como mecanismo para os Estados Unidos preservarem sua posição hegemônica no cenário do capitalismo global. A virada para uma espécie de “imperialismo aberto respaldado pela força militar norte-americana pode ser entendida como um sinal da debilidade de sua hegemonia ante a ameaça de recessão e desvalorização infligida previamente em outros lugares” (HARVEY, 2004, p. 96). Harvey (2004) destaca que a incapacidade de assegurar o processo de acumulação, mediante a reprodução ampliada do capital, colocou em movimento inúmeras tentativas de acumulação via espoliação.

Segundo Harvey, a crise de 1973 esteve relacionada ao colapso mundial dos mercados imobiliários, começando pelo *Herstatt* na Alemanha e arrastando consigo o *Franklin National* dos Estados Unidos. O estancamento da economia japonesa começou na década de 1990, com o colapso da bolha especulativa dos títulos de propriedade afetando todo o sistema financeiro. O colapso da Tailândia e da Indonésia em 1997 esteve relacionado à explosão da bolha de propriedade.

Já os mercados imobiliários foram o impulso mais expressivo das economias estadunidense e britânica em 2001. Desde 1998 os capitalistas chineses têm procurado absorver o excedente oriundo do trabalho investindo em grandes projetos de infraestrutura, como a Represa das

Três Gargantas. Essas obras resultam num processo de endividamento público (HARVEY, 2004, p. 97).

Para Harvey (2004, p. 96), a sobreacumulação em um determinado sistema territorial presume a existência de um excedente de trabalho e de um excedente de capital. Estes excedentes podem ser absorvidos através de investimentos de capital em projetos de longo prazo, gastos sociais (educação e pesquisa) ou na abertura de novos mercados.

O capital investido em imóveis fica literalmente fixo numa extensão espacial e temporal relativamente grande, assim, a construção de aeroportos, escolas e imóveis não pode se locomover; diferentemente das máquinas e equipamentos, que podem ser transportados para outros lugares. Esclarece Harvey (2014, p. 98): “Os aviões voam, mas os aeroportos para onde estes não voam”. Assim, “se o capital sobreacumulado não pode ou não quer se mover, permanece para ser diretamente desvalorizado” (HARVEY, 2004, p. 99). O capital procura solucionar suas crises de sobreacumulação através do deslocamento temporal e da expansão geográfica. Ele busca sempre outro mercado quando há um excedente num determinado território e este não pode ser absorvido internamente. Os excedentes de mercadorias saem em troca da entrada de dinheiro ou de novas mercadorias.

Nas condições de desenvolvimento geográfico desigual, uma região recebe o empréstimo ou a doação de dinheiro, com o qual compra o excedente de mercadorias geradas no território em questão. Desse modo, os excedentes britânicos penetraram na Argentina. O

excedente britânico levou no passado à constituição dos novos centros dinâmicos, como EUA, Austrália e Canadá. Novas contradições emergem “porque os novos espaços dinâmicos de acumulação de capital terminam por gerar excedentes que devem ser absorvidos através da expansão geográfica” (HARVEY, 2004, p. 100). Indiretamente e contra a sua própria vontade, a Inglaterra forjou uma economia rival no mercado mundial: os Estados Unidos. De maneira similar, a ajuda financeira prestada pelos Estados Unidos na fase do pós-guerra ao Japão e à Alemanha forjou economias rivais e competidoras de um mesmo mercado na década de 1970.

Esse mesmo fenômeno foi observado no continente asiático. O Japão buscou exportar seus excedentes para Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e China. Estes passaram de meros “receptores líquidos a exportadores líquidos” (HARVEY, 2004, p. 101). A China, que servia como território para absorver os excedentes na forma de ingresso de capital estrangeiro do Japão, Coreia e Taiwan, “está substituindo rapidamente estes países em muitas linhas de produção e exportações (particularmente as de baixo valor agregado e intensivas em trabalho, ainda que rapidamente esteja avançando na produção de mercadorias de maior valor agregado)” (HARVEY, 2004, p. 101).

A emergência de economias dinâmicas impõe a necessidade de novos mercados para a absorção do excedente produzido. Isso colabora para a intensificação da competição internacional. Segundo Harvey (2004, p. 101), a competição “se intensifica crescentemente à medida que surgem múltiplos centros dinâmicos de

acumulação de capital que competem no cenário mundial, num contexto de fortes correntes de sobreacumulação”.

A impossibilidade de ampliação do mercado para a absorção dos novos excedentes produzidos leva à intensificação da concorrência; “os mais fracos sucumbem e caem em sérias crises de desvalorização, ou estouram confrontações geopolíticas expressas através de guerras comerciais, monetárias ou inclusive militares” (HARVEY, 2004, p. 101).

A necessidade de novos mercados para a absorção do excedente funciona como freio à possibilidade de intensificação das contradições e conflitos entre as frações da burguesia num mesmo país. A colonização e o imperialismo são válvulas de escape para apaziguar as contradições internas.

Harvey concorda com Hannah Arendt na contraposição à noção do imperialismo defendida por Vladimir Lenin como “última fase do capitalismo”. Para ele, o imperialismo eurocêntrico é a “primeira etapa do domínio político da burguesia, e não a última fase do capitalismo” (HARVEY, 2004, p. 103).

Harvey (2004, p. 104) considera que o imperialismo estadunidense operou uma reestruturação radical do capitalismo a partir de 1973 como tentativa desesperada de conter o avanço da Europa, do Japão e, posteriormente, das economias asiáticas. Isso começou com a elevação do preço do barril do petróleo mediante a desregulamentação financeira. O governo autorizou os bancos (*Federal Reserve-FED*) norte-americanos a “reciclar as grandes quantidades de petrodólares que

estavam se acumulando na região do Golfo” (HARVEY, 2004, p. 104). Essa medida não somente salvou Nova Iorque da crise econômica, como serviu para elevar *Wall Street* e o FED à condição de reguladores da economia global, “capaz(es) de fazer e desfazer muitas economias mais débeis através da manipulação do crédito e das práticas de administração da dívida” (HARVEY, 2004, p. 104). Nesse momento, os bancos estadunidenses receberam o direito exclusivo de reciclar as grandes quantidades de petrodólares que estavam se acumulando na região do Golfo. Isso permitiu o controle das economias periféricas mediante as políticas neoliberais e o endividamento externo.

Acerca da natureza do capital financeiro, Harvey entende que ele envolve tanto a parte produtiva quanto a improdutiva. Na atividade improdutiva, o dinheiro comparece como mera mediação para se obter mais dinheiro mediante a atividade especulativa no mercado de futuros, no mercado de valores monetários e a dívida pública. A existência de capital ocioso permite a proliferação dessa forma de composição de capital plenamente observada na década de 1990 com a explosão da Bolsa de Valores, dos fundos especulativos (*hedge funds*) e das “pontocom”.

A especulação financeira predomina nas atividades desenvolvidas por *Wall Street*; suas ações em nada promovem o desenvolvimento das atividades produtivas. Não passa de um “cassino” esse tipo de atividade que fortalece o poder político e econômico dos EUA sobre os mercados financeiros dos outros países (Tóquio, Londres,

Frankfurt) (HARVEY, 2004, p. 106). Nada mais enganador que a propaganda do livre-mercado, pois os Estados Unidos, através de seus organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC), condicionam qualquer espécie de empréstimo ou auxílio financeiro à abertura do mercado interno, ao estabelecimento das medidas de ajuste neoliberal. Os Estados Unidos ainda recorrem ao expediente da ameaça permanente de fechar seu mercado aos países que não se subordinem aos seus preceitos.

Essas práticas têm como propósito assegurar o poder das multinacionais norte-americanas em várias partes do mundo. Além das políticas ensejadas para garantir os interesses das instituições financeiras de *Wall Street*, as medidas estabelecidas visam atender aos grupos de oligopólios que produzem sementes, fertilizantes, produtos eletrônicos, programas de computação, produtos farmacêuticos e produtos do petróleo, entre muitos outros. Nesse processo, a abertura mercantil “não amplia a competição, mas apenas cria oportunidades para a proliferação dos poderes monopolistas com todas as suas consequências sociais, ecológicas, econômicas e políticas” (2004, p. 105). Aproximadamente 2/3 das transações internacionais transcorrem entre as maiores corporações transnacionais.

Pela mediação do complexo “*Wall Street-FED-FMI*”, as grandes instituições financeiras e corporações norte-americanas conseguem controlar as instituições globais e projetar um vasto poder financeiro na economia mundial. Esse centro de poder e comando do capital operam aprisionando o resto do mundo às suas malhas

especulativas; para isso, conta com poderoso anteparo da maquinaria estatal, pois quando o poder de mercado não é suficiente para enquadrar as economias recalcitrantes, o inigualável poder militar estadunidense mostra a linha demarcada para cada oponente.

A aliança estabelecida entre o poder extraeconômico estatal e o capital financeiro serve como ponta de lança para configurar os aspectos predatórios do capital financeiro, que avança “mediante a apropriação e a desvalorização de ativos, mais que a sua construção através de investimentos produtivos” (HARVEY, 2004, p. 107).

4.5.1 Acumulação por espoliação

Na sua obra *Acumulação de capital*, Rosa Luxemburg apontou a natureza dual da acumulação de capital: de um lado, a acumulação resultante da exploração direta do trabalho na fábrica, na mina no fundo agrícola e no mercado de mercadorias, ou seja, a exploração resultante da relação puramente econômica entre capitalistas e trabalhadores que permite a produção de mais-valia; do outro, o processo de acumulação resultante da relação entre o capital e as formas não capitalistas de produção. Harvey entende que esses dois processos de acumulação estão profundamente conectados.

Por entender que a forma da acumulação denominada primitiva ou originária continua presente no modo de produção capitalista, Harvey considera pertinente alterar sua denominação para o conceito de “acumulação

por espoliação”. Marx mostrou que a acumulação primitiva foi realizada através da mercantilização, da privatização de terras, da expulsão forçada das populações camponesas, do tráfico de escravos, da usura, da dívida pública, do sistema de crédito, da violência aberta e declarada etc. O Estado desempenha um papel ímpar na efetivação dessa forma de expropriação.

Já para Harvey, esses traços têm sido marcantes na história do capitalismo; alguns deles acabaram se destacando e ganhando funções ainda mais relevantes. Lenin e Hilferding frisam a relevância do sistema de crédito, do endividamento e do capital financeiro na fase do capitalismo imperialista.

O processo de acumulação por espoliação se configura como elemento nodal no capitalismo contemporâneo mediante o avanço da dívida pública, a manipulação do sistema financeiro, a supervalorização das ações e a fraude corporativa. A atuação dos fundos especulativos de cobertura e de outras instituições financeiras exerce papel relevante no processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 110).

Pela mediação da crise de liquidez, as grandes corporações financeiras podem forçar a falência de empresas concorrentes ou podem adquiri-las facilmente. Assim, inúmeras empresas existentes na periferia do capitalismo foram arrematadas pelas gigantescas corporações das economias centrais.

Harvey salienta ainda que emergiram novos mecanismos de acumulação por espoliação, como a ampliação do direito de propriedade intelectual, em que

grandes corporações registram patentes e auferem lucros no campo da liberação de licença para uso de materiais genéticos. Essa forma de acumulação se estende ao processo de privatização de ativos públicos, como o conhecimento produzido pelas universidades e o processo de privatização dos recursos naturais e dos serviços públicos que deveriam ser um bem comum.

A ortodoxia das medidas neoliberais se configura através da acumulação por espoliação. O governo Bush privatizou a seguridade social e submeteu as pensões dos trabalhadores às oscilações do mercado acionário. As práticas canibais e predatórias do capitalismo fazem parte da acumulação por espoliação vigente no capitalismo monopolista; não se trata de uma forma de acumulação ultrapassada.

4.5.2 Novo imperialismo

David Harvey (2004) concorda com Hannah Arendt que entre 1884 e 1945 o imperialismo ficou centrado na Europa e tentou configurar-se como a primeira grande tentativa de dominação global da burguesia. Os distintos Estados-nações acabaram se envolvendo na constituição de seus projetos imperialistas como forma de superar os conflitos internos de classe resultantes do processo de sobreacumulação. Este sistema coordenado pela hegemonia britânica explodiu em duas grandes guerras mundiais. Nessa fase, o sistema de acumulação por espoliação alimentou a colonização da África pelos europeus e da Ásia pelo imperialismo japonês.

O pós-guerra será marcado pela ascendência do imperialismo norte-americano. A liderança estadunidense tinha como propósito impedir a sobreacumulação e a estagnação econômica que pautou a década de 1930. A Guerra Fria foi uma ação integrada das nações capitalistas para enfrentar a União Soviética, sob a coordenação dos EUA.

Nessa fase, a acumulação por espoliação foi relativamente silenciada. O aparente ultraimperialismo defendido por Karl Kautsky, que postulava a relação de colaboração pacífica entre as nações capitalistas, parecia predominar sobre a noção de imperialismo desenvolvida por Vladimir Lenin. No entanto, a quebra do sistema de *Bretton Woods* e a completa hegemonia do imperialismo norte-americano, a partir da década de 1970, mudam completamente essa perspectiva.

Para resistir às ameaças da recuperação econômica do Japão e da Alemanha, os Estados Unidos recorreram ao mecanismo da acumulação por espoliação mediante *Wall Street* e à centralização do poder econômico pela mediação do capital financeiro.

Os ajustes estruturais coordenados pelo FMI, como antídoto para resolver as debilidades das economias dependentes, mostraram-se excelentes mecanismos de acumulação por espoliação. As economias da América Latina foram literalmente assaltadas. A ação predatória dos fundos especulativos (*hedge funds*) destruiu empresas produtivas no Leste e Sudeste da Ásia na década de 1990, promovendo o desemprego e o empobrecimento de milhões de pessoas. Segundo Harvey (2004, p. 114), “a

acumulação por espoliação converteu-se num traço muito mais central dentro do capitalismo global”.

O sistema predatório centrado em *Wall Street* estendeu seus tentáculos pela economia mundial através das atividades multilaterais desenvolvidas em Tóquio, Londres, Frankfurt etc. O capital transnacional espalhou suas teias ao longo do mapa mundial de forma muito mais sofisticada do que a prevista por Lenin quando descreveu os processos de formação dos cartéis e trustes imperialistas no começo do século XX. Essas corporações submeteram completamente os Estados-nações a seus imperativos.

A dependência econômica da China e da Europa das corporações norte-americanas e a necessidade de seu amplo mercado interno para exportar suas mercadorias e capitais indicam que a crise do imperialismo norte-americano não resultará na emergência de outra forma de imperialismo em curto espaço de tempo. No entanto, o imperialismo norte-americano está em crise; a economia norte-americana e a forma de funcionamento centrado no capital financeiro representam a necessidade de intensificar seu poderio militar. Harvey conclui considerando que uma nova forma de imperialismo ainda está por se definir e que vivemos numa época de transição, com uma variedade de forças contraditórias em movimento.

O imperialismo norte-americano foi uma espécie de imperialismo centrado na primazia do capital financeiro e assentado na primazia da acumulação por espoliação ante o processo de reprodução ampliada. A recorrência ao

militarismo, observada na ocupação do Afeganistão e do Iraque, somente mostra como essa tendência tende a aprofundar-se, acirrando ainda mais as contradições e a crise do sistema do capital.

CAPÍTULO V

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NUMA ECONOMIA PERIFÉRICA

No decorrer deste capítulo procurar-se-á apontar não somente a relação existente entre ciência e desenvolvimento das forças produtivas, mas como a constituição duma análise crítica da natureza da ciência no interior do sistema do capital presume o entendimento da processualidade ontológica e histórica que transforma a ciência numa mercadoria e numa forma de auferir rendimentos para os capitalistas e as grandes corporações empresariais na etapa histórica do capital financeiro.

Partindo da categoria da totalidade, é possível entender a relação dialética entre as economias mais desenvolvidas e as economias menos desenvolvidas e como elas estão organicamente articuladas. A constituição do mercado mundial criada pelo capital mercantil pode expandir desmedidamente seus tentáculos com a grande indústria. A exploração do trabalho somente pode ocorrer mediante o novo processo de concentração e centralização de capital realizado na esfera do mercado mundial estabelecido. Já a subsunção real do trabalho ao capital transcende o aspecto meramente endógeno da produção para constituir-se como sua essencialidade, porquanto, pela mediação da subsunção real do trabalho ao capital,

dá-se a subordinação de todas as esferas da existência humana aos imperativos do capital.

A tecnologia é um fator nuclear na competição entre capitalistas e nações, ou seja, no confronto de várias composições orgânicas do capital global das nações do centro e da periferia. Na esfera do mercado mundial e da arena da competição dos capitais internacionais, a tecnologia mais desenvolvida destrói a tecnologia menos desenvolvida. Essa aniquilação contínua produz pobreza, subdesenvolvimento e tecnologia dependente. É nesse nível concreto do mercado mundial que a tecnologia atinge seu mais elevado grau de objetividade.

A questão da autodeterminação tecnológica toca o cerne do capitalismo periférico e explica seu atraso “eterno”: a importação tecnológica e a falta de invenções produtivas. A situação estruturalmente dependente de tecnologia que marca a história do capitalismo periférico serve como ingrediente fundamental para o processo de intensificação da absorção do excedente e para a transferência do valor produzido. Nesse processo, o capital aprimora os inventos e incrementos tecnológicos na perspectiva de ampliar o processo de produção de mais-valia na busca por novos mercados. Isso marca a fase histórica do imperialismo.

5.1 O conhecimento científico como mercadoria

A natureza mercadológica do conhecimento científico se intensificou a partir da década de 1970 com o que se convencionou denominar de hipertrofia do capital

financeiro. O conhecimento, como patrimônio da humanidade e como valor em si, foi cada vez mais subordinado ao caráter pragmático e utilitário do sistema do capital, obliterando o trabalho enquanto fundamento da teoria do valor. O processo de mercantilização do conhecimento está plenamente conectado ao movimento de configuração e desenvolvimento do capital.

Para entender o lugar fundamental que ocupam a ciência e a tecnologia no processo de configuração do capital financeiro, é importante fazer uma reconstituição histórico-ontológica, mostrando como a tecnologia serviu como força movente do processo de dominação do capital sobre o trabalho e para a plena efetivação da economia de tempo no processo de produção e reprodução social do capital.

É preciso entender que na concepção marxiana a ciência e a tecnologia comparecem como força produtiva ou força movente importante do desenvolvimento econômico da sociedade capitalista, e como uma forma específica de conhecimento e de apropriação do mundo. A ciência se constitui como um reflexo do mundo, uma forma de apreensão da realidade. Ela tem como preceito apreender o mundo na sua essencialidade; para isso, deve superar o reino da aparência. A busca da coisa em-si é o fundamento da investigação científica.

A capacidade da ciência de apreender o movimento do real coloca-a em terreno bem próximo ao mundo do trabalho concreto, enquanto processo de transformação da natureza. Para transformar a natureza, os homens precisam apreender o movimento imanente da natureza e dominar as

conexões internas que forjam sua causalidade, transformando a causalidade dada em causalidade posta conscientemente pelos produtores ou trabalhadores.

A teleologia, enquanto processo de objetivação, implica uma apreensão correta dos nexos causais que perpassam o mundo material. Isso permite que a ciência atue no afastamento das barreiras naturais e no desenvolvimento das forças produtivas mediante a apreensão das leis adormecidas no mundo natural. A ciência desempenha papel relevante no desenvolvimento das forças produtivas, ajudando a revolucionar as relações de produção e as relações sociais.

Isso pode ser observado no emergir do modo de produção capitalista e na superação das relações feudais de produção. A ciência cumpriu papel basilar na transição do feudalismo para o capitalismo, servindo como concepção de mundo que colaborou decisivamente na perspectiva de lançar abaixo o *Ancien Regime*. O domínio científico e tecnológico colaborou na formação da concepção burguesa contraposta ao regime feudal. Enquanto uma forma de conhecimento e reflexo do mundo objetivo, a ciência desempenhou tarefa essencial do desenvolvimento das forças produtivas e na superação das relações feudais pelo modo de produção capitalista.

A aplicação do conhecimento científico ao mundo da produção encontrou sua plena efetividade com a Revolução Industrial, quando a capacidade do conhecimento científico se converte em instrumento tecnológico e colabora no desenvolvimento das forças produtivas. A ciência é uma forma de apreensão do

mundo, e seu aspecto prático e utilitário ganha cada vez mais relevância nas mãos da burguesia. A tecnologização da ciência marca o desenvolvimento do capitalismo e serve para que o capital subordine completamente o trabalho aos seus imperativos de acumulação e expansão. Inexiste neutralidade científica, pois a ciência assume ao longo da história da humanidade contornos particulares no sentido de assegurar a apropriação do excedente produzido pelos produtores ou trabalhadores do campo e da cidade.

O conhecimento científico no mundo da produção revolucionou as forças produtivas. O processo de acumulação primitiva de capital, realizado pelo capital mercantil, estabeleceu as bases materiais para a Revolução Industrial. Esta forjou os mecanismos do processo de subsunção real do trabalho ao imperativo do capital, colaborando no movimento de exploração direta do trabalhador expropriado de seus meios de produção e de seus meios de subsistência. Segundo Marx (1985b, p. 128), “a ciência realizada [na máquina] apresenta-se em face dos operários como capital, como meios de exploração do trabalho” (MARX, 1985b, p. 128). A ciência aplicada ao desenvolvimento dos meios de produção colaborou para que o sistema do capital se constituísse como a forma mais poderosa de extração de mais-valia existente na história da humanidade.

Além de destacar que a ciência e a tecnologia não serviram para aliviar o fardo do trabalho, Marx destaca como as melhores condições técnicas (máquinas e equipamentos) resultam numa ampliação das condições de produtividade do trabalho. O capitalista que aufere

melhores condições técnicas de produção pode oferecer sua mercadoria por valor mais baixo no mercado, porque reduziu o tempo socialmente necessário da produção da mercadoria. A aplicação do conhecimento científico ao processo produtivo, mediante a mecanização da produção, produz impacto tanto na vida dos trabalhadores quanto na concorrência entre os capitalistas, que auferem lucros acima da média socialmente estabelecida.

Ao subordinar-se aos preceitos e imperativos do capital, a tecnologia promoveu a transição da subordinação formal do trabalho à subordinação real do trabalho ao capital. A relação orgânica da investigação científica com o capital transformou os cientistas numa espécie de criado de quarto; as novas descobertas não constituíram novas relações de sociabilidade articuladas com a emancipação humana; muito pelo contrário, elas têm aprofundado a alienação e a transformação dos seres humanos em mercadoria.

A hegemonia do capital sobre o trabalho conta com a colaboração científica, pois o desenvolvimento das pesquisas científicas e a produção do conhecimento carecem de financiamento e do suporte instrumental de laboratórios cada vez mais sofisticados e de instrumentos de aferição cada vez mais precisos. A hegemonia econômica da burguesia sobre o trabalho do proletariado estende-se ao universo da produção científica, e os cientistas convertem-se em empregados assalariados dos capitalistas, desenvolvendo as pesquisas que interessam ao capital e assegurando a ampliação dos interesses do mercado mundial.

Aliada do processo de subordinação do trabalho ao capital, porquanto aprimora as formas de controle e subsunção do proletariado ao capital, o conhecimento científico amolda-se aos interesses do mercado e se transforma numa espécie *sui generis* de mercadoria. Uma sociedade assentada sobre o trabalho abstrato tende a constituir um edifício de abstrações. O tempo de trabalho socialmente necessário, enquanto determinação do valor das mercadorias, transforma o dinheiro e o capital em abstrações; e reverbera no interior da educação, da saúde, da produção científica, da cultura e da arte. Nada escapa ao desejo incessante do rei Midas de transformar tudo em ouro, como forma exemplar de manifestação do dinheiro. O conhecimento científico não pode ser vendido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para realizar sua produção. O valor de troca dessa mercadoria é muito baixo para resultar em lucro ao capitalista.

A natureza fantasmagórica da mercadoria ganha corolários ainda mais especiais quando o desenvolvimento do modo de produção capitalista transforma bens culturais, arte, ciência, educação e saúde em mercadorias. O conhecimento em-si não produz nem determina o valor. Apesar de a produção do conhecimento carecer de recursos, instrumentos, laboratórios e equipamentos, a produção do conhecimento não tem a mesma natureza da produção de mercadorias.

A produção científica não é uma mercadoria que tem seu valor determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário, pela carga horária ou jornada de trabalho dos pesquisadores e cientistas, ou pela

quantidade de trabalho morto presente nos laboratórios e equipamentos utilizados. Apesar de não se constituir como uma mercadoria, o capital pode explorar a produção científica como se fosse uma mercadoria.

É preciso uma atenção ainda maior para elucidar a natureza fantasmal do conhecimento científico como dotado de capacidade de valorização e como pressuposto da determinação da riqueza. O reducionismo do conhecimento científico, como sinônimo do conhecimento tecnológico ou tecnocientífico, coloca a necessidade de apontar o movimento efetivo da constituição da ciência nos tempos hodiernos. O fetichismo do conhecimento científico tende a obliterar sua verdadeira essencialidade, ocultando seu caráter processual e histórico e desconsiderando as contradições que movem a investigação científica.

As patentes (*trade-mark, copyright* etc.) ou direitos de propriedade intelectual são uma forma distinta de configuração da propriedade privada, pois o conhecimento é destituído da materialidade que constitui o valor de uso das coisas. A relação de venda e compra do conhecimento padece de substancialidade material. O conhecimento científico, como valor de troca, parece uma mercadoria fictícia porque seu valor não resulta do tempo de trabalho socialmente necessário que constitui o valor das mercadorias. Para Oliveira (2005, p. 10):

Uma mercadoria fictícia é um bem ao qual falta algum dos atributos das mercadorias propriamente ditas, mas que funciona como mercadoria no sistema

capitalista. No caso do trabalho, da terra e do crédito, o atributo faltante é ser produto do trabalho humano. No caso dos bens intelectuais, o atributo faltante – que justifica que eles sejam categorizados como mercadoria fictícia – é o de serem bens rivais.

Apesar da regulamentação jurídica das patentes e de os direitos autorais fazerem parte da história do capitalismo, a valorização da ciência e do conhecimento como mercadoria se intensifica com o aprofundamento da natureza abstrata do capital financeiro (fictício) a partir de 1970. A hegemonia do capital fictício no interior do capital financeiro é a base para a ascendência da compreensão dos bens intelectuais como mercadoria. Essa guinada está relacionada ao papel subordinado que o capital produtivo (industrial) passa a ocupar no interior do capital financeiro.

A celeridade dos processos de rotação do capital fictício será viabilizada pelas descobertas no campo da cibernética, informática, computação, inteligência artificial e robótica. A informática é um campo privilegiado de produção de mercadorias relacionadas estritamente ao conhecimento. Empresas transnacionais e aglomerados empresariais como *IBM*, *Xerox*, *Apple*, *Microsoft*, *Google*, *Amazon* e consortes vendem *softwares*, aplicativos e produtos semelhantes cotidianamente. São mercadorias dotadas de preço (valor fictício), mas destituídas de valor, pois não possuem nenhum correlato com o tempo de trabalho necessário ao seu processo de produção. O preço resulta simplesmente duma renda

cobrada pela posse ou propriedade do saber. Assim, o conhecimento produzido se transforma em mercadoria enquanto propriedade intelectual (patentes) das corporações, na produção de outras mercadorias e no processo de rotação do capital.

O conhecimento como mercadoria é uma espécie *sui generis* de propriedade; sua participação do processo de rotação de capital se efetiva de modo semelhante ao capital portador de juros (D-D-M-D'-D'). O duplo desembolso e duplo retorno do capital-dinheiro emanam do fato de o representante do capital industrial precisar tomar capital-dinheiro emprestado ao representante do capital financeiro, sendo obrigado a dividir a mais-valia apropriada. O capital do prestamista é cedido ao prestatário sob a condição de retornar como capital realizado, elevando o *quantum* do capital cedido na forma de lucro partilhado pelo prestatário. O dinheiro do prestamista é convertido em meios de produção e força de trabalho, em que a nova mercadoria possibilita a produção e a realização do valor e do mais-valor. O dinheiro-mercadoria emprestado possui a peculiaridade, mediante o consumo de seu valor de uso, de conservar e agregar valor; em que o prestatário devolve o dinheiro adiantado com valor acrescido numa parte da mais-valia produzida na forma de juros. Desse modo, realizar-se a alquimia do dinheiro duplicado (dinheiro do representante do capital financeiro que passa às mãos do representante do capital industrial) se converter em mais dinheiro duplicado (D' - D') e poder retornar ao seu ponto de partida com a mais-valia capitalizada.

O ganho auferido pelos proprietários de patentes se assemelha à forma como o capital portador de juros (financeiro) se configura, assumindo ainda caráter semelhante ao capital rentista (renda da terra), ou seja, é um mecanismo para a redução do tempo de trabalho necessário no processo de produção. Ambos participam dos lucros resultantes da produção do valor auferido pelo trabalho socialmente necessário, porém não criam nenhum valor direto; eles apenas se apropriam de parte do valor produzido pelo trabalho.

Segundo Prado (2005), o capital portador de juros não precisa necessariamente assumir a forma dinheiro para participar do lucro; ele pode assumir a forma da mercadoria, como, por exemplo, ao se transformar numa máquina ou num carro e ser alugado para terceiros (*leasing*). Para Prado (2005, p. 106):

Na sociedade atual, aquilo que compõe o conhecimento científico e tecnológico pode existir socialmente como puro saber livremente disponível ou como propriedade privada. Nesse segundo caso, ele se transforma em saber objetivado em meios de produção ou em meios de consumo, ou pode ainda subsistir como conhecimento diretamente fixado como propriedade intelectual. No modo de produção capitalista, o conhecimento científico e tecnológico tem necessariamente de se acumular no capital fixo, já que o capital fixo é o instrumento por excelência da subordinação dos trabalhadores e, assim, meio imprescindível de redução do trabalho

necessário e de expansão do trabalho excedente.

O capitalista não pode vender o conhecimento científico produzido como uma mercadoria qualquer. Escreve Prado (2005, p. 107):

O capitalista não pode vender o conhecimento como mercadoria, mas terá de transferir o direito de usá-lo por meio de um contrato que resguarda o seu próprio direito de propriedade por meio de certas garantias jurídicas. Dito de outro modo, tem necessariamente de considerá-lo como capital de empréstimo. Em consequência, para fazer do conhecimento matéria da relação de capital é absolutamente necessária a restrição da propriedade privada à propriedade monopolista.

Prado (2005) entende que o proprietário das patentes auferir renda sobre o direito de propriedade. A forma de valorização das empresas e corporações que vendem conhecimento assemelha-se à forma do capital portador de juros. As empresas que produzem *softwares*, direitos de propriedade intelectual, patentes sobre descobertas científico-tecnológicas e direitos autorais produzem mercadorias (*sui generis*) que permitem a participação da riqueza produzida pelos trabalhadores em conluio com o capital financeiro.

Assim como as instituições financeiras emprestam dinheiro, as grandes corporações investem em pesquisas e depois emprestam o conhecimento produzido na forma de

patentes, de bens culturais, científicos e tecnológicos. Segundo Prado (2005, p. 109), essas empresas comercializam “o direito de acesso às suas patentes, direitos autorais, marcas, projetos e processos de produtos, etc., que não são mais do que mercadorias que funcionam como capital”. A *Microsoft*, por exemplo, consegue auferir rendimentos mediante a cobrança de taxas pelo uso do aplicativo *Windows*. As pessoas não compram o aplicativo, compram apenas o direito de usá-lo. Quando a *Microsoft* substituiu o *Windows 7* pelo *Windows 8*, e depois pelo *Windows 10*, ela consegue ampliar seu circuito de rendimentos.

A informatização intensificou a natureza abstrata do capital financeiro. As tecnologias da computação e da cibernética, oriundas do complexo industrial-militar, aprofundaram a desigualdade social. Os progressos tecnológicos experimentados nas últimas décadas em nada amenizaram as contradições geradas pelo sistema do capital; pelo contrário, os avanços tecnológicos corroboraram para a ofensiva do capital sobre o trabalho, em que as velhas formas de controle foram maximizadas, tornando realidade as projeções distópicas anunciadas pelos escritores Aldous Huxley (*Admirável mundo novo*) e George Orwell (*1984*). A informatização tornou possível a nova mundialização do capital e ajudou na hipertrofia do capital financeiro, aguçando o caráter abstrato do capital que emana da forma de organização do trabalho que lhe dá sustentação.

A denominada terceira revolução industrial é um enorme engodo para os trabalhadores, pois aprofundou o

poder econômico e político da grande burguesia internacional. Desde a década de 1970 tem-se colocado em curso uma contrarrevolução com a colaboração da ciência, em que a informática, a cibernética, a robótica intensificaram a flexibilização e a terceirização do trabalho. O caráter reacionário do modelo toyotista irradia-se e ganha corolários cada vez mais perversos com a mundialização do capital.

As corporações que concentram suas atividades em pesquisa e na criação de bens culturais, científicos e tecnológicos têm caráter eminentemente rentista, pois não produzem riqueza, mas participam dos lucros resultantes da exploração do trabalho. Apesar de não operarem como produtoras de valor, essas empresas participam do butim da riqueza produzida pelos trabalhadores.

Teixeira (2009) apresenta uma compreensão distinta de Prado (2005) acerca da natureza do rendimento que fundamenta o conhecimento científico e tecnológico como mercadoria.

A renda recebida pelos proprietários da “mercadoria conhecimento”, não deve ser equiparada ao capital portador de juros, mas à renda da terra. Apesar de ser renda de propriedade, a renda da terra não é da mesma natureza dos juros. Estes são obtidos a partir da propriedade de uma massa de valor enquanto capital possível, seja de uma soma de valor em dinheiro, seja de uma soma de valor na forma mercadoria (TEIXEIRA, 2009, p. 437).

A cobrança de dividendos pelo uso das patentes e o conhecimento produzido são uma espécie de monopólio (como o monopólio da terra que é arrendada pelo latifundiário ao capitalista). A restrição ao conhecimento mediante a sua transformação em monopólio de um capitalista, segundo Teixeira (2009), assume a configuração do monopólio da terra, que permite que seus proprietários possam auferir renda da terra quando alugam a terra a terceiros.

A renda do conhecimento tem a configuração da renda da terra, assumindo a forma de renda diferencial, quando o “direito de acesso a este conhecimento por um capitalista individual faz com que seu preço individual de produção fique abaixo do preço social de produção, gerando sobrelucro” (TEIXEIRA, 2009, p. 438).

O capital somente consegue produzir valor pela mediação do trabalho; enquanto relação social, produz valor somente pela mediação do trabalho socialmente necessário. A máquina não produz valor da mesma forma que a técnica e a ciência. O que a ciência e a técnica fazem é intensificar o processo de produção do valor. A ciência e o conhecimento científico não são a fonte do valor, pois este emana exclusivamente do trabalho abstrato. O fetichismo do conhecimento confere uma natureza autônoma ao conhecimento, como se ele fosse capaz de gerar e agregar valor.

As grandes corporações e os aglomerados transnacionais operam com a ciência como as companhias cinematográficas e teatrais operam com arte. Assim, a personificação do capital vai ao mercado e compra meios

de produção (laboratórios, equipamentos etc.) e força de trabalho (cientistas destituídos dos meios de produção e meios de subsistência). Os capitalistas de corporações como *Apple, Intel, Alphabet (Microsoft), HP, Amazon.com, IBM, Aliababa Group Holdings, Tencent Holdings, Hewlett-Packard, Dell, Siemens*, colocam o cientista e o pesquisador para produzir conhecimento de maneira similar ao proletariado que produz mercadorias. No entanto, trata-se de uma mercadoria *sui generis*. Não se configura como uma mercadoria portadora de valor, pois ao final do processo somente se tem o conhecimento ou um experimento, não se acrescenta nenhuma riqueza concreta ao mundo objetivo como o trabalho do proletariado.

Desse modo, não existe uma transformação efetiva da natureza, mas somente a produção de um conhecimento que pode ou não colaborar na transformação da natureza. Isso pode acontecer de maneira indireta, mas diretamente inexistente a produção de uma mercadoria efetiva. No máximo, trata-se de um *software* ou de um aplicativo. É possível dizer que o único valor que essas mercadorias possuem resulta do trabalho do cientista; no entanto, isso não assegura o lucro descomunal do capitalista obtido no processo de produção.

Segundo Teixeira (2009, p. 442), “se o (capitalista) vendesse por seu valor, não haveria lucro. Para que exista lucro, esta mercadoria deve ser vendida por um valor (D’) maior que o seu preço de produção (de valor M)”. O processo de reprodução da nova mercadoria produzida, como um *software*, nada custa ao capitalista. As despesas

realizadas com equipamentos e laboratórios e com os salários dos pesquisadores não se repetem no processo de reprodução de um *software*, na reprodução de uma música, num filme baixado na internet etc.

O capitalista decide explorar os ganhos do investimento realizado mediante a venda da mercadoria conhecimento; ele obtém renda de conhecimento mediante a concessão da propriedade patenteada. O consumidor precisa pagar pelo uso do produto ou marca patenteada por um determinado período de tempo. O direito de propriedade dos conhecimentos patenteados se configura como monopólio das empresas investidoras. O capitalista pode vender o direito de propriedade intelectual ou pode ele mesmo explorar a mercadoria conhecimento patenteada. Escreve Teixeira (2009, p. 442):

Ou seja, uma vez que um capitalista individual criou tal mercadoria, qualquer pessoa poderia reproduzi-la a um custo bem mais baixo que aquele em que incorreu seu criador, já que não terá que diluir os investimentos de pesquisa e desenvolvimento nem o que se costuma chamar de custos irrecuperáveis (*sunkcosts*), como os custos com pesquisa e desenvolvimento em projetos que não deram certo.

No entendimento de Teixeira (2009), o comprador da mercadoria conhecimento paga por ela um preço acima do seu valor, pois se trata de um monopólio (D-M-P M'-D''). A inovação tecnológica aplicada ao processo de produção serve como uma espécie de contratendência à

queda da taxa de lucro. Explica Teixeira (2009, p. 446): “O progresso tecnológico, portanto, é fundamental para conter a tendência da queda da taxa geral de lucro. Mas estes dois elementos (elevação da composição orgânica e mercadoria conhecimento) atuam em direções contrárias em relação ao nível da taxa geral de lucro”. O conhecimento e a máquina não geram valor; eles são apenas forças sociais que possibilitam aumentar a força produtiva do trabalho. Para Teixeira (2009, p. 453-454):

O papel do conhecimento na produção capitalista é o de potencializar a força produtiva do trabalho concreto, ou seja, potencializar a produção de valores de uso. A renda percebida pelos proprietários do conhecimento é simplesmente uma redistribuição do valor gerado na esfera da produção, não sendo de forma alguma uma nova fonte de valor.

O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho abstrato necessário à sua reprodução. O que a inserção do conhecimento tecnológico aplicado à produção permite é uma ampliação do lucro quando esse conhecimento comparece como privilégio exclusivo de determinado capitalista, mas quando ele se universaliza, deixa de fornecer lucros para os capitalistas porque todos utilizam os mesmos procedimentos tecnológicos e se estabelece uma média mais baixa do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria.

Para Teixeira (2009), a renda auferida pelo conhecimento aplicado ao processo de produção resulta do aumento da produtividade, mas não é o conhecimento em si que produz valor, já que somente o trabalho produz valor. Ao acelerar o processo de produção e diminuir o tempo gasto no processo de produção de uma determinada mercadoria, o capitalista pode ampliar a taxa de mais-valia relativa. A renda que resulta da venda do conhecimento (patentes, direitos de propriedade, direitos autorais etc.) é somente uma espécie de redistribuição do valor gerado na produção. A venda do conhecimento implica tanto a apropriação de parcela da mais-valia produzida quanto a parte dos rendimentos dos salários dos trabalhadores, quando estes compram *software*.

A etapa da hegemonia do capital financeiro representa a superação do capital concorrencial pelo capital monopolista, em que as grandes corporações transnacionais operam mediante alianças estratégicas entre si, na perspectiva de aprimorar suas taxas de exploração do trabalho e transferência de valor, deixando para trás a concorrência predatória que culminou nas duas grandes guerras mundiais. Para isso, eles constituíram monumentais organizações, a saber: Organização Mundial do Comércio (OMC), Clube *Bilderberg*, Comissão Trilateral, Consenso de *Washington*, FMI, Banco Mundial, Banco de Paris, Grupo dos Sete (G7), Grupo dos Oito (G8), Grupo dos BRICS, Grupo dos Vinte (G20), Illuminati etc. A natureza monopolista e oligopólica do capital ganhou novos corolários no pós-guerra; a

economia norte-americana serviu de fundamentação à nova configuração do imperialismo.

O crescimento do poder exponencial das corporações transnacionais na economia mundial, marcado pela predominância “do capital especulativo e financeiro” sobre “o capital produtivo”, denota as vicissitudes do capital a partir do final da década de 1970. O predomínio do capital fictício (rentista e parasitário) sobre o capital produtivo pauta o círculo histórico da mundialização do capital desde então. A intensificação da mundialização das operações financeiras realizadas pelo capital-dinheiro, em detrimento do intercâmbio de capital-mercadoria, assume papel hegemônico nas transações internacionais.

O desenvolvimento tecnológico concentrado nas mãos das grandes corporações transnacionais assegurou uma espécie de contrarrevolução industrial, pois ao invés do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, houve uma verdadeira regressão das conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora nos denominados “anos dourados” do *Welfare State*.

As novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo tiveram como propósito atrofiar o desenvolvimento das forças produtivas e serviram para a liberalização do mercado, a desregulamentação das relações e dos contratos de trabalho e as privatizações de empresas estatais, encetadas pelas reacionárias políticas neoliberais. Segundo Castro (2011, p. 1):

A partir de 1950, sobretudo nos EUA, o chamado “capital de risco” passa a desempenhar papel importante. Grandes

investidores especializados em identificar inventos passíveis de serem comercializados, antecipando capital e viabilizando novas firmas industriais. *Apple, Intel, Microsoft, HP*, entre outras, devem suas origens ao “capital de risco” (ou *venture capital*).

Houve uma expressiva regressão dos direitos dos trabalhadores com a inserção crescente de tecnologia e conhecimento científico nos processos de produção. A denominada era da informação e das novas tecnologias pode ser enquadrada muito mais num espectro contrarrevolucionário do que revolucionário; por isso, deve-se adotar uma posição crítica ao arsenal ideológico das oligopólicas empresas capitalistas exposto nas perspectivas otimistas que consideram o desenvolvimento informacional e tecnológico como revolucionário, como operam as análises de autores como: 1) Lojkin (1995), Schaff (2001): com a noção de sociedade informática e/ou da informação; 2) Castells (2003): sociedade em redes e da nova economia; 3) Gorz (2005) e Metello (1982): sociedade do conhecimento; 4) Ianni (1995): sociedade global.

Os insumos tecnológicos oriundos do complexo industrial-militar, forjados pelas potências mais desenvolvidas do planeta, passaram a ser acessíveis ao consumo das massas. O computador que antes era considerado como questão de segurança nacional foi subvertido pelas necessidades das grandes corporações, principais beneficiárias do desenvolvimento do complexo industrial-militar. O conhecimento desenvolvido pelo

referido complexo destrutivo foi instrumento importante para o estabelecimento de um novo padrão de acumulação e expansão. Enquanto produtos do saber científico mais sofisticado, as novas tecnologias abriram as portas para o capital num tempo histórico de crise estrutural do referido sistema.

As redes de comunicação e informática forjaram novas necessidades nas massas consumidoras e ampliaram o mercado com a venda de serviços e produtos de informática, numa velocidade, variedade, multiplicidade, dinamismo e sofisticação que somente o encanto da mercadoria poderia propiciar. O canto sofisticado de sereia do consumismo encontrou nos produtos inteligentes do complexo industrial-militar sua máxima potencialidade.

O campo restrito de atuação da inteligência e conhecimento científico do complexo industrial-militar encontrou na sociedade de consumo capitalista uma capacidade de irradiação incomparável. A nova onda de equipamentos e produtos da informática, microeletrônica e da cibernética estendeu-se aos campos mais distintos da economia, alcançando os complexos da produção industrial, o complexo da prestação de serviços, do comércio, das comunicações, dos transportes (aviação), da medicina, da educação etc.

A incorporação das tecnologias da informatização na produção espalha-se pelos distintos complexos, alcançando também a produção agrícola, que recorre nos tempos hodiernos ao auxílio de satélites para medir taxas de pluviosidade, bem como a radares, *drones* etc. As tecnologias da informatização remodelaram a produção e

asseguraram elevados índices de produtividade aos grandes aglomerados transnacionais, lançando abaixo as velhas estruturas produtivas assentadas no trabalho artesanal, no modelo fordista e nas velhas formas organizativas empresariais.

As transformações nas relações de produção impactam nas relações sociais. As mercadorias providas da microeletrônica e da microinformática passaram a dominar tanto o mundo da produção quanto o mundo das relações sociais e interpessoais. Isso pode ser observado na relação de dependência e subordinação dos indivíduos ao mundo integrado pela *internet*. As redes sociais (*Twitter, Instagram, Facebook, WhatsApp, chats, blogs* etc.) constituíram um universo virtual à altura da natureza abstrata e fictícia do capital financeiro. Elas aprofundaram o processo de alienação humana e ampliaram as relações forjadas no isolamento, no individualismo e na concorrência. A natureza fictícia do capital financeiro se expressa nas formas de sociabilidade que desvalorizam o mundo real em prol do mundo virtual e abstrato.

A forma abstrata do dinheiro, materializada no ouro, foi intensificada com o fim do sistema de *Bretton Woods* e a completa hegemonia do dólar na economia mundial, uma moeda que ganha notabilidade pelo afastamento gradual e completo em relação ao mundo do trabalho. Ela deixa de expressar uma relação efetiva de equivalência no mundo das mercadorias, pois não deriva do mundo da produção. O colapso da relação de paridade estabelecida com o ouro implicou o esgotamento da relação de equivalência existente entre o dinheiro e as

demais mercadorias, enquanto valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

O lado objetivo da existência humana perde espaço diante da supervalorização do mundo virtual da riqueza, que serve de fundamentação à sociabilidade burguesa contemporânea. A perda de objetividade configura-se na perda do sentido efetivo da existência e na completa despersonalização dos indivíduos. O mundo passa a basear-se na banalização da vida efetiva, e o universo virtual ganha cada vez mais importância.

O conhecimento científico, expresso no campo tecnológico e informático, assumiu corolários essencialmente contrarrevolucionários, visando submeter o trabalho e a natureza aos imperativos destrutivos do capital financeiro. As informações, as comunicações e os meios de transportes não têm como epicentro o desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas, mas estão exclusivamente dirigidos para atender aos interesses da reprodução ampliada do capital financeiro.

Não é à toa que o modelo toyotista tem como premissa zero de desperdício, zero de erros, zero de estocagem e zero de prejuízos. A qualidade da produção resulta na qualidade total e na ampliação dos níveis de responsabilidades dos trabalhadores. No entanto, as inúmeras exigências estabelecidas estão muito distantes do *quantum* valorativo da remuneração salarial. O trabalho criativo, valorizado ante o trabalho repetitivo e em série do modelo fordista-taylorista, tem como premissa essencial aprofundar o processo de exploração do trabalho nos diferentes níveis objetivos e subjetivos, produtivos e

cognitivos. O capital financeiro procura apropriar-se da capacidade e da engenhosidade do trabalhador para intensificar os processos de exploração de mais-valia absoluta e relativa.

A “terceira revolução” industrial serviu como receituário ideológico à apologia das políticas econômicas postas em curso pelos organismos internacionais a serviço das grandes corporações, localizadas especialmente nos EUA. Pela mediação da informática, teleinformática, telemática, teletrabalho, cibernética e inteligência artificial, as instituições financeiras e as corporações empresariais puderam assegurar a expansão de suas operações financeiras e de seus ativos em escala internacional, superando as fronteiras estabelecidas por barreiras alfandegárias pelos Estados-nacionais.

As novas tecnologias, segundo Chesnais (1996, p. 26), serviram como “condição permissiva e como fator de intensificação” da mundialização do capital sob a égide do capital financeiro. As inovações tecnológicas são mecanismos poderosos da proliferação dos processos de fusões e aquisições coordenados pelas grandes corporações transnacionais. A universalização e a uniformidade dos padrões de produtividade são coordenadas pelo modelo toyotista.

A interpenetração de capitais de diferentes nacionalidades, o investimento internacional “cruzado” e as fusões/aquisições transfronteiriças geram estruturas de oferta altamente concentradas, em que os espaços da concorrência e da cooperação internacionais são completamente destinados aos gigantes, sendo limitada a

entrada de novos protagonistas por causa das barreiras e dos tratados comerciais estabelecidos com a anuência dos Estados-nacionais (CHESNAIS, 1996).

As multinacionais na contemporaneidade se destacam pela articulação das formas pretéritas com as novas formas. As empresas organizadas como companhias por ações têm na concentração e na centralização de capital, na diversificação de suas atividades produtivas e improdutivas, na capacidade de mobilidade geopolítica e na constelação de filiais coordenadas e dirigidas por um centro de comando a forma jurídica de *holding* internacional; essa é a sua configuração exemplar.

O crescimento dos lucros e da rentabilidade provém de múltiplas e complexas operações. A forma de composição da riqueza expressa em lucro, enquanto produto da mais-valia apropriada, passa a não mais se distinguir da renda; são formas que podem proceder ou não da produção da mais-valia, pois os rendimentos auferidos derivam duma infinidade de relações financeiras: “renda da terra”, renda sobre conhecimento produzido, renda do capital aplicado em ações nas Bolsas de Valores, renda resultante dos paraísos fiscais, do narcotráfico, do tráfico de seres humanos, do comércio ilegal de armas, do roubo praticado pelas organizações criminosas etc.

A exportação e a importação de capital-mercadoria perde cada vez mais espaço para o comércio de capital-dinheiro na forma de investimentos em ativos financeiros. No entendimento de Chesnais (1996), o controle da tecnologia é um elemento essencial para assegurar o

poderio das empresas transnacionais. A inserção tecnológica na produção constitui um elemento decisivo do processo de passagem da subordinação formal à subordinação real do trabalho ao capital. O controle tecnológico intensifica o controle do trabalho e das relações de flexibilização características do toyotismo.

A denominada “revolução tecnológica” foi ensejada e controlada pelo capital financeiro para atender às necessidades de reprodução do capital fictício. As máquinas inteligentes não somente resultam na demissão de milhões de trabalhadores e ampliam o *quantum* do exército industrial de reserva e a população supérflua para o capital; elas também operam um processo ainda mais aguçado de subordinação real do trabalho ao capital, tornando o trabalho um apêndice do maquinário.

A automação, a autonomia, a robótica, a cibernética, a microeletrônica, a informática, redes de processamento de dados, as telecomunicações e as *telemarketings* geram novas relações de trabalho e estabelecem uma ruptura com o pacto fordista-keynesiano do Estado de Bem-Estar nas economias desenvolvidas, bem como na política de concessões à classe trabalhadora nas economias dependentes como o Brasil.

Nesse contexto, o trabalhador parcial, enquanto parte do trabalhador coletivo, perde muitas de suas funções para as máquinas inteligentes, que passam a desempenhar funções antes exercidas pelos trabalhadores. Isso não significa o fim do mundo do trabalho e da perda da centralidade do trabalho; tão só expressa a natureza

perversa do sistema do capital: a criatura forjada pelos homens se ergue contra seu criador.

A contrarrevolução científica alterou radicalmente as estratégias de funcionamento das empresas e as táticas de controle e organização da produção. A administração científica do tempo, proposta por Taylor, foi elevada à máxima potência. O trabalhador formado nos imperativos fordistas passou à condição de trabalhador polivalente e multifuncional. Segundo Iori e Batista (2016, p. 70):

Os bancos fazem uso de tecnologias leves (software). Estas deixam ao alcance a remodelagem da organização gerencial com a consequente redução de níveis hierárquicos e a implantação de programas que, na sua essência, procuram incorporar as habilidades do trabalhador bancário às tecnologias de ponta disponíveis, transformando a atividade trabalho na sua totalidade.

Pela mediação do controle da produção do conhecimento científico e tecnológico, o capital financeiro intenta apropriar-se de todos os conteúdos das tarefas que eram realizadas pelos trabalhadores no modelo fordista-taylorista, até mesmo dos mecanismos táticos de subordinação aplicados.

A celeridade das novas tecnologias e produtos midiáticos incide no mundo da produção e resulta numa descomunal ofensiva do capital sobre o trabalho. A expansão e a acumulação do capital intensificam-se sobre o trabalho produtivo mediante práticas rastejantes e predatórias que mimetizam o período histórico da

acumulação primitiva de capitais. A recorrência às relações de trabalho análogas ao trabalho escravo se justifica pela necessidade de modernização e de adaptação aos novos padrões de produtividade. Assim, “as tecnologias da informação e da comunicação, metodologias e técnicas de produção tiveram de se reinventar ante as potencialidades criativas que se colocaram em evidência” (SOARES NETO, 2010, p. 113). O controle do conhecimento científico se constitui também como ingrediente fundamental da concorrência entre capitalistas. Escreve Chesnais, (1996, p.142):

As transformações advindas, desde fins da década de 70, nas relações entre a ciência, a tecnologia e a atividade industrial fizeram da tecnologia um fator de competitividade, muitas vezes decisivo, cujas características afetam praticamente todo sistema industrial.

O controle do conhecimento científico se constitui também como ingrediente fundamental da concorrência entre os capitalistas. O controle do processo de produção científica e tecnológica ocorre de múltiplas maneiras:

Primeiro: pela articulação dos insumos advindos do exterior com a tecnologia controlada pelo grupo empresarial. Segundo Bento (2006, p. 50): “Este tipo de ação, as grandes companhias praticam em escala mundial através de IED; são unidades de P&D instaladas nas filiais fora do país de origem da empresa transnacional, ou ainda laboratórios criados ou integrados por aquisições/fusões nas diferentes regiões do mundo”.

Segundo: as grandes multinacionais descentralizam as atividades de pesquisa tecnológica mediante ações entre suas filiais, que estabelecem parcerias com instituições públicas (universidades) e pequenas empresas credenciadas no mercado. Dessa maneira, incentivam a produção e a comercialização de patentes e a aquisição de licenças (BENTO, 2006).

Terceiro: pelo estabelecimento de estratégias entre grandes grupos transnacionais para a produção e a aquisição de insumos tecnológicos. As grandes corporações estabelecem relações de cooperação e cruzamento de conhecimento em áreas estratégicas como biologia molecular, ciências matemáticas etc. (BENTO, 2006).

Quarto: pela mundialização do controle do conhecimento científico mediante o estabelecimento duma rede de jurisprudência internacional para assegurar a proteção dos inventos e das descobertas patenteadas (BENTO, 2006).

Quinto: pela constituição de um mercado internacional para disseminar o conhecimento científico e tecnológico. O comércio de patentes pela matriz e suas filiais assegura rendimento às corporações oligopólicas. O uso da tecnologia passa a ser orientado por princípios neoliberais focados na integração das empresas transnacionais por meio da construção e da consolidação duma estrutura produtiva assentada na rede mundial de computadores, na comunicação e na informação integradas à realização da produção e do comércio internacional (BENTO, 2006).

5.2 O fim da reserva de informática e a mundialização do capital no Brasil

Como se salientou acima, a gênese e o desenvolvimento da informática estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento do complexo industrial-militar norte-americano. O conhecimento científico e tecnológico alcançado no complexo militar é aberto para o mercado para atender às demandas estritamente econômicas. O termo *internet é post festum*, sendo adotado pela primeira vez numa publicação (pelos autores Vinton Cerf, Yogen Dalal e Carl Sunshine) da Universidade de *Stanford* em 1974, numa etapa posterior ao desenvolvimento da informática no complexo militar.

O desenvolvimento da informática resultou dos investimentos de 930 milhões de dólares em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) pelo Estado norte-americano, com propósitos militares, no pós-guerra entre 1950 e 1974, enquanto as multinacionais investiram mais de 1 bilhão de dólares. Esses investimentos levaram adiante as pesquisas que permitiram a produção do primeiro computador *Electronic Numerical Integrator and Computer* (ENIAC), ainda à válvula, em 1946. Na esteira dessas pesquisas, emergiu em 1947 o transistor, que substituiu os grandes tubos a vácuo das válvulas. Posteriormente, este foi substituído pelo *chip* e pelo circuito integrado em 1953.

Somente em 1971 surgiu o microprocessador, condensando num único *chip* a unidade de processamento do computador produzido pela *Intel*, o que viabilizou a produção de computadores pessoais em 1975 (ABINNE,

2013). O percurso iniciado em 1946, após 29 anos de pesquisas, serviu claramente aos interesses do capital contra o trabalho e tentou salvar os capitalistas da crise profunda de expansão e acumulação do capital, marcando o fim da política de conciliação de classes que caracterizou os “trinta anos dourados do capital”.

O processo de internacionalização do mercado interno brasileiro permitiu que o Brasil detivesse, em 2013, o segundo maior número de usuários do *Google* e *Facebook* do mundo, que passam em média 555 minutos mensais no *Facebook* contra a média internacional de 361 minutos (ABINEE, 2013, p. 9). Esse crescimento exponencial aconteceu na esteira da ampliação do consumo de computadores, celulares e *smartphones*. Em 2012, existiam no Brasil mais de 262 milhões de linhas telefônicas ativas, como 133 acessos por 100 habitantes, ou seja, existiam mais linhas telefônicas e celulares do que o quantitativo de habitantes no país. O Brasil somente perde para os EUA em número de usuários desses equipamentos.

O crescimento do número de usuários das redes sociais e a capacidade de utilização dos *smartphones*, computadores e *tablets* se estendem às operações bancárias (transações por meio de cartões de débitos, créditos, terminais de autoatendimento e operações diretamente realizadas nos celulares e computadores) e demais serviços, resultando numa redução de custos para o sistema financeiro.

Enquanto a China é a economia que mais cresce na aplicação dos mecanismos da informática aos meios de

produção, estabelecendo severas restrições às redes sociais, no Brasil elas se ampliam sem que haja um efetivo crescimento das pesquisas no campo da tecnologia da informatização e sem um claro domínio dos mecanismos de programação e das estruturas complexas que perpassam a tecnologia da informática e da cibernética. O baixo investimento em ciência e tecnologia e o baixo domínio da parafernália tecnológica tornam o Brasil um país muito vulnerável em termos de segurança na *internet*.

A nova mundialização do capital sob o domínio do imperialismo norte-americano tornou o Brasil o mercado interno mais internacionalizado do mundo. Esse processo começou na década de 1950 (era JK) e intensificou-se com os militares, que se configuraram como uma alternativa efetiva de integração política aos interesses das multinacionais e do capital estrangeiro.

Nesse cenário, a burguesia brasileira fracassou completamente na tentativa de acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico internacional, pela mediação das políticas estatais representadas na constituição da empresa Cobra (Computadores Sistemas Brasileiros S. A.) e pela Digibras (Empresa Digital Brasileira) em 1974. As empresas nacionais nunca chegaram a produzir *chips* ou sistema de circuito integrado e semicondutores, produzindo apenas *hardwares* e *softwares* para seu consumo interno, sem nenhuma capacidade para concorrer no mercado mundial de forma autônoma.

O amplo desenvolvimento tecnológico do mercado asiático, o baixo valor da força de trabalho e a ampliação

de seu mercado interno deslocaram grande parte do capital transnacional investido na América Latina para o mundo asiático. A tecnologia aplicada ao processo de produção encontrou no toyotismo a força motriz para configurar as transformações operadas no mundo do trabalho como uma verdadeira contrarrevolução, em que direitos trabalhistas conquistados foram suprimidos e desapareceram da noite para o dia.

A natureza mundializada do capital evidencia-se na produção de um *smartphone*, que possui aproximadamente sessenta tipos de componentes metálicos distintos e raros, que pouquíssimos países possuem; por isso, as multinacionais precisam ampliar seus mecanismos de expropriação das riquezas naturais preservadas pelas comunidades indígenas, pelos camponeses e comunidades quilombolas no Brasil, mediante o que Harvey (2005) denomina de acumulação por espoliação.

As multinacionais brasileiras acham-se articuladas às estrangeiras para realizar os novos processos de expropriação das riquezas naturais. A extração de metais raros existentes no Brasil, como o nióbio, é controlada por empresas multinacionais como a Companhia Brasileira de Metais e Mineração (CBMM), a Vale, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Usiminas, empresas privatizadas ao longo da década de 1990.

A reserva de mercado instaurada em 1984 (aprovação da Lei 7.232, de 19 de outubro de 1984) foi quebrada pela Lei de Informática, instituída por Fernando Collor de Mello em 1990. Isso implicou o fim da política de incentivo estatal à pesquisa no campo da informática e

a política de produção e transferência de tecnologia. O processo de abertura para o capital internacional, assegurado pela Constituição de 1988, impôs o fim da reserva de informática para as empresas brasileiras e representou o completo desmonte dos incipientes e tímidos projetos de desenvolvimento tecnológico e científico então existentes.

Desse modo, lançou-se abaixo o projeto de pesquisa do Cobra, pela Digibras (1974) e pelo Centro Tecnológico de Informática (1982), para projetar, desenvolver e produzir *hardware* e *software* com tecnologia nacional, com predominância das empresas brasileiras, visando colaborar para o desenvolvimento industrial e para a constituição de uma balança comercial favorável.

Na perspectiva de estimular a manufatura brasileira, sem deixar de contrapor-se aos interesses das corporações internacionais e superar o *laissez-faire* do fim da reserva de informática instituída por Collor, promulgou-se em 1991 a Lei 8.248, procurando beneficiar as empresas que investirem em P&D 40% acima da obrigatoriedade legal. A “Lei da Informática” instituiu uma política de incentivo fiscal às empresas que investissem em P&D, mediante redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em escala federal e redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em escala estadual; além da isenção de PIS/CONFINS. As empresas nacionais e estrangeiras poderiam investir 5% de seus Processos Produtivos Básicos (PPBs).

Segundo a ABINEE (2014, p. 12), os investimentos em P&D foram em média de 1 bilhão de reais anuais entre 1998 e 2001. De 2003 a 2008 a média caiu para R\$ 670 milhões anuais. Houve uma redução de aproximadamente 10 bilhões de reais em P&D entre 1998 e 2012. Mesmo assim, “de 1998 a 2008, as vendas das empresas beneficiadas pela Lei de Informática cresceram 272%, como revela o estudo Unicamp/MCTI. Desse total, metade resultou da venda de produtos incentivados” (ABINEE, 2014, p. 13).

A natureza dependente do capitalismo brasileiro no campo da produção de ciência e tecnologia pode ser observada no baixo investimento privado e estatal em P&D. O Brasil acha-se entre os 12 países com maior PIB mundial e é aquele que dedica a menor taxa de recursos para P&D. Em 2102 os EUA investiram 419,5 bilhões de dólares, a China 132 bilhões, o Japão 208 bilhões, a Alemanha 97 bilhões, enquanto o Brasil dedicou somente 28,2 bilhões de dólares, ou seja, investiu somente 1,25% em P&D (ABINEE, 2013).

A abertura para o capital estrangeiro e a ampliação das concessões fiscais permitiram que mais de 400 empresas multinacionais (*IBM Brasil, Sanmina-SCI, Multitek Brasil, Flextronics Brasil, Apple, Ericsson, HanaMicron. Huawei, Smart Modular Technologies do Brasil, Nokia, Samsung, NEC, Fairchild, National Semiconductors, Philips e Texas Instruments, Dell, Magneti Marelli, Motorola Mobility, Motorola Solutions, Semp Toshiba* etc.) de equipamentos de telecomunicações, de informática e automação se estabelecessem no Brasil.

Em parceria com essas multinacionais, empresas brasileiras acumularam uma fortuna produzindo equipamentos com “tecnologia nacional”, “como demonstram empresas como a Bematech, Padtec, Altus, Perto, Intelbras, Linear, entre várias outras. Geraram-se patentes e foram criados centros de *design* de semicondutores” (ABINEE, 2013, p. 32).

Somente em parceria com as multinacionais e com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as empresas brasileiras chegaram a produzir *chips* e *displays*, a exemplo da SIX Semicondutores (BNDES, grupo EBX, IBM e outras multinacionais). A Positivo, que conta com a participação de capital japonês, é a líder individual na comercialização de computadores no mercado interno, vendendo mais de 10 milhões de aparelhos desde 1989. A empresa investe, segundo a ABINEE (2013, p. 49), aproximadamente 40 milhões de reais em P&D, empregando somente 400 pesquisadores no mercado interno e externo. Seu campo preferencial de produção de *software* são as atividades pedagógicas e educacionais; exporta seus *softwares* para mais de quarenta países.

Entre as empresas que alcançaram *status* de multinacional na produção de semicondutores, destacam-se: Parit Participações, Ceitec S.A.; na venda de *softwares* (*Enterprise Resource Planning – ERP*): a TOTVS. Com a colaboração do BNDES, essa empresa tornou-se a sexta maior produtora de ERP em escala internacional e a primeira da América Latina, com mais de cinquenta filiais espalhadas no exterior e quarenta canais de distribuição no

Brasil, operando em 15 países da América Latina. O faturamento anual da empresa ultrapassa a casa de 1 bilhão de reais. A TOTVS ampliou sua expansão no mercado nacional e internacional mediante a aquisição de empresas concorrentes, como *Logocenter* (2004), *RM Sistemas* (2005), *Datasul* (2008), *Sipros* (2003), *Midbyte e BCS* (2006), *TotalBank* (2011) etc. (MACHADO et alii, 2013, p. 3).

A TOTVS estendeu seu campo de atuação de venda de *software* relacionado à gerenciamento de empresas e educação corporativa para grandes e médias empresas do complexo financeiro mediante a aquisição do Banco *TotalBank*. A TOTVS foi a primeira multinacional brasileira a estabelecer uma filial no Vale do Silício. Tem filial ainda na Califórnia, e parceria com duas universidades: *Stanford* e *San Jose State* (SJSU). Desse modo, pretende assegurar sua atuação no campo da inteligência artificial, *UX design*, processamento em linguagem natural, *Big Data*, visão computacional etc.

A campeã nacional na venda de *softwares* de gestão empresarial tem laboratório de pesquisa em ciência e tecnologia ainda em *Raleigh*, na Carolina do Norte, onde busca apropriar-se do conhecimento produzido em suas três universidades: *Duke University*, *University of North Carolina at Chapel Hill* e *North Carolina State University*. No contexto em que a produção do conhecimento acaba ficando circunscrita às economias centrais, a TOTVS penetra no espaço topográfico norte-americano, demonstrando claramente como se configura o capital transnacional, em que a produção da ciência e do

conhecimento não pode ser realizada nas economias periféricas.

A TOTVS expandiu seus negócios na produção de ERP, *Business Intelligence* (BI), *Customer Relationship Management* (CRM), *Supply Chain Management* (SCM), *Business-to-Business* (B2B), *outsourcing* e educação corporativa, focada na automatização e gerenciamento de processos de produção para médias e pequenas empresas. Presta diversos serviços de gestão estratégica e tecnológica na área de informática, como o Sistema Integrado de Gerência Automática (SIGA) e o *Microsig Software*. A TOTVS detém 37% do mercado de ERP brasileiro, seguida pela *SAP*, com 28%, *Oracle*, com 26%, *Infor*, com 5%, e demais empresas, com 14% (MACHADO et alii, 2013, p. 5). Os *softwares* de ERP possuem diversos módulos: operação industrial, logística, contabilidade, finanças, recursos humanos, vendas e *marketing*, gerenciamento de clientes etc. Para assegurar sua posição no mercado nacional e internacional, ela mantém relações de aliança e parceria com as gigantes corporações transnacionais do setor de informática, como *Dell*, *Microsoft*, *IBM*, *Intel*, *Oracle*, *Novell* e *Progress*.

A mundialização do capital no setor de informática pode ser observada no grupo *Weg* Automação. Os 25 mil empregados explorados por essa empresa propiciam um lucro anual de 6 bilhões de reais. Além disso, a *Weg* Automação recorre ao trabalho de 4 mil “colaboradores” terceirizados. Segundo a ABINEE (2013, p. 37): “Hoje a empresa é líder na produção de inversores de frequência, que são computadores industriais sofisticados,

concorrendo com quarenta empresas instaladas no país – muitas delas de grande porte”.

Na produção de controladores programáveis destaca-se a empresa nacional (de fachada) *Altus* Sistemas de Automação S.A. Com trinta anos explorando os trabalhadores a serviço do mercado nacional e internacional, a *Altus* é a principal produtora nacional de controladores programáveis (computadores industriais de grande porte, que agregam *software* e outros sistemas de quarta geração). Essa empresa fornece o sistema de automação para plataformas de petróleo do pré-sal e oito plataformas completas para a Petrobras. Além disso, a *Altus* automatizou o sistema de produção de energia da hidroelétrica de Paulo Afonso (ABINEE, 2013), o que provocou a demissão de milhares de trabalhadores.

Como um exemplo para ilustrar o processo de incorporação das empresas “nacionais” ao capital estrangeiro, a Conexão Informática passou ao controle da *Flextronics* no final da década de 1990. Essa década foi promissora para a entrada das grandes corporações do mundo eletrônico, da informática, dos semicondutores e produtores de processadores de sistemas e circuitos integrados no Brasil. A *Flextronics* explora os trabalhadores e extrai riqueza de trinta países, mediante a produção e a circulação de seus produtos em *P&D*. No Brasil, a *Flextronics* se destaca pela produção de *smarthpones* e celulares como o Motorola.

Plenamente integrada à lógica imperialista norte-americana, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entende que o Estado deve criar as condições e a

infraestrutura adequada para atrair investimentos estrangeiros em pesquisa e tecnologia, desenvolvimento e inovação, privilegiando o desenvolvimento de centros de *P&D* privados e não mais públicos, aprimorando o sistema de propriedade intelectual do país (patentes), valorizando os centros privados de pesquisa e inovação tecnológicas, a fim de fortalecer ainda mais a relação universidade-empresa, otimizando estruturas existentes e criando uma rede de parceiros no exterior (CNI, 2014, p. 12).

As estratégias adotadas pelo Estado para promover a educação e a cultura visam “permitir maior participação de centros de *P&D* privados (com fins lucrativos) nos instrumentos de incentivos existentes” (CNI, 2014, p. 12). Para ABINEE (2014, p. 13):

Parte dos recursos em *P&D* deveria ser investida em Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) das regiões Norte e Nordeste – o que de fato ocorreu. Dos 15 centros de pesquisa com valores mais expressivos de convênios, 47% são do Sudeste, 40% do Nordeste e Centro-Oeste e 13% da região Sul. Quanto aos valores conveniados, metade ficou em instituições do Sudeste e 40% foram aplicados em ICT do Nordeste e Centro-Oeste.

A avaliação positiva da ABINEE sobre o fim da reserva de informática instituída com a política de abertura da economia brasileira no começo da década de 1990, é desmentida pelos dados apresentados pela balança comercial: o setor eletroeletrônico acumulou uma taxa negativa de 32 bilhões de dólares em 2012; “mais da

metade (22 bilhões de dólares) das importações do setor (40 bilhões de dólares) foi decorrente da compra de componentes elétricos e eletrônicos no exterior” (ABINNE, 2014, p. 14).

Na perspectiva dos representantes da burguesia brasileira (ABINEE, CNI etc.), a superação do atraso da economia nacional no campo da produção da ciência e do conhecimento na área de informática e computação requer abrir-se ainda mais para as grandes corporações estrangeiras mediante uma política de atração de investimentos externos. Trata-se de uma clara subordinação aos imperativos do capital financeiro e ao imperialismo norte-americano. Uma demonstração vergonhosa da natureza da burguesia brasileira, a evidenciar que os capitalistas não têm pátria, mas interesses econômicos. Para a ABINEE (2014, p. 15):

Não se pode incorrer novamente no erro de tentar produzir tudo aqui – e a qualquer custo, reinventando a roda, o computador, o *notebook* e o *tablet* “Made in Brazil”. A produção hoje está espalhada por vários países e regiões. E o Brasil está distante da rede de países produtores, que criaram as cadeias globais de valor, e também dos principais centros consumidores mundiais. Haverá sempre áreas, mercados e produtos para os quais o Brasil não terá nenhuma chance competitiva. A alternativa é dar vazão às competências locais, identificando o que se faz de melhor, pelo menor preço e a melhor qualidade.

A completa subordinação ao imperialismo se expressa na defesa da forte presença de multinacionais no Brasil, no reconhecimento nacional quanto à vocação do país em certas áreas do conhecimento (por exemplo, ciências agrárias, óleo e gás) e na necessidade de esforços governamentais de fomentar a inovação para atrair investimentos qualificados (CNI, 2014, p. 16). A entreguista e vexaminosa CNI entende que para atrair capital estrangeiro é preciso investir em ciência e tecnologia no Brasil, constituindo uma infraestrutura básica com rebaixamento dos custos trabalhistas, tributários, previdenciários e logísticos (ABINEE, 2014, p. 15).

Essa é a saída para a crise que acomete a indústria brasileira; esta, segundo a própria ABINEE, respondeu, em 2012, somente por 12% do PIB. Em 1985 a indústria respondia por 25% do PIB. No entanto, os representantes da ABINEE advogam a intensificação da abertura do mercado brasileiro para o capital estrangeiro ou para as multinacionais, uma política que foi estabelecida desde Juscelino Kubitschek e os militares, diferentemente da China, do Japão, da Alemanha e dos próprios EUA, que engendram mecanismos de controle à entrada do capital estrangeiro no processo de produção de P&D, na perspectiva de beneficiar as suas multinacionais.

Os fatores que influenciam na decisão de se investir em *P&D* fora do país-sede da empresa variam segundo a estratégia corporativa. Essa estratégia leva em conta uma ponderação entre as capacitações da empresa

versus os potenciais do país receptor do investimento (CNI, 2014, p. 22).

5.3 A pesquisa científica e a universidade pública brasileira

No contexto da mundialização do capital sob a égide do capital financeiro, as corporações transnacionais delimitam o campo de atuação das pesquisas científicas nas economias periféricas. Isso aprofunda a dependência econômica e ideológica. Ao restringir os métodos de investigação quantitativos e qualitativos, as temáticas, os objetos, os problemas e as técnicas de investigação, as corporações monitoram, restringem, controlam e submetem tudo que é investigado a seus imperativos de intensificação dos processos de acumulação e transferência de riqueza.

No contexto da hegemonia do capital financeiro, enquanto manifestação econômica do imperialismo, a investigação científica transfere riqueza de uma ponta do hemisfério para outra. A universalização do modelo toyotista cumpre esse imperativo. As máquinas inteligentes da automação e autonomia têm como objetivo intensificar o deslocamento do valor das economias periféricas para as economias centrais.

O deslocamento de capital de uma região do planeta para outra, operado pelas corporações com o auxílio da informática, é um mecanismo de obstrução da tendência da queda da taxa de lucro. Enquanto parte do capital constante, a ciência e a tecnologia asseguram a transferência de enormes somas de mais-valia dos países

pobres para os países ricos, minimizando os efeitos da tendência à queda da margem de lucro.

Numa economia como a brasileira, em que a universidade emerge tardiamente para atender ao processo de industrialização, a pesquisa científica sempre foi periférica. O papel protagonista do Estado no desenvolvimento da pesquisa no Brasil, pela mediação das universidades públicas e em parcerias com o capital norte-americano (Fundação *Ford*, Fundação *Rockefeller* etc.), resulta dos problemas crônicos do processo de acumulação auferido pela burguesia nacional. A incapacidade da burguesia brasileira para operar um processo de acumulação similar ao da burguesia dos centros econômicos desenvolvidos resultou do processo de transferência de valor; neste, a nossa burguesia é uma mera figura coadjuvante do capital internacional.

A pesquisa universitária padece da ausência de qualquer autonomia perante o capital, pois este se constitui como elemento fundamental da estrutura motriz de seu funcionamento. As universidades desde o seu nascedouro estiveram estritamente moldadas aos interesses do capital e cumpriram papéis essenciais para forjar a força de trabalho necessária segundo os preceitos da divisão internacional do trabalho estabelecida. A autonomia da pesquisa universitária é episódica, porque o sistema do capital é um todo-poderoso que subordina tudo aos seus imperativos de comando. Não se pode esquecer que a universidade foi forjada para atender aos imperativos de comando do capital sobre o trabalho e para aprofundar a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Nos tempos hodiernos, as universidades aparecem como figuras coadjuvantes aos grandes centros de pesquisas controlados pelos aglomerados transnacionais e multinacionais. Segundo Chesnais (1996, p. 142), “a vinculação entre conhecimento científico fundamental e tecnologia tornou-se sensivelmente mais estreita”. A mundialização do capital, como expressão da centralização e como resultado da natureza “oligopolista da concorrência”, faz com que os complexos industrial-financeiros invistam fortemente em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia (CHESNAIS, 1996, p. 117).

As pesquisas realizadas (ciência e tecnologia) resultam de “‘acordos de cooperação técnica’, ou operações de integração vertical na origem, um componente da estratégia tecnológica dos grupos, complemento de sua própria P&D” (CHESNAIS, 1996, p. 117). Já a ciência e a tecnologia são elementos essenciais nas estratégias e métodos das articulações, rivalidades, competições, fusões, incorporações e cooperações entre os grandes oligopólios.

No interior do sistema do capital, o trabalho do pesquisador está subordinado ao processo de produção e reprodução do sistema; este se baseia na exploração do trabalho mediante a apropriação da mais-valia. O pesquisador-cientista, quando produz conhecimento numa empresa capitalista e patenteia o resultado de sua pesquisa, mesmo que seja nas universidades públicas, produz uma mercadoria que serve ao processo de reprodução do capital. Isso pode ser observado na lógica capitalista das

patentes no ambiente universitário. Os critérios de promoção docente estão assentados na quantidade de publicações de artigos, *papers*⁷, livros e produção de resultados coordenados por critérios pragmáticos e utilitários.

Apesar da intensificação da política de cortes dos recursos destinados à pesquisa no Brasil, especialmente nas ciências humanas, sociais e aplicadas, os critérios quantitativos de avaliação dos programas de pós-graduação e graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e por outras instituições de fomento tendem cada vez mais a aprofundar-se. O quantitativo é elemento determinante sobre o qualitativo e este, quando existe, é também subordinado à lógica do lucro. Isso pode ser observado nas pesquisas realizadas para tratar de

7 Segundo o Fórum de Reflexão Universitária da Unicamp (2002, p. 20): “Um levantamento recente feito entre periódicos eletrônicos (Wells) aponta que 8% do total eram de periódicos em tecnologia, contra 37,3% em ciências sociais, 20,8% em ciências da vida, 16,7% em artes e humanidades, 16,2% em ciências exatas e 1% em áreas não definidas. Aliás, a própria distinção entre pesquisa básica e aplicada vem perdendo nitidez. A distinção pode estar hoje mais na intenção original da pesquisa que em seus resultados, uma vez que a distância entre pesquisa de ponta e aplicação tecnológica vem diminuindo muito rapidamente. Se é verdade que alguns resultados da pesquisa tecnológica são sigilosos devido aos interesses econômicos imediatos envolvidos, é difícil supor uma pesquisa tecnológica relevante que não seja publicável parcialmente, com a devida filtragem das informações sensíveis. Esta é uma prática corrente e que explica o crescente número de periódicos de cunho tecnológico”.

determinadas enfermidades, pandemias, epidemias ou endemias.

Quando essas pesquisas ocorrem no espaço universitário, sem atrelamento aos bancos e às instituições financeiras, acabam sendo abandonadas por falta de equipamentos e infraestrutura, pois os recursos públicos destinados à educação e à pesquisa são desviados para atender aos interesses do sistema financeiro, especialmente para o pagamento da dívida pública enquanto manifestação da natureza especulativa ou fictícia do capital. Enquanto diminuem os recursos disponíveis para pesquisa e educação pública, ampliam-se as exigências dos organismos e agentes reguladores, mediante a redução do tempo dedicado ao mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Nessa arena, os jovens pesquisadores são interpelados para realizar pesquisas de maneira voluntária ou sob contratos estabelecidos temporariamente pelos órgãos de fomento com baixos salários e condições completamente precarizadas para realizar suas pesquisas. Os contratos rebaixados estão submetidos a condições precarizadas de pesquisa.

Embora muitos professores e pesquisadores reneguem qualquer possibilidade de articulação de suas atividades com o universo do proletariado, essas espécies de trabalhadores assalariados estão articuladas ao processo de reprodução do capital, exercendo geralmente as funções de fortalecimento do controle do capital sobre o trabalho. Na complexa divisão social do trabalho constituída pelo capital, a pesquisa serve aos imperativos deste sobre o

trabalho e episodicamente como instrumento para aliviar o fardo que pesa sobre os ombros da classe trabalhadora.

A escassez de recursos amplia a rivalidade entre grupos, centros e institutos de pesquisa. Os critérios de liberação de recursos são quantitativos e provêm de agências e grupos privados articulados ao sistema financeiro e ao regime de capitalização. A lógica da produtividade científica dos principais centros de pesquisa das universidades públicas brasileiras está subordinada aos interesses das corporações e dos aglomerados que atuam na agroindústria. Em Alagoas (UFAL) e São Paulo (USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP), as principais pesquisas realizadas visam atender ao complexo agroexportador, centrado na produção de *commodities*.

A transformação de seres humanos em mercadoria resulta no processo de reificação; a produção científica no campo das ciências humanas tende à vulgarização do fundamento das coisas e à banalização das mais elevadas questões essenciais da humanidade. A tendência à banalização pode ser observada na transformação do livro num artigo, do romance num conto, do filme num videoclipe. A grande narrativa se perde na descrição panfletária, nas imagens virtuais e na irrealidade do mundo material.

O individualismo exacerbado do ideário do neoliberalismo (Popper, Hayek, Friedman etc.) colabora não somente para a morte das formas mais sofisticadas de coletividade e sociabilidade, mas auxilia também para a própria morte do sujeito, uma vez que anula a possibilidade de os indivíduos atuarem como sujeitos do

processo histórico. A teoria neoliberal e as distintas concepções filosóficas contemporâneas concentram sua atenção na morte do sujeito, na inexistência das classes sociais e na impossibilidade de uma alternativa à hegemonia do capital sobre o trabalho.

É preciso destacar que a hegemonia do capital sobre o trabalho se dá mediante os mecanismos persuasivos e coercitivos. As ciências humanas são interpeladas a colaborar na constituição de um sistema de regras que devem ser internalizadas, na perspectiva de assegurar a ideologia de que inexistente alternativa ao sistema do capital. No entanto, a dinâmica da realidade denota os limites absolutos do sistema do capital para superar problemas estruturais, como o desemprego, a violência social, o pauperismo etc. A aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico na era do capital financeiro tem servido para economizar trabalho, ampliar a concentração da riqueza nas mãos de poucos e aumentar o desemprego e o pauperismo da classe trabalhadora.

A noção de universidade fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecida pela Constituição de 1988, elevou a intervenção das instituições públicas de ensino superior no universo da pesquisa realizada no Brasil. A exigência dessa unidade colaborou na elevação dos níveis de formação dos docentes das universidades públicas. Apesar do corte de 30% (equivalente a R\$ 5,8 bilhões) promovido na educação superior em 2019, sob a forma de “contingenciamento” ou bloqueio, 46 universidades brasileiras integraram a relação das mil melhores

universidades do mundo, eleitas pelo *Times Higher Education*.

As pesquisas realizadas pelas universidades públicas representam 90% do total; já as pesquisas e publicações realizadas pelas instituições privadas representam somente 10%. As pesquisas no campo da saúde não são realizadas pelos hospitais e laboratórios privados, mas pelas universidades públicas e institutos de pesquisa estatais ou com financiamento estatal. Entre as vinte instituições brasileiras que mais publicaram na plataforma *ScienceDirect* estão 14 universidades federais, quatro universidades estaduais e dois institutos públicos federais. Nenhuma instituição liderada pelas corporações que atuam no ensino superior como o grupo Kroton-Anhanguera⁸.

8 O balanço financeiro do grupo Kroton-Anhanguera, em 30 de junho de 2019, apontava que a empresa tem um patrimônio líquido de 16,05 bilhões e um ativo total de 33,84 bilhões de reais, com um lucro trimestral de 134 milhões. Segundo Primi (2014, p. 15): “O movimento que se verifica no mercado de educação brasileiro é inédito no mundo. Em levantamento feito pela KPMG e divulgado pela imprensa, desde 2008 ocorre no Brasil uma média de 26 operações por ano. Entre 2012 e 2013, o número de fusões de empresas de educação cresceu 20%, de 19 para 24 operações – 13 envolveram instituições que atuam no ensino superior. A participação do sistema financeiro e do capital estrangeiro no controle das instituições privadas revela o processo de transformação da educação em mercadoria. Segundo Cruz e Paula (2018, p. 856), “a GP Investimentos adquiriu 20% das ações da Estácio de Sá, a UBC Pactual possui 38% das Faculdades do Nordeste, a Fundo Pátria adquiriu 70% do controle acionário da Anhanguera, o Capital Group negocia ações no Grupo Kroton e o CartesianGroup comprou parte do grupo nordestino Maurício de Nassau”.

As pesquisas das instituições públicas colocam o Brasil no 13º lugar em quantidade de publicações na referida plataforma (MANTOVANI, 2019). Isso indica que existe pesquisa sendo realizada no Brasil, inclusive pesquisas realizadas nas universidades que não visam atender à lógica do mercado e ao processo de transformação do conhecimento em mercadoria. Apesar das exigências dos órgãos de fomento no sentido de subordinar as pesquisas universitárias ao universo regulado pelas patentes e do estabelecimento de parcerias com as empresas capitalistas e sua lógica empresarial assentada no lucro, ainda se pode produzir conhecimento científico na perspectiva de armar os trabalhadores para a superação do sistema do capital.

5.4 Guerra de patentes e guerra cibernética

A empresa responsável pelo serviço de *e-mail* do remetente (*Gmail*, *Hotmail* etc.) tem seus servidores num outro país, com regras distintas e não respeitam os direitos de seus usuários. Os gigantes desse setor (*Google*, *Facebook*, *Yahoo*, *Apple*, *Microsoft* etc.) têm acesso às informações de seus usuários e repassam essas informações para grandes corporações e seus governos.

Diferentemente da China e dos países asiáticos, o Brasil não tem satélites próprios em número suficiente para atender às demandas de seus usuários, daí operar com servidores instalados no exterior. As mensagens enviadas pelos computadores, celulares e *tablets* podem ser acessadas mais facilmente pelas corporações

transnacionais estrangeiras. Podem também ser enviadas através do sistema de cabos (rede telefônica, fibra óptica, rede elétrica) ou ondas de radiofrequência (3G, 4G, *wi-fi*, via satélite etc.). As mensagens enviadas pelo computador, conectado ao *modem*, chegam a um servidor ou mais de um servidor, para depois chegarem à conta do destinatário. Os servidores podem ser idôneos ou não. A segurança na *internet* tem preocupado muita gente, especialmente depois das denúncias apresentadas contra as empresas norte-americanas *Google*, *Facebook* e *WhatsApp*.

As denúncias de Edward Snowden, ex-técnico da *National Security Agency* (NSA), contra a *Google*, *Apple* e *Facebook* fortalecem o entendimento da natureza autoritária e abusiva das empresas transnacionais em conluio com o imperialismo norte-americano. Segundo Snowden, essas empresas monitoram e espionam a população norte-americana, europeia e latino-americana, bem como as conversas de políticos importantes como a chanceler Angela Merkel e a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, bem como empresas como a Petrobras. Esse monitoramento embasou as denúncias da Lava Jato.

A espionagem e as atividades de investigação são parte inerente da existência do capitalismo e do capital financeiro. A prática predatória e gangsterista faz parte da gênese e do desenvolvimento dos trustes e dos cartéis, O monopólio econômico requer o monopólio do conhecimento e da produção tecnológica e, para tanto, lança mão de práticas de corrupção, suborno, roubo etc.

O conhecimento científico, que permitiu que os EUA construíssem as bombas atômicas lançadas sobre

Nagasaki e Hiroshima, resultou da apropriação do conhecimento produzido pelo complexo industrial-militar nazista. O desenvolvimento do saber que permitiu a produção do arsenal bélico destrutivo passou pela guerra de espionagem, sabotagem e aliciamento de cientistas alemães. A disputa comercial dos EUA com a China tem como propósito preservar a posição hegemônica dos Estados Unidos perante o novo representante do imperialismo asiático. Essa disputa passa pelo controle do conhecimento de ponta aplicada ao processo produtivo.

Nesse contexto, o governo norte-americano tem acusado o governo chinês de roubo de patentes e de segredos comerciais e econômicos. O mecanismo de apropriação ilícita de conhecimento tem sido promovido, segundo os representantes do governo norte-americano (*Federal Bureau of Investigation* – FBI) pelo(a): 1) serviço de espionagem realizado pelos agentes estatais (Ministério de Segurança do Estado – MSS) e privados a cargo do governo chinês; 2) cooptação de executivos e empresários; 3) compra dos serviços de cientistas norte-americanos, que acabam transferindo ou vendendo seus serviços e patentes para os chineses; 4) processo de fusão ou incorporação de empresas chinesas a empresas norte-americanas; 5) investimentos diretos nos EUA com o propósito de apropriação do conhecimento científico e tecnológico produzido pelos norte-americanos (EPOCH TIMES, 2019, p. 1).

Os EUA acusam os agentes da MSS de roubar segredos comerciais das principais empresas de aviação e aeroespaciais dos EUA; acusa também cidadãos chineses

de roubar segredos comerciais duma empresa do complexo petrolífero desse país. Os processos de apropriação indevida do conhecimento comercial e científico dos EUA pelos chineses correm pelos tribunais norte-americanos. A multinacional chinesa *Huawei* é acusada “de roubar segredos comerciais relacionados a um dispositivo de teste robótico da operadora de celular norte-americana T-Mobile” (EPOCH TIMES, 2019, p. 1).

O governo norte-americano acusa o governo chinês de utilizar o Programa Mil Talentos para recrutar jovens talentos de diversas partes do mundo na perspectiva de apropriar-se do conhecimento produzido. O programa não passaria dum instrumento para facilitar a transferência de tecnologia desenvolvida nas instituições acadêmicas e privada às empresas chinesas. Os Estados Unidos temem que os chineses possam superá-los no campo da produção de patentes, depois de quatro décadas de hegemonia absoluta no mercado. Em 2017 as duas maiores empresas produtoras de patentes foram chinesas: *Huawei* (4.024 patentes) e *ZTE* (2.965 patentes). A empresa norte-americana *Intel* ficou em terceiro lugar com 2.637 patentes registradas (GLOBO, 2019, p. 1).

A guerra comercial dos EUA com a China tem como pano de fundo a disputa pelo domínio tecnológico e científico aplicado à produção. O controle do mercado internacional passa pelo domínio tecnológico. Isso se constitui como o fundamento da disputa existente entre as multinacionais norte-americanas e as chinesas. Os EUA buscam submeter os chineses a uma posição subalterna, tentando reduzi-los a exportadores de produtos com baixa

tecnologia, situação que se torna cada vez mais difícil pelo alcance da produção do conhecimento na China.

A China possui a empresa número um na produção de drones. A *Dà-Jiāng Innovations Science and Technology* (DJI) fabrica 70% dos drones consumidos mundialmente. O estabelecimento de restrições à penetração das redes sociais coordenadas pela *Google*, *Apple*, *Facebook* e *Amazon* (GAFA) leva à constituição de uma ampla reserva de mercado para as grandes corporações chinesas de informática, como *Baidu*, *Alibaba*, *Tencent* e *Xiaomi* (BATX). O mesmo acontece com os cartões de crédito *Visa*, *Mastercard*, *American Express*, que têm restrições na China; o mercado é atendido pelas empresas chinesas *Alipay*, *WeChat* e *UnionPay*. Ao invés de utilizar o sistema de localização controlado pelo *GPS* norte-americano, a China construiu seu próprio sistema de navegação via satélite, coordenado pela *Beidou*, um sistema atendido por aproximadamente trinta satélites próprios.

O projeto *Made in China 2025* tem como propósito alcançar a autossuficiência chinesa no campo tecnológico em 70% dos componentes produzidos até 2025. As empresas que atuam nos EUA devem se submeter a uma nova lógica de produção do conhecimento, buscando impedir a penetração da poderosa multinacional chinesa *Huawei*, do campo das telecomunicações, com temor de que ela possa controlar e acessar informações confidenciais das empresas e do governo do país. Também consideram a penetração da *China Mobile*, outra empresa

do mercado de telecomunicações, como uma ameaça à segurança nacional norte-americana.

A disputa pelas patentes resulta da subordinação dos Estados-nacionais aos interesses das grandes corporações internacionais. Para atender aos interesses das grandes corporações do campo tecnológico e financeiro, a guerra pelo conhecimento de ponta mais sofisticado impõe-se no complexo industrial-militar. A guerra ganha corolários distintos incorporando o desenvolvimento mais elevado alcançado na esfera mercadológica.

A constituição de um espaço cibernético implica o reconhecimento do conflito de interesse que envolve as grandes corporações e como elas dividem o mundo em áreas de influência e domínio. O fim da reserva de mercado não passa dum ardil para subordinar as economias dependentes aos propósitos do imperialismo norte-americano e chinês. Ao contrário do Brasil, tanto a China quanto os EUA buscam controlar seu espaço midiático, comunicativo e cibernético.

A moderna guerra cibernética tem como propósito assegurar a preservação do sistema do capital. Embora a guerra cibernética ocorra no espaço virtual, uma vez que ela se constitui como espaço essencialmente abstrato, constituído por *pen drives*, redes, satélites, roteadores, códigos de linguagem, *software*, aplicativos, nuvens etc.

As destruições promovidas pelas guerras cibernéticas geram efeitos nocivos semelhantes às guerras convencionais, que destroem cidades e riqueza para que o capital continue a se autorreproduzir. As próprias guerras convencionais foram reconfiguradas na

contemporaneidade e não ocorrem sem o suporte dos instrumentos constituídos pela parafernália da informática e do mundo virtual.

A guerra cibernética reproduz e intensifica a natureza destrutiva do capital. Aprimora a guerra convencional com mecanismos e recursos tecnológicos muito mais sofisticados. Os espaços controlados pelas máquinas inteligentes, radares especializados, satélites, sondas espaciais, drones anfíbios com capacidade de movimentação infinitamente superior ao movimento dos homens, viabilizam uma guerra controlada por centros de comando e laboratórios bélicos sofisticados.

A indústria da guerra, que forjou a contrarrevolução da informática, tem hoje uma capacidade incomensurável de potencializar a guerra em grande escala, com efeitos destrutivos sobre toda a humanidade. A contrarrevolução da informática no mundo da produção resulta numa monumental transformação na arte de guerrear. O projeto *Guerra nas estrelas* dos EUA evidenciou a articulação existente entre o mundo ficcional e o mundo material, em que dinâmicas defensivas e ofensivas de guerra demandam uma constelação de máquinas e equipamentos inteligentes.

As doutrinas militares, decantadas pela ascendência dos grupos de extrema-direita, encontram na guerra cibernética o espaço propício a seus interesses ideológicos e econômicos. Os sistemas de vigilância comercializados pelas empresas de segurança têm seu coroamento nos exércitos mercenários coordenados e controlados pelas grandes corporações capitalistas. O

investimento de capitais encontra na arte da guerra cibernética um espaço de expansão num contexto de crise do sistema do capital.

Os avanços tecnológicos, comercializados como produtos de luxo das classes dominantes, com seus carros blindados, seus circuitos internos de observações nas áreas residenciais, podem se irradiar para os sistemas de vigilância dos distintos espaços de cidades sitiadas ou ocupadas desordenadamente. A guerra encontrou uma aliada no desenvolvimento tecnológico. As armas com alcance e precisão notável, as munições guiadas com precisão por drones são um espaço de realização da *internet* das coisas. Máquinas inteligentes a serviço da destruição e da morte.

O fim da política de “substituição de importações” não resultou em um novo modelo que permitisse o desenvolvimento da indústria brasileira, ainda que subordinada aos interesses das multinacionais e das grandes corporações estrangeiras. A ascendência do capital financeiro drenou a riqueza nacional para as grandes instituições financeiras pela mediação da dívida pública, sem necessidade de renovar os investimentos no campo da produção industrial, o que determinou o sucateamento da indústria brasileira. A obsolescência programada perpassa a existência dos meios de produção e equipamentos necessários ao funcionamento da grande indústria. As transformações operadas nos campos científico e tecnológico incidem sobre a produção industrial, tornando obsoleto o parque industrial constituído entre 1950 e 1970.

A queda da produção industrial brasileira se intensificou com o deslocamento do capital investido na América Latina para o continente asiático; este se constituiu como o espaço topográfico protagonista do desenvolvimento científico e tecnológico que marca a ascendência da informática. Na nova composição internacional do capital, o Brasil passa a configurar um espaço econômico essencialmente agroexportador com baixíssima tecnologia agregada, remetendo aos pretéritos tempos das colonizações ibérica e britânica.

O denominado paradigma da industrialização, por substituição de importações e na perspectiva de constituir uma produção industrial autônoma (*Made in Brazil*), não tem nenhuma possibilidade de ser efetivado, porque a burguesia brasileira claramente aceitou o papel de criado de quarto dos interesses das corporações estrangeiras, tornando o mercado nacional o mais internacionalizado do mundo. Isso claramente se revela na adoção da política do fim da reserva de informática, da privatização das empresas estatais, do endividamento público, de abertura completa para os bancos múltiplos estrangeiros e da inserção do capital estrangeiro proveniente dos paraísos fiscais. As empresas nacionais que alcançaram relativo sucesso no campo da produção tecnológica e científica não passam de parceiras ou filiais das grandes corporações internacionais.

As novas transformações experimentadas no complexo industrial estão muito longe de servir para constituir no Brasil uma política nacional focada na perspectiva de reconfigurar seu parque industrial com

condições de concorrer com o mercado asiático, europeu ou norte-americano. O Brasil não passa de mero consumidor do novo universo da tecnologia da informática: *internet* das coisas, redes complexas de comunicações, satélites, radares, inteligência artificial, sistemas de segurança, segurança em rede, guerra cibernética etc.

As economias mais avançadas no campo tecnológico investem cada vez mais na segurança das operações nas nuvens, big data, inteligência artificial, *internet* das coisas, sistemas e equipamentos, redes, produção inteligente conectada, armazenamento de energia e de materiais avançados, nanotecnologia e bioprocessos. Desenvolve toda essa parafernália para intensificar a exploração do trabalho e ampliar as taxas de lucro das grandes corporações transnacionais (KUPFER, 2019).

5.5 O conhecimento científico para além do capital

O conhecimento científico e a tecnologia não são entidades neutras, mas expressam os interesses e as aspirações moventes do capital no sentido de controlar de forma absoluta o trabalho e intensificar suas formas de exploração nos tempos hodiernos. Isso não significa afirmar que a ciência e a técnica têm uma natureza ontológica e que estão determinadas a servir como instrumentos de opressão duma classe social sobre a outra.

A forma que o conhecimento científico e a tecnologia assumiram no interior do modo de produção

capitalista configura-se como claramente social e resulta do jogo de forças em que a ciência serve ao processo de controle e dominação do capital sobre o trabalho. Isso não implica a impossibilidade de superação da natureza inumana da ciência. Apenas é preciso salientar a impossibilidade de a ciência assumir uma posição emancipatória no interior do movimento sociometabólico do capital, porque o capital procura transformar tudo em mercadoria.

Numa sociedade hierarquizada e organizada para constituir instrumentos e mecanismos na perspectiva de intensificar a apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores, a ciência configura-se como uma ferramenta especializada. Isso é possível porque o capital se constitui como elemento hegemônico e plasma-se como uma entidade absoluta e aparentemente imutável. No entanto, a natureza da ciência é determinada socialmente.

A hegemonia econômica permite que o interesse das classes dominantes reverbere ubiquamente pelos distintos poros da sociedade e controle todos os processos de constituição do conhecimento. As ideias dominantes são as ideias das classes dominantes. Estas, por sua vez, controlam a produção do conhecimento científico. A tecnologia é determinada pelas relações sociais de produção, e o capital exerce o controle absoluto do trabalho e da produção do conhecimento. A tecnologia se expressa como capital devido ao lugar de primazia que a economia ocupa na constituição dos centros de pesquisa, dos laboratórios etc.

A investigação científica no campo das ciências naturais é dependente do financiamento empresarial e subordinada às empresas corporativas e aos aglomerados transnacionais. Em última instância, aparece o financiamento público da pesquisa, que também não consegue escapar à lógica reificante e mercadológica, devido à natureza do Estado no interior do sistema do capital. O Estado é um instrumento da reprodução do sistema do capital, logo as pesquisas que contam com seu financiamento somente de maneira episódica escapam à lógica do lucro.

O caráter destrutivo da técnica resulta da relação social voltada exclusivamente a ampliar a taxa de mais-valia e diminuir os efeitos da tendência da queda da taxa de lucro da produção capitalista. Ele atua como uma espécie de contratendência. O controle do capital sobre o trabalho impõe o controle desmedido sobre a ciência, no sentido de intensificar a extração de mais-valia e assegurar novas taxas de lucratividade.

Ao servir para subordinar o trabalho ao capital, o conhecimento científico converte-se em mercadoria e é submetido à mesma lógica de dominação, pois os cientistas não detêm a propriedade dos meios de produção e precisam vender sua força de trabalho. No entanto, é preciso salientar que a ciência precede e transcende o capital e o modo de produção capitalista, bem como inexistente qualquer propulsão inexorável da técnica para servir ao capital e aos capitalistas.

A ciência e a técnica não podem ser consideradas ontologicamente destrutivas e dominadoras. Elas não

servem apenas para dominar e destruir a natureza, nem estão condenadas a servir aos imperativos do sistema do capital na perspectiva de eternizar a propriedade privada dos meios de produção. A emancipação do trabalho do capital implica a emancipação da ciência e da técnica, ou seja, os meios de produção precisam ser revolucionados. E isso não pode ser realizado pela lógica da ideologia forjada na expropriação do trabalho e na produção científica voltada para atender aos interesses do mercado.

É preciso uma nova forma de produção do conhecimento. Um conhecimento científico que não esteja subordinado à lógica da produção de mercadorias e que tenha como preceito essencial atender aos efetivos interesses da humanidade. Um conhecimento que procure elucidar o mundo na sua essencialidade e que aponte o limite do sistema do capital. Isso requer libertar a ciência dos processos de aprisionamento impostos pelo capital.

A libertação da ciência e da técnica dos padrões burgueses implica a superação da ciência burguesa, da técnica de exploração do trabalho estabelecida pelo taylorismo, pelo fordismo e pelo toyotismo. Implica a negação radical do pseudocaráter científico do tempo anunciado pelo taylorismo, porque a sociedade emancipada do capital não tem como critério de medida o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias, mas o tempo disponível da sociedade. Implica uma ruptura radical com todas as técnicas adotadas pelos capitalistas para intensificar a produção mediante a exploração do trabalho.

Ao invés de simplesmente se apropriar da ciência e da técnica burguesa aplicada à produção, o trabalho associado (livre e universal) deve operar uma crítica radical do conhecimento científico burguês aplicado no campo das relações de produção. A tarefa de operar uma mudança qualitativa na natureza da ciência não será uma tarefa fácil. É preciso operar uma crítica radical aos mecanismos tecnológicos e ao conhecimento patentado pelas corporações e aglomerados transnacionais.

O conhecimento produzido pela burguesia deve ser completamente superado. Inexiste neutralidade científica na técnica que produz um *software* e no próprio *software*, pois nenhum *software* pode ser considerado neutro em relação aos propósitos para os quais foi criado, da mesma maneira que o *hardware*.

O mundo da informática não emergiu do nada; ele surgiu para atender ao complexo industrial-militar e tem propósitos essencialmente destrutivos. A sua aplicabilidade ao mundo não militarizado não significa que os preceitos que forjaram sua constituição tenham desaparecido. A informática não pode ser apropriada pelo trabalho associado sem que se opere uma verdadeira revolução em sua essência fundamental. Ela não pode simplesmente ser reproduzida ou copiada. Não é possível apropriar-se de um mecanismo sem combater a sua essencialidade e superar seus equívocos.

O mesmo pode ser afirmado acerca das saídas fáceis que consideram que as empresas e fábricas constituídas pelo Estado nas sociedades capitalistas podem ser apropriadas pelos trabalhadores sem operar uma

revolução nas relações de trabalho. As saídas esquerdistas, assentadas na estatização, desconsideram completamente a natureza das empresas estatais, seus verdadeiros propósitos para assegurar a expansão do capital, seu papel auxiliar na penetração das multinacionais nas economias periféricas e sua completa irradiação pelas economias dependentes e centrais. Desconsideram a natureza essencial do Estado e dos Estados-nacionais no processo de reprodução do capital.

A crítica ao processo de trabalho estabelecido nas sociedades capitalistas e pós-capitalistas estende-se à natureza do conhecimento aplicado no processo produção. O trabalho associado não pode se apropriar do legado tecnológico produzido pelo modo de produção capitalista ou pós-capitalista sem submetê-lo à crítica radical. É preciso imprimir novos preceitos axiológicos ao instrumental técnico constituído pela humanidade, a fim de esterilizar completamente os vetores constitutivos da reprodução do sistema tirânico do capital.

Os aspectos hierárquicos da divisão social do trabalho que constituem a tecnocracia capitalista não podem ser apropriados pela sociedade assentada no tempo disponível da sociedade. A tecnologia somente poderá servir aos propósitos emancipatórios se ela primeiramente for emancipada da natureza hierárquica e destrutiva do sistema do capital, uma vez que ela exerce funções precípuas na estrutura da subordinação real do trabalho ao capital.

Ao invés de enveredar pelo ceticismo acerca da possibilidade de subverter a natureza da técnica no interior do capital, os trabalhadores, sujeitos do processo revolucionário, devem forjar uma consciência crítica do conhecimento científico e apropriar-se de seu conteúdo na perspectiva da emancipação humana. Pela mediação dos comitês de fábricas e conselhos operários, eles podem alterar completamente a estrutura da produção industrial, colocando a ciência e a tecnologia como instrumentos para produzir valor de uso e não valor de troca, bem como para atender às efetivas necessidades humanas e elevar o tempo disponível da sociedade.

A fim de fazer que a técnica realmente sirva para minimizar o fardo do trabalho e torne uma realidade o reino da abundância, é preciso superar completamente o reino da escassez e o tempo histórico do trabalho alienado, abstrato e explorado. A apropriação da técnica pelo trabalho associado exige a transformação radical do tempo de existência dos seres humanos e condições objetivas adequadas para o pleno desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas (*omnilateralidade*).

CAPÍTULO VI

SUBIMPERIALISMO E MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A constituição de uma teoria da dependência da América Latina e do Brasil configura-se como uma obviedade que perpassa a gênese do mercado mundial e a processualidade histórica do movimento de acumulação primitiva de capital que marca a colonização. A teoria da dependência é uma versão atualizada do processo de internacionalização ensejado pela colonização imperialista e inscrito sob a égide do capital financeiro. No entanto, essa aparente obviedade precisa ser apreendida na sua particularidade, ou seja, é preciso apanhar a essencialidade do modo de ser específico de manifestação do processo de recolonização imperialista da América Latina e do Brasil. É crucial entender como a nova configuração da mundialização do capital colocou em movimento novos processos de apropriação do excedente pela mediação de suas empresas transnacionais e do sistema financeiro, com o suporte das burguesias nacionais.

Os novos processos de condicionamento da expansão e acumulação de capitais serão efetivados pela intensificação do endividamento externo e das relações de desigualdade que perpassam as relações de produção e as relações de troca internacionais, bem como pela complacência e subordinação das burguesias nacionais aos

imperativos da burguesia internacional, pela hipertrofia do capital financeiro, pela exacerbação do papel da economia agroexportadora e pela natureza transnacional dos Estados-nacionais. O papel fundamental exercido pelas *commodities* resulta numa reprimarização das economias latino-americanas, reorganizadas para atender às demandas do mercado internacional.

O desenvolvimento do capitalismo na América Latina obedeceu a um movimento distinto do observado nas economias centrais, mas completamente a elas subordinado. Aquilo que Marx assinala em *O capital*, “*De te fabula narratur*” (É tua a história contada), não se aplica aos países periféricos, pois o capital industrial-financeiro colocou em movimento um processo de controle do desenvolvimento industrial do mercado internacional nada dominado pelo “*laissez-faire*”. As economias mais desenvolvidas e os países mais industrializados nem sempre se constituíram como referências que indicam às economias menos desenvolvidas o percurso que elas iriam percorrer; pelo contrário, as economias mais adiantadas colocaram em movimento uma série de mecanismos que indicavam claramente o caminho que elas jamais iriam percorrer, pois procuravam constituir uma série de engrenagens e mecanismos que se destinavam a travar qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo.

As palavras de Marx se dirigiam acertadamente aos parceiros alemães e não ao conjunto da economia mundial. O exemplo do capitalismo inglês seria adotado pela Alemanha e pelos EUA, e ainda por Japão e Canadá no

final do século XIX. No entanto, o restante das economias capitalistas estaria condenada ao processo de colonização, neocolonização e semicolonização, imperialismo e neoimperialismo; ao subdesenvolvimento e ao crescimento da pauperização e da miséria.

A matriz conceitual que serviu para explicar o itinerário adotado pelas economias centrais não serviria para explicar o desenvolvimento econômico das economias dependentes e colonizadas. Escreve Machado (1999, p. 206):

A maior parte dos estudos ocidentais acerca do subdesenvolvimento toma como modelo a teoria clássica do capitalismo fundada na iniciativa privada e no mercado em sua função competitiva. O receio de contestar a matriz conceitual do sistema anglo-saxônico conduziu os economistas em geral à tese que justifica o subdesenvolvimento pela inexistência da situação pré-capitalista das economias periféricas, o que teria impedido a acumulação interna necessária ao *arranco* industrial. Ora, o subdesenvolvimento por si só não pode ser explicado unilateralmente pela ausência da acumulação pré-capitalista, mesmo porque esses países não passaram pelo mesmo processo histórico europeu, nem poderiam ter realizado a revolução industrial nas circunstâncias da Inglaterra nos séculos 18 e 19 e dos demais países que a realizaram posteriormente.

A análise do desenvolvimento econômico dos países colonizados denota que o itinerário adotado é

completamente distinto. Os EUA e o Canadá configuram-se como uma exceção à regra na história da América. A realidade histórica das economias dependentes não aponta para a reprodução do ciclo de desenvolvimento capitalista ensejado na metrópole, pois o processo de acumulação de capital nunca poderia ser operado com a mesma tonalidade e formatação.

O Estado precisou ser ativado a fim de realizar determinadas atividades no universo econômico, porque o processo de acumulação privada da burguesia nacional não oferecia uma alternativa efetiva. O padrão de acumulação operado pela burguesia dependente não era suficiente para realizar um salto qualitativo do capital mercantil para o capital industrial e financeiro no desenvolvimento das economias periféricas, pois uma parte do excedente apropriado servia muito mais para a reprodução social da própria classe parasitária.

A completa subordinação da produção econômica da colônia aos interesses da metrópole impedia que aquela pudesse superar as relações forjadas pelo capital mercantil e adentrar na etapa do capital industrial de maneira tranquila. A inserção das economias latino-americanas no reino do capital industrial e no processo de industrialização foi adiada pelas constantes intervenções internas; o Paraguai serve como exemplo.

A *Teoria Marxista da Dependência* (TMD) procura encontrar os fundamentos histórico-ontológicos do caráter *sui generis* do capitalismo latino-americano. Nessa tentativa de captura, a TMD destaca que o movimento da dependência se inscreve no contexto internacional de

expansão do capital. A expansão da economia aparece relacionada ao processo de transferência de valor da periferia para o mercado central e ao processo de superexploração da força de trabalho.

A relação de dependência das economias periféricas às economias centrais requer uma burguesia nacional conivente e aliada do capital transnacional. Esta é inserida no mercado internacional como acólita e parceira do processo de intensificação da exploração do trabalho. Para contrarrestar o processo de intensificação da crise que marca o desenvolvimento do capital monopolista, especialmente a tendência da queda da taxa de lucro, busca-se:

a) o aumento da exploração absoluta do trabalho ou da taxa de mais-valia (relação entre valor da produção e salários); b) a redução dos salários; c) o barateamento dos elementos do capital constante; d) a formação de uma “superpopulação relativa”, que aumente a concorrência no interior do proletariado, pressionando externamente os salários pagos no mercado; e) ampliação do mercado externo, não apenas para as mercadorias, mas para todos os elementos que compõem organicamente o capital; f) e aquilo que Marx denominou de aumento do “capital em ações” e que aprofundou no Livro III de O Capital como formação do “capital portador de juros” ou “capital fictício” (MATHIAS-BRITO, 2016, p. 337).

A exportação de capitais se constitui como saída para a tendência de aumento da composição orgânica do capital constante em detrimento do capital variável, tornando possível ampliar a participação do capital variável. O valor excedente apropriado na periferia será drenado para a metrópole ou para o centro do sistema. A existência duma massa expressiva de trabalhadores desorganizados e dispostos a vender suas forças de trabalho abaixo do valor praticado nas economias centrais confere as condições adequadas para a ampliação da taxa de mais-valia.

A análise de Gunder Frank segue as pegadas de seu mestre Paul Baran esboçadas no livro *A economia política do desenvolvimento* (1984), que apresenta o conceito de subdesenvolvimento como parte da relação antitética entre o capitalismo central e as regiões atrasadas. Para Baran, o processo da acumulação do capital configura-se como principal motor da dependência econômica dos países subdesenvolvidos. Isso resulta das relações de trocas que perpassam o processo mundial de acumulação de capital.

A tese da dependência assentada na apropriação do excedente econômico influencia as investigações de Gunder Frank (MACHADO, 1999, p. 208). Nesse caso, o centro da investigação se desloca do movimento interno da produção para as relações dos poderes hegemônicos internacionais que marcam o imperialismo. Em *Dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini retoma as relações externas, enquanto aspecto basilar desenvolvido por Gunder Frank, para apontar a necessidade de uma ruptura

revolucionária em relação ao sistema internacional
(MACHADO, 1999, p. 210).

6.1 Subimperialismo segundo Ruy Mauro Marini

No texto “Acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”, publicado originalmente em *Cuadernos Políticos* em 1977, Ruy Mauro Marini⁹ analisa a peculiaridade do subimperialismo brasileiro depois de esquadriñar a particularidade do imperialismo norte-americano. A ascendência da maior economia capitalista do pós- guerra resultou do deslocamento de forças e resultou no surgimento de novas tendências no processo de acumulação de capital. O conflito bélico impulsionou o febril desenvolvimento econômico e tecnológico das grandes corporações norte-americanas, assegurando uma enorme centralização de capital-dinheiro.

Marini entende que os Estados Unidos assumem a tarefa de reorganizar a economia capitalista mundial para atender a seus interesses mediante o restabelecimento do mercado internacional para assegurar o investimento de

9 A tentativa de apreender a natureza da dependência da América Latina e do Brasil tem perpassado as concepções: 1) estruturalistas da CEPAL (Raul Prebisch, Celso Furtado); 2) neoclássicos; 3) teoria da dependência weberiana (Fernando Henrique Cardoso, Faletto); 4) teoria marxista (neomarxista) da dependência (Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra); 5) tendências da esquerda alojadas nos PCs e trotskistas. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) emerge como tentativa de constituir uma crítica sistemática à concepção evolucionista do desenvolvimento do capitalismo na América Latina propagada pela Cepal. Segundo os teóricos da Cepal, o subdesenvolvimento das economias periféricas era uma etapa necessária do movimento ascendente das economias subdesenvolvidas rumo ao desenvolvimento alcançado pelas nações capitalistas avançadas.

seus excedentes, incentivar a capacidade dos mercados e absorver sua imensa massa de capital-dinheiro e capital-mercadoria. Para isso, foram criados na conferência de *Bretton Woods* (1944) organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, BIRD, Gatt etc.

Desse modo, os Estados Unidos procuraram reproduzir a hegemonia britânica mediante o livre-comércio, a supressão de barreiras alfandegárias para seus produtos e o controle das economias dependentes e das economias afetadas pela guerra mediante uma política de empréstimos (MARINI, 2012). A hegemonia do dólar é observada entre 1949 e 1968, quando a circulação dessa moeda passou de 6,4 bilhões para 35,7 bilhões. A presença dos bancos norte-americanos no exterior passou de 11 bancos em 1964 para 125 filiais em 1974, elevando-se seus ativos de 7 para 155 bilhões de dólares (MARINI, 2012, p. 35).

Marini aponta que o período da hegemonia britânica “havia sido o da criação e da consolidação do mercado mundial; o período da hegemonia norte-americana haveria de ser o da integração imperialista dos sistemas de produção” (2012, p. 35). Isso implica afirmar que a emergência e a consolidação do imperialismo se plasmassem num terreno que já havia sido conquistado pela dominação capitalista britânica. As relações capitalistas estabelecidas pelos britânicos no mercado mundial aceleraram o processo de monopolização do capital das empresas e dos bancos. A concentração desenvolvida na produção foi acompanhada pela crescente centralização de capital, “bastando pontuar que as 220 maiores sociedades

dos Estados Unidos absorviam, em 1935, o volume de 35% dos negócios de todas as sociedades e, em 1958, 47%” (MANDEL, 1975, p. 15ss). “Em 1968, esta cifra havia se elevado a 66%” (KOLKO, 1975, p. 50) (MARINI, 2012, p. 35).

Essa concentração permite a ampliação da exportação de excedentes mediante a constituição de filiais e subsidiárias em várias partes do mundo; assim, o peso do capital norte-americano passa a corresponder em 1968 a 61% do Produto Bruto Mundial de investimentos diretos (MARINI, 2012, p. 36). As multinacionais são as empresas que possuem 25% de seu investimento, produção, emprego ou vendas no exterior, operando “simultaneamente na agricultura ou indústria extrativa, na indústria manufatureira, no comércio e nos serviços” (MARINI, 2012, p. 37). Nesse contexto, a procedência nacional do capital “se perde em um processo de associações, fusões e acordos...”. Essas multinacionais operam com um volume de capital tão grande que muitas vezes superam o capital dos países onde estão instaladas as suas filiais.

No processo de acumulação capitalista contemporânea, o “capital busca, de forma crescente, deslocar o mecanismo de nivelamento do lucro no âmbito das relações entre as empresas, como ocorria normalmente na fase do capitalismo competitivo e ainda, em boa medida, no capitalismo do pré-guerra, para o âmbito das relações intraempresas, isto é, entre suas distintas filiais” (MARINI, 2012, p. 42). Esse fenômeno é acentuado pelas inovações tecnológicas. Escreve Marini (2012, p. 42):

Movidos pelo impulso da mais-valia extraordinária, os monopólios se veem forçados a substituir o capital fixo antes que este esteja totalmente amortizado. A exportação de capital fixo para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde representam ainda inovações e nas quais se dispõe de uma força de trabalho remunerada em níveis mais baixos, permite que a amortização se complete e mantenha aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados.

O progresso tecnológico não envolve somente o processo de rotação do capital produtivo, mas também o processo de circulação do capital dinheiro, pois ele diminui a rotação do ciclo de capital circulante. O desenvolvimento da produtividade pela mediação das inovações tecnológicas “faz com que uma determinada parte do capital desembolsado resulte supérfluo ao processo de produção e se desvincule deste, a menos que, e até que, se amplie a escala da produção” (MARINI, 2012, p. 42).

Este capital expulso da esfera produtiva busca uma nova forma de valorização e de retornar à esfera produtiva pela mediação da esfera financeira. A exportação de capitais, segundo Marini (2012, p. 42, grifos do autor), “não deriva exclusivamente da mais-valia gerada, senão também da mecânica mesma da reprodução do capital, isto é, *da desvinculação do capital dinheiro desembolsado por efeito da simples redução do período de rotação*”.

Este novo ciclo de rotação do capital, sob a égide do imperialismo norte-americano, superou o modelo

centro-periferia, que repousava na produção agroexportadora das economias subdesenvolvidas. Esse quadro foi alterado pela inserção do capital industrial nas áreas extrativistas e agrícolas. A intervenção da indústria representou “um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação – que são também potências capitalistas medianas –, o que nos tem levado a falar da emergência de um subimperialismo” (MARINI, 2012, p. 43).

Marini considera que a penetração do capital estrangeiro na economia latino-americana, particularmente no setor manufatureiro no pós-guerra, representa um novo processo de internacionalização do mercado interno, pois o mercado interno internacionalizado perpassa mesmo a fase da industrialização substitutiva de importações. O mercado interno sempre esteve acoplado ao mercado internacional; as décadas de 1920 e 1940 representaram somente uma participação maior da produção nacional no mercado constituído segundo os imperativos da economia mundial.

Mais do que a internacionalização do mercado interno, a retomada desse mercado interno no pós-guerra resulta na completa “integração à economia capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 46). A particularidade desse momento é a “vinculação do capital estrangeiro a um setor da estrutura produtiva nacional, que tem como contrapartida sua desnacionalização em termos de propriedade, ainda que não sua subtração da economia nacional” (MARINI, 2012, p. 47).

A inserção das multinacionais norte-americanas no exterior forja-se mediante a constituição de filiais; das 1.325 filiais estabelecidas na América Latina, 48,2% eram novas empresas, 35,8% eram empresas adquiridas e o restante resultou de fusões e associações. Isso sem contar que muitas empresas operavam na América Latina como nacionais, sendo dependentes de grupos multinacionais por laços financeiros e tecnológicos. Dependiam ainda no tocante às questões de propriedade intelectual e desenvolvimento tecnológico.

A crescente massa de capital investido em tecnologia tem representado desemprego e subemprego dos trabalhadores. Desse modo, tem se alterado a estrutura produtiva da América Latina para atender às necessidades do capital industrial e financeiro. Nesse processo, intensificam-se as formas de propriedade da terra e a introdução de inovações tecnológicas na agricultura, com repercussões negativas para a classe trabalhadora. Marini (2012, p. 50) considera a indústria latino-americana como “incapaz de satisfazer-se com o mercado interno e conta com limitações estruturais para executar sua ampliação de forma acelerada”; daí a necessidade de abrir-se para o mercado exterior, em que o grande capital (estrangeiro e nacional) busca intensificar a exportação de produtos manufaturados.

O termo subimperialismo foi cunhado por Ruy Mauro Marini, que adotou essa categoria como forma de explicar o desenvolvimento econômico das economias dependentes no contexto do imperialismo. O subimperialismo somente pode ser compreendido no

interior do imperialismo configurado como uma forma específica de reprodução da lógica do capital financeiro nas economias periféricas que exercem papéis de correia de transmissão do grande capital transnacional.

O subimperialismo é o desdobramento do imperialismo entre as economias dependentes mais desenvolvidas e constitui um fenômeno específico da economia dependente na etapa imperialista do capitalismo. Marini (2012, p. 59) entende “o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro”. O subimperialismo brasileiro está relacionado ao processo de expansão financeira a partir da década de 1970, em que uma parte do fluxo de capitais privados do euromocedas desloca-se para o Brasil.

O regime militar montou uma estrutura institucional e jurídica na perspectiva de atrair o capital estrangeiro através das empresas estrangeiras nacionais e estrangeiras. Os empréstimos e financiamentos passaram de 479 milhões de dólares em 1966 para 3,4 bilhões de dólares em 1972. O capitalismo brasileiro se lança na esfera internacional como um mercado consumidor de capital-dinheiro.

A categoria do subimperialismo reforça o desenvolvimento da economia mundial em consonância com a dinâmica da dependência que marca grande parte das economias mundiais. Podem ascender à condição de subimperialismo aquelas economias que exercem papéis de satélites do interesse do imperialismo.

Essas economias dependentes transformadas em satélites ampliam a sua capacidade industrial mediante a abertura para o capital estrangeiro e a unidade estabelecida com as empresas transnacionais estrangeiras. Nesse processo, uma fração da burguesia nacional reúne condições para participar do processo de apropriação de excedente também no mercado exterior. Os satélites (Brasil, México, África do Sul, Argentina, Israel etc.) podem gozar de uma posição privilegiada na constelação dos países periféricos, dando a entender que essas economias estão em desenvolvimento ou são semiperiféricas.

A autonomia dessas economias satelitizadas é restrita e limitada, devendo percorrer o itinerário ou obedecer às determinações estabelecidas pelos Estados Unidos, enquanto expressão dos interesses do mercado global. A possibilidade de desenvolver sua indústria e suas potencialidades internas depende do nível da correlação de forças das economias satelitizadas. Assim, a economia subimperialista procura extrair vantagens mediante uma aliança estratégica de cooperação e subordinação às grandes corporações transnacionais.

O regime militar-empresarial de 1964 requereu a assinatura de um pacto de subordinação da burguesia nacional aos preceitos do capital estrangeiro. Esse pacto se deu sob o signo ideológico da necessidade de combater o avanço do comunismo. No fundo, tratava-se de conter o avanço das organizações populares e sindicais e de diminuir a fração da riqueza nacional destinada aos trabalhadores.

Pela mediação do subimperialismo, a economia brasileira adentra na etapa imperialista como partícipe do processo de apropriação de excedente na esfera do mercado externo. A participação da burguesia nacional na apropriação de excedente exógeno ocorre no marco da continuidade da dependência. Na verdade, ela é produto do novo processo de internacionalização da economia brasileira e de sua subordinação aos interesses das multinacionais.

O regime militar-empresarial representa o fim dos obstáculos que impediam a inserção da economia brasileira no processo de internacionalização mediado pelo controle das multinacionais. Enquanto expressão dos interesses internacionais e da burguesia brasileira internacionalizada, o Estado (militar ou civil) busca aprimorar a lógica de conquista do mercado externo para a burguesia transnacional brasileira que vai sendo forjada paulatinamente na década de 1970 e que se consolida a partir da década de 1990.

Embora o subimperialismo brasileiro implique uma política de subpotência, ele não pretende substituir o conceito de subpotência. A política de subpotência brasileira na América Latina não oferece a chave para entender a categoria do subimperialismo. Para Marini (2012, p. 63), o processo de internacionalização do capital não resulta no desaparecimento dos Estados-nacionais, mas na subordinação deles à lógica do capital transnacional. A mundialização do capital se inscreve no interior da contradição dialética que envolve a relação

entre a esfera nacional e a esfera internacional. Explica Marini (2012, p. 64):

Do ponto de vista econômico, o capital exportado pelos países imperialistas para as zonas dependentes exige do Estado nacional de tais zonas uma capacidade crescente em matéria de obras de infraestrutura, defesa do mercado interno, negociações financeiras e comerciais com o exterior, financiamento interno e criação de condições políticas (em particular no terreno laboral) favoráveis ao investimento estrangeiro.

O Estado-nacional opera nos países dependentes como elemento de integração da produção capitalista de natureza transnacional. Ele representa tanto os interesses do capital estrangeiro quanto os do capital nacional. Isso resulta do processo de integração da burguesia dos países dependentes ao imperialismo como mecanismo de apropriação de uma parte do excedente produzido pelos trabalhadores. O Estado-nacional opera como mediador devido à fragilidade da burguesia nacional para negociar diretamente com a grande burguesia internacional.

A burguesia nacional fortalece a natureza do Estado-nacional para dele retirar proveito para sua causa. Por isso, o Estado-nacional estimula o processo de concentração e centralização do capital nas economias dependentes. Desse modo, o Estado se torna um mecanismo político de implementação da estrutura subimperialista. Para Marini, o aprofundamento da crise do capitalismo aprofunda a natureza imperialista do

capital nas economias centrais e a natureza subimperialista nas economias medianas como o Brasil.

O subimperialismo reproduz o ciclo da dominação imperialista mediante a cooperação antagônica que marca o desenvolvimento do capital financeiro. O subimperialismo é a estratégia das burguesias das economias periféricas mais desenvolvidas para colaborarem com a burguesia imperialista e assegurarem a preservação do *status quo*. Os pequenos choques de interesses que marcam a relação entre burguesia subimperialista e burguesia imperialista não representam uma ruptura, mas uma espécie de pedestal para elevarem-se a uma posição mais aprimorada no interior do mercado mundial.

Marini (2012, p. 52) entende que não basta que um país exporte produtos manufaturados para ser considerado como subimperialista, porque um país subdesenvolvido pode exportar manufaturas pela mediação das multinacionais instaladas em seu território.

A expansão das transnacionais da periferia para o mercado externo não pode se dar sem uma relativa disputa de interesses com as corporações que controlam o mercado internacional. Para Bueno e Seabra (2012, p. 4), “o subimperialismo apresenta uma conjuntura na luta de classes específica em que as alianças burguesas estabelecidas no interior do bloco no poder são realizadas em vista da busca de uma maior integração ao mercado mundial”.

O subimperialismo é definido como “a forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista,

visando à conquista de mercados externos para a exportação de manufaturas e capital, em cooperação antagônica com as economias centrais” (JAEGER, 2018, p. 229). Ele está relacionado ao processo de constituição das empresas transnacionais brasileiras. O processo de formação dessas transnacionais remete à completa abertura do mercado interno brasileiro pelo golpe militar-empresarial de 1964 e pelos governos neoliberais instituídos na década de 1990.

As bases para a transformação das empresas brasileiras em empresas transnacionais foram estabelecidas pelo regime militar-empresarial de 1964 mediante as imensas obras de infraestrutura voltadas ao mercado interno (Transamazônica, Angra dos Reis, Carajás etc.) e externo (construção da hidrelétrica de Itaipu), que propiciaram o fortalecimento das grandes construtoras (Odebrecht, Camargo Corrêa etc.) e dos grandes bancos (Bradesco, Itaú etc.). O processo de exportação de capitais pelas transnacionais brasileiras cresceu na década de 1980 e alcançou posição privilegiada na década de 1990, com o processo de privatização das empresas estatais e a política de incentivo e assistência aos bancos brasileiros (Proer).

A formação desses aglomerados nacionais, em conluio com as grandes corporações internacionais, aprofundou o processo de concentração e centralização das decisões políticas mediante o controle absoluto da maquinaria estatal. Essa centralização/concentração monopolista resultou indubitavelmente de uma intrincada rede de organizações burguesas e de foros constituídos

para além das fusões e incorporações que marcam o universo imperialista.

A intensificação da concentração/centralização tornou-se cada vez mais aguda com o processo de mundialização da economia brasileira, posto em curso entre 1960 e 2020, com o favorecimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs). Esse volume cresceu significativamente nas décadas de 1990 e 2010 com a privatização das empresas estatais, a elevação dos juros da dívida pública e o incentivo estatal aos processos de aquisição e fusão promovidos pelos BNDES.

A entrada de IEDs desnacionalizou o setor produtivo brasileiro. Segundo Fontes (2013, p. 238, grifos da autora), “no Brasil, o processo pode ser caracterizado como um processo de internacionalização do mercado doméstico, como uma *introversão do capital estrangeiro*”. A introdução de capital estrangeiro alterou o pacto estabelecido internamente entre a burguesia agrária e a burguesia industrial-financeira. “Desse processo resultaria a manutenção da característica de grande país exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo de produtos de ‘escala intensiva’” (FONTES, 2010, p. 238).

A primazia do capital estrangeiro representou uma reconfiguração da relação existente entre agricultura e indústria, em que ocorreu um processo crescente de destruição e desmonte do parque industrial nacional para atender às determinações do mercado mundial. A velha unidade estabelecida entre agricultura e indústria se desloca para a unidade entre agronegócio e capital financeiro, com a financeirização da produção agrícola.

Segundo Bruno (2009, p. 114), “o agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação”.

O agronegócio plasma-se como mecanismo insular para assegurar uma nova aliança entre as empresas multinacionais e fazendeiros, as grandes corporações transnacionais e os grandes proprietários de terra. A cooperação e a subordinação estabelecidas entre corporações do grande capital financeiro e agrário aprofundam as expropriações por “espoliação” no campo, intensificando a exploração do trabalho, destruindo o meio ambiente e saqueando as riquezas naturais. A modernização do campo tem sido operacionalizada mediante a articulação estabelecida entre capital agroindustrial, sistema de crédito e grande propriedade.

Para atender aos imperativos do mercado mundial, expresso na lógica da produção de *commodities*, o Brasil adentra o fluxo da exportação e importação, mesmo tendo condições favoráveis de produzir grande parte daquilo que importa. A mundialização da economia impõe que o Brasil importe produtos manufaturados, destrua seu parque industrial e se converta numa espécie de celeiro do mundo, exportando alimentos, grãos, minérios, celulose etc. Desse modo, o agronegócio pode crescer 11,7% entre 2014 e 2017, enquanto o setor de serviços cai 5% e a indústria de transformação encolhe 12,1% (IEDI, 2018).

O fluxo de entrada de importação de produtos manufaturados e exportações de *commodities* permite a

entrada de capitais no Brasil para assegurar uma balança comercial favorável ao capital financeiro. O agronegócio é um mecanismo de inserção da economia brasileira no mercado internacional, reconfigurando a cooperação antagônica dos governos anteriores. Através do agronegócio procura-se dinamizar o complexo agroexportador brasileiro, enquanto instrumento fundamental para suprir o déficit no pagamento da dívida pública.

Pela mediação do capital financeiro se estabelece a unidade indissociável entre agricultura e indústria, em que a agricultura constitui, de um lado, um complexo absorvente da produção industrial e de inovações tecnológicas; do outro, a agricultura fornece a matéria-prima necessária à produção industrial nos diferentes níveis de produtividade. Assim emergem as denominadas transnacionais brasileiras, como JBS, Ambev, Gerdau, Votorantim, Petrobras, Itaú Unibanco, Bradesco, Vale, Banco do Brasil, Cemig, Pão de Açúcar, CSN, BRF, Oi, CPFL, Cielo, Braskem, Cosan, Embraer, BR Malls, Natura, Marfrig, Usiminas, Lojas Americanas, Porto Seguro, Weg etc.

Vejamos mais de perto o processo que forjou as transnacionais brasileiras no contexto do subimperialismo brasileiro.

6.2 Processo de formação das transnacionais brasileiras

A transformação do Brasil no amplo mercado interno para o capital monopolista contou com a acentuada participação estatal, especialmente após a crise da economia mundial em 1929. As disputas fratricidas estabelecidas internamente nas economias centrais na década de 1930 permitiram que o Estado assumisse uma função protagonista no desenvolvimento da economia nacional, devido à insuficiência do processo de acumulação de capital por parte da burguesia nacional. O Estado Novo exerceu as funções precípuas de uma burguesia incapaz de realizar, sozinha, as tarefas econômicas que as burguesias financeiras e monopolistas realizaram nas economias centrais.

O modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, bem como nos países da América Latina, não poderia realizar-se sem o aporte de um novo processo de acumulação de capital realizado pela maquinaria estatal. Neste, os trabalhadores foram chamados a colaborar diretamente para o rebaixamento de seus salários e com as contribuições compulsórias às caixas e institutos de aposentadorias e pensões (CAPs e IAPs).

A formação de empresas controladas pelo Estado obedeceu ao receituário da natureza monopolista do capital. O capital atuou pela mediação estatal no sentido de forjar as empresas que serviriam de base ao capitalismo monopolista. Os governos de Getúlio Vargas pavimentaram o caminho para a ascendência das multinacionais no Brasil, muito bem representadas pelos

governos JK e pelo regime militar-empresarial instituído em 1964. Este era o principal mandatário dos interesses das grandes corporações e adotou uma série de medidas administrativas, em pleno acordo com as estabelecidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) por meio da instrução 113/1956, para viabilizar que as pequenas empresas fossem devoradas pelas gigantescas empresas nacionais ou internacionais. O regime militar-empresarial assegurou a constituição dos mecanismos jurídicos e institucionais para a ascensão das primeiras transnacionais brasileiras.

O fechamento do ciclo de conquista do mercado interno para o capital nacional e transnacional ocorreu na década de 1970. A conquista do mercado interno para o capital foi seguida pela necessidade de expansão dos interesses da burguesia brasileira, especialmente na esfera regional da América Latina. Pela mediação da colaboração estatal, empresas como Bradesco, Itaú, Gerdau, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Grupo Odebrecht, Rede Globo ou o Grupo Roberto Marinho transformaram-se em corporações transnacionais. As políticas de beneficiamento das grandes corporações nacionais ganharam novo *status* com o esgotamento do modelo de “substituição de importações”, em que o capital financeiro de natureza especulativa e parasitária ganhou preponderância sobre o capital monopolista alicerçado na produção de mercadorias.

A emergência de multinacionais numa economia periférica e dependente como a brasileira desvela a natureza contraditória do capital e como o capital pode

configurar-se de diferentes formas. A condição estrutural subordinada e dependente da economia nacional no interior do mercado internacional não impede que determinados setores se tornem os representantes dos interesses do capital monopolista ou financeiro.

Num cenário mundial controlado pelo capital financeiro inexistente outra forma de manifestação do capital que não seja a monopolista. As empresas brasileiras somente conseguem sobreviver com o indispensável auxílio da maquinaria estatal, devido ao baixo padrão de acumulação. Isso porque uma parte substancial da riqueza produzida numa economia dependente é drenada para os centros de comando das grandes corporações, situados nas economias centrais.

A penetração das empresas brasileiras nos países desenvolvidos está relacionada à inovação tecnológica e ao desenvolvimento no campo informático. Os mecanismos para assegurar a expansão da inovação tecnológica vão das fusões e incorporações com empresas menores dotadas de patentes e tecnologia até parcerias com os grandes conglomerados das economias mais desenvolvidas. Na busca de inovação tecnológica, as transnacionais brasileiras lançam mão de subsidiárias nas economias de elevado desenvolvimento tecnológico.

Os EUA constituem o principal receptáculo das empresas multinacionais brasileiras, acumulando 59 filiais, seguidos pela Europa, com 52 subsidiárias, e pela China, com 23 (CASEIRO, s/d). Segundo Caseiro (s/d), o elevado padrão tecnológico das empresas asiáticas tem atraído os novos conglomerados brasileiros. As

transnacionais brasileiras são uma espécie de *player* regional. O espaço geopolítico por excelência de atuação dessas multinacionais são os países da América Latina, da África e do Oriente Médio. Isso indica que as multinacionais têm como elemento de irradiação, sempre, os espaços com facilidade de extração de riqueza naturais, baixo valor da força de trabalho, infraestrutura adequada e uma constelação de incentivos fiscais.

Na década de 1990 houve um processo de abertura significativa do mercado interno brasileiro para o capital estrangeiro. As medidas protecionistas do mercado interno que sobreviveram à abertura ensejada pelo regime militar-empresarial de 1964 foram completamente eliminadas. Isso não significa que o Estado tenha deixado de proteger as empresas “brasileiras”, mas somente que caiu em desuso a diferenciação estabelecida entre empresa nacional e empresa estrangeira.

A internacionalização da economia brasileira permitiu que as empresas nacionais operassem adotando os mesmos mecanismos das empresas estrangeiras, ou seja, ampliando seu processo de acumulação de capital mediante a intensificação da exploração do trabalho, da constituição de uma legislação protecionista, da permissividade para explorar os recursos naturais e de uma vasta gama de incentivos fiscais.

Os governos petistas foram os principais avalistas do crescimento das multinacionais brasileiras. A política estabelecida pelo BNDES fortaleceu os processos de fusões e incorporações que marcaram a etapa imperialista do capital “nacional”, cenário observado na expansão de

empresas como Petrobras, Gerdau, Odebrecht, JBS Friboi, BRF etc. Muitas das empresas que ascenderam à condição de transnacionais operam na esfera do agronegócio e foram beneficiadas pela elevação do valor das *commodities* na época do governo Lula. No entanto, grande parte dos investimentos externos alocados nas transnacionais brasileiras procedeu dos paraísos fiscais, de fontes duvidosas e de operações ilícitas no mercado internacional (narcotráfico, desvio de dinheiro público, tráfico de armas, contrabando etc.).

As multinacionais brasileiras estabeleceram subsidiárias no exterior graças à política econômica adotada pelos governos. O Estado foi o vetor fundamental da expansão dos interesses das multinacionais brasileiras. Com auxílio estatal, as transnacionais brasileiras ampliaram o número de suas subsidiárias especialmente depois de 2004.

O BNDES ofereceu linhas de créditos para que empresas como a Braskem pudessem adquirir outras empresas, a exemplo do que se deu no processo de aquisição do Grupo Ipiranga; liberou empréstimo de R\$ 2,7 bilhões para a aquisição do Grupo Suzano Petroquímica; realizou empréstimo de R\$ 2,5 bilhões para permitir a incorporação da Quattor à Braskem em 2010. Sem o auxílio do BNDES, a Braskem jamais seria alçada ao posto de maior petroquímica das Américas (CASEIRO, s/d, p. 45). Caso similar se verifica na privatização e expansão da Embraer, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, Eletrobras etc.

A fim de assegurar a expansão das multinacionais no mercado externo, o BNDES emprestou e empresta dinheiro para que governos estrangeiros possam realizar serviços de engenharia e infraestrutura, buscando internacionalizar os bancos públicos no sentido de assegurar e apoiar financeiramente as empresas brasileiras. Nessa perspectiva, foram firmados contratos com os governos da Venezuela, Colômbia, Cuba, Peru, Argentina, República Dominicana, México etc.

O BNDES liberou, entre 1998 e 2019, um empréstimo da ordem de “US\$ 10,499 bilhões para empresas brasileiras realizarem obras no exterior, na modalidade ‘exportação de serviços de engenharia’ em 15 países da América Latina e da África” (GAZETA DO POVO, 2019, p. 1). Os 10 bilhões de dólares representam somente 20% dos empréstimos liberados; no total, o banco “financiou US\$ 38 bilhões a 40 diferentes países nessas duas décadas. Desse montante, US\$ 17,7 bilhões – ou 44% – foram destinados aos Estados Unidos” (GAZETA DO POVO, 2019, p. 1).

O país que recebeu mais recursos do Brasil não foi Cuba ou Venezuela, como a mídia burguesa costuma informar, mas os EUA. Essa política assegurou a expansão de empresas como: 1) Gerdau: fábricas no Canadá, Chile, Argentina, EUA; 2) BRF – Brasil *Foods* S.A.: subsidiárias na Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Argentina; 3) Embraer: subsidiárias em Cingapura e na China; 4) Natura (cosméticos): subsidiárias na Argentina, Peru e Chile; 5) Petrobras; 6) Odebrecht; 7) Bradesco; 8) Itaú Unibanco; 9) Braskem; 10) JBS Friboi; 11) Vale. As empresas

brasileiras jamais teriam alcançado a condição de empresas transnacionais sem o suporte estatal e o apoio direto do BNDES.

Nas décadas de 1980 e 1990 o capital financeiro acusou a inércia do denominado projeto nacional-desenvolvimentista, expresso no modelo de “substituição intensa de importações”. A ideologia desenvolvimentista, assentada no progresso tecnológico do capital produtivo, foi solapada pelas políticas restritivas neoliberais instituídas compulsoriamente nas economias dependentes mediante a política de empréstimos que ampliou expressivamente a dívida pública. No entanto, as medidas adotadas de nada serviram para diminuir o volume de dívida. Os anos de intensa privatização promovida pelos governos FHC e Lula aumentaram de forma assustadora o tamanho da dívida pública externa e interna, que passou de bilhões para trilhões de reais.

A privatização das empresas estatais configurou-se como a principal medida econômica adotada no sentido de assegurar o falso equilíbrio das contas públicas e a superação de déficit fiscal estatal. Através da política de privatização das empresas estatais, operou-se uma nova forma de expropriação, em que a riqueza produzida pelos trabalhadores e controlada pela maquinaria estatal foi transferida para a burguesia nacional e internacional.

A abertura do capital estrangeiro para participar do processo de privatização e as várias concessões feitas para a atuação das multinacionais serviram ideologicamente para recuperar as taxas de crescimento do capitalismo periférico e dependente nos governos subsequentes

(Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer). Um crescimento econômico assentado no crescimento da miséria e do pauperismo da classe trabalhadora.

A privatização das empresas estatais serviu não somente para enriquecer ilicitamente a burguesia nacional e internacional, bem como para elevar as empresas brasileiras ao *status* de transnacionais, podendo concorrer com as grandes corporações estrangeiras. O processo de transferência de riqueza do setor público para o setor privado implicou o aprofundamento da miséria da classe trabalhadora e a anulação de direitos sociais conquistados.

Não foi à toa que a produção agroexportadora (minérios e produtos agrícolas) passou a ocupar papel predominante nas duas décadas iniciais do século XXI. Uma análise realizada por Maria L. Silva (apud FONTES, 2010, p. 239) com as noventa maiores empresas nacionais detectou um processo crescente de migração dos grandes grupos econômicos para os setores *commoditizados*. Segundo Fontes (2010, p. 239):

As empresas brasileiras foram forçadas, pela exposição à concorrência internacional decorrente da abertura comercial e da desregulamentação dos anos 1990, a uma maior capacitação tecnológica e à obtenção de escalas mais competitivas, procurando se inserir em nichos de mercado, intensivos em recursos naturais.

Isso explica o *boom* das *commodities* alcançado na época do governo Lula. Não se tratou de uma deliberação

interna do governo, mas resultou da política de abertura para o capital estrangeiro, constituída desde a década de 1960 e aprofundada na década de 1990.

É preciso esclarecer que os governos petistas (2003-2016) não representaram nenhuma espécie de ruptura com o processo de internacionalização da economia brasileira sob o primado do capital estrangeiro e do agronegócio. As IEDs fizeram-se presentes de forma notável com a total anuência do BNDES, com forte intervenção na produção de *commodities*. O governo Lula foi a continuidade do governo FHC; não alterou em nada a política “neoliberal” adotada, de desenvolvimento econômico sob o total controle das IEDs. A novidade do governo Lula foi a conjuntura mundial (2003-2007) favorável às *commodities*. Ela foi realizada mediante uma completa reprimarização das exportações e a desindustrialização do parque nacional.

A desindustrialização da economia brasileira é considerada prematura, pois ocorre em um país que não alcançou o nível de renda *per capita* que os países desenvolvidos possuíam quando iniciaram o seu processo de desindustrialização. ..., a participação da indústria no valor adicionado do PIB, que chegou a atingir a 20% no final dos anos 1970, vem caindo desde o início dos anos 1980, mas se acentua a partir de 2008, quando cai de 14,5% para 11,2% em 2016, atingindo os níveis mais baixos no período pós-2a Guerra Mundial (OREIRO-PAULA, 2019, p. 17).

A desindustrialização da economia brasileira produziu um efeito dominó porque arrastou consigo outros setores da economia. A indústria constitui um complexo ativo que incide dinamicamente sobre outros setores. Já a explosão das *commodities* sofreu duros abalos na década de 2010, com o rebaixamento de seu valor no mercado internacional. O *boom* das *commodities* não pôde interceptar a estagnação do setor industrial na década de 2010 e assegurar a continuidade dos governos petistas.

A partir de 2010, as empresas brasileiras começaram a manifestar os sintomas da crise econômica e entraram num processo de recessão financeira que dura até hoje. Os sinais de esgotamento das medidas econômicas e seus efeitos sob a massa dos trabalhadores serviram de fundamentação às manifestações de 2013 e ao *impeachment* de Dilma Rousseff.

A integração completa da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro pela mediação do agronegócio visa lançar a crise nas costas dos trabalhadores. A dominação do mercado interno pela cooperação antagônica do agronegócio com o capital financeiro implica o aprofundamento da dependência, porquanto a desnacionalização de seu parque industrial leva à “manutenção do país como plataforma de expansão do capital multinacional aqui sediado. A desnacionalização, acoplada à dependência e à subalternização da burguesia brasileira em escala internacional, não foi revertida e, ao contrário, se aprofundaria” (FONTES, 2010, p. 239).

6.3 Cooperação antagônica e integração hierárquica vertical

A categoria da cooperação antagônica, utilizada por August Thalheimer (1946) e Ruy Mauro Marini (2013), esclarece as disputas do cenário político presente num contexto de crise profunda do sistema do capital. Primeiro, a contradição entre capital e trabalho; segundo, a correlação de forças tanto da relação interna da burguesia nacional consigo mesma quanto da burguesia nacional com a burguesia internacional.

O modelo da cooperação antagônica foi idealizado por Henry Kissinger como um mecanismo da potência dominante para assegurar seu poderio nas esferas regionais sem precisar deslocar seus exércitos ou instalar sucursais, como fez no passado a dominação britânica da Índia. Através da cooperação política e econômica, as burguesias nacionais podem barganhar melhores preços para suas mercadorias e melhores acordos econômicos e comerciais no mercado externo.

A categoria “cooperação antagônica” indica que o desenvolvimento das relações de produção, sob o signo da dominação imperialista e financeira, intensifica as contradições inerentes ao sistema do capital, contradições que se plasman como mecanismos de defesa do próprio sistema centrado na apropriação de mais-valia. Paul Baran e Paul Sweezy (1978, p. 181) apontam como a rede de cooperação antagônica perpassa a economia mundial:

A hierarquia das nações que constituem o sistema capitalista é caracterizado por um complexo de relações de exploração. Os

que estão na cúpula exploram, em graus variados, todas as camadas inferiores, e os que estão em determinado nível exploram os colocados em posição inferior, até chegarmos à camada mais baixa, que não tem ninguém para explorar. [...]. Temos assim uma rede de relações antagônicas, lançando exploradores contra explorados, explorados rivais uns contra os outros.

A primeira coisa que precisa ficar clara é que a contradição fundamental da sociedade capitalista está centrada na contraposição entre capital e trabalho. Essa contradição se manifesta na contraposição irreconciliável entre burguesia (financeira, industrial, agrária e comercial) e proletariado, sendo este o sujeito do processo revolucionário que pode, em unidade com camponeses e classes oprimidas, dirigir o processo de emancipação da humanidade do sistema do capital. A classe que não tem quem explorar é a classe que pode romper com o ciclo da dominação imposta pelos capitalistas.

A contradição entre capital e trabalho emerge no terreno da economia ou da produção e reprodução da vida material, reverberando pelos demais complexos sociais, em que a política é categoria fundada e não fundante. Isso significa que a política expressa a temperatura da luta de classes e, particularmente, que o processo eleitoral e a democracia burguesa visam assegurar a reprodução da dominação do capital sobre o trabalho.

A superação do sistema metabólico centrado na exploração do trabalho assalariado e na apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores passa por um

processo revolucionário de natureza socialista e jamais pela tentativa de reformar o capital como tentaram fazer a social-democracia e os stalinistas, mediante o etapismo revolucionário.

Cabe destacar que a contradição é da própria natureza do capital, pois o capital é contradição em essência. A contraposição entre capital e trabalho perpassa a história do Brasil desde a colonização lusitana, passando pela dominação inglesa e pela dominação norte-americana. A contradição também perpassa o movimento de constituição da burguesia como classe social, pois o desenvolvimento do capitalismo é norteado pela concorrência que gera os monopólios.

O capital industrial estabelece as bases para o capital financeiro e a ascendência da etapa histórica do capitalismo dos monopólios enquanto sinônimo do imperialismo. Esta forma de composição do capital é perpassada pela generalização da concorrência entre as grandes corporações financeiras, mediante os seguintes mecanismos: a) controle das fontes de matéria-prima; b) conquista dos mercados estrangeiros; c) exportação de capitais para os mercados externos; d) exportação de suas filiais e subsidiárias para várias partes do mundo; e) fusões ou incorporações com empresas nacionais e internacionais para apropriar-se das novas tecnologias e das descobertas científicas. A concentração de poder econômico em corporações e instituições financeiras gigantescas intensifica a concorrência entre capitalistas formando novos cartéis. Escreve Magdoff (1978, p. 33):

Competição interna e externa, rápidas mudanças tecnológicas, de pressões, para só mencionar algumas, são ameaças, não só para a taxa de lucros como para o investimento de capital. Por isso, os negociantes estão sempre atentos às possibilidades de modificar a conjuntura eliminando o risco, tanto quanto possível. Indústria após indústria, a batalha pela sobrevivência sempre foi uma batalha de conquista, da qual emergiram as corporações gigantescas melhor adaptadas ao seu ambiente. Seus usos e costumes são o resultado de um processo de adaptação à luta pela sobrevivência e crescimento; esses usos e costumes integram-se às suas estruturas organizacionais e modos de proceder e à maneira de obter e manter a vitória.

A concentração de poder econômico em corporações e instituições financeiras gigantescas intensifica a concorrência entre capitalistas, formando novos cartéis. A contraposição de interesses marca o desenvolvimento do capitalismo, encontrando no capitalismo monopolista sua feição mais acabada e desenvolvida. Uma análise da conjuntura deve considerar como a disputa entre capitalistas na esfera nacional e internacional incide sobre a realidade política, pois os governos não passam de correia de transmissão dos interesses das grandes corporações e instituições financeiras gigantescas.

Marini (2013, p. 112) recorre à categoria da “cooperação antagonica” para explicar a relação estabelecida entre as burguesias numa economia

dependente e as burguesias da economia imperialista. A cooperação antagônica consiste numa forma de integração imperialista da burguesia nacional aos imperativos da burguesia internacional. Essas contradições se aprofundam na esfera interna quando acontece um processo de diversificação econômica e sua tentativa de superação do modelo agroexportador. Escreve Marini (2013, p. 113):

A diversificação econômica é acompanhada, portanto, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que contrapõe, em primeiro plano, os setores de mercado interno aos de mercado externo e, sem seguida, no coração de ambos os setores, contrapõe os grupos sociais que os constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode fugir a essas contradições e se apresentar como um bloco homogêneo. O capital investido nas atividades de exportação (Anderson Clayton, United Fruit) não tem exatamente os mesmos interesses que aquele aplicado na produção industrial ou agrícola para o mercado interno...

A cooperação antagônica consiste num acordo em que a burguesia nacional aceita passivamente ceder uma parte expressiva do excedente resultante da mais-valia produzida para a burguesia imperialista internacional. A cooperação é antagônica porque as burguesias envolvidas no acordo têm anatomias distintas e interesses diferenciados, mas estão irmanadas na captura do tempo de trabalho excedente produzido pelos trabalhadores. A diferenciação não implica uma ruptura, mas estabelece um

novo ciclo da dependência, sendo positiva para burguesia nacional e profundamente negativa para a classe trabalhadora, porque se aprofundam os mecanismos de exploração. O acordo inscreve-se na lei geral da acumulação, em que acumulação de riqueza é acumulação de miséria.

Na sua *Crítica à razão dualista*, Francisco Oliveira (2013) assinala como a expansão das relações capitalistas no Brasil plasmou-se mediante a unidade dos contrários ou a unidade entre os setores capitalistas atrasados e os setores capitalistas modernos, com a constituição de um pacto não declarado entre os latifundiários e a burguesia industrial, a fim de assegurar a preservação da grande propriedade e a intensa exploração do trabalho rural e urbano. A contradição não ocorre somente na relação entre burguesia agrária e burguesia industrial, mas também no interior de cada fração de classe. Isso é demonstrado por Virgínia Fontes (2010, p. 231) quando, ancorada nas pesquisas de Sonia Regina de Mendonça, aponta a contraposição existente entre duas agremiações de latifundiários brasileiros.

A relação de contraposição estabelecida entre a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) desvela a contradição existente entre a produção agrícola direcionada para o mercado interno (SNA) e a produção agrícola voltada para o mercado externo (SRB). A agremiação voltada ao mercado externo se autoproclamava como “moderna” devido à inserção tecnológica, enquanto a agremiação voltada ao mercado interno era considerada como “retrógrada” ou

“atrasada”; no entanto, essas diferenças não se tornavam excludentes, mas complementares.

A diferenciação se inscrevia perfeitamente no quadro do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Desse modo, o capitalismo penetrou no campo e criou as condições para o agronegócio representado pela Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), enquanto porta-voz dos interesses da grande burguesia agroindustrial brasileira e dos grandes capitais multinacionais no campo. No interior da própria burguesia industrial, é possível observar a presença de contradições reveladas nas lutas internas que envolveram a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) ao longo da década de 1990 e culminaram na formação das novas associações empresariais e agremiações burguesas como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

Na história do Brasil, a burguesia industrial procurou, com a colaboração do Estado Novo e do populismo, uma mediação para constituir um mercado interno sem a interferência do imperialismo norte-americano. Para isso, ela estabeleceu uma espécie de pacto com a burguesia agrária exportadora; no entanto, a recomposição do imperialismo norte-americano na década de 1950 implicou uma nova colisão de forças, em que a burguesia industrial preferiu o caminho da conciliação ao enfrentamento e a uma possível revolução operário-camponesa nos moldes da revolução cubana. Acontecimento pouco provável no Brasil, mas que serviu para unir a burguesia nacional em torno de um projeto de conciliação com a burguesia imperialista norte-americana.

Diferentemente do proletariado, que somente pode tirar sua poesia do futuro, a burguesia e as classes intermediárias preferem recorrer ao passado quando percebem qualquer ameaça ao *status quo*.

A integração da economia brasileira ao imperialismo norte-americano deve-se em parte à incapacidade da burguesia agrária para assegurar a formação de excedente e dar continuidade ao desenvolvimento industrial do país mediante a importação de equipamentos e bens intermediários (MARINI, 2013, p. 140). A negação não emana somente do processo de integração imperialista posto em curso pelos países industrializados; essa negação tende a aprofundar-se ainda mais quando envolve as relações entre economias dependentes e economias imperialistas.

A cooperação antagônica no interior da burguesia pode representar somente uma alteração na estratégia para o capital domar o trabalho e assegurar o processo de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores ou em posse dos camponeses, como aconteceu no golpe militar-empresarial de 1964. Este se constituiu como uma forma de cooperação antagônica em que os interesses da burguesia nacional e os interesses do imperialismo foram assegurados. Explica Marini (2013, p. 114):

A cooperação antagônica entre burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida, assim, a um ponto crítico que já não lhe permite existir em sua ambiguidade e impõe um dilema entre cooperação, tendendo à integração, e o antagonismo, marchando rumo à

ruptura. É o que ocorreu no Brasil de 1964, [...].

A burguesia nacional assumiria, doravante, papel coadjuvante no processo de penetração do capital financeiro no mercado interno, uma vez que ela não tinha como obstaculizar os interesses das grandes corporações internacionais. A redução dos lucros e a necessidade de ampliar sua capacidade de captura de mais-valia levaram a burguesia nacional a relevar suas diferenças internas e a aceitar a subordinação ao imperialismo norte-americano. Essa integração representou a atenuação da ruptura existente entre agricultura e indústria, o redirecionamento da economia brasileira para as transnacionais norte-americanas e a intensificação da subordinação política aos interesses das corporações estrangeiras. O que realmente preocupava a burguesia brasileira era a sua taxa de lucro.

A solução imediata dada ao problema pela burguesia implicava a contenção coercitiva dos movimentos reivindicativos e uma nova onda de modernização tecnológica que, aumentando a produtividade do trabalho, permitisse a redução da participação da mão de obra na produção e, portanto, o afrouxamento da pressão que a oferta de empregos exercia sobre o mercado de trabalho qualificado (MARINI, 2013, p. 151).

A abertura ao capital estrangeiro e a presença das empresas multinacionais na economia brasileira resultaram num desenvolvimento completamente dependente. O padrão de desenvolvimento econômico

centrado no capital-industrial entra em crise na década de 1970 com a retomada na disputa imperialista do mercado internacional pela Alemanha e pelo Japão.

A aparente expansão incontestável do capitalismo monopolista norte-americano sofreu um revés com a recomposição das economias imperialistas da Europa e do Japão, revelando as contradições do processo de integração por cooperação antagônica. Os EUA, que haviam ajudado a recuperar a economia dos países imperialistas afetados pela guerra, sofreram com a retomada do crescimento daquelas nações.

A cooperação antagônica revela-se quando os recursos dos EUA nas mãos das nações industrializadas ampliam suas fronteiras econômicas no processo de integração imperialista. Apesar de não poder retomar o ponto de partida que culminou nas duas grandes guerras mundiais, novas tensões se constituíram no interior das nações imperialistas, o que resultou na crise estrutural do sistema do capital na década de 1970. A cooperação antagônica abriu “fissuras na estrutura do mundo imperialista” e atuou na perspectiva de “destruir as próprias bases dessa estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos” (MARINI, 2013, p. 112).

O poder do imperialismo norte-americano e das empresas transnacionais foi assegurado com o regime militar-empresarial de 1964. Desde então a burguesia agrária e a industrial realizaram um acordo tácito com o capital financeiro ou imperialista, na perspectiva de fazer também sua transição ao capital monopolista. Pela

mediação do Estado, as condições para a sua conversão ao capital financeiro foram atendidas paulatinamente; a maquinaria estatal realizou os processos de expropriação das riquezas naturais necessárias. A política de cooperação ou conciliação permitiu a entrada de capital estrangeiro no país, mas ele nunca foi superior ao volume de capital que saiu.

O processo de constituição da dependência da economia brasileira aos imperativos da colonização e do imperialismo pode ser configurado em três fases ou etapas, conforme apresenta sinteticamente Souza (2018, p. 3-4):

Especificamente no caso brasileiro, até os anos 1930 domina o formato tradicional, com o capital estrangeiro ingressando majoritariamente na forma de empréstimos ao Estado e investimentos na atividade agroexportadora e em alguns serviços públicos. Em seguida, na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, foi possível melhorar de posição no sistema capitalista mundial via industrialização, com investimentos diretos estrangeiros associados aos investimentos locais, estatais e privados. Finalmente a novíssima dependência, consolidada com as reformas neoliberais dos anos 1990, restringiria as chances de desenvolvimento com dependência, mesmo sob um prisma minimalista no qual isso significaria basicamente evolução das forças produtivas por meio da importação de tecnologia e penetração

de empresas estrangeiras nas economias dependentes.

A predominância do capital financeiro a partir da década de 1970 constituiu, segundo David Harvey (2003), uma nova etapa do imperialismo; a concorrência interimperialista aprofundou as contradições do sistema do capital mediante a constituição de uma etapa histórica de crise estrutural do sistema, o que resultou numa nova dependência econômica dos países periféricos, por intermédio do crescimento da dívida pública. A impossibilidade de deslocamento das contradições recorrendo novamente ao expediente das guerras mundiais serviu de base para a hipertrofia do capital financeiro, que tem seu centro de reprodução no aprofundamento da dívida pública e na desindustrialização da economia brasileira.

A cooperação antagônica explica também as disputas internas de reorganização dos blocos no poder. A cooperação antagônica “deve ser apreendida, focando o atendimento e a conciliação possíveis dos interesses das frações burguesas locais internacionalizadas em meio a relações de concorrência e cooperação com o capital internacional, desdobrando-se na articulação de instâncias políticas e econômicas regionais” (BUENO-SEABRA, 2012, p. 5).

A cooperação é antagônica devido ao papel que a economia brasileira representa na América do Sul. Apesar de reconhecer que o imperialismo norte-americano desempenha papel fundamental de controle da economia latino-americana e da economia mundial, a burguesia

brasileira considera como fundamental constituir-se como uma espécie de potência regional. Isso foi possibilitado pelo fato de ser a maior economia da América do Sul; mesmo com o processo de desindustrialização sofrido com a concorrência chinesa, ainda possui um parque industrial bastante diversificado.

Desse modo, subsiste uma relação antagônica de cooperação e contraposição entre o imperialismo norte-americano e o subimperialismo brasileiro. O governo Bolsonaro representa uma tentativa de minimizar os conflitos entre os dois países que foram intensificados com a penetração do capital chinês na América do Sul. Como a burguesia transnacional brasileira não está disposta a perder a posição de potência regional, é possível um confronto de interesses com o imperialismo norte-americano sem que isso deságue num conflito aberto. Os conflitos estabelecidos não passam de mecanismos de barganha para alcançar alguma forma de fortalecimento da parceria econômica com o centro financeiro.

A crise econômica mundial e sua profunda intensidade nos Estados Unidos e no Brasil não parecem colaborar para uma saída conjunta, mas para o aprofundamento das contradições e da cooperação antagônica. A queda de Dilma Rousseff está relacionada à crise econômica e à intensificação do antagonismo na esfera regional com o aparecimento de um terceiro elemento: a China. A inserção econômica chinesa intensificou o processo de cooperação antagônica, à medida que o capital chinês estabeleceu parceria com determinados setores produtores de *commodities*.

A emergência do subimperialismo brasileiro na América Latina serviu para: I) elevar a presença do capital brasileiro no continente; II) imprimir uma competição que ameaça a posição hegemônica do capital estadunidense no continente; III) expandir as transnacionais brasileiras na América Latina (BUENO-SEABRA, 2012, p. 18).

O aprofundamento da crise econômica mundial se reflete na necessidade dos EUA de intensificar sua presença no mercado brasileiro mediante uma maior participação no controle do excedente produzido no mercado interno e no controle do movimento externo das transnacionais brasileiras, como Odebrecht e Petrobrás. Essa crise pode ser observada na Lava Jato, que abre espaço a uma inserção maior do imperialismo norte-americano na economia brasileira profundamente internacionalizada. O quadro abaixo permite uma compreensão melhor dessa linha de raciocínio.

Tabela 1 – Tipos de alinhamento regional

Modelo	Lógica predominante	Tipos de alinhamento	Polarização
Integração hierárquica vertical	Incapacidade/Renúncia ao projeto de expansão regional (assentimento em concessões unilaterais ou em troca de concessões desvantajosas)	Alinhamento Automático	++

Integração hierárquica Piramidal (cooperação antagônica)	Busca por hegemonia regional compartilhada em assuntos consentidos pela estratégia do imperialismo dominante (“barganha leal”)	Enfrentamento preferencial (“relação especial”) Enfrentamento focalizado	++
Competição antagônica	Busca por expansão da hegemonia regional para assuntos não consentidos pela estratégia do imperialismo dominante	Enfrentamento direto em questões específicas	+-
Antiimperialismo	Questionamento explícito da hegemonia imperialista	Enfrentamento abrangente e ideológico	+-

Fonte: (LUCE, 2007, p. 26-27)

Luce (2007) apresenta um quadro de configuração de alinhamento regional com o imperialismo que transcende a noção de cooperação antagônica. Esta aparece como uma entre quatro formas possíveis de alinhamento. No quadro de polarização, aparece o símbolo positivo para representar a posição de adesão ao imperialismo e o negativo para representar a posição de não adesão.

O modelo apresentado por Marini, a cooperação antagônica, caracteriza a política instituída desde a ditadura empresarial-militar em 1964. Golbery de Couto Silva foi o idealizador desse modelo quando defendeu a

necessidade de instituir a política de “barganha real”. A constituição de uma hegemonia regional segundo o modelo da cooperação antagônica resulta em atritos com o centro dominante. Escreve Luce (2007, p. 28).

Os dissensos ou contenciosos gerados atendem ao objetivo de barganhar por concessões e pela manutenção de uma esfera de influência. Os instrumentos de barganha podem ser a possibilidade de adesão a alianças alternativas com competidores, a posse de recursos estratégicos ou a capacidade de estabilização da ordem na região. Os laços de dependência, porém, são um freio a essa política expansionista, fazendo com que ela seja somente relativamente autônoma. Por conseguinte, os antagonismos que irrompem têm de se reacomodar à lógica cooperativa. Nesse processo de reacomodação, os fatores da barganha concorrem para selar a cooperação sob novas bases com o imperialismo, estabelecendo uma aliança preferencial.

A cooperação antagônica caracteriza o subimperialismo. O traço desse modelo de cooperação “é a acomodação dos atritos aos marcos da hegemonia da potência dominante, aos quais permanecem inscritos” (LUCE, 2007, p. 28). Os atritos e conflitos são acomodados internamente, promovendo ou não determinados setores internos; no entanto, ele sempre se inscreve sob a hegemonia do capital forâneo.

Os governos petistas somente reciclaram a política da cooperação antagônica inserindo no processo o

imperialismo chinês e de outras praças para contrabalancear a hegemonia norte-americana. Isso foi feito especialmente pela política econômica do BNDES de beneficiamento das transnacionais brasileiras e de financiamento de suas atividades no exterior. No entanto, o principal receptáculo dos investimentos estatais foram os EUA.

Os governos petistas (Lula e Dilma) adotaram a cooperação antagonônica. Estabeleceram uma política internacional no interesse das transnacionais brasileiras, procurando, sempre que possível, assumir uma posição de liderança regional, como na tentativa de conciliação dos conflitos entre Colômbia e Venezuela. Ou sendo claramente subserviente quando enviou tropas para Haiti e quando aceitou fazer manobras militares em conjunto com as forças armadas norte-americanas na Amazônia. Desse modo, “o governo Lula reedita sob novas circunstâncias uma política de cooperação antagonônica no relacionamento com os EUA, de forma a assegurar uma posição de poder relativo menos assimétrica em algumas matérias” (LUCÉ, 2007, p. 57).

No entanto, não deixa de ser verdadeira a possibilidade de o imperialismo inscrever a cooperação antagonônica com a burguesia subimperialista sob a espada de Dâmocles, pois “a cooperação é restabelecida não só porque a potência imperialista dispõe de meios de pressão, e sim também porque representa uma proteção para a posição e os privilégios das burguesias nativas” (SACHS, 2007, p. 28, nota 20).

A burguesia aduladora do imperialismo pode sempre ter decepada sua cabeça na concorrência interimperialista. Pode-se dizer que em parte isso aconteceu com os governos petistas e com as transnacionais brasileiras que tentaram entrar em rota de colisão com os interesses das gigantescas companhias norte-americanas do petróleo, do aço e da construção civil.

A intensificação da crise econômica nos EUA e a guinada chinesa na América Latina no decorrer do século XX levaram os EUA a rever a política de cooperação antagônica estabelecida com o Brasil. A superioridade bélica dos EUA impõe uma política de alinhamento automático ao Brasil pela mediação do governo Bolsonaro. A disposição para esse alinhamento deve ser quebrada pela intensificação da crise e pela impossibilidade da preservação de uma política de colaboração financeira.

O aprofundamento da crise estrutural tende a fortalecer a política de completo alinhamento econômico. No entanto, o governo Bolsonaro procura assegurar a constituição de uma política de plena integração econômica mediante o aprofundamento da aplicação das receitas neoliberais (Consenso de *Washington*) e em detrimento da cooperação antagônica estabelecida pelos governos petistas.

A crise tende a intensificar-se porque todas as medidas econômicas adotadas para salvar os capitalistas e as grandes corporações transnacionais são inócuas. Fracassaram todas as previsões de que a economia brasileira iria se recuperar em 2020 e que tudo não passava

de uma questão de tempo. A economia brasileira não se recuperou ao longo de 2019 mesmo com a liberação de 42 bilhões de reais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As taxas econômicas permaneceram estagnadas e denotam que entre 2010 e 2020 a economia brasileira entrou num processo irreversível de queda do crescimento.

Entre 2014 e 2016, a taxa média do Produto Interno Bruto (PIB) foi -1,87%; a taxa média de crescimento entre 2017 e 2019 não passou de 0,98% a.a. Os setores que continuam a crescer são: 1) os banqueiros, devido ao aumento da dívida pública; 2) o setor agropecuário, devido à ampliação das exportações, especialmente agora com a demanda pela carne bovina no mercado asiático; 3) as *commodities*, devido à desvalorização cambial.

Para justificar a crise do sistema do capital, lança-se mão de todas as justificativas. Num ano, foram as condições climáticas; no outro, a greve dos caminhoneiros; até o coronavírus aparece agora como culpado pela queda de mais de 440 bilhões na Bovespa na semana do Carnaval.

Na verdade, a orgia báquica do capital financeiro parece mostrar seus limites; isso impõe a necessidade de os trabalhadores construírem a ofensiva de massa socialista. A cooperação antagônica entre capital e trabalho evidencia a necessidade de o trabalho se erguer contra o capital e destruí-lo definitivamente para o bem da humanidade, eliminando todas as formas de dependência e subordinação ao capital.

A mundialização da economia brasileira e a subordinação ao grande capital estrangeiro criam as condições para uma política de alinhamento integral. A subordinação integral pode acontecer em determinados momentos da história de uma economia subimperialista, ou seja, não se contrapõe à cooperação antagônica.

O governo Bolsonaro parece claramente estabelecer uma política de plena integração subordinada ao imperialismo como mecanismo de barganha. Isso pode ser observado no completo alinhamento com a política norte-americana em relação a Venezuela e Cuba. No entanto, sua proposição de adesão imediata e subordinação ao imperialismo norte-americano é contestada pelos setores militares que o apoiam.

O espaço para um novo antagonismo acha-se explicitado na crise experimentada nas últimas semanas e na ausência de recuperação econômica em 2019, com um PIB de 1,1%. A inteira adesão às políticas neoliberais como forma de integração subordinada não parece se constituir numa forma vantajosa de barganha econômica, pois inexiste possibilidade de ascender aos melhores preços para as *commodities* das transnacionais brasileiras no mercado internacional.

A crise do sistema do capital não tem nada de passageira. Apesar de tentarem relacionar a crise das bolsas com a pandemia do coronavírus, o fundamento dela está muito longe desse problema sanitário e de saúde pública. A manipulação do fundamento do problema tem como propósito impedir que a classe trabalhadora entenda o verdadeiro fundamento da crise, ao tempo que se

promovem ataques aos direitos dos trabalhadores, desemprego, destruição da saúde pública, cortes nos serviços públicos e privatizações das empresas estatais.

A Bolsa de Valores de São Paulo liderou, com 15,43%, a queda que acometeu todos os mercados do mundo em 12 de março de 2020. A Alemanha e a França seguiram o exemplo, com queda de 12%. Trata-se da maior queda da bolsa de valores desde 10 de setembro de 1998, quando a IBOVESPA chegou a -15,82%. A queda da bolsa de valores de São Paulo está relacionada basicamente à queda dos lucros das grandes empresas brasileiras produtoras de *commodities*. Segundo Lanfredi (2010, p. 2):

A queda no preço do petróleo, do ferro, da soja, da carne, oriunda da menor demanda chinesa e mundial golpeia as ações de Petrobras, Vale, JBS e outras gigantes nacionais, e mais que isso, aponta, como mínimo, um impacto forte à economia e arrecadação estatal em vários estados do país, especialmente naqueles mais dependentes dos impostos a esses produtos, tal como é o caso do Rio de Janeiro.

A tentativa de integração completa ao imperialismo norte-americano não tem conseguido estancar a tendência de queda da economia brasileira iniciada no ano de 2014 (-3%). A manutenção do PIB em 1,1% em 2019, apesar de todas as medidas adotadas, revela que a maquinaria estatal não tem como conter a tendência de queda dos preços das mercadorias brasileiras. O governo brasileiro injetou

bilhões para segurar a queda da bolsa; já o governo norte-americano injetou US\$ 1,5 trilhão através do Federal Reserve (FED). Somente no mês de março as empresas brasileiras sofreram uma desvalorização de 798,8 bilhões. A queda anual acumulada chega a 1,16 trilhão.

Isso poderá dissipar o entusiasmo dos empresários com o governo Bolsonaro. No entanto, a crise não afetou somente as empresas produtoras de *commodities* – a Petrobras lidera o *ranking* com queda de R\$ 102 bilhões; em seguida, a Ambev, com R\$ 41,213 bilhões –, mas também o sistema financeiro: o Itaú Unibanco teve uma queda de R\$ de 27,190 bilhões, o Bradesco, de R\$ 27,030 bilhões, e o Santander, de R\$ 22,693 bilhões (SALATI, 2020, p. 1).

As principais economias do mundo apresentam sinais de estagnação. O Banco Central da Alemanha alertou em 24 de fevereiro que “não vê sinais de melhora nas perspectivas de crescimento no primeiro trimestre de 2020. A maior economia da Europa estagnou por quase dois anos, na medida em que as tensões crescentes no comércio internacional pesavam em sua poderosa indústria” (MARTINS, 2020a, p. 1).

A produção industrial alemã teve uma queda de 7% em 2019; a japonesa, uma desaceleração de 6,3%. A crise alemã, profundamente dependente das exportações, deve arrastar consigo a economia europeia. É possível que a Inglaterra tenha saltado do barco na hora certa com o *Brexit*. A dependência externa alemã muito se aproxima da dependência externa japonesa, que entrou num processo de crise profunda. Essa crise não é experimentada pelos

EUA. Quando essa cadeia de exportação de peças e suprimentos industrializados sofre uma interrupção, agora sob a justificativa do coronavírus, o abalo na economia alemã será expressivo.

A estagnação da Europa e do Japão deve contaminar a economia asiática e encaminhar a China para o fim de um ciclo profundamente produtivo; o coronavírus é a justificativa imediata para o fechamento de determinados mercados. Os sinais de estagnação econômica se manifestaram neste primeiro trimestre 2020 na China com um crescimento de apenas 1%. Apesar das baixas taxas de crescimento das últimas décadas, os EUA continuam sendo a única economia mundial em condições de segurar o colapso da produção mundial, pois “ainda não apresentam drásticos sinais de esgotamento da fase de expansão – ao contrário do que já ocorre com Alemanha, Japão, China e outras importantes economias” (MARTINS, 2020b, p. 1).

A queda do valor das *commodities* no estágio atual pode não ser expressão somente da disputa das burguesias internacionais pelo excedente ou pelo valor produzido nas economias dependentes, mas sim expressão da estagnação da economia mundial e da incapacidade da China de continuar sendo a fábrica do mundo. Isso pode resultar no encerramento de um ciclo que representou o período de completa mundialização do capital, possibilitada pela abertura do mercado interno da União Soviética, China e países do Leste europeu, pela política estabelecida pelo “Consenso de *Washington*”, expressa no neoliberalismo, pela plena subordinação das economias dependentes às

políticas neoliberais e pela aceleração da exploração do trabalho no mercado asiático, que se generalizou em todas as partes do mundo.

CONCLUSÃO

A crítica marxiana à economia política burguesa tem como fundamento a necessidade de transcender o mercado e sua lógica reificante de controle do trabalho. Nesse processo, é fundamental a superação da comunidade abstrata/alienada subordinada aos imperativos do capital pela constituição de uma comunidade humana universal para além da forma-mercadoria e do processo de organização do trabalho abstrato.

O mercado mundial tem como fundamento as relações alienadas que perpassam o trabalho abstrato e o universo da produção de mercadorias. No entanto, ao conectar distintos povos entre e si e superar as fronteiras geográficas, ele estabelece a possibilidade de pensar o homem como partícipe do gênero humano. A produção capitalista cria condições que podem unir os trabalhadores explorados em diversas partes do mundo e que podem constituir uma alternativa ao sistema do capital após inúmeras lutas e batalhas.

É preciso entender que os indivíduos não subsistem em si mesmos, não são entidades abstratas e destituídas de vínculos. Os indivíduos emergem como integrantes duma dada sociedade e de condições determinadas historicamente. Não existe desenvolvimento do indivíduo sem o desenvolvimento das condições materiais, sem os

elementos primordiais de preservação da reprodução de sua subsistência concreta. É no reino das necessidades e carências imediatas que encontramos os indivíduos; essa é a condição primeira para se fazer história e para se produzir qualquer coisa (MARX-ENGELS, 1987).

A forma como os homens satisfazem suas necessidades muda no decorrer dos séculos. Mediante a relação metabólica estabelecida com a natureza, os indivíduos se desenvolvem coletivamente e transformam suas relações sociais. Quando conseguem produzir mais que o necessário para a reprodução de sua existência, estão dadas as condições objetivas para a acumulação e para o desenvolvimento da sociedade de classes.

É a propriedade dos meios de produção que determina o lugar dos indivíduos no interior da sociedade. Assim, as diferentes aspirações sociais e materiais nascem dos diferentes lugares que as classes ocupam no processo produtivo, bem como da distribuição e do consumo dos bens produzidos. Essa compreensão emerge da efetiva análise das condições de existência e não duma mera classificação formal produzida de maneira apriorística, como geralmente operam as concepções burguesas acerca desta problemática.

A perspectiva materialista entende que o fundamento da divisão da sociedade em classes sociais se apresenta na forma como se organiza a propriedade dos meios de produção e dos meios de troca. É dessa base que decorre o fato de certas classes serem dominantes e outras dominadas, umas exploradoras e outras exploradas. Todas

as demais diferenças sociais se originam dessa diferenciação fundamental.

O *Manifesto Comunista*, enquanto tratado da mundialização ou da necessidade da organização internacional dos trabalhadores, é um opúsculo fundamental no processo de passagem da consciência de classe em-si à consciência de classe para-si, que supera as idiossincrasias do socialismo reacionário (socialismo feudal, pequeno-burguês de Sismondi, socialismo alemão de Karl Grün), do socialismo conservador ou burguês de Proudhon, do socialismo e do comunismo crítico-utópicos de Saint-Simon, Fourier e Owen. Todos padecem do problema de não considerarem o proletariado como sujeito do processo histórico e permanecerem prisioneiros das saídas individualizantes dos tempos heroicos da burguesia.

O *Manifesto* destaca que o proletariado não precisa do reconhecimento e da compaixão das classes dominantes, pelo contrário, ele é a força movente da sociedade capitalista e, por isso, capaz de subverter completamente sua lógica fundamentada na expropriação de seu tempo de trabalho. A obra supracitada implica a superação da noção do operariado como uma excrescência, para ser considerado como substrato primordial da sociedade burguesa. O proletariado é a única classe efetivamente produtiva e capaz de libertar toda a humanidade do jugo do capital.

Através do *Manifesto*, o proletariado supera sua condição de subordinação à ideologia burguesa e afirma sua concepção de mundo como essencialmente antípoda à concepção burguesa e como defensora da universalidade

plenamente reconciliada com a particularidade, mediante a superação de toda dominação e toda desigualdade social.

Os indivíduos podem passar de uma classe à outra, mas as classes e seus antagonismos são a plataforma estrutural do modo de ser do capital (mercantil, industrial e financeiro), que apenas pode se reproduzir exercendo um controle absoluto sobre o trabalho. Assim, não é possível a conversão da classe proletária à condição de classe burguesa ou a superação da dominação do trabalho pelo capital nos limites desse sistema sociometabólico. Tal superação apenas pode ocorrer mediante um novo modo de produção, no qual o trabalho é o sujeito fundamental de todo o processo de produção e não se subordina a nenhuma forma de controle ou dominação.

Diferentemente da burguesia, que se move no interior de suas idiosincrasias, em que a universalidade apenas pode manifestar-se como parcial e abstrata – à proporção que não passa de expressão objetiva dos interesses declaradamente privados da classe dominante –, o proletariado é a única classe que pode posicionar-se como portadora duma universalidade concreta, porque guarda dentro de si a possibilidade não apenas da emancipação de si mesma em relação ao capital, mas de emancipar toda a humanidade.

O mercado mundial, que engendra interesses estranhos ao gênero humano, pode paradoxalmente servir de base para pensar a emancipação humana da esfera do capital. Ele possibilita pensar não somente a história universal, como fez Hegel, mas permite engendrar a verdadeira história da humanidade, superando assim a pré-

história da humanidade, como afirmavam Marx e Engels (2007).

A superação do capital passa pela superação do mercado mundial e da mundialização do capital expressa no capital mercantil, industrial e financeiro (imperialismo clássico e novo imperialismo). A história humana forjada por indivíduos universais pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas num contexto em que o excedente deve ser partilhado universalmente, pois nenhuma forma de imperialismo é possível sem relações de dependência.

As atuais condições históricas e ontológicas permitem projetar uma sociedade plenamente humanizada, fundada na conexão harmoniosa entre o reino da necessidade e o reino da liberdade. O sistema do capital baseia-se na alienação, pois o seu fundamento é o trabalho abstrato. A persistência da base fundante do sistema do capital aprofunda o caráter fantasmal do modo de vida burguesa, em que as relações humanas vão cada vez mais se deteriorando.

O desenvolvimento tecnológico, como mecanismo para deslocar as contradições do capital, amplia a desigualdade social e o pauperismo da classe trabalhadora. Pela mediação das novas tecnologias, torna-se possível aprofundar os mecanismos de controle e exploração do trabalho, bem como quebrar os velhos mecanismos de resistência. Nesse modo de produção, a tecnologia é capital porquanto visa tão somente economizar tempo de trabalho e assegurar o lucro dos capitalistas.

O expediente da absorção do excedente, mediante o desenvolvimento das redes sociais e dos meios de

publicidade e propaganda, transforma a existência humana numa existência vazia e fundada no consumismo desenfreado, apenas exequível com a exploração da classe trabalhadora e a acumulação por espoliação.

A constelação de mercadorias na forma de produtos fictícios, informações, serviços e notícias possui uma capacidade de irradiação e amplitude incalculável e dilata ainda mais o poder das máquinas inteligentes sobre os seres humanos. A criatura ergue-se contra o criador com estratégias poderosas de cooptação da subjetividade humana. A capacidade das grandes corporações financeiras para controlar mentes e corações dos indivíduos dá-se pela mediação do conhecimento tecnológico na era da informática.

Os indivíduos procuram no mundo virtual tudo aquilo que não conseguem encontrar no mundo concreto. Um mundo pautado pelo reino da necessidade e da escassez busca no mundo virtual a promessa de realização de felicidade na banalização dos desejos, dos sonhos e de projetos inumanos e profundamente individualistas. Na *internet*, os indivíduos podem encontrar a promessa de interação, comunicação, inter-relação, reconhecimento, recompensa, elevação de sua autoestima e valorização corporal, reproduzindo a lógica do universo fantasmagórico do mundo das mercadorias.

O instrumental da tecnologia aplicado pela informática leva à exacerbação da felicidade narcísica, do prazer hedonista e da moral individualista burguesa centrada no consumismo. O capital financeiro passa a modelar o comportamento dos indivíduos pela mediação

da *internet*, pelo controle acentuado de cada informação processada pelos próprios indivíduos. As contas do *Google*, *Facebook* e *WhatsApp* monitoram e controlam centenas de milhões de pessoas no mundo inteiro.

A nova mundialização, sob o primado do capital financeiro, universaliza e padroniza um modo de vida centrado no consumo e no fetichismo das coisas. A desvalorização da criatividade humana se aprofunda cada vez mais com as receitas prontas e os produtos embalados. A educação e a saúde deixam de constituir direitos e se configuram como mercadorias e produtos negociados pelas gigantescas corporações empresariais e financeiras.

A denominada “terceira revolução industrial” ou “era da informática” revela-se como uma poderosa contrarrevolução para economizar trabalho e desmontar as organizações dos trabalhadores. Os mecanismos de exploração e controle do capital se universalizam e se internacionalizam cada vez mais, enquanto os trabalhadores são fragmentados com a flexibilização, a terceirização e a precarização. Nesse contexto, a maquinaria estatal opera de maneira persuasiva e coercitiva no sentido de delimitar o espaço de atuação das organizações trabalhadoras, que na sua maioria capitularam e passaram a fazer parte do jogo da administração do capital.

É provável que a humanidade possa num futuro não muito distante reconhecer o tempo histórico hegemônico pelo poder da informática e das máquinas inteligentes sobre os homens como um tempo da barbárie e da mais profunda irracionalidade do modo de produção

capitalista. A Revolução Industrial do século XVIII preparou o terreno para múltiplas formas de controle do capital sobre o trabalho; o modo orquestrado com a colaboração da informática revela a face mais perversa de todas, pois reduz significativamente as potencialidades dos seres humanos.

A crise estrutural do sistema do capital desvela os limites absolutos do sistema e coloca na ordem do dia a necessidade de uma ofensiva de massa socialista. Num contexto de aprofundamento da crise mundial do sistema do capital, é fundamental pensar mecanismos de organização e luta que coloquem a classe trabalhadora na posição de uma ofensiva. Uma ofensiva que passa pela constituição de uma nova forma de organização da produção mediante a superação definitiva do trabalho abstrato ou do trabalho assalariado, bem como pela destruição da maquinaria estatal como apêndice do controle da classe trabalhadora.

No plano histórico-mundial isso implica a superação do mercado mundial e das relações alienadas constituídas pelo trabalho abstrato. O novo indivíduo histórico-universal coletivo tem como fundamento o trabalho associado, livre e universal.

O proletariado só pode, portanto, existir histórico-mundialmente, assim como o comunismo; sua ação só pode se dar como existência 'histórico-mundial'; existência histórico-mundial dos indivíduos, ou seja, existência dos indivíduos diretamente vinculada à

O comunismo se constitui como uma nova forma de manifestação da comunidade humana universal, do homem *omnilateral*, que supera sua dimensão individualizada e alienada para se plasmar como partícipe efetivo do gênero humano. Isso não significa suprimir suas potencialidades individuais e subjetivas, mas desenvolver as efetivas potencialidades humanas pela superação da divisão social do trabalho.

O capital enquanto entidade social universal deve ser superado pelo socialismo enquanto transição para o comunismo. Este transcende a dimensão limitada da comunidade nacional e a perspectiva forjada pelo reino das mercadorias.

A crise mundial do sistema do capital requer lançar abaixo o trabalho abstrato, fundamento do sistema do capital. O edifício do capital está abalado em todas as suas estruturas e elas não podem ser reparadas simplesmente consertando o seu reboco. A social-democracia não passou de um reboco que visava reformar o sistema do capital.

Os rebocos que foram colocados pela social-democracia, de um lado, e pelas experiências pós-capitalistas, do outro, caíram. Os rebocos foram abaixo e as rachaduras no edifício do capital são cada vez maiores. A mundialização, sob a égide do capital financeiro, chegou a um nível tão profundo de barbárie, que somente uma guerra em grande escala poderá salvar o sistema.

O apelo da burguesia à extrema direita para salvar o sistema consiste numa nova miríade, pois a maquinaria

estatal (coercitiva) somente poderá deslocar a crise do sistema, como fez no decorrer da primeira metade do século XX, quando recorreu ao expediente de uma nova guerra mundial. No entanto, não existe como levar a humanidade ao desastre de outra grande guerra mundial sem destruir a humanidade completamente. A barbárie do capital somente pode ser interceptada destruindo o sistema.

Não há como negar que o edifício do capital apresenta problemas; as suas rachaduras profundas somente poderão ser sanadas pela ofensiva de massa socialista para uma nova forma de organizar o trabalho. A casa do capitalismo está desabando e não são os trabalhadores que devem salvá-la seguindo as ilusões reformistas da democracia burguesa e suas reformas de fachada. Milhões de trabalhadores são soterrados anualmente pelo desemprego, pelo pauperismo, pela miséria e pela violência social.

Ao invés de tentar salvar a casa da burguesia, é preciso construir uma verdadeira casa para os trabalhadores e para a humanidade. Essa é uma atividade muito difícil e complexa de realizar, pois muitos preferem entrar na casa pronta, mesmo que a desabar, dos capitalistas. É melhor pegar o bonde andando do que fazer o bonde, mas precisamos lembrar que quem faz as casas e os bondes são os trabalhadores.

Nesse cenário coloca-se a necessidade de pensar o *ethos* da verdadeira humanização, o *ethos* como casa da humanidade, ou seja, do indivíduo plenamente conectado à universalidade. A construção dessa casa representa o

verdadeiro *ethos* da humanidade: o universal concreto realizado pelo trabalho livre, universal e associado.

Essa construção deve ser forjada na clara consciência de classe de que essa casa (*ethos*) se chama socialismo e representa uma nova organização do trabalho. Essa nova casa é muito diferente do capitalismo e do sistema do capital. Nessa casa não há lugar para a propriedade privada dos meios de produção nem para as classes parasitárias que vivem da apropriação do trabalho alheio. Uma casa (*ethos*) forjada na abundância e em que todos podem trabalhar, porque se todos trabalharem, trabalharão menos.

Nesse cenário, a resistência não é suficiente para derrotar o capital em escala mundial. É preciso passar imediatamente numa ofensiva de massa socialista. Não existe a menor possibilidade de derrotar o capital com uma política de resistência e de guerrilha. É preciso passar à política revolucionária e ao ataque direto às estruturas que reproduzem o sistema do capital, como o trabalho abstrato e o Estado. E constituir imediatamente uma sociedade (*ethos*) assentada no trabalho associado, livre e universal.

A ruptura com a ordem do capital não decorre das contradições manifestadas pelas disputas endógenas da burguesia, mas somente da classe trabalhadora enquanto classe (em-si e para-si) responsável pelo conteúdo material da riqueza da sociedade. A burguesia e os movimentos pequeno-burgueses não podem apresentar uma alternativa abrangente e universal ao sistema do capital, daí ser preciso ir além do capital.

Os trabalhadores devem aproveitar as disputas internas da burguesia em escala nacional e internacional para fortalecer sua estratégia de constituição de uma alternativa efetiva ao sistema do capital. Essa alternativa nunca foi estabelecida porque as experiências pós-capitalistas continuaram enredadas no controle do trabalho e na absorção do excedente contra as efetivas necessidades dos trabalhadores. Essa alternativa requer a superação de todas as formas de dominação do capital mercantil, industrial e financeiro.

A superação do trabalho abstrato pelo trabalho associado presume o protagonismo do proletariado e a destruição de todas as formas de expropriação e exploração do trabalho. O verdadeiro reino da liberdade começa pela necessidade de um mundo em que os trabalhadores sejam produtores efetivamente livres, habitando num mundo em que suas verdadeiras potencialidades sejam desenvolvidas. Isso implica a necessidade de subverter completamente a natureza da técnica e da ciência. A ciência e a técnica devem desenvolver as forças produtivas e as relações de produção universalmente, na perspectiva de superar o fardo do trabalho abstrato/alienado/assalariado.

REFERÊNCIAS

ABINEE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA. *O Brasil na Infoera: impactos da Lei de Informática no país: a visão da indústria, instituições de P&D e especialistas*. 2013.

BANDEIRA, Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARAN, Paul A – SWEEZY, Paul M. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Trad. S. Ferreira Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BERMÚDEZ, Ana Carla. *As 11 universidades do Brasil que entraram em ranking das melhores do mundo*.
Endereço eletrônico: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/09/11/as-11-universidades-dobrasil-que-entraram-em-ranking-das-melhores-do-mundo.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

BOTTOMORE, Tom. Introdução à edição inglesa. In. HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

CASTRO, M. G. *Ficha de leitura do livro A lógica do capital informação de Marcos Dantas*. Endereço eletrônico: <https://www.ufrgs.br/nucc/?project=fichade->

leitura-do-livro-a-logica-do-capital-informacao-de-marcos-dantas. Acesso em 01 de outubro de 2019.

CHESNAIS, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Endereço eletrônico: <http://outbrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

_____. *A mundialização do capital*. Trad. Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Trad. Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CRUZ, Andreia Gomes da, PAULA, Maria de Fátima Costa de. *Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 848-868, nov. 2018. Endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n3/1982-5765-aval-23-03-848.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

CAMPOS, Fábio Antônio de – RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. *Transnacionalização do capital e os limites do desenvolvimentismo: um diálogo com Celso Furtado sobre a experiência brasileira (1956-1982)*.

Revista história econômica & história de empresas vol. 17
n o 2 (2014), 377-414.

CAMPOS, Fábio Antônio de. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas – São Paulo, 2009.

_____. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas – São Paulo, 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência*. Vol. II. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARCANHOLO, Reinaldo A. – NAKATANI, Paulo. Teoria sobre o capital financeiro, característico da globalização. In. GOMES, Helder. *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CASEIRO, Luiz. *Características da Recente Expansão das Multinacionais Brasileiras*. Observatório da inovação e competitividade. Endereço eletrônico:

http://www.iea.usp.br/midioteca/apresentacao/caseiromulti-brasileiras.pdf/at_download/file

CNI - Confederação Nacional da Indústria. *Centros de P&D no Brasil: uma agenda para atrair investimentos*. Brasília: CNI, 2014.

CORREIA, Karla Mamona Beatriz. *Bolsa brasileira já perdeu R\$ 1,3 trilhão em valor de mercado em 2020.*

Endereço eletrônico:

<https://exame.abril.com.br/mercados/bolsa-brasileira-ja-perdeu-r-13-trilhao-em-valor-de-mercado-em-2020/>

COSTA, Fernando Nogueira da. *Comparando capitalismos financeiros*. IE/UNICAMP, n. 160, maio de 2009.

_____. *Da Maria da Conceição Tavares ao Capitalismo Financeiro*.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUMÉNIL Gérard, LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. Trad. Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. Trad. José Paulo Netto. Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique. MARX, Karl. Cuaderno tecnológico-histórico: estudo preliminar.

EPOCH TIMES, Regime chinês tenta “roubar caminho dos EUA” para supremacia econômica, diz chefe do FBI.

Endereço eletrônico: <https://www.epochtimes.com.br/o-regime-chines-esta-tentando-roubar-seucaminho-para-supremacia-economica-diz-o-chefe-fbi/> Acesso em 08 de outubro de 2019.

FONTES, Virgínia: *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV, UFRJ, 2010.

FÓRUM DE REFLEXÃO UNIVERSITÁRIA – UNICAMP. Desafios da pesquisa no Brasil: uma contribuição ao debate. *Revista Perspectiva*, 16 (4), 15-23, 2002. Endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n4/13570.pdf> 78

KUPFER, David. O desafio 4.0 para a indústria brasileira. In: ALMEIDA, J. S. G., CAGNIN, R. F. *A indústria do futuro no Brasil e no mundo*. IEDI, março de 2019.

FOSTER, John Bellamy. *O redescobrimto do imperialismo*. Buenos Aires. CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2007. Endereço eletrônico: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085310/cap21.p>.

GALVÃO, Luís Alfredo. Nacionalismo em sociologia do desenvolvimento, In: *Ciências Políticas e Sociais*, revista da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, v. II, n. 2, 1973, p. 48-96.

GAZETA DO POVO. *Nem Cuba, nem Venezuela: país que mais recebeu recursos do BNDES foram os EUA.*

Endereço eletrônico:

<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bndes-emprestimos-paises-banco/>

GODEIRO, Nazareno. *Estudo comparativo do Sistema Financeiro Brasileiro de 1995 a 2010.*

GOUVÊA, Marina Machado de Magalhães. *Imperialismo e método: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia.* Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 1978.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016a.

_____. *A escravidão reabilitada.* São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016b.

G1. *Últimas notícias sobre os mercados em 24 de março.*

Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/24/ultimas-noticias-sobre-os-mercados-em-24-de-marco.ghtml>. Acesso em 24 de março de 2020.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Trad. Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist register*, 2004.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Trad. Joao Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KEMPER, Monika. *Internacionalização do mercado de capitais brasileiro – a BM&Fbovespa como centro financeiro regional*. Monografia. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.

LABRIOLA, A. Em memória do Manifesto Comunista. In. MARX, Karl - ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

LEITE, Leonardo de Magalhães. A dialética do imperialismo: contribuição para uma reinterpretação marxista. *Crítica Marxista*, n.46, p.143-151, 2018.

LENIN, V. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Avante, 1977.

LUKÁCS, G. *Estética. La peculiaridad de lo estético. 1. Cuestiones preliminares y de principio*. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1966. LUXEMBURG

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *ESTUDOS AVANÇADOS* 13 (35), 1999.

MACHADO, L. H. M. et. Alii. A estratégia tecnológica sob a perspectiva da descontinuidade tecnológica: um estudo de caso de ensino. *ENANPAD, XXXVII Encontro do ANPAD*, Rio de Janeiro, 7 a 11 de setembro de 2013.

MAESTRI, Mário. O escravismo colonial: a revolução copernicana de Jacob Goreneder. *História & Luta de Classes*. Rio de Janeiro, 2005, p. 77-102.

MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MANTOVANI, Michelle. *Quem faz pesquisa no Brasil?*
Endereço eletrônico: <https://www.deviantes.com.br/noticias/quem-faz-pesquisa-no-brasil/>.

MARINI, Ruy Mauro: *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Ayres: CLACSO, 2000.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985a.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985b.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro terceiro. Vol. IV. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A sagrada família ou a crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Trad. Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl, ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. – ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATHIAS, Meire – BRITO, Cássius M. T. M. B. *Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina.*

REBELA, V. 6, n. 2, mai./ago., 2016.

MAZZEO, Antonio Carlos. O escravismo colonial: modo de produção ou formação social. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n. 12, mar./ago. 1986.

MELLO, Alex Fiuza de. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O conceito de dialética em Lukács*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAKATANI, Paulo – MARQUES, Rosa Maria. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. *Revista Economia Ensaios*, v. 24, n. 1, 2009. Endereço eletrônico: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3650>

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, João José. *Mundo vai parar, empresa pequena quebra e ricos dominam, dizem analistas.*

Endereço eletrônico:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/23/coronavirus-vai-concentrar-riqueza-e-mudar-cadeia-global-de-producao.htm>. Acesso em 24 de março de 2020.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa. Ciência: força produtiva ou mercadoria? *Crítica Marxista* nº 21, 2005, pp. 77-96.

<http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/artcm.pdf> Acesso em 01 de outubro de 2019.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In. ORSO, Paulino José (Org.).

Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PALLUDETO, A. W. A., ANDRADE, R. P. de. Resenha bibliográfica de “O Capital Monopolista-Financeiro e a Grande Recessão FOSTER J. B.; MAGDOFF, F.”. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.44, n.4, p.881-888, out.-dez.

PINHEIRO, Ana Carolina. *Os recursos federais para a área de CT&I são 25% inferiores aos de 2017 e representam menos da metade do aplicado há cinco anos.*

Endereço eletrônico: <https://www.cartacapital.com.br/Economia/a-asfixiafinanceira-imposta-a-ciencia-sabota-o-desenvolvimento-do-pais/>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

PRADO, E. F. S. Uma nova fase do capitalismo ou um novo modo de produção capitalista? *Revista Outubro*, 13. PRESSE, France. *Rivalidade tecnológica é pano de fundo da guerra comercial entre EUA e China*. Endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/10/rivalidade-tecnologica-epano-de-fundo-da-guerra-comercial-entre-eua-e-china.ghtml>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

PRIMI, Lilian. Brasil detém recorde mundial em empresas lucrativas de ensino. *Revista Caros Amigos*, setembro de 2014.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Contraponto, 2001.

ROSA, Luís Fernando Franceschini da. *A formação do sistema financeiro internacional do pós II Grande Guerra*. Endereço eletrônico: buscalegis.ccj.ufsc.br.

SANTOS NETO, Artur Bispo. *A presença do capital industrial-financeiro no Brasil*. Maceió: Edufal, 2019.

_____. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SCHERER, André Luís Forti. *As raízes financeiras do investimento direto estrangeiro: notas sobre a experiência*

brasileira recente. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 81-128, 1999.

SILVESTRE – HAFFNER. *Globalização financeira e desindustrialização no Brasil*. Endereço eletrônico: <http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/09/globalizacao.pdf>

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. Trad. Waltensin Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição Tavares. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. *A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor*. Revista Economia, Maio/Agosto, 2009.

VASZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. Trad. Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.